

**UFRRJ**  
**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM**  
**DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE**

**TESE DE DOUTORADO**

**COMUNIDADES RURAIS, ÁGUA E GESTÃO COLETIVA**

**Dayana Martins Silveira**

**2021**



**UFRRJ**  
**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM**  
**DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE**

**COMUNIDADES RURAIS, ÁGUA E GESTÃO COLETIVA**

**DAYANA MARTINS SILVEIRA**

*Sob orientação da professora*  
**Thereza Cristina Cardoso Menezes**

Tese para obtenção do grau de **Doutor** em  
Ciências Sociais, no Programa de Pós-  
Graduação de Ciências Sociais em  
Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade

Rio de Janeiro, RJ  
Junho de 2021

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S587 c Silveira, Dayana Martins, 1984-  
Comunidades rurais, água e gestão coletiva /  
Dayana Martins Silveira. - Rio de Janeiro, 2021.  
196 f.: il.

Orientadora: Thereza Cristina Cardoso Menezes.  
Tese(Doutorado). -- Universidade Federal Rural do Rio  
de Janeiro, Programa de Pós-Graduação de Ciências  
Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade ( CPDA), 2021.

1. Territorialidade. 2. Água. 3. Gestão Coletiva.  
4 . Conflito. 5. Mediação. I. Menezes, Thereza Cristina  
Cardoso , 1970-, orient. II Universidade Federal  
Rural do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação de  
Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e  
Sociedade (CPDA) III. Título.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de financiamento 001.

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES)- Finance code 001.

É permitida a cópia parcial ou total desta tese desde que seja citada a fonte.

# UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento,  
Agricultura e Sociedade (CPDA)

## **DAYANA MARTINS SILVEIRA**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento,  
Agricultura e Sociedade como requisito parcial para obtenção do grau de **Doutor em  
Ciências Sociais**.

Tese aprovada em 09/04/2021.

Conforme deliberação número 001/2020 da PROPPG, de 30/06/2020, tendo em vista a implementação de trabalho remoto e durante a vigência do período de suspensão das atividades acadêmicas presenciais, em virtude das medidas adotadas para reduzir a propagação da pandemia de Covid-19, nas versões finais das teses e dissertações as assinaturas originais dos membros da banca examinadora poderão ser substituídas por documento(s) com assinaturas eletrônicas. Estas devem ser feitas na própria folha de assinaturas, através do SIPAC, ou do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) e neste caso a folha com a assinatura deve constar como anexo ao final da tese / dissertação.

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> THEREZA CRISTINA CARDOSO MENEZES (CPDA/UFRRJ)  
(Orientadora)

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> LEONILDE SERVOLO DE MEDEIROS (CPDA/UFRRJ)

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> CARMEN SILVIA ANDRIOLLI (CPDA/UFRRJ)

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> FLAVIA MARIA GALIZONI (UFMG)

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> PATRICIA ALVES RAMIRO (UFPB)

*Para o avô Domingos,  
que me ensinou a esperar pela  
chuva.*

## **AGRADECIMENTOS**

*A Comunidade CPDA, em especial aos professores Leonilde Sérvolo, Fátima Portilho, Eli Napoleão, Nelson Delgado, Renato Maluf, Hector Alimonda (**in memoriam**), Carmem Andriolli e Andrey Cordeiro (com quem convivi durante o curso); aos colegas Anna Lopani, Elisa Garcia, Fabrício Teló, Luiz Carlos de Oliveira, Ariane Favaretto, Lidiane da Luz, Rita Fagundes, Thaís Medeiros e Rodrigo Kummer e a toda equipe de profissionais da secretaria, limpeza e biblioteca pelo acolhimento e trocas durante os anos de 2015 e 2016.*

*À orientadora Thereza Menezes pelas contribuições, amizade e respeito pelo meu tempo de amadurecimento nestes anos em que trabalhamos juntas.*

*Às queridas Bianca, Beatriz e Janine pela convivência na cidade do Rio de Janeiro. As famílias que me acolheram durante a fase de pesquisa na comunidade Moreira: à Lia e Dilson, senhor Rodolfo, Ninha, Mara, senhor Antônio (**in memoriam**), dona Maria Laudi, Laurindo e toda família do senhor Geraldo Coutinho e dona Lena.*

*As famílias da Comunidade Baixa Grande que dedicaram tanto acolhimento: a família Martins Ferreira, em especial a Almir, Maria Assis, Adrielle, Adriana, Taís, Cleitinho, Altino, Cida e Tânia por tanta receptividade e cuidado; a família da senhora Sebastiana e Geraldo; a família do senhor José dos Reis; a família de Sebastiana e Geraldo; a família do senhor Quinca e dona Orminda; a família do senhor Cassimiro Assis e Ivone; a família de Toni e Eliene; a família de Brasilina; a Cecílio, Adão, Nei, a Bau, Edcarlos, Silviane Lindomar, Nei, Zacarias e Isauro.*

*As famílias da Comunidade Sobrado por toda atenção e carinho: a família do senhor João Toletino (**in memoriam**); a família de Zé Melo; a família de Zé Sabiá; a família do senhor Geraldo Severino; a família de Marina e Geraldo; à dona Leônia Rosa (**in memoriam**), dona Cecília (**in memoriam**), Luciana, Joelici, Bruna, Naiane e Nivaldo.*

*Aos amigos da Unimontes: Andrea Narciso, João Batista, Rômulo Soares e Daniel Coelho pelas oportunidades, trocas, convivências e aprendizados.*

*Ao Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas Gerais/CAA, em especial ao querido Carlinhos Dayrell pelas caronas e partilhas.*

*Ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Pardo de Minas pelas hospedagens, em especial a Moisés Oliveira pela atenção dedicada e trocas.*

*Ao casal Dieter Gawora e Ruth Wagner.*

*À minha querida mãe por ter sido um exemplo de luta e amor:*

*Às minhas queridas irmãs que amo tanto - Ludiana, Luana, Poliana e ao meu irmão David.*

*Ao companheiro André Martins, pelo amor e dedicação indispensáveis durante todo esse tempo.*

*Ao meu filho Agostinho José, que chegou interrompendo a construção deste trabalho, mas ressignificando ricamente todo o processo.*

*À amiga Camila pelo carinho e cuidado direcionados ao Agostinho durante o período que dediquei a escrita deste trabalho.*

*Ao querido Sebastien Carcelle pela sua amizade, incentivo e, sobretudo, contribuições.*

*Ao amigo Fernando Rodrigues pela leitura preciosa deste trabalho e contribuições fundamentais.*

*À CAPES, pelo auxílio concedido através da bolsa de doutorado que permitiu a realização da presente pesquisa.*

**Todo mundo fala que sem água não tem vida,  
mas parece que não entendeu ainda como é  
essa água que é a própria vida, como ela tá  
dentro do sistema da vida.**

**(Moisés, Comunidade Sobrado)**



## RESUMO

SILVEIRA, Dayana Martins, 1984- **Comunidades rurais, água e gestão coletiva**. 2021. 196pp. Tese (Doutorado de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2021.

Nesta tese, apresentamos os dados da pesquisa etnográfica realizada na região da Serra do Espinhaço, na porção que atravessa a região Norte do Estado de Minas Gerais – conhecida, regionalmente, por Serra Geral -, mais especificamente na zona rural do município de Rio Pardo de Minas/MG, onde localizam-se as famílias residentes nas comunidades Baixa Grande, Sobrado e Moreira. Descrevemos a forma de viver dessas famílias, compreendendo que a territorialidade se expressa, em grande parte, pela relação coletiva com os mananciais. Demonstramos que o acesso à água neste lugar envolve uma série de acordos mútuos preestabelecidos e um sistema sofisticado que abarca direitos, obrigações e regulações. Por detrás de cada rede de abastecimento de água comunitária rural podemos identificar sofisticados modelos de gestão de recursos hídricos que exigem das famílias locais trabalho coletivo permanente, capacidade de negociação, de articulação e de adaptação. Os desafios gerados pelo crescimento populacional; a dependência das fontes coletivas para a geração de renda; os conflitos deflagrados pela apropriação dos mananciais comunitários por empreendimentos da silvicultura; o processo que tornou a água um fator de interesse, mobilização e mediação de políticos, ONG's, empresários e sindicatos rurais são alguns dos temas apresentados e analisados neste trabalho.

**Palavras-chave:** Territorialidade, água, gestão coletiva, conflito, mediação.

## ABSTRACT

SILVEIRA, Dayana Martins. **Rural communities, water and collective management.** 2021. 196pp. Thesis (PhD in Development, Agriculture and Society). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2021.

In this thesis, we present data from the ethnographic research made in the Serra do Espinhaço region, in the portion that crosses the northern region of the State of Minas Gerais- known regionally as Serra Geral-, more specifically in the rural area of Rio Pardo de Minas county, where the families residing in the Baixa Grande, Sobrado and Moreira communities are located. We describe these families' living way, understanding that territoriality is expressed, through the collective relationship with the water sources. Demonstrating that access to water in this place involves a series of pre-established mutual agreements and a sophisticated system that includes rights, obligations and regulations. Behind each rural community water supply network, we can identify sophisticated models of water resources management that demand from the local families, permanent collective work, capacity for negotiation, articulation and adaptation. The challenges generated by population growth; the dependence on collective sources for income generation; the conflicts triggered by the appropriation of community water sources by forestry enterprises; the process that turned water into a factor of interest, mobilization and mediation of politicians, NGOs, entrepreneurs and rural unions are some of the themes presented and analysed in this work.

**Key-words:** Territoriality, water, collective management, conflict, mediation.

## INDÍCIO DE FOTOGRAFIAS, MAPAS E TABELAS

|  |     |
|--|-----|
| <b>Foto 1:</b> Oficinas de construção de mapas sociais.....                          | 22  |
| <b>Foto 2:</b> Caatinga e Serra Geral.....   | 25  |
| <b>Mapa 3:</b> Localização Serra do Espinhaço.....                                   | 27  |
| <b>Foto 4:</b> Serra Geral e Caatinga.....   | 33  |
| <b>Mapa 5:</b> Estrada Caatingueira.....   | 35  |
| <b>Foto 6:</b> Paisagens da cabeceira do Cantim.....                                 | 42  |
| <b>Diagrama 7:</b> Perfil transversal da paisagem.....                               | 44  |
| <b>Diagrama 8:</b> A voz da natureza.....  | 48  |
| <b>Diagrama 9:</b> Tipos de ventos e características.....                            | 49  |
| <b>Quadro 10:</b> Tipos de chuva.....  | 49  |
| <b>Diagrama 11:</b> Casa.....  | 53  |
| <b>Quadro 12:</b> Calendário de plantio e santos populares.....                      | 57  |
| <b>Quadro 13:</b> Fases da lua e atividades.....                                     | 58  |
| <b>Imagem 14:</b> Chapada.....   | 78  |
| <b>Mapa 15:</b> Tempo dos regos.....   | 81  |
| <b>Foto 16:</b> Caixas de decantação.....  | 83  |
| <b>Foto 17:</b> Rego.....  | 83  |
| <b>Foto 18:</b> Instrumento de pesca Jequié .....                                    | 85  |
| <b>Foto 19:</b> Instrumento de pesca pari no leito seco.....                         | 85  |
| <b>Imagem 20:</b> Chapada desmatada.....   | 87  |
| <b>Diagrama 21:</b> Representação da diminuição da chácara.....                      | 89  |
| <b>Diagrama 22:</b> Recarga do lençol freático em área de eucalipto.....             | 91  |
| <b>Quadro 23:</b> Tipos de água.....   | 99  |
| <b>Mapa 24:</b> Sistema comunitário de abastecimento.....                            | 104 |
| <b>Quadro 25:</b> Esquema de manutenção.....   | 105 |
| <b>Diagrama 26:</b> Organograma da gestão da água na associação de Moreira.....      | 108 |
| <b>Mapa 27:</b> Tempo dos regos.....   | 111 |
| <b>Mapa 28:</b> Tempo das redes.....   | 112 |
| <b>Diagrama 29:</b> Sistema agroalimentar .....                                      | 115 |
| <b>Tabela 30:</b> Variedades de mandioca .....                                       | 116 |
| <b>Foto 31:</b> Casa da roda mecanizada.....   | 117 |
| <b>Foto 32:</b> Ralador hidráulico com peneira.....                                  | 119 |
| <b>Diagrama 33:</b> Ciclo da farinha.....  | 120 |
| <b>Diagrama 34:</b> Ciclo da goma.....   | 121 |
| <b>Foto 35:</b> Caminhonete D-20.....  | 122 |
| <b>Diagrama 36:</b> Preferências da farinha por região.....                          | 123 |
| <b>Foto 37:</b> Preparo da mandioca.....   | 124 |
| <b>Foto 38:</b> Secagem da goma de mandioca.....                                     | 125 |
| <b>Diagrama 39:</b> Organograma da gestão da água na associação de Baixa Grande..... | 131 |
| <b>Mapa 40:</b> Tempo dos regos.....   | 133 |
| <b>Diagrama 41:</b> Formas de apropriações e domínios sobre os mananciais.....       | 137 |
| <b>Mapa 42:</b> Redes de abastecimento coletivas e privadas.....                     | 138 |
| <b>Imagem 43:</b> Expansão do eucalipto nas chapadas circunvizinhas.....             | 139 |
| <b>Foto 44:</b> Áreas de nascentes do córrego Caiçara.....                           | 141 |
| <b>Foto 45:</b> Autodemarcação da Reserva Comunitária.....                           | 144 |
| <b>Diagrama 46:</b> Organograma da gestão comunitária do Sobrado.....                | 153 |

|   |     |
|---|-----|
| <b>Diagrama 47:</b> Esquema I: financiamento das redes.....   | 158 |
| <b>Diagrama 48:</b> Esquema II: financiamento das redes.....  | 159 |
| <b>Diagrama 49:</b> Esquema III: financiamento das redes..... | 160 |

## SUMÁRIO

|  |           |
|--|-----------|
| <b>INTRODUÇÃO .....</b>  | <b>14</b> |
| <b>CAPÍTULO I : PROCESSO DE OCUPAÇÃO .....</b>                           | <b>25</b> |
| 1.1-O local da pesquisa .....  | 25        |
| 1.2 - Primeiros registros de ocupação .....                              | 27        |
| 1.3 - Gerais.....  | 32        |
| 1.4 - Geraizeiros.....   | 34        |
| <b>CAPÍTULO II: NATUREZA .....</b>                                       | <b>39</b> |
| 2.1- Classificações da paisagem e ambientes.....                         | 39        |
| 2.2-Ambientes de água e tipos de nascentes .....                         | 43        |
| 2.3-Anunciantes da chuva: animais e plantas professoras.....             | 45        |
| 2.4-Anunciantes da chuva: vento professor .....                          | 48        |
| 2.5-Tipos de chuva.....  | 49        |
| <b>CAPÍTULO III: SISTEMA CABECEIRA .....</b>                             | <b>50</b> |
| 3.1-Sistema cabeceira.....   | 50        |
| 3.2-Sistema antigo de transporte de água .....                           | 50        |
| 3.3-Construção e organização da casa .....                               | 52        |
| 3.4-Sistema agroalimentar .....  | 54        |
| 3.5-Calendário agrícola.....   | 55        |
| 3.6-Calendário lunar .....   | 58        |
| <b>CAPÍTULO IV: TERRITORIALIDADE E CONFLITOS .....</b>                   | <b>60</b> |
| 4.1-Situando um debate.....  | 60        |
| 4.2-Diversidade fundiária e terras tracionalmente ocupadas .....         | 61        |
| 4.3 - Desenvolvimento rural e expropriações .....                        | 63        |
| 4.4-Resistência .....  | 65        |
| <b>CAPÍTULO V: ORGANIZAÇÃO COLETIVA.....</b>                             | <b>70</b> |
| 5.1- Grupos familiares e grupo comunitário .....                         | 70        |
| 5.2 - O comunitarismo das cebs.....                                      | 70        |
| 5.3 - Associativismo nas experiências comunitárias .....                 | 75        |
| <b>CAPÍTULO VI: EXPERIÊNCIAS COMUNITÁRIAS.....</b>                       | <b>77</b> |
| 6.1.1- COMUNIDADE MOREIRA.....   | 77        |
| 6.1.2-O processo silencioso de secamento das nascentes .....             | 86        |
| 6.1.3-Resistência à ocupação da monocultura do eucalipto na chapada..... | 91        |

|   |            |
|---|------------|
| 6.1.4-Partilhas comunitárias .....  | 95         |
| 6.1.5-Nem sempre foi partilha.....  | 95         |
| 6.1.6-Fontes naturais e fontes alternativas .....                                   | 97         |
| 6.1.7-Água e classificação.....   | 97         |
| 6.1.8-Modalidades de domínios da água .....   | 99         |
| 6.1.9-Formas de regulação de fontes naturais .....                                  | 100        |
| 6.1.10-Direito e o não direito à água das fontes naturais .....                     | 102        |
| 6.1.11-Os desafios da gestão de uma rede de abastecimento comunitária.....          | 103        |
| 6.1.12-A experiência de gestão comunitária do poço artesiano .....                  | 106        |
| 6.2.1- COMUNIDADE BAIXA GRANDE .....  | 109        |
| 6.2.2-Tempo dos regos e das redes comunitárias.....                                 | 110        |
| 6.2.3-Sistema agroalimentar em transformação .....                                  | 113        |
| 6.2.4-Água coletiva, produção e renda.....  | 117        |
| 6.2.5-Trabalho de parceria e trabalho familiar .....                                | 124        |
| 6.2.6-A água em disputa.....  | 125        |
| 6.2.7-Modelo de gestão das águas.....   | 129        |
| 6.3.1-COMUNIDADE SOBRADO .....  | 131        |
| 6.3.2-Multirões .....   | 134        |
| 6.3.3-Formas de apropriação e domínio sobre os mananciais.....                      | 135        |
| 6.3.4-A disputa pelo controle das terras de água.....                               | 138        |
| 6.3.5-Lei Municipal.....  | 144        |
| 6.3.6-Quem tem direito à água? .....  | 146        |
| 6.3.7-Modelo comunitário de gestão das águas .....                                  | 150        |
| <b>CAPÍTULO VII:ÁGUA E MEDIAÇÃO .....</b>   | <b>155</b> |
| 7.1-Mediação de agentes políticos: “água da rede” .....                             | 155        |
| 7.2-Mediação do poder executivo municipal: “água do pipa” .....                     | 163        |
| 7.3-Mediação do governo federal: “água do poço”.....                                | 164        |
| 7.4-Mediação de Organizações Cívicas: “água da chuva” .....                         | 169        |
| 7.4.1-Como mobilizador e mediador de conflitos que envolvem recursos hídricos..     | 169        |
| 7.4.2-Como assessor técnico.....  | 170        |
| 7.4.3-Como executor de projetos através do pacto entre Estado e sociedade civil.... | 172        |
| <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>   | <b>174</b> |
| <b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>   | <b>179</b> |
| <b>ANEXOS .....</b>   | <b>187</b> |

# INTRODUÇÃO

## Um começo

Uma das coisas mais desafiantes do trabalho do pesquisador é compreender o próprio processo de construção do trabalho. O contato com o universo da pesquisa, a construção de uma relação de confiança entre pesquisador e o grupo pesquisado, a capacidade de problematizar o lugar de observação, desconstruir perspectivas e exercitar um olhar atento e uma escuta aberta são desafios permanentes quando se está em campo. Descobrir-se criativo e capaz de se adaptar às mais variadas situações. É como acordar para uma realidade nova da vida acadêmica, inexistente quando se está imerso na formação teórica.

Em campo, é descobrir que não existe preparo para a prática de pesquisa, por mais abordagens e ferramentas que se tenha acumulado. O campo é o lugar para se estar aberto e fora de controle, pois até mesmo o imprevisto pode ser um importante aliado. A dúvida e a insegurança - valores velados no ethos acadêmico - são companheiras fiéis quando se está imerso. Apenas munido da própria experiência é possível compreender que estas duas são parte do processo criativo da pesquisa. Construção, criação e desconstrução acontecem ao mesmo tempo, mas nem sempre é possível estar consciente *full time*. Como todas as experiências, guarda em si caminhos, descaminhos, fluxos e contrafluxos, dificuldades e conquistas. É, portanto, o resultado desse movimento de construção, desconstrução e, sobretudo, de experiência acumulada, que apresento este texto de tese - reconhecendo que o mesmo reflete o cumprimento de um objetivo/tarefa, mas que a experiência, em si, era a meta. Portanto, a tese é um fragmento desta experiência, já que parte do que foi experienciado não é escrito.

## No Fluxo da Água

Entre os anos de 2013 e 2014 eu havia feito um trabalho de pesquisa no mesmo local escolhido para a pesquisa da presente tese. Tal trabalho foi fundamental para o retorno ao campo em 2016, ano da primeira atividade para esta pesquisa. O local a que me refiro localiza-se na zona rural do município de Rio Pardo de Minas, porção Norte do Estado de Minas Gerais. Parte do território deste município - onde concentrei a maior parte da

investigação para o mestrado e doutorado - encontra-se na zona de influência da Serra do Espinhaço<sup>1</sup>, um platô onde nascem afluentes de três importantes bacias hidrográficas: os rios Jequitinhonha, São Francisco e Pardo.

A primeira vez que cheguei a este lugar foi no ano de 2013. Um professor do programa de mestrado - que eu cursava neste contexto - foi quem intermediou meu primeiro contato com as famílias locais e, também, com técnicos da ONG Centro de Agricultura Alternativa, que gentilmente permitiram que eu viajasse de carona nos carros dessa organização durante os anos de 2013 e 2014. Foi em companhia dos técnicos da ONG, durante seus trabalhos, que visitei pelo menos dez comunidades rurais entre os municípios de Rio Pardo de Minas, Montezuma, Grão Mogol e Fruta de Leite.

As observações realizadas durante a pesquisa exploratória, no contexto destas viagens, foram fundamentais para formular o problema de pesquisa apresentado nesta tese. Tais observações inserem-se num contexto de disputas territoriais envolvendo comunidades rurais, fazendeiros e empresas do setor da silvicultura, onde diferentes atores - ONG, sindicato de trabalhadores rurais e professores universitários - atuavam no sentido de mobilizar e assessorar juridicamente estas famílias.

Ainda neste contexto acompanhei as demandas das famílias da Comunidade Sobrado, localizada na zona rural do município de Rio Pardo de Minas/MG, que reivindicavam o controle coletivo sobre suas fontes de água. Quando visitei pela primeira vez esta comunidade foi durante um processo de articulação política, onde esses atores (ONG, sindicato de trabalhadores rurais e professores) assessoravam estas famílias em busca do reconhecimento legal da porção do território onde encontram-se as cabeceiras d'água.

Neste contexto, investigava experiências coletivas de regularização fundiária, buscando compreender os limites e possibilidades presentes nos instrumentos legais acionados por grupos sociais que objetivavam o reconhecimento legal de domínios coletivos sobre terras e recursos naturais.

No ano de 2013, a situação apresentada na Comunidade Sobrado chamou-me a atenção devido ao histórico de tentativas de legalização da porção do território onde se encontram os mananciais. A primeira tentativa foi articulada junto ao Poder Executivo municipal no ano de 2007. O objetivo da aproximação com o Executivo local era implantar

---

<sup>1</sup> Abordo sobre o lugar da pesquisa no primeiro capítulo desta tese.



uma reserva ambiental municipal nas cabeceiras d'água do Nogueira e Caiçara - uma estratégia pioneira dentro das modalidades de reservas ambientais, em que o prefeito mediaria tal implantação junto ao Instituto Estadual de Florestas/IEF e o Instituto de Terras do Estado de Minas Gerais/ITER. No entanto, sem a implantação da reserva, as famílias buscaram uma aproximação com o Poder Legislativo municipal em busca de outra solução legal.

Tal aproximação objetivava a aprovação de um projeto de lei municipal reconhecendo o domínio coletivo sobre as terras das fazendas Caiçara e Nogueira. O projeto era construído de forma participativa, mas assessorado pela rede de apoio composta por técnicos e advogados da ONG Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas, por representantes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Pardo de Minas e professores universitários.

A função do projeto de lei municipal, como foi elaborado pela rede de apoio, era criar fatos legais para gerar efeitos legais. Uma vez transformado em lei municipal, serviria como um instrumento legal de reivindicação junto ao órgão competente para regularização fundiária - servindo, também, como um importante instrumento de denúncia e defesa junto ao Ministério Público e Poder Judiciário no processo aberto na Vara de Conflitos Agrários. O artigo número 216 da Constituição Federal, a convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho e o decreto nº 6.040 - que instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais - eram as bases legais desse projeto, que referia-se ao modo de viver dessas famílias como culturalmente diferenciada, definida pelas próprias famílias como comunidade tradicional geraizeira.

A ideia da rede de apoio era que o projeto de lei fosse construído de forma participativa e, portanto, por muitas vezes as famílias locais se reuniram na sede da associação comunitária para discutir temas importantes do texto legal - mas, na prática, a construção participativa foi marcada por desentendimentos entre membros da rede de apoio e parte das famílias. A rede de apoio intencionava que as famílias reivindicassem a configuração fundiária existente nesse lugar antes de 1970, período em que as terras de uso comum eram usadas para criação de gado em regime de compartilhamento e extrativismo vegetal, passando, posteriormente, a ser consideradas como terras públicas e destinadas pelo Estado de Minas Gerais a empreendimentos do setor da silvicultura. No entanto, um parcela das famílias entendia que a intenção das reivindicações concentrava-se absolutamente na retomada do controle coletivo das fontes de água comunitária. Portanto, a luta pelo controle

dos mananciais estava significada dentro das condições de vida que se constituíram nesse lugar após a reestruturação fundiária dos anos 1970. Para além disso, as opiniões divergiram quando membros da rede de apoio sugeriram caminhos para resguardar o território comunitário de futuras fragmentações e ameaças externas, propondo às famílias que fosse criado um conselho comunitário que pudesse, entre outras coisas, emitir parecer sobre as vendas das terras de uso privado para pessoas de fora do grupo.

No contexto de construção participativa do projeto de lei, em toda reunião, quando temas gerais sobre a configuração fundiária eram discutidos - trazendo a perspectiva de um território comunitário comum -, isso provocava um efeito rebote, desmobilizando algumas famílias que estavam motivadas pelas reivindicações pelo controle das águas. Parte das famílias enxergava nessa perspectiva de reconhecimento de território comunitário uma ameaça às liberdades de venda e negociação das terras de trabalho - terras privadas dos grupos domésticos. Após 1970, as terras de uso coletivo - as chapadas - foram transferidas pelo Estado mineiro aos empreendimentos da silvicultura. Após esse período, as cabeceiras d'água - onde a monocultura do eucalipto não avançou - permaneceram como espaço de compartilhamento e apropriação coletiva. A defesa desse último reduto comum (as reservas hídricas) mobilizava a maior parte das famílias. A concepção da defesa da água como uma luta pela própria vida e, em outra instância, pela sua permanência, era compreendida de forma legítima pela maior parte das famílias.

As reivindicações territoriais que despontaram a partir dos anos 2000 em lugares onde a fronteira da silvicultura avançou - principalmente, nos municípios de Montezuma, Rio Pardo de Minas e Grão Mogol - tinham relação, em alguma medida, com restrições a recursos hídricos. Neste sentido, grande parte das ações de retomada eram motivadas pelo controle coletivo das fontes de água. O exemplo das famílias da Comunidade do Sobrado era apenas um entre as dez comunidades que percorri entre os anos de 2013 e 2014, quando pude observar vários conflitos por água envolvendo famílias locais e empreendimentos do setor da silvicultura.

Os imbróglis travados entre parte das famílias da Comunidade do Sobrado e membros da rede de apoio demonstraram que a luta territorial e a própria concepção de território comum eram compreendidas de forma distinta entre os atores envolvidos no processo de construção do projeto de lei. Tal experiência me fez refletir sobre as disputas por sentidos e direções no interior das lutas territoriais.

No entanto, não me interessava, como objeto de investigação, debruçar nas

problemáticas e nas disputas de concepções de lutas territoriais que estavam postas no exemplo da construção do projeto de lei municipal. O que me chamava a atenção eram as concepções, práticas e o modo de viver relacionados à partilha dos mananciais - refletindo a água como o último recurso de apropriação coletiva na experiência dessas famílias após a reestruturação fundiária da década de 1970. A presente etnografia insere-se numa abordagem antropológica, pautada em conhecer práticas sociais distintas daquela da sociedade do pesquisador para poder refletir sobre a nossa própria sociedade. No caso desta tese, a proposta foi examinar formas de apropriação e gestão de recursos naturais em experiências de comunidades rurais, procurando refletir sobre modelos sociais alternativos de gestão e consumo de água nas áreas urbanas.

Inicialmente, quando comecei a refletir sobre a água como último recurso natural coletivo entre essas famílias, ainda não tinha compreendido a água como uma janela analítica que poderia me levar a olhar tantos outros lugares da vida coletiva. Como habitualmente dizem, *a água é vida*, além de ser o recurso natural através do qual a vida em muitos lugares se organiza. Portanto, restrições ao seu acesso condiciona a vida humana em um lugar e sua inexistência impossibilita a própria permanência neste lugar. Poucas coisas são tão determinantes e fundamentais quanto a água - não só para a vida humana, mas para qualquer outra forma de vida.

Evans Pritchard (1978), descrevendo o sistema social Nuer no capítulo Tempo e Espaço, afirma estar interessado em entender de que maneira as relações ecológicas constroem as instituições na experiência dos grupos Nuer; e de que maneira as restrições ecológicas, principalmente as percebidas nos ciclos de chuva e seca, influenciam as dinâmicas sociais destes grupos. Entre os Nuer, isso se reflete como a compreensão de tempo e espaço relaciona-se com o sistema ecológico - o que ele chama de tempo ecológico - e com o tempo compreendido a partir das relações mútuas - o que ele chama de tempo estrutural. Refletindo as observações de Evans Pritchard (1978), a partir das dinâmicas das famílias geraizeiras observadas neste estudo, podemos perceber que a compreensão de tempo também está, em grande parte, relacionada com o ciclo natural da água. Nesta ordem de ideia, a introdução da monocultura do eucalipto nas áreas de recarga hídrica dos lençóis freáticos é compreendida como um desregulador de tempo, pois afetou, na compreensão dessas famílias, o ciclo natural da água naquele lugar. Portanto, o eucalipto é percebido como fator de desorganização hidrológica. Mas, de que maneira essa desorganização afetou as dinâmicas sociais daquele lugar? Esta é uma das questões que norteiam a presente

investigação.

Neste sentido, as reflexões de Galizoni (2005), a partir da sua experiência etnográfica entre famílias agricultoras das regiões do Vale do Jequitinhonha, Serra da Mantiqueira e Vale do São Francisco demonstram que a relação entre abundância e escassez de água é sempre relativa, pois só pode ser percebida quando se demonstram relações entre grupos sociais e a água. O recurso hídrico está relacionado com processos sociais complexos, aspectos ambientais e econômicos que só podem ser compreendidos a partir da particularidade de cada região – de cada comunidade. Galizoni (2005) demonstra, também, que entre essas famílias existiam sistemas apurados de classificação das águas, normas sofisticadas de uso, gestão e regulação comunitária. Portanto, as reflexões de Galizoni (2005) sobre a relatividade da concepção de abundância e escassez aplicadas em sua experiência empírica nos ajudam a perceber de que maneira tais compreensões aparecem nas experiências comunitárias observadas neste estudo. A compreensão do sistema ecológico Nuer, as dinâmicas sociais e a forma com que os ciclos climáticos aparecem, refletindo a experiência coletiva, nos ajudaram a refletir sobre as experiências das famílias geraizeiras.

## **Construindo um método**

A presente tese representa um esforço de construção de uma pesquisa etnográfica sobre formas de apropriação e gestão de recursos hídricos entre comunidades rurais. Meu objetivo não se pautou na construção de uma abordagem comparativa, escolhi três comunidades rurais de uma mesma região com o intuito de demonstrar contrastes, inferindo que mesmo entre grupos de famílias inseridas num mesmo território cultural, existem experiências de gestão e partilha de recursos hídricos únicas que revelam modelos complexos e sofisticados de gerenciamento. Portanto, descrevo as experiências das famílias das comunidades rurais Sobrado, Moreira e Baixa Grande, localizadas na zona rural do município de Rio Pardo de Minas (MG).

Os trabalhos de campo que embasaram esta tese se dividem em dois momentos - entre 2013 e 2014, num período que considero fundamental para a construção da problemática de pesquisa abordada neste trabalho; e um segundo, entre 2016 e 2018, período em que me dediquei exclusivamente à construção da pesquisa de campo da presente tese.

Até o ano de 2016, as viagens aconteciam durante os finais de semana. A partir de 2017 passei a permanecer entre as famílias, convivendo e participando de sua rotina. Foram três imersões, que considero de experiência contínua. A primeira, de vinte dias ininterruptos, no mês de julho de 2017; outra, de vinte e cinco dias também ininterruptos em agosto de 2017; e uma última imersão, em agosto de 2018, período em que permaneci durante dez dias.

Em campo utilizei a cartografia social como uma ferramenta de pesquisa, unindo, portanto, as experiências de automapeamento à descrição etnográfica. A maneira com que a cartografia foi construída nas três comunidades foi inspirada na metodologia do Projeto Nova Cartografia Social<sup>2</sup> da Amazônia - no entanto, adaptei tal proposta metodológica aos objetivos da presente investigação. A Nova Cartografia Social da Amazônia propõe que a ação de mapeamento seja protagonizada pelos próprios grupos locais, rompendo, assim, com práticas cartográficas que desconsideravam a participação dos moradores. A soma da pesquisa etnográfica com as experiências de automapeamento representa a união de duas ferramentas metodológicas fundamentais com o objetivo de delimitar territorialidades específicas. Os mapas produzidos nesta combinação de técnicas são compreendidos como expressões de uma situacionalidade, pois a livre expressão e a intencionalidade dos grupos são os princípios bases da proposta metodológica da Nova Cartografia da Amazônia. Aos pesquisadores cabe apenas observar tal processo, possibilitando, assim, todo o protagonismo aos grupos locais na construção de seus próprios mapas.

As oficinas de automapeamento foram realizadas como primeiras atividades de campo nas comunidades Baixa Grande, Moreira e Sobrado. O objetivo da aplicação dessa técnica de automapeamento, mais do que o mapa como resultado, estava centrado no próprio processo da construção dos mapas, por ser a oficina um momento riquíssimo do ponto de vista do acesso a informações. Em tais momentos pudemos identificar temas e pessoas para entrevistas posteriores, além de dinamizar o próprio trabalho de campo, nos permitindo um maior planejamento.

---

<sup>2</sup> Meu primeiro contato com a metodologia da Nova Cartografia Social da Amazônia ocorreu durante a oficina de cartografia ministrada pelo professor Dr. Alfredo Wagner, durante o evento VI Colóquio Internacional de Povos e Comunidades Tradicionais, que ocorreu no ano de 2016 na Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES). O contato com esta metodologia durante a oficina e, mais tarde, nas experiências das quais participei como pesquisadora na execução do projeto “Conflitos Sociais e Desenvolvimento Sustentável no Brasil Central”, também coordenado pelo núcleo de pesquisa da Nova Cartografia Social da Amazônia em parceria com o Núcleo Interdisciplinar de Investigação Socioambiental (NIISA) da UNIMONTES/MG, foram fundamentais para a aplicação desta metodologia na experiência de pesquisa da presente tese. Mais informações sobre a Nova Cartografia Social da Amazônia em Almeida (2013).

A forma de ocupação das primeiras famílias, o processo de divisão das terras, os limites territoriais, a relação com os ambientes, o processo de transformação do espaço após a ocupação da monocultura nas chapadas, o antigo sistema de transporte de água e o novo sistema de abastecimento, os conflitos com a monocultura e as formas de apropriação coletivas e privadas dos mananciais foram alguns dos temas debatidos durante a construção dos mapas.

As oficinas realizadas nas comunidades Baixa Grande e Moreira aconteceram na sede da associação e reuniram cerca de vinte e cinco moradores, entre homens e mulheres de várias idades. Na comunidade Sobrado, a experiência aconteceu com um grupo menor, do qual participaram quatro moradores, sendo um homem e três mulheres. Na comunidade de Baixa Grande, devido à presença de crianças durante a oficina, optamos por dividir os participantes em três grupos: o grupo das crianças, o grupo dos adultos e o grupo dos mais velhos. Cada grupo produziu um mapa diferente<sup>3</sup>.

A oficina era dividida em três momentos: um primeiro, dedicado à apresentação dos objetivos da oficina e forma de trabalho; um segundo, de conversa e participação livre, em que os temas e assuntos eram sobre a forma de viver no local; e o terceiro e último momento, dedicado à construção do mapa.

Para nossa pesquisa, tanto o segundo quanto o terceiro momento - de construção do mapa - eram importantes, pois neles era possível fazer um quadro geral sobre a experiência territorial daquelas famílias. Temas mais diversos, relacionados com a experiência no lugar de vida, também surgiram. No momento de construção do mapa os próprios moradores sinalizavam quem, dentro do grupo, tinha mais habilidade para realizar o desenho. Em geral, uma pessoa era escolhida e os demais participantes orientavam a construção do mapa.

Nas três oficinas percebemos que a ocupação da chapada – fato que desencadeou o processo de transformação do espaço - estava representada como um importante marcador temporal. Portanto, os croquis apresentados no Capítulo V desta tese demonstram tanto a configuração do território antes da ocupação da monocultura quanto a sua configuração após a ocupação. Não fazia parte do meu objetivo produzir um mapa final do território das três comunidades - como faz a equipe da Nova Cartografia posteriormente, em seu laboratório,

---

<sup>3</sup> Os mapas criados durante a oficina na Comunidade Baixa Grande e que aparecem na quarta e sexta fotografias deste quadro foram danificados durante uma das viagens de campo e posteriormente reconstruídos em uma segunda oficina. Os croquis construídos na segunda oficina são apresentados numa versão digitalizada no Capítulo V desta tese.

juntando as informações dos croquis e do trabalho de georreferenciamento -, mas usar apenas os croquis produzidos durante as oficinas como suporte complementar e/ou orientador dos demais dados de pesquisa etnográfica coletados.

**Foto 1:** Oficinas de construção de mapas sociais



**Fonte:** Dayana Martins

Os mapas cartográficos foram fundamentais, tanto para iniciar a pesquisa quanto para planejar e organizar as demais atividades em campo durante a pesquisa. Esta foi a estratégia que encontrei para realizar a pesquisa nas três comunidades, com o tempo e recursos disponíveis para que eu permanecesse em campo.

Após as oficinas realizei **caminhadas** com os moradores pelos territórios. Esta foi uma estratégia para identificar os elementos do mapa e me localizar naquelas terras. Estes momentos foram importantes para identificar, compreender e descrever o sistema de classificação da paisagem e dos ambientes. Além disso, pude conhecer as fontes de água, as formas de apropriação e o próprio sistema produtivo. As conversas e o acompanhamento de atividades junto aos moradores foram fundamentais para a construção do primeiro, segundo e quinto capítulos desta tese.

As **Entrevistas** que realizei foram também, em grande parte, articuladas após a

construção dos mapas. Neste momento, pude identificar pessoas que poderiam ser entrevistadas sobre determinados assuntos. Alguns temas foram organizados também durante a cartografia. Parte das entrevistas também aconteceu de forma espontânea, em momentos de trabalho, e outras, em visitas marcadas.

O **convívio com as famílias**, nas casas em que fui acolhida, nos momentos de culto na igreja, durante as reuniões da sede da associação e nos momentos de trabalho nas atividades agrícolas foram fundamentais para compreender as dinâmicas e a organização familiar e coletiva. Aproveitei o tempo que permaneci entre as famílias para me integrar aos trabalhos de produção da farinha e goma de mandioca. Em cada casa que visitei participei das atividades de produção. Tais momentos foram fundamentais para descrever o sistema de produção, além de compreender as dinâmicas dos regimes de trabalho de parceria - *troca dia* - e a forma de organização do trabalho familiar, que descrevo no Capítulo V desta tese.

## **Organizando os dados**

A forma utilizada para **organizar a apresentação dos dados** da pesquisa está baseada no conceito de cosmografia descrito por Little (2002). Portanto, os capítulos foram organizados tendo em vista os elementos da história de ocupação guardada na memória coletiva; saberes ambientais; ideológicos; regimes de propriedade; vínculos afetivos que norteiam o território específico; usos sociais do território e formas de defesa desse mesmo território.

Neste sentido, no **primeiro** capítulo descrevemos a forma de ocupação humana nesta porção da Serra do Espinhaço, destacando as frentes migratórias do período colonial. No **segundo** capítulo, demonstramos o sistema de classificação da paisagem e água. No **terceiro** capítulo descrevemos o sistema agroalimentar das famílias pesquisadas, além das formas de apropriação e ocupação do espaço. No **quarto** capítulo apresentamos o processo de reestruturação fundiária vivenciado a partir da década de 1970, período em que as terras públicas -terras de chapadas - foram transferidas pelo Estado de Minas Gerais a empresas do setor da silvicultura e de que maneira a resistência contra a ocupação da monocultura foi construída nesta experiência. No **quinto** capítulo abordamos aspectos da organização coletiva neste lugar. Primeiramente, destacamos o que compreendemos por grupos familiares e grupos comunitários, abordando as formas de organizações coletivas das



Comunidades Eclesiais de Base/CEBs durante os anos 1980 e, posteriormente, as associações de pequenos agricultores durante a década de 1990. No **sexto** capítulo demonstramos as experiências das famílias das comunidades Moreira, Baixa Grande e Sobrado, apresentando de que maneira tais grupos lidam com os mananciais coletivos e os espaços onde estes se encontram, além da criação de formas de regulação e mecanismos de gestão. Ainda são abordados os problemas relacionados ao crescimento populacional e à geração de renda e sua dependência dos recursos hídricos coletivos e, também, a forma como as disputas pelo controle dos mananciais aparecem nestas experiências. Já no **sétimo** e último capítulo descrevemos de que maneira tais sistemas de abastecimento ligam-se ao universo da política e de que forma os recursos públicos são aplicados na construção do acesso à água para populações rurais. Demonstramos, ainda, como os atores políticos e as famílias articulam-se e de que maneira a ação do Estado é construída nessas experiências.

Portanto, o método de automapeamento somado à descrição etnográfica foram fundamentais não somente para uma abordagem da forma de gestão e apropriação dos recursos hídricos - que compõem o objetivo principal desta tese - mas, também, para descrever a forma com que a territorialidade se expressa na experiência das famílias das comunidades Moreira, Baixa Grande e Sobrado.

# CAPÍTULO I

## PROCESSO DE OCUPAÇÃO

### 1.1-O local da pesquisa

Para chegar ao local da pesquisa, desde a cidade de Porteirinha - localizada na região Norte do Estado de Minas - pega-se a estrada 122, sentido Bahia, até a cidade de Mato Verde. Ao longo de 40 quilômetros viajamos ao lado da Serra Geral/Serra do Espinhaço, observando os contrastes das cores que refletem da caatinga seca e do paredão de pedra azul e branco da Serra Geral.

**Foto 2:** Caatinga e Serra Geral



**Fonte:** Dayana Martins

Na cidade de Mato Verde vira-se à direita, sentido Montezuma. A estrada que segue é uma longa subida sobre a Serra do Espinhaço. À medida que subimos, a vegetação da caatinga vai desaparecendo e as faixas de coco licuri aparecem, demarcando o encontro entre o bioma da caatinga e do cerrado. O bafo quente da caatinga também desaparece e uma brisa fresquinha vai surgindo, demonstrando que já nos encontramos nos domínios desta serra. Antes da cidade de Montezuma vira-se à direita, adentrando uma estrada de terra. Durante 30 quilômetros não é possível andar a mais de 50 quilômetros por hora. As irregularidades na estrada - ou facões, como são denominadas localmente -, provocadas pelo sobrepeso dos caminhões que transportam o carvão de eucalipto, impossibilitam maior velocidade. A precariedade desse

trecho da estrada não diminui em nada a incrível experiência que é ver uma das últimas chapadas com o cerrado em pé. Ao longo do caminho, por diversas vezes interrompi a viagem para apanhar pequi e mangaba nesta chapada. Continuando pela estrada, avistamos o vale do Rio Traçadal, onde nos despedimos desta parte do caminho para iniciar uma longa subida pelas bordas de uma segunda chapada. Neste trecho, a paisagem reflete o verde reluzente, homogêneo e desabitado do eucaliptal que ocupa toda a paisagem da segunda chapada. O encontro com o maciço verde indica que chegamos ao território do município de Rio Pardo de Minas, local desta pesquisa.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 76.000 mil hectares do território desse município é atualmente ocupado pelas reflorestadoras. Rio Pardo de Minas possui uma área de 3.118,672 km<sup>2</sup>, com uma população de 30.578 habitantes, conforme o censo de 2010 do IBGE. Segundo o mesmo censo, a densidade populacional é de 0,8 hab./km<sup>2</sup>, sendo que 68% dos habitantes vivem no campo. O município situa-se na região do semiárido e encontra-se a uma altitude de 1.790 m. Está localizado na mesorregião do Norte de Minas e microrregião de Salinas. A presente pesquisa foi realizada entre famílias moradoras de três comunidades rurais desse município: Baixa Grande, Moreira e Sobrado. A região em que as comunidades se encontram localiza-se nos arrabaldes da Serra do Espinhaço.

A Serra do Espinhaço estende-se por uma distância superior a mil quilômetros, desde o município de Ouro Branco, em Minas Gerais, até à cidade de Xique-Xique, no sertão baiano. É considerada a única cordilheira brasileira e engloba um conjunto de montanhas, serras, montes e vales reunidos por um mesmo processo de formação geológica datado do final do período proterozoico<sup>4</sup>. Ao longo dos seus 1.400 km a serra recebe diversos nomes: Serra do Cipó, Serra de Ouro Branco, Serra do Pingador, Serra do Carranca, Serra do Caraça, Serra das Almas, Serra Mineira, Serra Branca, Serra dos Cristais, Serra Talhada, Serra do Sincorá, Serra do Esbarrancado, Serra de Santana, Serra do Tinoco, Serra de Bastião, Serra Candombá, Serra do Gigante, Serra das Mangabeiras, Serra Nova, Serra do Tabuleiro, Serra do Ambrósio, Serra Morena, Serra Talhada, Serra Geral e Chapada Diamantina<sup>5</sup>.

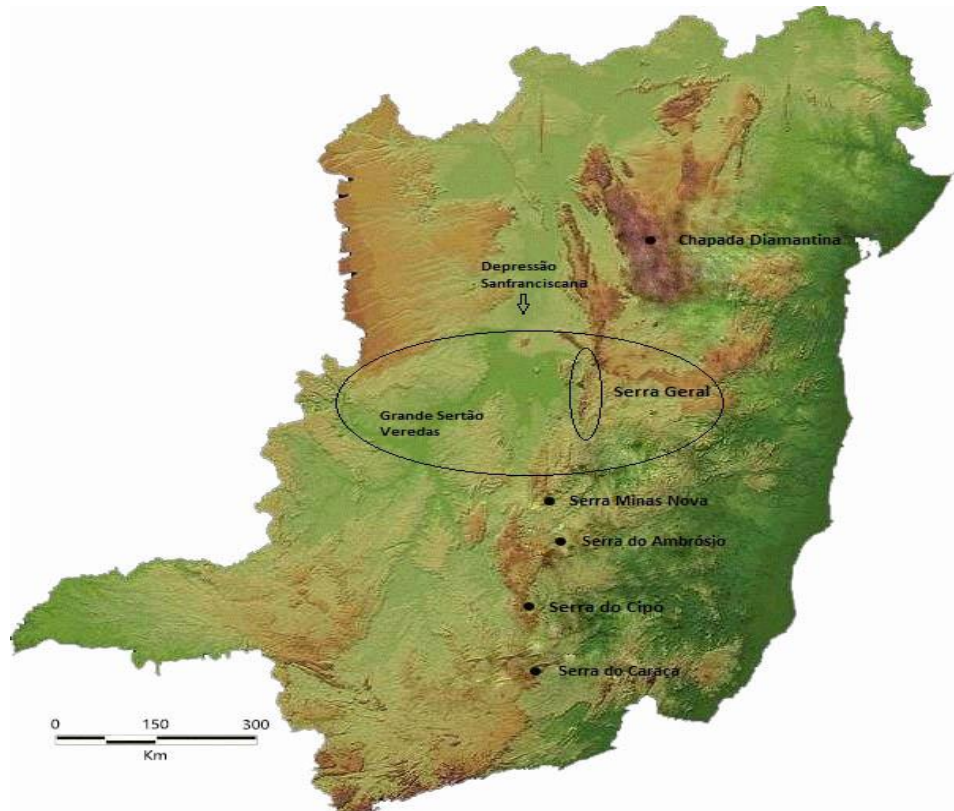
---

<sup>4</sup> Ver Serra Geral (S.D.), “Um pouco sobre a cordilheira do Brasil”. Página consultada em 05/11/2014. <<http://www.serradoespinhaco.com.br/serra-do-espinhaco>>

<sup>5</sup> Muitos nomes foram informados por Fabiano Zig, ciclista e fotógrafo paulista que percorreu a serra desde Ouro Branco até Xique-Xique, na Bahia. Todo o trajeto foi realizado de bicicleta, no ano de 2013. Consegui seu contato via Facebook. <<http://expserradoespinhaco.blogspot.com.br/>>

A Serra do Espinhaço, quando adentra a região da cidade mineira de Porteirinha e se estende até à cidade de Urandi, no estado da Bahia, recebe o nome de Serra Geral. É nesta porção da Serra do Espinhaço que as comunidades rurais pesquisadas estão localizadas.

**Mapa 3:** Localização Serra do Espinhaço



**Fonte:** Teixeira, 2013 (Adaptado)

## 1.2 - Primeiros registros de ocupação

O Segundo Ott (1958), os primeiros habitantes das margens do Rio Pardo, que atravessa o território da cidade de Rio Pardo de Minas, eram índios Aimorés do tronco linguístico macro-jê. Esses índios eram conhecidos pelos Mongoiós, Pataxós e Tapuias como Botocudos, e viviam ao longo dos rios Pardo e Mucuri. Já Neves (1908) afirma que os índios que habitavam essa região eram conhecidos localmente como Tapuias.

Muito pouco se conhece sobre esses grupos indígenas que habitaram os altiplanos desta Serra. Alguns registros estão marcados pela perspectiva do colonizador branco descrevendo esses grupos como bravios e violentos. Sabe-se que *Tapuia* é uma expressão de origem tupi utilizada para caracterizar os índios “bravios” de forma genérica. Segundo

Neves (1908), durante o século XIX existiam relatos de uma tribo local conhecida como Piripiri, sendo os últimos remanescentes desse grupo algumas mulheres que viviam em grutas na Serra Geral. “Da tribo do Piripiri ainda nas primeiras dezenas do século XIX encontrava-se algumas índias velhas, mansas, morando nas grutas da Serra Geral.” (NEVES, 1908, p. 23). O termo ‘mansas’, destacado por Neves (1908), demonstra a perspectiva do colonizador quando narra sobre os poucos remanescentes indígenas que viviam nas porções da Serra Geral.

O território onde hoje se localiza o município de Rio Pardo pertenceu ao morgadio de um dos maiores patrimônios fundiários do Brasil de origem sesmeira: a Casa da Ponte. “Uma faixa de 160 léguas de extensão, localizada à margem direita do Rio São Francisco entre o morro do Chapéu e a nascente do Rio das Velhas” (CHAVES, 2012, p.10 ). Além do distrito de Rio Pardo, a Casa da Ponte estendia-se até o atual estado da Bahia, incluía os distritos de Jaconina, Rio de Contas, Caetité, Urubus e Xique-Xique. Foram agregados, arrendatários e posseiros que ocuparam o território pertencente à Casa da Ponte.

Segundo Chaves (2012), existe um alvará de dois de março de 1690 que certifica uma doação de sesmaria ao tenente-geral Matias Cardoso e mais dezenove pessoas. A área da sesmaria localizava-se entre as nascentes do Rio Pardo e do Rio Doce, medindo um total de oito léguas. Dentre os dezenove sertanistas estava o bandeirante Antônio Luís Passos, que estabeleceu uma fazenda de gado e morada na área entre o rio Pardo e o rio Preto, em 1698. Ambos os rios cortam o atual município. Também, junto a este tenente, outras pessoas fixaram moradia.

Conforme registra Chaves (2012), as primeiras ocupações na região do Rio Pardo datam aproximadamente do final do século XVIII. O processo de povoamento desse território deu-se, em grande parte, pela expansão da fronteira mineral. Portanto, a mineração foi o fator de atração que motivou a ocupação dessa porção do território no contexto colonial.

A população das zonas mineradoras multiplicava-se significativamente à medida que uma nova jazida era descoberta. Segundo Mello (1982), neste contexto a concessão da Coroa para que alguém explorasse uma mina só era cedida mediante o número de escravos que o solicitante possuísse. Dessa maneira, a Coroa excluía qualquer possibilidade de minerar legalmente aos homens livres e pobres recém-chegados da metrópole. Mello (1982) aponta que aos mais pobres abria-se a possibilidade de minerar pela via *terço* ou garimpo

de faiscação. Os homens faiscaidores trabalhavam nos rios com pouca mão de obra. Muitos deixavam esse tipo de atividade pela reduzida rentabilidade. Segundo Mello (1982), uma parcela da estrutura social no auge do período da mineração nas Minas Gerais era composta por desclassificados e aventureiros - uma camada de gente decaída e triturada pela engrenagem econômica da colônia. Essa gente, que Mello (1982) denomina como desclassificada e aventureira devido às dificuldades de se estabelecerem nos centros minerários do período, adentrou a Serra do Espinhaço em busca de novas jazidas distantes do controle da Coroa. Na região da Serra Geral, entre as capitanias de Minas e Bahia, vigorou por determinado tempo uma atividade de mineração “livre”. Essa atividade “livre” era possibilitada pela incapacidade de fiscalização por parte das autoridades devido à extensa dimensão territorial da colônia.

A descoberta de novas jazidas de ouro em Minas Novas provocou um trânsito de pessoas entre os caminhos que ligavam a capitania de Minas à Bahia, mais especificamente entre as minas de Rio das Contas e Minas Novas. O aldeamento de Rio Pardo estava no território de ligação entre essas duas regiões mineradoras. Segundo Chaves (2012), esse fluxo de pessoas entre as duas capitanias provomeu a fixação de novos moradores no Arraial de Rio Pardo.

Já o caminho de Minas Novas ao Rio das Contas, por promover circulação por Rio Pardo contribuiu para seu posterior povoamento, fazia parte de uma terceira importante rota que ligava a região central da capitania Bahia às Minas Gerais. A primeira grande rota da Bahia para essa região, correspondente ao caminho novo do gado, descrita pelo Sertanista Domingos Afonso Sertão em carta de 1702, dirigida ao governador-geral Dom João de Lencastro. A rota partia da cidade da Bahia, passando por Jacobina, Morro do Chapéu e chegava até o Rio São Francisco até a barra do Rio das Velhas. (CHAVES, 2012, p. 88).

O caminho descrito por Chaves (2012) era visto, neste período, como uma via mais curta em relação ao caminho feito através do Rio São Francisco e Rio das Velhas. Esse caminho foi solicitado pelos mineradores ao governador-geral para atender às demandas de abastecimento na região mineradora.

Uma das expedições chefiadas por João de Gois e Araújo partiu da cidade da Bahia e outra liderada por Pedro Gomes de Franca partiu da Vila de São Jorge dos Ilhéus. As duas expedições deveriam se encontrar nas cabeceiras dos rios Pardos, Doce, Rio das Velhas e Vereda Grande, de onde

definiriam um caminho novo e mais breve para a cidade da Bahia. A abertura desse caminho foi solicitada ao governador-geral pelos mineradores que trabalhavam nas novas jazidas, a fim de atender à demanda de abastecimento na região mineradora. (CHAVES, 2012, p. 90).

Essa região começa a receber um fluxo migratório com a descoberta de ouro nas redondezas do arraial de Rio Pardo. Segundo Cotrim (2000), o descobrimento oficial de jazidas nessa região é datado em 1781 - entretanto, a mineração já ocorria de forma clandestina desde o início do século XVIII, conforme afirma o mesmo autor em referência ao tema: “o ouro que tem sido minerado mais ou menos proveitosamente desde o início do século XVIII” (COTRIM, 2000, p. 83).

Chaves (2012) afirma que cada nova investida da Coroa na fiscalização dos centros minerários promovia um efeito rebote: a expansão e interiorização da exploração mineral clandestina. Segundo Cotrim (2000), as perseguições movidas contra os garimpeiros do Arraial de Tijuco, em atendimento às cartas régias recebidas de Lisboa, promoveu a interiorização desses garimpeiros para a Serra Geral, onde foram descobertas, mais tarde e de forma oficial, jazidas em Grão Mogol e Serra Nova.

Numas distância de quase cinquenta léguas do arraial de Tijuco, os garimpeiros fundaram o arraial da Serra de Grão Mogol. Isto ocorreu em consequência das constantes perseguições movidas contra os garimpeiros do arraial de Tijuco, em atendimento as cartas régias regidas em Lisboa. Muitos desses garimpeiros expulsos foram para Caetité e outros para as Lavras Diamantinas, na Bahia. Enquanto isso, alguns deles preferiram se alojar nas mesmas ramificações da Serra Geral, na tentativa de descobrir novas minas na região da Serrinha (Grão Mogol) e numa nova serra mais para o norte, rumo ao Estado da Bahia. (COTRIM, 2000, p. 44).

Ainda segundo Cotrim (2000), “foi encontrado [ouro e diamantes] nas nascentes dos ribeirinhos: Atoleiro, Bomba, Suçuarana, São Gonçalo, Santa Rita, Monte Alegre, Todos Afluentes do Rio Preto e o Peixe Bravo, que pertencem à bacia do Rio Jequitinhonha. O diamante em maior volume no rio Bomba” (COTRIM, 2000, p. 83). Essas descobertas vão levar um grande fluxo de pessoas para as cabeceiras do Rio Pardo e Rio Preto à procura de ouro e diamantes.

Os irmãos Antônio, Francisco e Manoel Dias são os responsáveis pela fundação do arraial de Serra Nova em 1823, novo núcleo minerário na região da Serra Geral. Neves

(1908) afirma que, neste contexto, gente vinda da Bahia e do Distrito Diamantino espalhou-se pela Serra do Espinhaço diante da possibilidade de exploração das riquezas minerais.

Garimpeiros perseguidos pelo patrulhamento da Serra de Grão-Mogol iam também para Rio Pardo. O comandante da Vila de Minas Novas, em 1789, afirmava ter certeza que era para lá que se dirigia a maior parte do contingente de garimpeiros que se encontrava antes na serra de Grão-Mogol. Mesmo ao longo do século XIX, garimpeiros de Grão-Mogol continuaram a migrar para Rio Pardo. (CHAVES, 2012, p. 98).

Em 1842, o arraial de Serra Nova é elevado à condição de distrito, mas quatro anos depois é rebaixado para povoado. O distrito de Serra Nova entra em decadência no período em que Diamantina e Minas Novas despertavam o interesse do Governo Imperial. Segundo Cotrim (2000), a produção de diamantes em Serra Nova era calculada em mais ou menos trinta *oitavas*<sup>6</sup> ao mês. A forma de exploração era rudimentar. Segundo registra esse autor, a produção de diamantes era feita por uma centena de garimpeiros e pouco mais de duas dezenas de fiscadores. Segundo registro de Neves (1908), os diamantes retirados de Serra Nova eram vendidos de 400 a 500 réis a oitava. A pedra mais significativa que se tem notícia foi um diamante de “quarta”<sup>7</sup> de 18 (grão), no garimpo do Pequi.

A busca pelas riquezas minerais também criava um imaginário místico, que era perpetuado através de histórias que narravam a personificação do ouro. As histórias da *Mãe D’água* e do *ouro vivo* estavam presentes no imaginário desses imigrantes. Segundo Neves (1908), Mãe D’água seria uma ninfa sertaneja que mora nos poços onde se encontram as riquezas minerais. Essa ninfa tinha o poder de enfeitiçar os jovens garimpeiros com o intuito de afogá-los em suas águas.

Mãe D’água, nympha sertaneja que morava nos pegos insondáveis, rodeados de árvores sombrias ou pedras gigantescas, lugares medonhos, inacessíveis, e em que geralmente não se podem penetrar. Seus palácios, nos extensos poços serenos, são de riquezas inimagináveis, forrados de ouro e alastrados de diamantes e pedras finas rolados das montanhas azuis em tempos do dilúvio no fundo do rio. Seu canto é irresistível a quem lhe ouve o cantar feiticeiro... e canta chamando para beira d’água os mancebos virgens. (NEVES, 1908, p. 143-144).

---

<sup>6</sup> Antiga medida em peso usada pela coroa portuguesa

<sup>7</sup> Expressão para determinar a qualidade do diamantes



O “*ouro vivo*” é descrito como trapaceiro, pois o seu objetivo seria afastar pessoas dos locais onde se encontram as jazidas de ouro. Essa entidade, presente nas estórias locais, aparecia com forma de animal, criança, velho ou pessoa morta para revelar os lugares onde supostamente poderiam ser encontradas as jazidas de ouro.

Deixando à parte as estórias envolvendo o ouro e os diamantes, a duração do ciclo de exploração mineral em Serra Nova foi breve se comparada com outras zonas mineradoras desse contexto. Cotrim (2000) relata como Serra Nova permaneceu, pós-exploração, “*em profundo estado de penúria*”. Entretanto, o fim do ciclo “*promoveu a intensificação das culturas do milho, cana e mandioca. Essa última que iria constituir mais tarde a base da sobrevivência na região*” (COTRIM, 2000, p. 45).

Após o fim do ciclo minerário, por volta do final do século XIX e início do século XX, houve um breve ciclo de extração de látex de mangabeira, que gerou alguma renda durante um período. No entanto, a principal atividade nessa região permaneceu majoritariamente estruturada a partir de uma pequena agricultura voltada para o auto sustento utilizando as faixas de terras férteis nos estreitos vales. A geografia acidentada não favorecia a formação de grandes fazendas, como ocorreu em outras regiões no contexto colonial. Os estreitos vales de terra férteis, *as baixas ou vazantes*, favoreciam o surgimento de uma forma de agricultura de base familiar. As famílias que ocuparam as cabeceiras dos rios Pardo e Preto foram desenvolvendo um sistema alimentar manejando os ambientes de **baixa, tabuleiro e chapada**. O sistema produtivo estava orientado na criação de gado em regime de *solta*, no extrativismo de frutas nas chapadas e tabuleiros e o plantio nas vazantes. Algumas poucas famílias comercializavam os produtos dos *gerais* - como era conhecida localmente essa região - nas feiras da caatinga. Conforme afirma Dayrell (1998), a maioria das pessoas que se estabeleceram nessas pequenas faixas de terra fértil era gente miúda, com poucos recursos materiais, que se apropriava de pequenos espaços, aproveitando a água e ambientes de umidade existentes nos vales.

### 1.3 - Gerais

Os moradores da caatinga que margeia a Serra Geral usam o termo *gerais* para indicar as partes altas desta serra, onde predomina o bioma cerrado e um microclima de altitude. Tal termo, num sentido mais amplo, é compreendido neste trabalho como uma forma de expressar os contrastes existentes entre o relevo alto, o clima de altitude e a

vegetação de cerrado, da Serra Geral, com o relevo plano, clima quente e vegetação seca da região da caatinga.

**Foto 4:** Serra Geral e caatinga



**Fonte:** Trabalho de campo, abril de 2017

O termo *gerais*, associado às partes altas da Serra Geral, aparece na pesquisa de Dayrrel (1998) realizada entre famílias que vivem em tal serra na porção do município de Riacho dos Machados. Segundo o pesquisador, esse termo é usado como referência aos ambientes altos dessa serra, onde predomina a vegetação do cerrado e também faixas de vegetação de transição com a caatinga.

A palavra *gerais* está presente, também, nos estados do Paraná, Santa Catarina e Roraima. Gonçalves (2000) afirma que essa palavra teve a sua origem no período colonial e seu sentido não está associado a fatores ecológicos e nem geográficos, mas a modalidades de apropriação coletiva da terra. Na percepção de Gonçalves (2000), *gerais* e/ou *campos gerais* pertencem a um mesmo campo semântico. Demonstram, dessa forma, que a propriedade individual das terras não era a única modalidade de apropriação do território nacional.

O sentido apresentado por Porto Gonçalves (2000), mesmo não representando todo o valor semântico presente no emprego regional desse termo, amplia seu sentido, pois também indica, para além de espaço, a forma de apropriação coletiva da terra como uma

prática presente entre as famílias que ocuparam a Serra Geral. As famílias que se estabeleceram nas partes altas dessa serra edificaram um sistema agroalimentar estruturado dentro de uma diversidade fundiária que misturava ocupação privada e ocupação coletiva das terras. As terras de domínio coletivo são conhecidas nessa região como terras *soltas* e/ou terras *livres* - presentes até a década de 1970, ano em que planos de desenvolvimento rural foram implementados em grandes porções do território da Serra Geral.

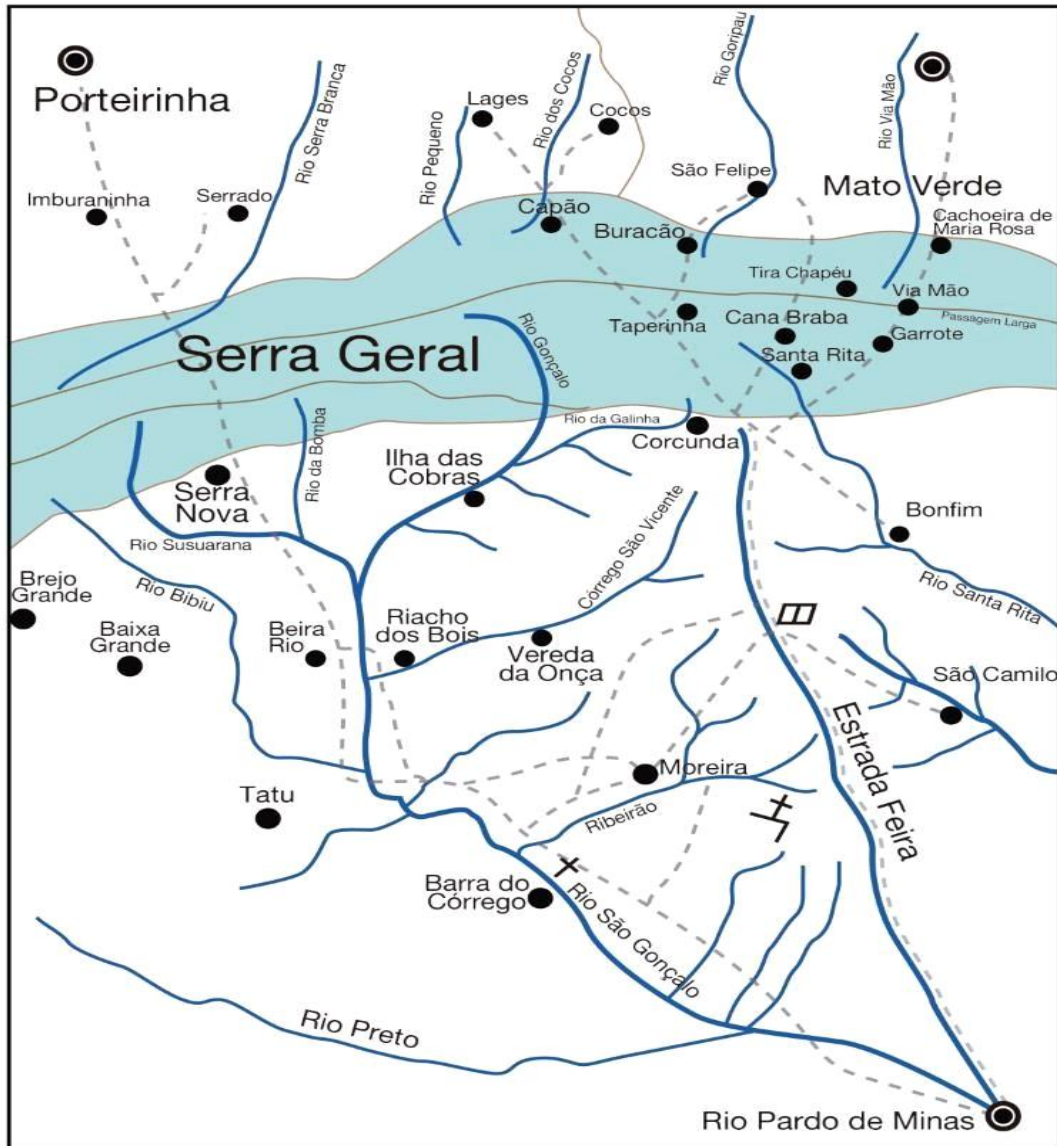
Reconhecer a amplitude semântica dos termos *gerais* e/ou *campos gerais* nessa região para além de fatores ecológicos e geográficos nos ajuda a perceber onde se estruturaram modalidades de apropriação coletiva das terras. Nas palavras de Little (2002), isso é compreender a existência de uma diversidade fundiária presente em todo o território nacional, ainda pouco conhecida dentro do ordenamento fundiário na concepção legal/estatal.

#### **1.4 – Geraizeiros**

Era comum, até à década de 1990, encontrar moradores dos *gerais* nos trilhos da Serra Geral transportando, no lombo de burros, as mercadorias a serem comercializadas nas feiras da caatingueiras de Porteirinha, Mato Verde e Monte Azul. Carvalho (2013) afirma que o espaço de troca e convivência nas feiras livres dessa região foi essencial para o estabelecimento de uma relação de alteridade entre *caatingueiros* e *geraizeiros*.

A estrada caatingueira ou estrada das feiras atravessava a Serra Geral até as planícies da caatinga. Os tropeiros desciam com as cargas de produtos dos *gerais* entre as fendas de pedras esculpidas pela água ao longo de milhares de anos. Imburana, Serrado, Rio dos Cocos, Lages, São Felipe, Tira Chapéu e Cachoeira de Maria Rosa eram pontos de descida por onde os tropeiros podiam passar com os animais carregados de mercadorias. O mapa a seguir mostra os pontos por onde os tropeiros desciam nas fendas da Serra. Cada descida era marcada pelo grau de dificuldade - algumas eram utilizadas apenas para descida, e outras somente para subida. Os sete pontos de descidas destacados no mapa demonstram as passagens possíveis entre as cidades de Mato Verde e Porteirinha.

**Mapa 5:** Estrada Caatingueira



- LEGENDA
- Cidades
  - Lugares ou Comunidades
  - Estradas
  - ▤ Três Pausinhos
  - † Cruzeiro Grande (João Silva)
  - ‡ Cruzeiro dos Anjos (ou do Frei Clemente)

**Fonte:** Trabalho de campo, março de 2017<sup>8</sup>

<sup>8</sup> Mapa mental feito pelos senhores Antônio e Adeilson, moradores da Comunidade Moreira e digitalizado por Dayana Martins.

Os tropeiros levavam, para a feira da cidade de Porteirinha, produtos como inhame, laranja, mandioca mansa, café, goma, farinha, batatinha, gordura de pequi, arroz, mangaba, cabeça de nego, vassourinha, remédio de garrafada, coquinho azedo e óleo de rufão. *“Tudo que nós plantava nós levava. Remédio só quando alguém encomendava. Levava tudo o que tinha e que podia dar um dinheirinho”*. Toda mercadoria era transportada em burros e o tropeiro fazia todo o trajeto a pé. A *cangaia*, estrutura que sustentava a mercadoria, era amarrada em cima do animal. Em seguida, eram atadas as *bruacas* - cestos de couro onde as mercadorias eram arrumadas.

Nós, de primeiro, tinha o burrinho para por a carga e levar pras caatingas. Eu fui muitas vezes levando esse burro de carga e indo de a pé para Porteirinha, muitas vezes. Quando eu peguei mais uma forçazinha, comprei mais um burro para ir montado. Quando as coisas foi melhorando deu pra comprar dois burro para levar a carga e um para ir montado. Isso foi nas volta de 1975. Eu comecei fazendo tropa na época de 50, morava ainda em Mata dos Porcos. (Senhor Antônio, morador da Comunidade da Baixa Grande).

*“Tinha um burrinho que chamava Brioso. Melhor que esse não tinha, não. Colocava uma carga de três pataca e ele pulava de cá, pulava de lá”*. O trabalho de tropa era essencialmente masculino. No caminho difícil e estreito, durante a subida, muitas vezes era preciso empurrar os animais pelas traseiras, como relata o senhor Antônio, antigo tropeiro. A rotina semanal dos tropeiros iniciava na sexta-feira de madrugada e terminava no domingo, quando os homens retornavam aos gerais.

Nós saía sexta-feira cedo, ponhava a carga no burrinho e dormia a três léguas de Porteirinha. Tinha muito ponto de dormida na estrada antes de chegar em Porteirinha. Um ponto era no Paraguai, na casa de Chico de Onorinda, um fazendeiro que tinha lá na beira da estrada. Pagava o pasto. Tinha vez que ele não cobrava, mas o lugar de dormir ele não cobrava não. Dormia era debaixo de uma árvore, ou num galpão que tinha lá. Achando lugar para colocar o burro nós dormia em qualquer lugar. A comida nós levava e comia no caminho. Era arroz com feijão e ovo. Quando tinha carne, levava. Comia esse trem com uma gostusura e ia embora. Dia de sábado, ponhava a carga no burro outra vez para vir embora. Nós, na volta, dormia no pé da serra para, no outro dia, subir a serra. Na volta nós dormia na Lagoa, no pé da serra, no Sanharó. A subida da serra era pela Imburaninha, Escadinha. Aí sumia o geraizão. No gerais tem uma campina que só ela nós cortava três léguas só de campina, mas é bonito lá. (Senhor Antônio, morador da Comunidade da Baixa Grande).

Os homens desse contexto, além de agricultores e extrativistas, desempenhavam atividades de tropeiros e feirantes durante os sábados. No mercado de Porteirinha os feirantes dos gerais tinham um lugar separado dos demais. *“Eles chamavam nós de geraizeiro, cacunda di librina. O lugar dos geraizeiro era separado, ficava assim de juntinho no mercado”*. O burro do senhor Antônio ficava solto na manga de Bastião Teixeira, que cobrava uma taxa de dois cruzeiros pelo aluguel. Para seu Antônio, era uma sorte quando se encontrava um espaço para o animal pastar. Os geraizeiros dormiam no chão da feira, em cima de um couro de boi junto às *cangaias* e *bruacas*. O Senhor Antônio lembra que as refeições eram feitas na pensão da senhora nordestina. *“Ela puxava o saco dos geraizeiro porque nós sofria demais, mas dava comida que era pra largar. Era comida boa, feijão com arroz, macarrão e bucho de gado. Comia que nem um boi velho.”* Terminando a feira, os tropeiros dos gerais armavam a cangaia e arranjavam as bruacas. Os burros retornavam para os gerais carregados com produtos comprados na caatinga. *“Da feira a gente trazia feijão, arroz, macarrão. Nesse tempo a gente trazia essas carnes de restolho, essas carnes mais fraca. Comprava bastante e trazia. Uns quatro a cinco quilo de carne.”* No final da tarde de sábado chegavam à fazenda Imburaninha, no pé da Serra Geral, onde passavam a noite. A subida da serra acontecia na madrugada de domingo e chegavam à Comunidade de Baixa Grande no meio da tarde.

O trabalho de tropeiro e feirante era uma realidade de alguns homens, pois apenas uma pequena parte descia para a caatinga durante as feiras. *“Na época eu passava bem aqui. Tinha gente que cortava prego aí, comia só um feijãozinho com arroz e era quando que dava certo. Eu passava bem porque que ia buscar longe, mas não era todo mundo que fazia isso.”*

Algumas famílias buscavam trabalho nas colheitas de algodão na caatinga. Quem recorria a esse trabalho tinha que permanecer na caatinga durante todo o período da safra, muitas vezes vivendo em condições precárias. *“O povo dos gerais descia para trabalhar na caatinga, nas roças lá. O povo tinha as terras, mas não trabalhava. Não sei se era por conta das ideia”*.

Foi no convívio das feiras que os moradores da caatinga começaram a nominar os feirantes vindos dos gerais como *“geraizeiros”*. Os feirantes *geraizeiros* comercializavam, na sua maioria, produtos nativos ou cultivados que não existiam na caatinga, tais como

pequi, coquinho azedo, mangaba, araticum, raízes medicinais do cerrado, farinha de mandioca, goma, óleo de pequi, óleo de rufão, dentre outros.

Compreendo que o nome geraizeiro, da maneira que foi cunhado pelos habitantes da caatinga, projeta uma relação de diferença entre o modo de viver nos altos da serra e o modo de viver nas planícies da caatinga. Não pretendo, neste trabalho, construir uma reflexão sobre a identidade geraizeira. Apenas quero destacar, aqui, essa relação de alteridade construída entre *geraizeiros* e *caatingueiros*, evidenciada durante os momentos nas feiras-livres da caatinga. Não acredito que as famílias que se estabeleceram nos *gerais* possam ser identificadas por uma única identidade, coletivo ou grupo. Creio que as mesmas partilham de um modo de viver e fazer comum, estruturado nos ambientes de cerrado na Serra Geral e evidenciado no contato com o outro. Na percepção de Brito (2013) não existe uma homogeneidade étnica que caracterize os *geraizeiros*, pois a sua identidade evidencia-se através de um modo de ser e de viver. As famílias *geraizeiras* organizam-se em comunidades rurais agroextrativistas-pastoris estruturadas nos domínios do cerrado em contato com a caatinga. Na percepção de Nogueira (2008) os geraizeiros podem ser grupos familiares e de vizinhança, referenciados por aspectos geográficos e limites de fazendas. Construíram unidades sociais discretas e fluidas à medida que se agrupavam para a reza, para a festa, para a feira, conforme critérios de parentesco e/ou geográficos.

## CAPÍTULO II

### NATUREZA

#### 2.1- Classificações da paisagem e ambientes

Quando se anda pelos gerais da Serra Geral é comum encontrar um pequeno curso d'água pelo caminho. Em lugares onde a monocultura está presente restam apenas os leitos secos, mas, ainda assim, podemos perceber que a presença da água no gerais era, e é, algo significativo. Tanto que os primeiros ocupantes deste lugar nominaram as regiões, localidades e até mesmo comunidades pela presença da água. Atualmente, podemos perceber na toponímia diversos nomes de comunidades e localidades relacionados aos cursos d'água: Água Boa, Vereda, Veredinha, Vereda Funda, Atoleiro, Tremendal, Cabeceiras, Cabeceirinha, Olhos D'água, Roda D'água, Furados, Brejão, Brejinho, Brejo Grande, Poção, Poço Grande, Poço Fundo, Lagoa, Lagoinha, Várzea, Várzea Grande, Várzea Comprida, Riacho, Riachinho, Caldeirão, Caldeirãozinho, Beira Rio, Baixa Grande, Barra do Córrego, Barreiro, Barreirinho, Ribeirão e Ribeirãozinho.

Durante as oficinas de cartografia, todas as vezes que pedi a um local para descrever sua paisagem ele sempre começava pelas cabeceiras d'água e/ou algum curso d'água importante. Isso se repetiu nas cinco comunidades em que realizei trabalhos cartográficos - Moreira, Baixa Grande, Sobrado, Atoleiro e Roça do Mato. Das experiências cartográficas concluí que a água não é só um elemento que compõe a paisagem local, mas é o principal e está presente no olhar fotográfico atento das pessoas desse lugar.

A forma como as famílias locais descrevem a paisagem reflete muito a maneira como experimentam, manejam e interagem com seus espaços. Essa forma de descrição vai muito além dos contornos geográficos e das características da vegetação, expressando o lugar da experiência. A paisagem, segundo Cosgrove (1998), é uma maneira de ver, de compor e harmonizar o mundo externo em uma unidade visual. A experiência dessas famílias demonstra que a paisagem não é só uma maneira de ver, compor e harmonizar o mundo externo, mas, muito além disso, ela reflete o lugar onde a vida acontece.

As primeiras famílias que chegaram a essa porção dos gerais da Serra Geral - das quais as famílias que integram essa pesquisa descendem - ergueram suas moradias junto aos rios,



pequenos córregos, e, em grande parte, abaixo das cabeceiras de água. Elas estruturaram um sistema agroalimentar único, possibilitado, em grande medida, pela própria geografia presente nesta serra. Portanto, essas famílias, ao longo de centenas de anos, aprenderam a manejar três diferentes ambientes: **chapada, tabuleiro e baixa**.

Nesta parte do texto descreveremos os ambientes manejados pelas famílias através da maneira como elas próprias narram a sua experiência nesses espaços. Além disso, mostraremos como elas manejam e classificam os espaços onde encontram-se as nascentes d'água.<sup>9</sup>

**A baixa** é o ambiente mais aproveitado e, também, onde se encontra o solo mais fértil. Existem poucas faixas de terras baixas, se comparadas com a quantidade de terras altas. É, também, o lugar onde se planta a maior parte das culturas anuais: arroz, feijão, milho, cana e mandioca. Em alguns lugares, é conhecida também como vazante. A baixa é a porção de terra mais próxima dos cursos d'água e onde correm os ribeirões e rios, podendo apresentar brejo ou não. O Brejo é uma porção de terra da baixa encharcada, aproveitada para plantação de arroz. O relevo da baixa é relativamente plano e a vegetação já não pode ser identificada, na maioria dos casos, pela ocupação intensa de culturas. Na beira dos córregos, onde há mata ciliar preservada, estão presentes árvores identificadas pelas famílias com os seguintes nomes: Cabelo de Porco, Pexiringa, Aroeira, Paga-Paga, Pau-d'óleo, Jambo, Landin e Ingazeira. A baixa é conhecida também como terra fresca. Antigamente, as famílias não construíam casas nas baixas pelo risco de inundações, mas, atualmente, devido ao aumento populacional, tal prática passou a existir.

**O tabuleiro** é um ambiente de interseção entre a baixa e o alto. O relevo pode variar bastante de região para região – alguns, muito inclinados, e outros, mais planos. Essa variação da inclinação, para quem não é do lugar, torna confuso identificar onde começa e onde termina um tabuleiro. Demorei muito tempo tentando perceber as interseções entre os ambientes, mas isso é mesmo bastante confuso para quem não domina as classificações locais. As famílias marcam as interseções pela presença ou não de espécies de plantas. Portanto, as faixas de transição entre um ambiente e outro podem ser longas e, na maior

---

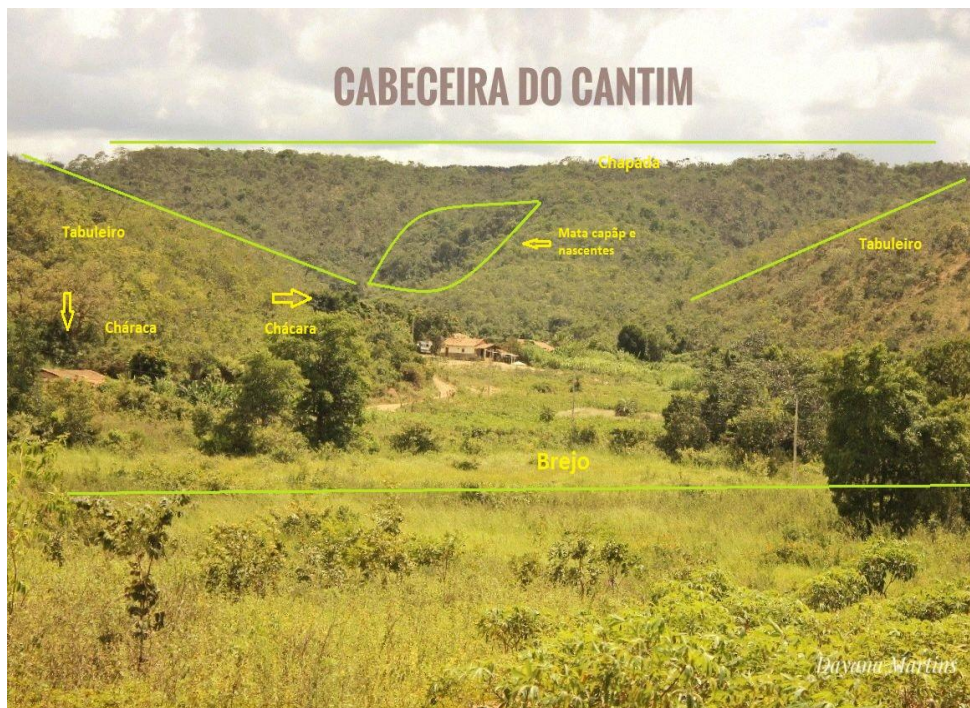
<sup>9</sup> Existem outros estudos que descrevem as paisagens locais, como, por exemplo, os de Dayrel (1998), que apresenta as classificações da paisagem observadas entre famílias geraizeiras da região de Riacho dos Machados, tendo em conta o sistema agroalimentar estabelecido nesses ambientes, e comparando-os com ambientes presentes em localidades diferentes nesse mesmo município. Correia (2005) descreve as paisagens na perspectiva da podologia e as compara com as classificações das famílias geraizeiras da comunidade de Água Boa.

parte do tempo, não são precisas. O que permite identificar onde se inicia e termina um tabuleiro são os seguintes fatores: o tipo de solo, o tipo de vegetação e o uso que as famílias dão a este ambiente. O tabuleiro é considerado um ambiente propício para a construção das casas e chácaras. É, depois da baixa, o ambiente mais utilizado para plantio e compõe a maior parte das terras ocupadas. Há muitas variações de tabuleiros, uns mais inclinados e outros mais planos; alguns mais cascalhados e outros nem tanto. A maior parte das chácaras e das roças de mandioca estão nos tabuleiros. Em comparação com a baixa, a terra do tabuleiro é mais seca e menos fértil. Neste ambiente estão presentes as plantas Pau Terra, Capim Agreste, Paina, Candeia, Capim Gordura, Valeme, Caboquim, Papaconha, Maracujá do Mato e Unha D'anta.

O **carrasco** é um ambiente que se localiza na transição da chapada com o tabuleiro. O carrasco inicia-se, segundo os moradores, nas *bordas de chapada*, e é percebido pelo tipo de solo pedregoso que apresenta. O carrasco é um ambiente utilizado para extração de madeiras necessárias para construção. A mata do tabuleiro é mais *fechada e suja* e nela encontram-se as árvores de Jataí Peba, Margoso, Angico, Sucupira Preta, Quina Vermelha e Landi.

A **chapada** é descrita como o ambiente mais alto da paisagem e apresenta um relevo relativamente plano, com porções levemente acidentadas. A chapada não é lugar para plantar, pois o solo possui pouca matéria orgânica. É na chapada que se encontra a maior parte das frutas Mangaba, Pequi, Araticum, Cagaita, Jaboticabinha e Rufão. Também se pode encontrar Capim Agreste e Capim de Chapada. É o ambiente utilizado para o extrativismo de frutas e plantas medicinais.

**Foto 6:** Paisagens da cabeceira do Cantim



**Fonte:** Dayana Martins, Comunidade Moreira, março de 2017

Até os anos 1970, a chapada era lugar de criação do gado no regime de *solta*<sup>19</sup>. Solta é uma forma de criação de gado muito comum nessa região. O gado era criado livre e se misturava com outros rebanhos. A chapada era utilizada como um espaço de uso coletivo. Segundo contam, o gado chegava a permanecer por meses em regime de solta. *“O gado ficava seis meses nessa chapada... ficava tudo junto. Quando o dono ia buscar o gado e voltava separadim, até o gado sabia quem era o dono dele.”* Durante as primeiras décadas do século XIX a chapada foi espaço de exploração do látex de mangabeira, mas tal ciclo durou apenas uns 20 anos, restando apenas as marcas dessa prática nos troncos das mangabeiras centenárias. Além do látex, poderia ser coletada uma diversidade de frutas: *“Fruta na chapada era demais. Era pequi, mangaba, rufão, caju, coquim... Era tantas coisas que se a gente for falar o tanto de coisa, leva um dia ou mais pra falar”*. Esse ambiente era também um local de peregrinação e penitências de chuva nos meses que antecediam o período chuvoso. Existem cruzeiros dispersos nas bordas de chapadas, sendo alguns utilizados para o sepultamento de crianças.

A chapada é compreendida pelas famílias como parte fundamental do ciclo das águas. *“A chapada é nossa caixa d’água”*; *“a chapada é um filtro das águas”*; *“Deus não nos deu a chapada para plantar, Ele fez a chapada para guardar as águas”*. Também era lugar de

demarcar as águas vertentes. Nas escrituras antigas, as divisas das terras eram demarcadas pelas águas vertentes. Entre as propriedades, como não havia cercas, a forma de criar limites era pelo sentido em que a água escorria. Portanto, por onde as águas vertiam era definido o limite entre duas propriedades. Todas as chapadas nessa região terminam formando um vale, onde escorrem ribeirões, veredas e córregos. Grande parte das nascentes está nos sopés das chapadas, nas chamadas *cabeceiras*.

## 2.2-Ambientes de água e tipos de nascentes

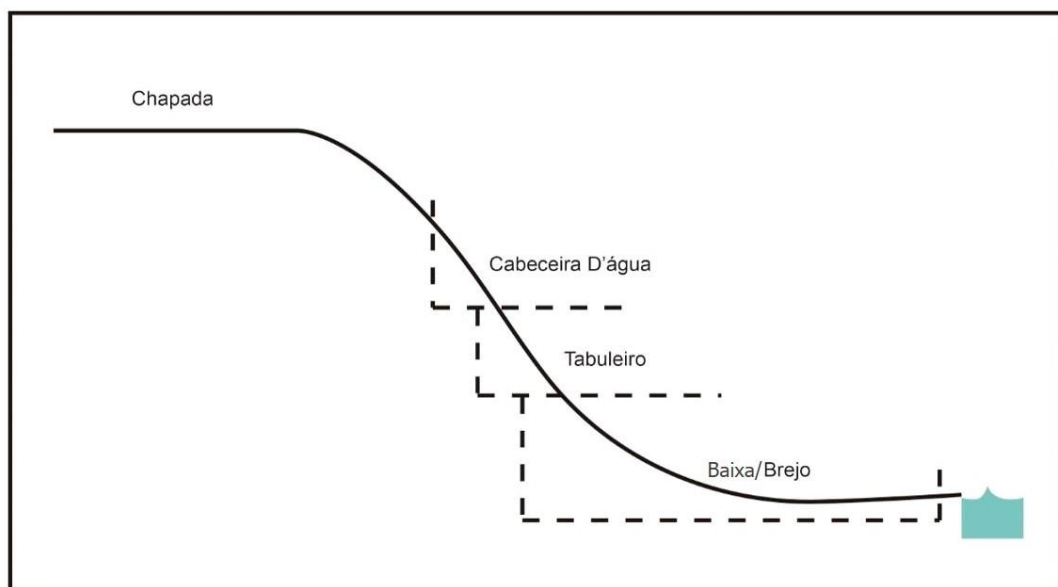
Além dos ambientes descritos no bloco anterior, observamos, também, que essas famílias diferenciam e classificam os locais onde há afloramento ou ajuntamento de água. A maneira local de classificar leva em consideração características existentes no espaço e, também, a qualidade da água que ali se encontra. Tanto a característica do espaço quanto a qualidade da água que ali se encontra determinarão a forma de manejo realizada pelas famílias. Essa maneira de classificar demonstra, entre outras coisas, um conhecimento diverso sobre os espaços, revelando, também, um controle e formas de manejo. Portanto, nesta parte do trabalho, nos dedicamos a descrever a maneira utilizada por essas famílias para a criação de tipologias para os espaços de água e para a água em si. Tais formas de classificação são importantes sinalizadores de como as famílias percebem e se relacionam com seus espaços, revelando, para a nossa análise, aspectos da territorialidade na forma de apropriação dos mananciais e seus espaços.

**Cabeceira** d'água: “*A cabeceira é onde mina a água, onde topa os morros e onde correm as veredas*”. A cabeceira não é descrita apenas como um lugar, mas como parte do sistema da água em que o nascimento é apenas uma etapa de um processo maior. A vegetação presente nesse ambiente é descrita como densa, escura, alta e úmida, denominada **mata capão**. O capão é um tipo de mata de galeria e está presente nas áreas de nascentes e ao longo dos cursos de água. Nesses ambientes encontram-se espécies de árvores conhecidas localmente como Sucupira Preta, Sucupira Roxa, Landin, Mescla, Embaúba e Ingazeira, utilizadas para a construção de casas.

Nesta região da Serra Geral o nome **vereda** é utilizado para nominar a faixa de terra que fica, geralmente, entre os morros para onde a água das cabeceiras escorre. Portanto, vereda é uma faixa de terra que fica logo abaixo da cabeceira. A terra de uma vereda é baixa,

plana, úmida e fértil, frequentemente utilizada para o cultivo de culturas diversas, tais como feijão, arroz, milho e hortaliças. Em alguns lugares, as veredas são pantanosas, formando pequenos e grandes alagamentos. Mas essa característica das veredas alagadas é uma realidade de poucos lugares. As veredas que conheci nesta região já estavam completamente secas e eram usadas para plantio de mandioca - uma cultura de sequeiro. As veredas localizadas abaixo de chapadas, ocupadas por eucaliptais, secaram completamente. A água é um sistema e as veredas compõem o sistema das águas das chapadas - áreas de recargas hídricas. Esse ambiente praticamente desapareceu nessa região depois dos anos 1900. A terra das veredas era ocupada antigamente pelo arrozal, mas, com a perda da umidade dessas terras, o arroz deixou de ser produzido e a mandioca passou a ser uma das principais atividades produtivas. Essa foi uma resposta adaptativa do sistema agrícola local após a ocupação do eucalipto nas chapadas<sup>10</sup>.

**Diagrama 7:** Perfil transversal da paisagem



**Fonte:** Trabalho de campo, agosto de 2017

A forma com que classificam as nascentes leva em consideração alguns fatores: a potência do afloramento, a perenidade e características do local de afloramento.

<sup>10</sup> Falo das adaptações do sistema agroalimentar nos blocos seguintes.

**Olho d'água** é um tipo de nascente com uma vazão perene que tem água durante todo ano. Pode referir-se, também, a um local onde se encontram vários afloramentos de água.

**Borbotão** é uma nascente forte, de onde é possível ver a água saindo, borbulhando na terra ao redor.

**Nascentinha** é uma nascente mais fraca em relação ao borbotão e ao olho d'água.

**Minadouro** é uma nascente em que o olho d'água não pode ser identificado, pois a água sai *marejando*. Sua principal característica é a dispersão da água pelo solo e o encharcamento presente numa grande área.

**Mineração** é um tipo de nascente intermitente que aparece durante a estação chuvosa, desaparecendo após esse período. Dependendo do volume de chuva a mineração pode aparecer em vários locais de forma dispersa, em locais onde não havia ocorrência de nascentes perenes.

A forma com que as famílias descrevem o ciclo da água nos faz lembrar a fisiologia de um corpo, pois o sistema de nominação dos ciclos da água faz referência a partes de um corpo, como, por exemplo, olhos e cabeça. Para as famílias, o corpo da água encontra-se na chapada, e é através dos olhos, que se encontram nas cabeceiras, que o processo de nascimento da água ocorre. Portanto, a água está associada a um ciclo vivo de nascimento, crescimento e morte. A chapada, as cabeceiras, as veredas, os córregos e os rios fazem parte desse sistema das águas.

### **2.3-Anunciantes da chuva: animais e plantas professoras**

O período das chuvas para as populações do semiárido é um dos eventos mais importantes do ano. Quem já conviveu em alguma porção do semiárido sabe o quanto é aprazível ver a chuva cair na terra seca e ver como os pássaros reagem a este fenômeno natural, fazendo uma cantoria de fim de tarde sem igual. Porém, o microclima presente na Serra Geral, que atravessa parte do semiárido norte-mineiro e baiano, mesmo dentro da região do semiárido, destoa bastante do clima presente no bioma vizinho: a caatinga. A chuva nesse microclima é mais frequente se comparada com a caatinga. No entanto, nos últimos trinta anos, as famílias afirmam que isso vem mudando muito rápido. Tanto que os ciclos chuvosos, por ocorrerem cada vez mais tarde, provocaram um desajuste no calendário agrícola tradicional, que se orienta

nas datas das festas dos santos populares<sup>11</sup>.

A chuva não é só um evento natural, mas representa para as famílias agricultoras uma condição de permanência e sobrevivência em seus espaços de vida. Por isso ela é um evento tão estruturante e estruturador da vida no campo. A chuva, como uma condição de sobrevivência, fez com que as famílias dessa porção da Serra Geral desenvolvessem, ao longo de tempos, um conhecimento que prisma a busca por sinalizadores da chegada da chuva. É um conhecimento baseado numa vontade de antever os fenômenos meteorológicos, mas diferente da forma com que ciência meteorológica trabalha, usando modelos matemáticos. Essas famílias observam comportamentos de animais e plantas para, assim, gerar informações, no que poderíamos considerar como uma “ciência meteorológica geraizeira”. Mas esse conjunto de saberes acumulados há centenas de anos leva em conta, também, os ciclos da lua e os movimentos dos ventos, compondo, notadamente, uma sabedoria local, que tem como objetivo criar previsões para eventos climáticos.

Toda essa vontade de antever os eventos meteorológicos tem relação com a busca do momento certo para a preparação da terra, primeira atividade do ciclo agrícola, que geralmente se inicia entre o final do mês de setembro e o início do mês de outubro. No entanto, a partir do mês de julho, os animais, as plantas, a lua e o vento passam a ser observados como anunciadores.

Por exemplo, o João de Barro, pássaro típico dessa região, anuncia o lado de onde as primeiras chuvas virão. Quando ele escolhe o lado em que construirá a porta de sua casa, as famílias sabem que a chuva vem na direção oposta, pois o João de Barro nunca constrói a porta na direção da chuva.

A sucupira branca, árvore encontrada no bioma cerrado, transpira água de sua flor pouco tempo antes de caírem as primeiras chuvas da nova estação. As aranhas são indicadoras da potência da chuva que chegará. Se elas reforçam a sua teia, a chuva que virá é considerada grossa. É uma chuva boa para fazer os preparos da terra para o novo plantio.

A cagaiteira, árvore frutífera do cerrado, muda de comportamento antes das primeiras chuvas da nova estação. Essa planta fica completamente florida. O Sabiá também é observado como um anunciador das primeiras chuvas. Este pássaro canta um canto mais agitado quando a chuva está por cair.

A galinha d’água é um dos animais mais referenciados no controle meteorológico local,

---

<sup>11</sup> Essa parte foi tratada quando descrevemos o sistema agroalimentar local.

e seu anúncio é indicado através de seu canto. Ela cantarola três vezes seguidas na baixa, indicando a aproximação do novo ciclo da chuva. Além dela, o sapo *boca de sessenta dias*, quando canta da beira do rio, está dizendo sobre a aproximação de um novo evento chuvoso.

Já o Guariba faz um barulho *bugiando*, e o pássaro peixe-frito, quando canta, indica um longo período de chuva. A formiga *de correção* sai do buraco e faz carreira e a formiga de cisco faz estruturas de pau na entrada de suas casas. O pássaro-mãe e a seriema cantarolam na chapada. O calango verde se esconde em buracos. O Sabiá da Praia passa a cantar durante a noite e a laranjeira solta suas flores. O Curiango, pássaro noturno, cantarola durante o dia e a noite.

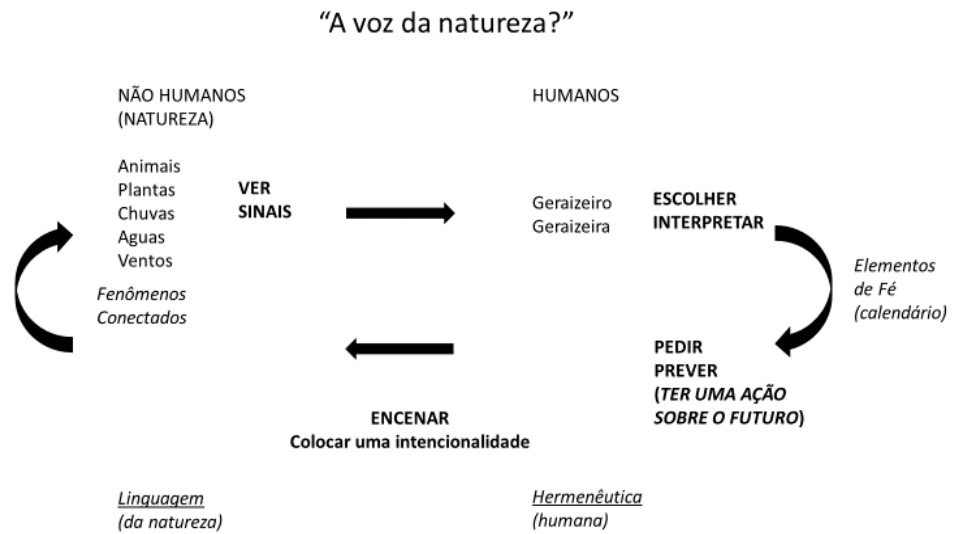
O pássaro capa rouca faz um buraco no chão para se proteger. O lagarto teiú e o tatu saem em busca de um novo abrigo. O pequizeiro inicia sua florada antes das primeiras chuvas, indicando que o ano pode ter uma boa colheita de pequi.

É percebendo a maneira que a vida se organiza nos gerais que compreendemos a importância desse conjunto de saberes. A organização da vida geraizeira está diretamente ligada aos movimentos da natureza. A percepção das dinâmicas climáticas também está cimentada numa concepção de fé que dá sentido às práticas cotidianas. A vida do geraizeiro espera pela chuva e segue num ritmo de esperança, onde fé e realidade se misturam num movimento muito próprio.

A figura abaixo é um modelo de como essa hermenêutica interpretativa da natureza se apresenta na estrutura de pensamento geraizeiro. Os geraizeiros usam os não humanos com uma intencionalidade temporal, pois estes ajudam os humanos a se conectarem com o presente e o futuro, criando possibilidades de antever os fenômenos meteorológicos. Possibilitam estabelecer, assim, uma linguagem onde o personagem humano se coloca, ao mesmo tempo, como narrador e observador, e os animais, como professores de sua intencionalidade.



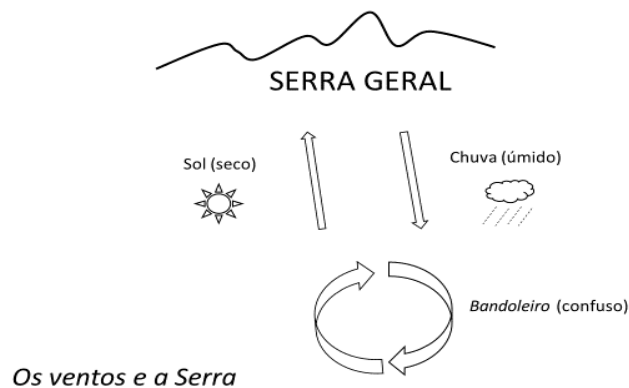
**Diagrama 8: A voz da natureza**



## 2.4-Anunciantes da chuva: vento professor

A partir do mês de julho as famílias começam a observar o comportamento do vento com mais atenção. No entendimento local, a direção que o vento toca, entre a serra e as baixas, determinará a chegada da chuva. Os ventos, além de anunciarem a aproximação da chuva, também podem revelar o tipo de chuva que se aproxima. As primeiras chuvas são esperadas entre a partir do mês de setembro. A chuva que vem da direção da Bahia é uma chuva considerada fina. A chuva mais aguardada é a que vem da direção da Serra Geral em sentido à baixa. O vento que bate no paredão da serra é de origem da caatinga baiana. Para as famílias, esse vento é seco e não traz umidade suficiente para iniciar a primeira fase de preparação das terras para o plantio - *o tombamento das terras*, como eles denominam esta primeira atividade do ciclo agrícola anual. O vento que sopra em cima da serra e em direção às baixas revela que a chuva boa, chuva de umidade, está próxima. Esta chuva tão aguardada é grossa e forte, suficiente para umedecer a terra. É esta umidade que determinará o preparo para o novo plantio. Portanto, para as pessoas desse lugar, um simples vento pode revelar muitas coisas, dentre elas, o fim de uma longa espera pelas primeiras chuvas - a chuva de rama, como é conhecida.

**Diagrama 9:** Tipos de ventos e características



## 2.5-Tipos de chuva

As chuvas são também classificadas. Nesta classificação são consideradas a direção dos ventos e a característica que cada chuva apresenta, relacionada à direção de onde ela é originária. Conforme abordamos na parte dos ventos, a chuva originária da caatinga baiana possui uma característica diferente da chuva que vem do sentido oposto. Além dos determinantes do movimento dos ventos, as chuvas ganham nomes. Por exemplo, as primeiras chuvas que abrem o período *das águas* são chamadas de *chuvas de rama*, e as últimas chuvas, que fecham o ciclo chuvoso, são conhecidas como chuvas da *bucha do capim*. Essas duas chuvas estão relacionadas com o movimento das plantas, que indicam o início da temporada chuvosa e o seu fim.

Para além disso, as chuvas podem ser nominadas por outros eventos. Por exemplo, a chuva que chega com granizo ganha o nome de “chuva de flor”. A chuva que acontece com o sol ainda aberto leva o nome de *chuva da mulher do padre* ou *chuva do casamento da raposa*.

**Quadro 10:** Tipos de chuva

| Tipos de chuva  | Características                            |
|---|--|
| Inverno ou invernada                                  | Período longo de chuva                     |
| Chuva de flor   | Chuva de pedra de gelo ou chuva de granizo |
| Chuva casamento da raposa ou chuva da mulher do padre | Chuva com sol                              |
| Tromba d'água   |  |
| Librina   | Neblina com nuvens baixas                  |
| Chuva do arco da velha                                | Chuva com arco-íris                        |

## CAPÍTULO III

### SISTEMA CABECEIRA

#### 3.1-Sistema cabeceira

As primeiras famílias que chegaram a esta porção da Serra Geral estruturaram um sistema agroalimentar, congregando os ambientes de **tabuleiro**, **baixa** e **chapada**. O modelo agroalimentar estruturado nesta porção do gerais só foi possível devido à abundância de água presente nas cabeceiras abaixo das chapadas. É importante destacar que toda experiência agrícola desse sistema alimentar acontecia abaixo das cabeceiras d'água. A quantidade de água disponível nessas cabeceiras e o solo fértil das baixas atraíram esses primeiros moradores. Mas foram as inclinações presentes no relevo dos tabuleiros que possibilitaram às primeiras famílias criarem um sistema de irrigação e abastecimento de água que ainda podia ser visto até o fim da década de 1990 em algumas comunidades.

Essa forma de ocupação pode ser considerada como um padrão, repetindo-se em toda a porção de terra onde havia as cabeceiras d'água. Esse sistema de abastecimento e irrigação era construído através de valas escavadas no chão aberto, utilizando, basicamente, a força gravitacional.

Esta forma de ocupação humana observada nesta porção da Serra Geral pode ser compreendida como um padrão de ocupação humano, e não só um exemplo narrado nos três casos apresentados neste estudo. Como já descrevemos no primeiro capítulo, uma corrente migratória, impulsionada pela busca de ouro, trouxe uma leva significativa de pessoas no final do século XVIII para esta região. Muitos dos atraídos fixaram-se nas regiões de cabeceiras, permanecendo como pequenos agricultores. Esta forma de ocupação humana estruturou, ao longo de trezentos anos, uma forma de viver. As experiências de manejo dos ambientes tabuleiro, chapada e baixa ao longo desses trezentos anos geraram um conjunto de práticas e saberes. Denominamos *sistema cabeceira* esse conjunto de práticas e saberes sistematizados ao longo desses trezentos anos, de geração em geração, nestas faixas de terras.

#### 3.2-Sistema antigo de transporte de água

O sistema de transporte de água antigo usava a força gravitacional proporcionada

pelas inclinações dos tabuleiros. Tal força permitia que a água escorresse através de valas até os quintais das casas. O sistema arcaico de transporte de água construído pelas primeiras famílias que ocuparam as cabeceiras ainda era utilizado no final da década de 1990, em alguns lugares, como forma de abastecimento de água e irrigação.

Tal sistema permitiu que um modelo agrícola de base familiar fosse desenvolvido nas faixas de terras abaixo das cabeceiras<sup>12</sup>. Até a década de 1990 a principal fonte de abastecimento era a água das cabeceiras. Não havia a necessidade de recorrer à água de cisternas, poços artesianos e, muito menos, de captação da chuva. Portanto, toda a água usada nas casas provinha de uma cabeceira.

Uma extensa vala era escavada no chão, ligando a água das cabeceiras aos quintais das casas. O início de uma vala poderia ser logo abaixo das principais nascentes de uma cabeceira. Cada vala principal (vala-mãe) estava conectada a valas menores que, por sua vez, levavam água até uma casa.

As valas menores são chamadas localmente de *regra d'água*. Esta é uma forma de nominar as valas menores, que podem ser compreendidas como uma “*porção de água*” a que uma família tem acesso ou direito.

A vala-mãe, em regra, transportava água para várias famílias que viviam abaixo de uma cabeceira. A água de um manancial poderia ser partilhada por vários grupos domésticos, podendo ser familiares ou não.

Como regra, neste tempo, a água de uma cabeceira era de uso compartilhado, servindo para quem conseguisse acessá-la. Geralmente, as famílias que não tinham acesso à água canalizada diretamente das nascentes residiam em casas cuja posição da construção não permitia uma conexão com a água da vala-mãe. Nestes casos, as famílias buscavam a água diretamente do leito de um córrego ou rio mais próximo. Até os anos 1990, eram raros os grupos domésticos que possuíssem um sistema individualizado de acesso à água. Portanto, era comum toda nascente ser partilhada.

Todo sistema de valas terminava em um leito de um córrego. Nem toda água que atravessava o sistema de valas era utilizada. Na verdade, a maior parte era reencaminhada ao sistema natural das águas.

O encaminhamento da água para os córregos permitia não só gerir os problemas do excesso de água - que poderia alagar partes das terras -, mas também, conectar o sistema

---

<sup>12</sup> Abordaremos mais sobre o sistema agrícola no bloco a seguir.

artificial ao sistema natural das águas. Desse modo, os quintais das casas estavam interligados ao curso natural da água: córregos, ribeirões e rios. Isso possibilitava, entre outras coisas, um trânsito de diferentes espécies de peixes nas pequenas valas que atravessavam os quintais.

Peixes como bagre, traíra e piabinha vermelha atravessavam todo sistema de valas, circulando entre o sistema artificial e o natural. A interligação dos dois sistemas da água permitia uma modalidade de pesca usando *balaio* e, até mesmo, as próprias mãos.

Durante o mês de agosto de cada ano as famílias se reuniam para um trabalho de limpeza do sistema de valas: “*o mutirão da limpada do rego*”. Esse trabalho coletivo acontecia antes das primeiras chuvas e todas as famílias que utilizavam o sistema de transporte de água participavam desse trabalho de manutenção.

### **3.3-Construção e organização da casa**

As casas eram construídas nos tabuleiros entre as cabeceiras e baixas. Eram tradicionalmente feitas com tijolos de adobe e madeiras extraídas da mata *capão*. Preferencialmente, utilizava-se a Sucupira Preta, o Vermelhão e o Jataí Peba. O Vermelhão e a Sucupira Preta, por serem madeiras de grande porte, eram extraídas para a cumeeira das casas, e o Jataí Peba era usado, preferencialmente, para esculpir portas e janelas.

Os tijolos e telhas eram feitos pelas famílias com barro cru amassado e secado ao sol. Algumas casas também tinham pisos feitos a partir do barro, mas a maior parte das casas contavam apenas com *chão batido*. As paredes eram usualmente pintadas com *tabatinga branca*, um tipo de argila encontrada com muita frequência nesta região.

A porta de entrada da casa dava acesso à sala. A sala, por sua vez, era mobiliada apenas com bancos de madeira encostados às paredes. Também, fazendo parte da mobília, estavam as estacas de pau usadas para pendurar chapéus e sacos de pano. A sala dava acesso aos quartos. Nos quartos, a roupa era guardada em baús de madeira. As camas eram feitas de madeira e tiras de couro. Os colchões, por sua vez, eram confeccionados com *paina*, uma espécie de palha de palmeira.

A cozinha ficava ao fundo, também ligada à sala. As refeições aconteciam na cozinha. As pessoas se sentavam nos bancos de madeira ou até mesmo no fogão a lenha que ficava recartilhado em uma das paredes. Nesta parte da casa estava o pote que mantinha a

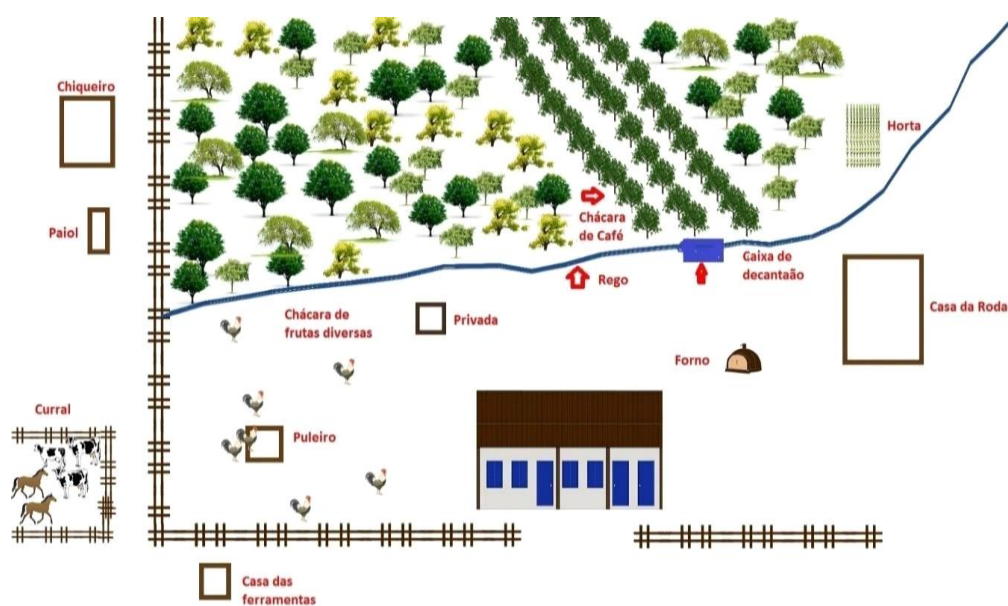
água de beber sempre fresquinha.

A despensa, também, fazia ligação com a cozinha. Na despensa eram armazenados os alimentos produzidos nas safras do ano ou de anos anteriores. Era o espaço onde se armazenava o feijão, arroz, a farinha, a goma e o café. Era, também, lugar de organização das frutas reservadas para amadurecimento, da rapadura para adoçar o café e dos ovos colhidos. Nela, também, era onde se moía o café. Na despensa se guardavam a coalha do leite, as trouxas de massa de requeijão e, também, a carne de caça e/ou de *matança*. A despensa era um espaço importante, onde acontecia a gestão dos recursos alimentares da família.

Ao lado da casa encontrava-se a casa da roda, normalmente erguida com troncos de madeira de Jataí Peba e Sucupira Preta. Era um espaço aberto, sem paredes e de chão de terra batida. Este anexo era o espaço das principais atividades de geração de renda: a extração da farinha e da goma da mandioca.

Ao fundo das casas, em regra, encontrava-se a privada seca, o forno para assar os biscoitos e o chiqueiro. No quintal estava a chácara com uma diversidade de árvores frutíferas e a horta. O curral, por sua vez, quando existia, ficava ao lado da casa. Toda casa, também, possuía um paiol onde o milho era armazenado. O rego d'água atravessava toda a chácara. Em algumas casas as famílias possuíam monjolos movidos pela força da água.

**Diagrama 11: Casa**



**Fonte:** Trabalho de campo, março de 2017

A água transportada nas valas permitia cultivar a chácara durante os meses de maio a setembro, período em que não ocorrem chuvas nesta região. Toda chácara, no tempo dos regos d'água, tinha um espaço reservado para a cultura do café, para o pomar e para a horta. Na chácara também eram feitas pequenas agriculturas, como, por exemplo, a *roça de andu*. As culturas permanentes estavam distribuídas ao longo da chácara. Os quintais das casas tinham um papel importante dentro do sistema agroalimentar destas famílias, pois uma parte importante desse sistema estava estruturado nesta parte do terreno familiar.

### 3.4-Sistema agroalimentar

As famílias construíram uma experiência produtiva, consorciando as lavouras permanentes dos quintais com as lavouras sazonais plantadas nas terras baixas e tabuleiros.

Na terra de baixa plantam-se as **lavouras anuais** de arroz, feijão e milho. Na baixa se plantava o arroz nos períodos de chuvas e, no período da seca, ganhava lugar o feijão. Ainda nas partes baixas podiam ser plantados o milho e feijão.

Em relação aos espaços de baixo, o tabuleiro era o ambiente mais cultivado. Era onde ficava a maior parte das culturas do sistema alimentar. No tabuleiro plantavam-se a mandioca, o milho e feijão. Mas o tabuleiro, diferente da baixa, só era cultivado no período de chuvas.

As terras de herança eram divididas, preferencialmente, de forma que as famílias tivessem acesso às terras da baixa e do alto, garantindo o funcionamento do sistema alimentar. Essa forma de partilha das terras também permanece até os dias de hoje. A maioria das famílias nas três comunidades observadas tem entre 2 a 6 hectares de terra. Poucas famílias possuem mais que isso. Raras são as famílias que só possuem terras de baixas ou somente terras de tabuleiro.

O café plantado nos tabuleiros estava consorciado com as árvores ingazeiras. A ingazeira criava um ambiente favorável para o desenvolvimento do cafezal. Em toda chácara havia uma parte reservada especialmente para o plantio do café. Além do café, eram produzidas banana, laranja, cana, jabuticaba, manga, caju, mamão, abacate, limão, jaca, cajá, maçã, pêssigo e uva, dentre outras frutas. Algumas famílias comercializavam parte da produção do quintal nas feiras da cidade de Rio Pardo e, também, nas feiras da região da

caatinga. O café, a laranja e o abacate eram os alimentos mais comercializados.

Uma parte da cana produzida nas baixas era destinada para animais e a outra parte atendia à produção de rapadura e cachaça. Em uma terra de baixa as famílias tinham o costume de plantar variedades de canas em um mesmo espaço. Era possível encontrar, em um mesmo lugar, a cana javo, a cana rosa, cana fista, cana uva, cana caiana, cana caiana preta, cana brejeira, cana lagoa, cana chibanca e ozina. Cada variedade de cana produzia uma qualidade de rapadura e cachaça. Os produtos produzidos a partir da cana eram comercializados tanto no mercado local quanto nas feiras da caatinga.

A farinha e a goma extraídas da mandioca eram também comercializadas nas feiras da caatinga, e uma parte da produção era destinada ao consumo doméstico.

Os animais de pequeno porte eram criados nos quintais: porcos, galinhas, cocós e perus. Destes, a maior parte era destinada ao consumo doméstico, e também eram comercializados mediante necessidade.

Além das lavouras, o extrativismo de frutas nos tabuleiros e chapadas e a criação de pequenos animais e animais de grande porte, em regime de *solta* na chapada, faziam parte do sistema alimentar dessas famílias. A chapada era um espaço de apropriação essencialmente coletivo até por volta dos anos de 1970, antes da ocupação do eucalipto. As famílias que possuíam gado criavam o rebanho em um regime de compartilhamento coletivo do espaço. O gado criado em regime de solta funcionava como uma reserva de valor, uma espécie de poupança. Caso fosse necessária uma quantia de dinheiro para uma emergência o gado era o primeiro recurso a ser comercializado.

Em algumas chapadas, como é o caso da comunidade Moreira, os rebanhos de várias famílias de comunidades vizinhas conviviam em um mesmo espaço. O pequi, a mangaba e o rufão extraídos nas chapadas eram comercializavam nas feiras da caatinga.

### **3.5-Calendário Agrícola**

As estações anuais climáticas - primavera, verão, outono e inverno - ganham outra subdivisão na perspectiva das famílias. Observamos duas grandes estações anuais: o “tempo das secas” e o “tempo das águas”.

O dia da festividade de São João fecha a estação “tempo das secas” e abre a nova estação: o “tempo das águas”. O dia 24 de junho é visto como um marco temporal importante de fechamento e abertura do calendário climático. Este dia também é visto como



anunciador do comportamento da próxima estação. Os fenômenos climáticos manifestados neste dia são compreendidos como uma espécie de premonição que determina o comportamento da próxima grande estação. A ideia de premonição está anunciada na expressão local “a sorte de São João” que ilustra o entendimento local deste dia.

A “sorte de São João” inicia-se na véspera do dia de São João e termina no dia 25 de junho. Desse modo, são observadas as combinações dos acontecimentos que irão suceder ao longo dos dias 23, 24 e 25 de junho. Portanto, esta combinação revelará, de forma positiva ou negativa, o restante da estação. Conforme entendimento local, se a chuva chegar no dia 23 significa que o período chuvoso irá iniciar mais cedo, podendo ser ainda no mês de setembro. Se o dia 24 amanhecer nublado ou com chuva, significa que o ano é bom de água. Se o dia 24 for dia de sol, ou seja, sem presença de chuva, significa que o ano será de pouca chuva. Em outra situação, quando a chuva aparece somente no dia 25, significa que a mesma irá chegar mais tarde do que o habitual, podendo ocorrer somente entre novembro e dezembro.

São Pedro também é visto na cultura católica popular como o santo portador de poderes que interferem nos fenômenos naturais climáticos. Este santo é comemorado no dia 29 de junho e, para o povo dos gerais, é um resgate possível à “sorte de São João” - como um recurso último dessa sorte. No entendimento popular é ele quem abre as portas do céu. Dessa forma, dependendo do que foi revelado, sua interferência é solicitada na forma de orações, penitências e romarias.

Outra chuva do calendário local é a chuva de São Miguel. No dia de 29 de setembro, dia desse santo, é esperada a chuva. Portanto, as pessoas saem de casa resguardadas para um dia molhado. O dia da Santa Luzia também era um marco importante, pois a partir do dia 13 de dezembro não é apropriado para o plantio, porque se passa a ter uma outra recorrência das chuvas, o que comprometeria o desenvolvimento de uma possível nova cultura.

As famílias possuem um calendário anual de plantio que orienta o início e fechamento dos ciclos de preparação da terra. Esse calendário não é rígido, pois depende exclusivamente do ciclo da chuva.

Observamos que os ciclos da lua, o ciclo das festividades dos santos populares e o ciclo das chuvas orientam a organização do calendário. No entanto, é o comportamento da chuva que determina o momento exato para a preparação da terra, o plantio e a colheita. Porém, as famílias compreendem que, se o comportamento das chuvas está em ressonância

com as datas das festividades dos santos populares, a preparação da terra, o plantio e a colheita serão bem-sucedidos. Fé, chuva e agricultura são experimentadas em conjunto pelas famílias.

**Quadro 12:** Calendário de plantio e santos populares

|           | <b>Chuva</b>   | <b>Plantio</b>   |
|-----------|--|--|
| Janeiro   |  |  |
| Fevereiro |  |  |
| Março     | 19 - São José<br>Finalização do período das águas  | 19 - Planta do feijão de São José na terra baixa         |
| Abril     |  |  |
| Maio      | Chuva da bucha do capim  |  |
| Junho     | 23, 24 e 25 - São João Batista<br>Chuva da “sorte de São João”   |  |
| Julho     |  | 26 - Planta do milho de Santana na baixa                 |
| Agosto    | 15 - Nossa Senhora do Patrocínio<br>Chuva de garoa   |  |
| Setembro  | 29 - São Miguel<br>Chuva de São Miguel ou chuva de rama (ou chuva de broto)                                      | 29 - dia de São Miguel - tombava a terra e plantava      |
| Outubro   |  | 12 - Nossa Senhora Aparecida<br>Dia de plantio           |
| Novembro  | 1 - Chuva de dia de Todos os Santos<br>Chuva do dia de Todos os Santos<br>2 - Dia de Finados<br>Chuva de finados | 1 - Plantio de Todos os Santos (preferencialmente milho) |
| Dezembro  | 25 - Natal<br>Chuva de Natal   | 13 - Santa Luzia<br>Período máximo de plantar            |

### 3.6-Calendarário lunar

O comportamento da lua também orienta algumas atividades cotidianas das famílias, como cortar cabelo, retirar madeira, extrair óleos, promover o cruzamento de animais, semear algumas culturas e pescar. A lua minguante é considerada uma lua fraca, que impossibilita algumas atividades, como, por exemplo, o plantio. A lua nova é uma boa lua para algumas atividades, como, por exemplo, plantar frutas. Já a lua cheia pode ser muito boa para plantar cana e outras atividades, como, por exemplo, cortar madeira para construção.

**Quadro 13:** Fases da lua e atividades

|                            | NOVA<br>●                           | CRESCENTE<br>☾                     | CHEIA<br>○     | MINGUANTE<br>☽  |
|----------------------------|-------------------------------------|------------------------------------|----------------|---|
| <b>Características</b>     | Forte                               | Fraca para forte                   | Forte          | Fraca   |
| <b>Atividades</b>          |                                     |                                    |                |   |
| <b>Plantar</b>             | Plantar frutas.                     |                                    | Somente cana.  | Milho, feijão, arroz.   |
| <b>Cortar madeira</b>      |                                     |                                    |                | Para construção (não aparece caruncho) intervalo entre maio e junho até início de setembro.             |
| <b>Cruzamentos animais</b> | Nascem fêmeas.                      |                                    | Nascem machos. |   |
| <b>Pesca</b>               |                                     |                                    | Pesca.         |   |
| <b>Cortar cabelo</b>       | Cortar o cabelo, não cai.           |                                    |                |   |
| <b>Extração de óleos</b>   |                                     | Extração de óleo de pequi e rufão. |                |   |
| <b>Intervalos</b>          | O sangue fica agitado na lua forte. |                                    |                | Intervalo de cheia para minguante fazer castração, pois é passagem de uma lua forte para uma lua fraca. |

As famílias que ocuparam estas cabeceiras criaram estratégias produtivas diversificadas, congregando as potencialidades que cada ambiente oferecia-lhes. Assim, as formas de manejo realizadas nos ambientes da chapada, tabuleiro e baixa possibilitaram a construção de um modelo de produção alimentar. Nesses ambientes, ao longo do tempo, as famílias acumularam conhecimentos, perpetuados de geração em geração. O conjunto de conhecimentos gerados das práticas agroalimentares é visto, aqui, como um modelo alimentar próprio desse lugar.

## CAPÍTULO IV

### TERRITORIALIDADE E CONFLITOS

#### 4.1-Situando um debate

No início do século XX, os trabalhos sobre o mundo rural realizados por Antônio Cândido, Maria Isaura Pereira de Queiroz, Emílio Willems, Douglas Monteiro e Walnice Nogueira Galvão, amparados nas abordagens sobre cultura agrária/rural e civilização rural, construíram parte da experiência da sociologia rural e antropologia cultural brasileiras. Tais autores, baseados na tradição europeia de cultura agrária e cultura camponesa, seguiram duas principais correntes: uma, que priorizava a abordagem histórica, em que a definição do sujeito camponês enfocava a sua gênese; e uma segunda, com abordagem socioantropológica, que procurava definir o sujeito camponês dentro do contexto socioeconômico e antropológico.

No entanto, a partir do final dos anos 1980, as categorias ‘camponês’ e ‘campesinato’ foram sendo deixadas de lado e uma “nova agenda de pesquisa” sobre o âmbito rural, que enfocava a multiplicidade de categorias dos grupos culturalmente diferenciados do mundo rural, ganhou a cena da sociologia rural e antropologia cultural desse contexto.

Almeida (2007) diz que um grupo de intelectuais inseridos nesta nova frente de pesquisa sobre o ‘mundo rural’ tem anunciado em seus trabalhos o fim das abordagens sobre campesinato. Para ele, há alguns equívocos num anúncio prematuro da “morte do campesinato” enquanto conceito e prática de pesquisa.

Almeida (2007) reconhece que o culturalismo agrário em destaque, presente nos trabalhos de Antônio Cândido e Maria Isaura Pereira de Queiroz, permanece sendo um programa ativo de pesquisa e continua vivo como instrumento para a ação política. A própria ideia e a construção presentes nas abordagens de culturas camponesas dotadas de peculiaridades linguísticas, religiosas, tecnológicas e sociais são usadas como argumentos de reivindicação de direitos para grupos culturalmente diferenciados, pois é a noção de cultura, por assim dizer, que liga as pessoas à terra.

A nova frente de pesquisa que emergiu dentro da sociologia rural e da antropologia no final dos anos 1980, contexto em que vários grupos emergem na cena pública reivindicando categorias culturalmente diferenciadas - ribeirinhos, seringueiros,

quilombolas, pescadores artesanais, quebradeiras de coco babaçu, castanheiros, faxinalenses, geraizeiros, caatingueiros, barranqueiros, vazanteiros e piaçabeiros -, é, para Almeida (2007), em grande medida, um contínuo da problemática de pesquisa já inaugurada pela abordagem do culturalismo agrário e das sociedades camponesas. Saíram de circulação os termos ‘civilização agrária’ e ‘cultura camponesa’, e o que emergiu foi a ideia de grupos tradicionais, focalizando a diversidade fundiária e as múltiplas identidades.

Ainda para Almeida (2007), a problemática do “campesinato” - que ocupou, em grande parte, as reflexões do mundo rural nos anos 1960 a 1980 dentro das Ciências Sociais, através de estudos sobre as frentes pioneiras do desenvolvimento, da problemática da reforma agrária e modernização da agricultura - passou a ser enriquecida por uma nova agenda de pesquisa que tem se concentrado numa reflexão que se ocupa das práticas e do modo de vida do “campesinato”, que considera fatores identitários, particularidades no uso da terra ou as formas de organização econômicas dos chamados grupos “tradicionais”.

Quando Almeida (2007) anuncia em seu texto “a morte do campesinato” é mais uma forma de nos provocar para um debate acadêmico que sinaliza a emergência de abordagens que proponham rupturas, sem reconhecer, em grande parte, continuidades no debate sobre o modo de viver no campo. Em grande parte, estas apresentam-se como um contínuo de uma agenda de pesquisa iniciada ainda nos estudos sobre campesinato clássico e que são, atualmente, reforçadas por uma perspectiva cultural que trabalha atualizando temas recorrentes no debate sobre o mundo rural. Nossa pesquisa etnográfica insere-se dentro desta “nova agenda de pesquisa”, que busca refletir sobre as práticas e o modo de vida “camponeses” no Brasil. Tendo em consideração a diversidade de formas de viver, a diversidade fundiária e as formas de uso comum dos recursos naturais.

## **4.2-Diversidade fundiária e terras tradicionalmente ocupadas**

As experiências de apropriação da terra e recursos naturais que as pesquisas etnográficas têm sinalizado em relação aos chamados “grupos tradicionais” demonstram que, por vezes, modelos definidos como ‘comuns’ ou ‘privados’ nem sempre são suficientes para descrever a maneira com a qual esses grupos, ditos “tradicionais”, apropriam-se de seus espaços e de seus recursos naturais.

Paul Little (2002) e Almeida (1989) indicam que essa diversidade de formas de se relacionar coletivamente com os recursos naturais pode ser compreendida como uma

expressão de algo maior, que eles designam como territorialidade. Nesta concepção, territorialidade pode ser entendida como um esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a, assim, em seu território. Portanto, um território coletivo só pode ser constituído a partir das condutas de territorialidades de um grupo social. Paul Little (2002) afirma que um território é um produto histórico de processos sociais e políticos.

Almeida (1989) esclarece que territorialidade e territorialização têm significados distintos, podendo ser partes de um mesmo fenômeno que se liga a um processo coletivo maior. Portanto, o processo de territorialização pode ser observado, também, em ações de defesa territorial, enquanto que a territorialidade liga-se a fatores de construção de uma identidade de grupo.

Para Almeida (1989) precisamos observar de que maneira esses grupos expressam, constroem e atualizam sua territorialidade. Entre alguns aspectos, a territorialidade pode ser observada, entre outras coisas, na maneira com a qual esses coletivos atualizam normas; na forma como delimitam seu espaço; como fator de identificação, defesa e força; na forma de ajuda mútua e de laços de solidariedade.

Para além disso, a territorialidade se expressa num conjunto de regras firmadas sobre uma base física considerada comum, essencial e inalienável - podendo ser vista, também, nas formas de acesso, uso e gestão dos recursos naturais, florestas, água e solos agricultáveis.

No caso do nosso estudo, buscamos demonstrar como essa territorialidade se expressa na forma do trabalho mútuo, no modo de manejo da terra, na construção de um sistema agroalimentar, na relação com os animais e fenômenos da natureza, na forma de demarcar os limites do território, na maneira de defesa do espaço - e, principalmente, no modo de gestão coletiva dos recursos hídricos, onde concentramos parte do nosso esforço de pesquisa.

Almeida (1989) ainda cunha um termo corrente, atualmente usado em trabalhos científicos sobre os fenômenos do mundo rural e também muito incorporado no campo da luta política, designando como “terras tradicionalmente ocupadas” os fenômenos de territorialidades, em geral, de grupos sociais diversos.

“Populações tradicionais” é outro termo acessório às “terras tradicionalmente ocupadas” que tem ganhado força na cena política e, também, em trabalhos científicos. Tal termo não deixa de ser um grande ‘guarda-chuva’ conceitual onde, entre outras coisas,

muitos trabalhos científicos têm se situado numa tentativa de indicar situações nas quais o controle dos recursos naturais disponíveis no território não é exercido de forma livre e individual, mas manejado numa combinação entre apropriação privada e comum. Localiza-se, também, numa tentativa de demonstrar uma diversidade sociocultural que se expressa numa diversidade fundiária. Não podemos deixar de dizer que essa construção teórica também se inscreve numa tentativa de dialogar com o regime jurídico estatal, que não reconhece formas diversas de apropriação coletiva de terra e recursos naturais.

Para Almeida (1989) um dos equívocos associados à noção de “tradicional” é uma tendência à redução pelo aspecto histórico, pois desconsidera o fator de mobilização contínuo e presente na vida desses grupos sociais.

### **4.3 - Desenvolvimento rural e expropriações**

Na década de 1970, o semiárido mineiro é inserido na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste/SUDENE. Tal inserção objetivava integrar essa porção do território do Estado de Minas Gerais às dinâmicas da economia nacional. A visão inscrita no plano de desenvolvimento rural desse contexto era “eliminar os bolsões de pobreza combatendo os efeitos maléficos da seca”.

Delgado (1985) indica que o período que se estende entre os anos de 1965 a 1982 é considerado a “idade de ouro” do desenvolvimento da agricultura capitalista e marcado pela integração do campo com a economia industrial e urbana, sob forte mediação financeira do Estado.

Neste contexto foram destinados recursos públicos para implementação de empreendimento rurais em diferentes setores produtivos: agricultura/fruticultura irrigada, monocultura de eucalipto, pecuária extensiva e monocultura de algodão. Uma série de projetos, tanto do governo federal quanto do estadual, foi implementada na região Norte do Estado de Minas Gerais. Neste contexto, muitos empresários expandiram seus negócios para essa porção do estado, atraídos, em grande parte, pelos incentivos governamentais sob a forma de isenção fiscal ou concessão de terras públicas.

Porto-Gonçalves (2000) afirma que é dessa forma que os gerais e as terras públicas das chapadas dos sertões do Norte de Minas se tornam particulares - seja pela mão do Estado, através de contratos de concessão de uso para as grandes plantações de eucaliptos, seja pela apropriação forçada, sob a forma de expulsão das populações locais.



Coube à Fundação Rural Mineira/RURALMINAS a execução e gerenciamento do projeto de desenvolvimento no Estado de Minas Gerais. Tal fundação foi criada em 21 de novembro de 1966, pela Lei Estadual nº 4.278. A criação da Ruralminas estava totalmente ligada à Política Nacional de Desenvolvimento Rural articulada pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), sendo a Ruralminas o órgão responsável pela execução e gerenciamento dos projetos de desenvolvimento rural de tal superintendência no Estado de Minas Gerais.

Nesse contexto, a Ruralminas executou diferentes programas em terras públicas e privadas, como a implementação do Distrito Agroindustrial do Jaíba, em convênio com a CODEVASF (Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba), e a implementação do projeto de irrigação do Vale do Gorutuba. Além disso, houve a instalação do Programa de Aproveitamento de Várzea (ProVárzea) e a frente de expansão da silvicultura na região Norte de Minas e Vale do Jequitinhonha.

A Ruralminas possuía poderes para comprar, subdividir, desenvolver e administrar propriedades agrícolas, atuando no processo de transferência das terras públicas para o setor privado. A atuação da Ruralminas é, nesse contexto, sinônimo de violência e de desrespeito para com as famílias atingidas pela frente desenvolvimentista no campo.

Araújo (2006) descreve esse período como um tempo de expropriação, de desrespeito aos direitos consuetudinários instituídos entre os grupos quilombolas da beira do rio São Francisco. Oliveira (2005) narra um movimento de ocupações das vazantes na beira do rio São Francisco como reflexo dos processos de expulsão das fazendas. Costa (1999) também afirma que esse tempo é marcado pela ampliação dos processos de violência e expropriação das comunidades negras rurais, sendo as comunidades Agreste e Brejo dos Crioulos protagonistas em casos emblemáticos desse período.

Outra frente de expropriações é descrita por Costa (2008) na região do Vale do Gorutuba. De acordo com o levantamento cartorial dos títulos incidentes no quilombo do Gorutuba, Costa (2008) afirma que apenas 3% de todo território original, de um total de 47 mil hectares, estão nas mãos desse grupo - o restante, 97%, encontra-se em posse de fazendeiros e especuladores imobiliários. Os processos de expropriações das famílias negras ocorreram com o objetivo de esvaziar o campo para dar espaço à implantação de fazendas que, mais tarde, seriam transformadas em empresas para estruturação moderna da pecuária.

Na região da Serra Geral, lugar de nossa pesquisa, a partir de 1975 foram estabelecidos, entre poder público e empresas de reflorestamento, contratos de

arrendamentos de terras públicas. Brito (2013) afirma que tais contratos celebrados no município de Rio Pardo de Minas tinham duração entre 23 e 25 anos - sendo a área destinada aos empreendimentos da silvicultura representada por um total de 71.139,71 hectares apenas neste município.

A produção do carvão vegetal da vegetação nativa foi a primeira fase da implantação dos empreendimentos. A discussão sobre o vazio populacional e o vazio econômico legitimava as ações de devastação do cerrado nativo.

Pozo (2002) destaca que o desmatamento realizado gerou profundas transformações no cenário ambiental, socioeconômico e cultural. Para Dayrell (1998) a alteração da paisagem, a simplificação dos agroecossistemas e a restrição às áreas comuns tornaram as famílias locais mais frágeis frente às adversidades climáticas da região, além de mais empobrecidas. As terras tradicionalmente utilizadas em regime comunal pelas populações locais deram espaço a grandes maciços verdes homogêneos. Os grupos familiares que se estabeleceram abaixo das cabeceiras d'água e pequenos cursos d'água nesta região tiveram que se adaptarem à nova realidade de restrição aos recursos naturais, outrora disponíveis de forma abundante.

#### **4.4-Resistência**

Em alguns lugares a Ruralminas desconsiderou as posses de terras, tirando o direito de algumas famílias de permanecer em suas localidades. Teoricamente, os posseiros tinham prioridade na compra das terras, mas, no entanto, Costa Filho (2008) demonstra que as preferências só foram válidas para quem recorreu à justiça. As expropriações ocorreram principalmente em espaços de uso coletivo, onde vigoravam os direitos consuetudinários instituídos na convivência social.

No início dos anos 2000, na região da Serra Geral, onde a monocultura do eucalipto avançou, os contratos estabelecidos entre o Estado mineiro e as reflorestadoras começaram a vencer. Em muitos lugares, após a introdução da silvicultura nas terras de chapadas, famílias e comunidades inteiras ficaram *encurraladas* ou *encantiladas*<sup>13</sup> entre as florestas de eucalipto.

Nogueira (2009) afirma que neste contexto desenrola-se a trama do movimento de

---

<sup>13</sup>Categoria local para referir-se ao processo de expropriação causado pela chegada de empreendimentos de silvicultura, conforme Dayrell (1998) e Galizoni (2002).

reelaboração identitária e reivindicação territorial dos geraizeiros.

Sobre a sociogênese de tal movimento, Nogueira (2017) afirma que as experiências do comunitarismo das Comunidades Eclesiais de Base/CEBs e as concepções da luta pela terra da Comissão Pastoral da Terra (CPT) - em articulação com os movimentos de massa, como a Via Campesina e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) - foram fundamentais para que os geraizeiros construíssem o repertório, a performance de ação política e o enfrentamento aos empreendimentos da silvicultura.

Além disso, Nogueira (2017) afirma que tal movimento de resistência geraizeiro estava abrigado num campo ético-político composto por “setores progressistas” da igreja católica, sindicatos de trabalhadores rurais e organizações não governamentais (ONGs), com destaque para o Centro de Agricultura Alternativa (CAA). Dessa forma, o movimento geraizeiro estava ligado a uma rede de relacionamento e denúncia em diferentes níveis (local, nacional, internacional).

As narrativas de tal movimento eram pautadas incorporando a ideia de aliados naturais da conservação do cerrado e da diversificação produtiva frente à monocultura e à degradação ambiental dos empreendimentos da silvicultura – o que, para Nogueira (2017), representava uma significativa renovação simbólica nas formas de representação das partes em conflito, marcada pela positivação por parte dos geraizeiros e denúncia do caráter predatório referente aos empreendimentos da silvicultura.

A rede de apoio e o movimento geraizeiro passaram a articular formas de reversão das privatizações das antigas terras de uso comum e de finalização de alguns dos contratos de concessão de uso das terras públicas aos empreendimentos do setor da silvicultura. A criação do Assentamento Tapera, do Assentamento Americana, da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Nascentes dos Gerais e da Lei Municipal “João Tolentino” (Lei 1.629, de 10 de abril de 2014) no município de Rio Pardo de Minas são os exemplos mais recentes desse processo de reivindicações articuladas pela rede de apoio e o movimento.

O Assentamento Americana foi criado na modalidade PAS do INCRA, no entanto, ao longo do tempo, foi se consolidando como uma experiência agroextrativista por parte de algumas famílias. A fazenda que deu origem ao assentamento foi adquirida em 1974 pela empresa Floresta Rio Doce, que a utilizava para produção do carvão. Em 1990, a fazenda encontrava-se abandonada e os moradores locais retomaram a prática da solta do gado, como era feito antes das privatizações. Em 1995, a Companhia Vale do Rio Doce é incluída no

Programa Nacional de Desestatização do governo de Fernando Henrique Cardoso. No ano de 1997 a Vale anuncia o leilão de 17 fazendas no município de Grão Mogol, e entre elas estava a fazenda Americana. A partir da divulgação do leilão, o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Grão Mogol, juntamente com a FETAEMG, reuniram em assembleia 400 trabalhadores rurais, que reivindicaram a criação de um assentamento rural ao INCRA. Alguns anos depois foi implantado o assentamento rural. Carvalho (2013) afirma que “o Assentamento Americana abriga uma proposta diferenciada de Assentamento Rural de Reforma Agrária, na qual a viabilidade econômica e ambiental passa pelo agroextrativismo e pela complementariedade entre atividades agropastoris e o uso da biodiversidade nativa.

A Reserva de Desenvolvimento Sustentável Nascente dos Gerais é a primeira Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) de Minas Gerais. Abrange as comunidades de Vargem de Salinas, Água Boa II, Riacho de Areia, Água Fria, Buracos, Vale do Guará, Sítio Novo, Catanduva, Inveja, José Pretinho, José Fernandes, Mandacaru, Roça do Mato, Cercado, Brejo, São Modesto, São Francisco, Samambaia e Cabaças. Essas comunidades localizam-se entre os municípios de Rio Pardo de Minas e Montezuma e possuem um histórico de luta contra as ocupações da chapada pelas reflorestadoras de eucalipto. As lutas iniciaram-se a partir dos anos 2000, período em que os contratos das empresas exploradoras do eucalipto com o Estado começaram a vencer. As comunidades organizaram-se em movimentos sociais - “Movimento do Pequizeirão”, “Encurralados pela Monocultura do Eucalipto” e “Movimento da Reserva do Areião - com o objetivo de reivindicar seus territórios ocupados pelas reflorestadoras Rio Dourado, Replasa, Meneghetti, Gerdal, Vale e Italmagnésio. Para conseguirem a assinatura da presidente da república no decreto de criação da RDS, no dia 04 de junho de 2014, 115 representantes do Movimento Geraizeiro fizeram greve de fome e sede em frente à Praça dos Três Poderes<sup>14</sup>. No dia 05 de junho de 2014 a greve de fome foi suspensa, após negociações com representantes do Ministério do Meio Ambiente. No dia 13 de outubro de 2014 a presidenta da república assinou o decreto de criação da Reserva de Desenvolvimento Sustentável. Atualmente, a RDS Nascente dos Gerais encontra-se em processo de implementação por parte dos órgãos responsáveis.

A Lei Municipal “João Tolentino” (Lei 1.629), de 10 de abril de 2014, do município de Rio Pardo de Minas, é fruto de um processo de retomada de controle das nascentes da

---

<sup>14</sup> Ver Notícias CAA. Disponível em: <<http://www.caa.org.br/destaque/108/.html>>. Acesso em 23/02/2014.

comunidade Sobrado. Os moradores desta comunidade reivindicavam o domínio das cabeceiras d'água ocupadas por um fazendeiro desde 2001. A primeira tentativa ocorreu em 2010, quando foi estabelecido um acordo entre o prefeito local e o fazendeiro. O acordo previa a criação de uma Reserva Comunitária de Conservação Ambiental Municipal ao mesmo tempo em que cedia uma terra do município ao fazendeiro. Em 2013, o poder executivo municipal não havia viabilizado a criação da reserva. Nesse mesmo período, a comunidade, com o auxílio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e do Centro de Agricultura Alternativa, inicia a construção de um projeto de Lei de iniciativa popular que reconhecia o domínio coletivo das águas desta comunidade. O projeto passou por várias fases nos 17 meses de tramitação. Após inúmeras negociações, a Lei foi aprovada com a autoria do Executivo e vários vetos, mas conservou o objetivo principal do primeiro projeto: a criação de um mecanismo legal que reconhecesse o domínio coletivo das terras onde se encontram os mananciais de água que abastecem essa comunidade.

Segundo Carvalho (2013) existem algumas porções ao longo da Serra do Espinhaço onde um processo de ressignificação e apropriação da identidade geraizeira está ocorrendo com maior força. Essas porções compreendem os municípios de Rio Pardo de Minas, Riacho dos Machados, Grão Mogol, Bocaiúva e Montes Claros. A reelaboração da identidade geraizeira e a reivindicação territorial explicitam-se na forma de resistência diante dos processos de expropriação e encurralamento que uma parcela das famílias geraizeiras vivenciou a partir da década de 1970.

Para além da resistência presente na atuação do movimento geraizeiro descrito por Nogueira (2005), os dados apresentados pela nossa pesquisa etnográfica sinalizam outras formas de resistência que se expressam no cotidiano e nas práticas dessas famílias - e que, em grande medida, não aparecem ou nem mesmo são vistas como formas de resistência, pois apresentam-se, à primeira vista, esvaziadas de conteúdo político. Estamos nos referindo, aqui, aos processos adaptativos construídos frente aos desafios desencadeados pela ocupação da monocultura do eucalipto e refletidos no espaço de vida. Tais expressões de resistência aparecem mais como uma resposta prática perante os dilemas desencadeados, desprovidas de uma narrativa de enfrentamento e, muitas vezes, nem mesmo associadas a causas e efeitos.

Tais resistências podem ser vistas, dentre outras coisas, na forma de adaptação do sistema agroalimentar desencadeada pela perda de umidade nas terras onde a monocultura

de mandioca passou a ser a principal atividade econômica dessas famílias; expressa-se na necessidade de controle dos espaços dos mananciais após a ocupação da monocultura do eucalipto nas chapadas, reflexo da progressiva diminuição da capacidade de recarga dos lençóis freáticos e, conseqüentemente, das nascentes das cabeceiras; nas formas de regulação coletiva dos recursos hídricos; na criação de sofisticados sistemas de gestão comunitários das redes de abastecimento de água dentro das associações e na forma de dependência de recursos públicos movidos dentro das redes de políticos locais para investimento nas redes de abastecimento; aparecem, também, em ações de enfrentamento que envolvem grupos familiares e empreendimentos do setor da silvicultura - mas, também, contra qualquer outra forma de ameaça, pois as disputas observadas em campo expressam-se na retomada do controle coletivo dos os mananciais e dos espaços onde encontram-se os mesmos.

Demonstramos, nos capítulos a seguir, que tais expressões de resistência têm ressignificado a própria noção de grupo. Isso pode ser visto nas experiências de gestão das redes comunitárias de abastecimento de água, que têm exigido dessas famílias uma atualização de antigas concepções de direitos de uso, incidindo, também, nas concepções sobre os limites do território comunitário. Além disso, sinaliza uma proteção e controle do espaço coletivo a partir do próprio controle da água, e isso tem impedido a chegada de novos moradores e desestimulado a venda de terras.

Na percepção das famílias, a inserção do eucalipto nas chapadas transformou o sistema natural das águas e alterou os regimes da chuva. Todas essas formas de controle e regulações são fenômenos dos últimos vinte anos. Tal controle dos recursos hídricos tem desafiado os grupos familiares das cabeceiras a construir experiências comunitárias de compartilhamento desse recurso coletivo – e refletido, também, na própria noção de grupo e na compreensão do território. A partir de tais observações queremos reforçar a perspectiva de Nogueira (2009) e Carvalho (2013) sobre o fenômeno da reelaboração da identidade geraizeira, trazendo, entretanto, outras perspectivas de resistência amparadas em nossa observação em campo. É sobre tal assunto que tratamos nos demais capítulo desta tese.

## CAPÍTULO V

### ORGANIZAÇÃO COLETIVA

#### 5.1- Grupos familiares e grupo comunitário

Para abordar a organização familiar neste lugar escolhi usar os termos grupo doméstico, grupo familiar e grupo comunitário. Neste sentido, faz-se necessário esclarecer, a partir das observações em campo, o que compreendemos por grupo doméstico, grupo familiar e grupo comunitário.

Nosso objetivo nunca foi fazer um estudo aprofundado sobre as relações de parentesco neste lugar, mesmo compreendendo ser tal estudo de grande importância para abordar a forma de territorialidade entre essas famílias. Nossa observação - inicialmente concentrada numa tentativa de descrever a forma de gestão dos recursos naturais - nos levou a compreender o modo de organização dos grupos familiares, revelando, posteriormente, aspectos importantes da territorialidade neste lugar. Nesse sentido, as relações de parentesco aparecem em nosso estudo quando abordamos a forma de ocupação, a sucessão da posse das terras e a maneira de apropriação coletiva dos recursos naturais<sup>15</sup>.

Portanto, quando utilizamos o termo **grupo doméstico**, estamos nos referindo a unidades familiares menores (pai, mãe e filhos). Já o **grupo familiar** aparece quando nos referimos a um ajuntamento (parentela), onde vários grupos domésticos ocupam pequenas faixas de terra de herança - em grande parte, parentes em linha reta e, em outros casos, parentes colaterais, reunidos numa mesma localidade e/ou região e que mantêm entre si relações de parentesco, vizinhança e compadrio. Por **grupo comunitário** compreendemos a forma de organização coletiva de grupos familiares circunvizinhos - presente, neste lugar, a partir de 1980, sob a influência das Comunidades Eclesiais de Base/CEBs e reforçada, durante a década de 1990, nas experiências das associações comunitárias.

#### 5.2 - O comunitarismo das CEBs

As experiências das Comunidades Eclesiais de Base (CEB) podem ser

---

<sup>15</sup> As informações sobre a constituição dos grupos familiares a baixo da cabeceiras foram coletada durante a construção dos mapas e durante as entrevistas realizadas alguns dos descendentes destas famílias. Não foi realizado uma coleta de dados para construir uma árvore genealógica de tais famílias.

compreendidas como uma ação de mobilização e organização social de um segmento da igreja católica frente a uma série de mudanças sociais e culturais que se seguiram após a industrialização e modernização nos países do terceiro mundo, mais especificamente no contexto dos anos 50 e 60. As concepções da teologia da libertação - corrente teológica cristã -, espalhadas principalmente durante os anos 70 e 80 no Brasil, estimulavam esse tipo de organização de famílias em lugares considerados de vulnerabilidade social. Frei Beto (1981) traz uma visão da concepção da CEB a partir do seu testemunho como agente construtor desse segmento da igreja católica:

São comunidades, porque reúnem pessoas que têm a mesma fé, pertencem à mesma igreja e moram na mesma região. Motivadas pela fé, essas pessoas vivem uma comum-união em torno de seus problemas de sobrevivência, de moradia, de lutas por melhores condições de vida e de anseios e esperanças libertadoras. São eclesiais, porque congregadas na Igreja, como núcleos básicos de comunidade de fé. São de base, porque integradas por pessoas que trabalham com as próprias mãos (classes populares): donas-de-casa, operários, subempregados, aposentados, jovens e empregados dos setores de serviços, na periferia urbana; na zona rural, assalariados agrícolas, posseiros, pequenos proprietários, arrendatários, peões e seus familiares. (FREI BETO, 1981, p. 7).

A experiência de implantação das CEBS na região da Serra Geral foi protagonizada por membros do movimento Mariano durante os anos 1980. Tal movimento implantou a primeira CEB no distrito de Serra Nova, e posteriormente a mesma foi expandida para as localidades circunvizinhas. A implantação das CEBs trouxe para as famílias um modelo de organização religiosa, imprimindo novos sentidos à expressão católica popular, muito presente entre essas famílias.

As CEBs foram implantadas em lugares onde grupos familiares já se encontravam organizados em redes de parentesco, vizinhança e compadrio. A implantação dos núcleos das CEBs introduziu novas práticas religiosas, à medida que estimulava encontros para celebrações - algo que, até então, não estava presente na expressão religiosa daquelas comunidades.

Os sujeitos locais foram estimulados a olhar a realidade em que viviam (ver); julgá-la inspirados na conduta do Cristo que buscava a tolerância e a caridade (julgar); colocando-se em ação à luz dos princípios da fé (agir). Segundo Frei Beto (1981), as dinâmicas das reuniões seguiam um ritual de cântico e oração. Além disso, havia, também, um momento



em que se debatiam os problemas locais, abrindo espaços para reflexões. Durante as reuniões também acontecia a leitura do evangelho, geralmente contextualizado com os dilemas locais.

Em torno de questões principais é que a reunião prossegue. Passa-se ao julgar. Como Jesus agiria nessa situação? Como devemos agir? Esta segunda parte do método é sempre ligada ao evangelho. Alguém sugere uma passagem do novo testamento que, a seu ver, ilumina o tema em discussão. Todos ouvem em silêncio e, em seguida, fazem comentários. (FREI BETO, 1981, p. 7).

À medida que as famílias incorporavam tais concepções ressignificavam antigas práticas na forma de expressão do catolicismo popular local. Portanto, as comunidades eclesiais só se concretizaram em locais onde as redes familiares já estavam constituídas, permitindo, assim, o fortalecimento de tais redes e a concretização dos novos núcleos religiosos.

Muitos foram os aspectos de continuidade entre o catolicismo popular local e as práticas instituídas pelas CEBs no que diz respeito às rezas de terço, pequenos e grandes rituais coletivos de festas de santos padroeiros e juninos, procissões, romarias e aos aspectos morais. Mas, por outro lado, a CEB inibiu algumas práticas de rezas, principalmente as de cura, muito presentes entre essas famílias. Conforme relata Almir, morador da Comunidade da Baixa Grande, *“hoje não se usa rezar para doença como antigamente. Isso acabou, não usa mais. Hoje usa diferente, vai para igreja e reza lá. A maneira de rezar era diferente”*.

As práticas dos rezadores e dos raizeiros foram reinterpretadas e incorporadas nas ações das pastorais, pois não havia espaço para o que se entendia como práticas de *espiritismo*. Portanto, essas práticas foram ressignificadas, reincorporadas nas ações da pastoral. Ainda segundo Almir, morador local, as pessoas buscavam nas práticas das rezas a primeira forma de auxílio à saúde. Até os anos 1970 a assistência médica era inacessível para estas famílias. O transporte feito a cavalo e a pé impedia a busca por auxílio médico em regiões mais distantes. Por exemplo, a farmácia da cidade de Rio Pardo, como relata Almir, era a única opção acessível a essas famílias.

Há quarenta anos não tinha nenhum recurso aqui. Naquele tempo não tinha nem estrada. Por exemplo, a pessoa levava um corte, se não tivesse alguém para rezar para o sangue parar, até que chegasse no hospital, já tinha morrido. Hospital aqui também não tinha. Não tinha médico. Tinha era

uma farmacinha. e o farmacêutico todo mundo conhecia. Hoje não precisa, tem médico, tem hospital. O que tinha antigamente era o remédio do mato e o rezador. (Almir, Comunidade da Baixa Grande).

Na comunidade Baixa Grande, o senhor Cristino era quem guardava os conhecimentos das rezas e das garrafadas - raízes de plantas medicinais curtidas em aguardente. Para algumas doenças havia uma reza específica, como demonstra a prática direcionada para a cura da doença conhecida como inzipa:

Inzipa... izipele, deu no tutano, do tutano deu no osso, do osso deu nas carne, da carne deu no sangue, do sangue deu na pele, vá curando pelo poder de Deus e da virgem Maria... depois rezava um Pai Nosso e três Ave Maria. Inzipa é uma doença que dava na carne da pessoa, na verdade não sabia se dava nas carnes ou no osso. Então falava tudo na reza. Essa doença deve ter outro nome hoje. A pessoa chegava perder até a perna. (Almir, Comunidade da Baixa Grande).

Em cada comunidade havia um morador referenciado como um guardião do conhecimento religioso. Por exemplo, em Sobrado destaca-se o senhor Manoel Hermógenes, um dos primeiros moradores da região onde é hoje a comunidade. Ele promovia em sua casa as novenas e a reza do terço, além de realizar as festas tradicionais de São João e Santo Antônio. Na Comunidade Moreira a referência era uma mulher conhecida por Dona Isabel. Era ela quem realizava as práticas de reza, principalmente para problemas de saúde dos animais. Além das rezas, esta senhora fazia celebrações em sua casa com leituras da bíblia. Na Comunidade da Baixa Grande o senhor Cristino era a principal referência para rezas de cura.

Cristino era também raizeiro. Problema no sangue, problema no intestino ele já rancava as raízes e fazia. Colocava cachaça e, depois de alguns dia, começava a beber água. Seu Cristino era um dos primeiros rezadores daqui. Ele falava da bíblia como a escritura. Ele tinha uma bíblia bem velha e sabia ler. Ele lia pedacinho da bíblia pra mim. Ele sabia ler um poquinho, não tinha muita leitura, não. Se tinha alguém doente ele sabia algumas orações, rezava na pessoa para sarar. Era um benzedor. Mas isso acabou, não usa mais. Hoje usa diferente, vai para a igreja e reza lá. A maneira de rezar era diferente. (Almir, Comunidade da Baixa Grande).

As práticas religiosas anteriores à implantação das comunidades eclesiais eram realizadas nas casas. Os moradores compareciam à igreja do distrito de Serra Nova apenas

em momentos de rituais, como o batismo e o casamento. A expressão religiosa estava concentrada na prática de um catolicismo doméstico. Para Queiroz (1973), as expressões do catolicismo popular encontradas em grande parte das famílias rurais do interior do Brasil são tradições trazidas pelos campônios portugueses. Segundo a mesma autora, tais expressões ganham novas tônicas durante a experiência colonial, configurando o que ela entende por catolicismo rústico. “Encontramos ainda nos contrafortes da Serra do Mar, no pregueado da Serra da Mantiqueira, a 60, a 70 km da capital paulista, inúmeros grupos de vizinhança presos ao estilo de vida tradicional e conservando seu catolicismo rústico”. (QUEIROZ, 1973, p. 78). Para essa autora, a expressão religiosa presente no interior do Brasil sofreu influência fundamental do catolicismo popular português e da falta de sacerdotes. Essa forma de catolicismo, para Queiroz (1973), pode ser compreendida tendo em vista como se organizam os dois grupos fundamentais da vida camponesa brasileira: a familiar e o grupo de vizinhança. Essa autora apresenta as tradições desse catolicismo rústico em bairros rurais, analisando a organização das famílias e grupos de vizinhança em seu cotidiano e em contextos de festas tradicionais de santos padroeiros.

Outro efeito promovido pela implantação das comunidades eclesiais foi criar, entre grupos familiares circunvizinhos, uma nova referência de organização espacial. Portanto, grupos familiares anteriormente circunscritos a suas localidades passaram a incorporar localidades circunvizinhas onde estavam outros grupos familiares - com os quais mantinham relações de parentesco, vizinhança e compadrio - como um único espaço: o espaço da comunidade. A introdução do termo comunidade, a partir da implantação das CEBs, passou a definir o local de moradia, antes referenciado com base nas divisões de fazenda pelos agrimensores e/ou aspectos e expressões da toponímia. Portanto, a noção de comunidade foi incorporada reforçando o sentido de pertencimento entre os grupos familiares circunvizinhos. Como relata a presidente da associação da comunidade Moreira, “*somos uma comunidade religiosa composta por parentes*”. Neste sentido, comunidade é compreendida, também, como um espaço ético/moral que apresenta expressão de limites físicos, na maior parte, fluídos. É como salienta a fala de um morador da Comunidade da Baixa Grande: “*essa pessoa mora no território da comunidade, mas não pertence à comunidade*”.

### **5.3 - Associativismo nas experiências comunitárias**

As organizações associativas das comunidades Moreira, Baixa Grande e Sobrado foram fundadas durante a década de 1990. O acesso a benefícios direcionados a pequenos agricultores, como empréstimos, maquinários e insumos motivou a fundação dessas associações durante a citada década.

Algumas associações, como, por exemplo, a da Baixa Grande, foram fundadas englobando comunidades circunvizinhas. Os endividamentos, as dificuldades de lidar com a burocracia e a pouca capacidade de estabelecer consensos num universo coletivo maior fizeram com que tais experiências associativistas globalizantes ficassem restritas apenas aos primeiros anos da década de 1990. Algumas dessas associações permaneceram sob condição de irregularidade e inoperância, e outras foram extintas após alguns anos de fundação.

Em outras situações, como aparece na experiência da Comunidade Moreira, tais associações, fundadas para fins específicos, após o recebimento de recursos e projetos permaneceram inativas, sendo reorganizadas a partir do ano de 2003, quando as famílias começaram a se organizar para receber benefícios direcionados aos pequenos agricultores.

Portanto, durante a década de 2000, novos núcleos associativos foram fundados - e outros tantos, reativados - nesta porção da Serra Geral. Em Moreira, por exemplo, a associação, que havia permanecido inativa por quase uma década, foi reativada no ano de 2007 para formalizar o acesso aos recursos do programa Proágua, do governo federal. Já na Comunidade da Baixa Grande, as famílias abandonaram a experiência associativista compartilhada com outras quatro comunidades para inaugurar sua própria sede associativista, num salão ao lado da igreja. Em Sobrado, a associação local, chamada de Conselho de Desenvolvimento Comunitário Rural - fundada no ano de 1994 – separou-se da comunidade vizinha (Chácara), tendo seu estatuto reconfigurado no ano de 2013 para direcionar-se a outras tarefas exclusivas voltadas aos interesses das famílias da comunidade.

Pouco a pouco as associações foram ganhando novos sentidos e ocupando novos espaços na vida comunitária - deixando, portanto, de ser um espaço organizado para recebimento de empréstimos e outros benefícios para atuarem, principalmente, na gestão do espaço comunitário e na gestão de recursos hídricos. Além disso, as associações passaram a ser lugar de articulações políticas e de enfrentamento, motivados pela defesa do território coletivo e dos recursos naturais.

Os núcleos associativistas se consolidaram, principalmente, em locais onde as

Comunidades Eclesiais de Base/CEBs já haviam construído uma experiência positiva de organização coletiva. As concepções do ver-julgar-agir foram também incorporadas às organizações associativistas. As famílias que já tinham absorvido a experiência das CEBs locais não tiveram dificuldade em consolidar as bases para essa outra forma de organização coletiva.

Em localidades onde não havia organizações religiosas estruturadas, também havia pouco espaço para a consolidação das associações, e grande parte das experiências associativistas malsucedidas aconteceu em tais localidades. Conforme observamos em campo, as famílias também enfrentavam dificuldades para gerir, de forma coletiva, os recursos comuns como a água. A capacidade de criar mecanismos de gestão e controle para recursos coletivos apenas aparecem em locais onde experiências em grupo já estão consolidadas. Tais experiências, neste estudo, aparecem em locais onde as comunidades eclesiais se consolidaram e, também, onde as associações são atuantes.

Nas três comunidades estudadas, a igreja e o salão da associação compartilham um mesmo espaço. Os dois edifícios construídos com recursos das famílias e trabalho coletivo são ligados por um pátio, onde acontecem as festas dos santos padroeiros e encontros.

As famílias usam os dois espaços de forma complementar, misturando assuntos e recursos. O dinheiro em caixa, tanto da igreja quanto da associação, é usado para atividades coletivas, como festas tradicionais e momentos comemorativos.

Além disso, após as celebrações na igreja, ouvimos avisos relacionados a atividades da associação e durante as reuniões podemos ouvir assuntos relacionados aos grupos da igreja. A cada primeiro domingo de cada mês, após celebrações na igreja, as reuniões ordinárias da associação acontecem. O ritual religioso também acontece durante as reuniões nas associações, sempre iniciadas com uma oração do Pai Nosso e uma Ave Maria. A moral cristã está presente em todos os momentos coletivos. A comunidade religiosa e a associação comunitária são um espaço fluído, não podendo ser compreendidos separadamente.

Outro aspecto interessante dessa fluidez entre espaço associativo e religioso pode ser observado na ocupação dos cargos - tanto dentro da organização do conselho religioso e pastoral quanto dentro no corpo eletivo da associação. São as mesmas pessoas, praticamente, que dirigem, ao mesmo tempo, os dois espaços - por vezes, se revezando nos cargos. Nestas duas formas de organização social - a comunidade religiosa e a associação comunitária - ambas se complementam, criando uma experiência coletiva única, permeada pela ética e moral religiosa cristã que aparece na expressão da vida coletiva como um todo.

## **CAPÍTULO VI**

### **EXPERIÊNCIAS COMUNITÁRIAS**

#### **6.1.1- COMUNIDADE MOREIRA**

Os antepassados das famílias que vivem hoje na comunidade Moreira ocuparam as cabeceiras do córrego do Moreira por volta do final do século XVIII, dando origem aos grupos familiares que se constituíram na Cabeceira do Cantim, Cabeceira Brejo do Meio, Cabeceira do Jardim e Vereda do Caculé. Cada curso d'água ficou sob domínio de um grupo familiar.

Na década de 1980, os grupos familiares das localidades Cabeceira do Jardim, Brejo do Meio, Vereda do Caculé e Cabeceira do Cantim organizaram-se através da concepção do comunitarismo religioso das CEBs (Comunidades Eclesiais de Base), passando, dessa forma, a se definirem como Comunidade Moreira. Portanto, o que se entende por Comunidade Moreira é, na verdade, a junção dessas quatro localidades, onde os grupos familiares constituíram-se. Todas as famílias que vivem atualmente na Comunidade Moreira têm relações de parentesco adquiridas através de casamentos mútuos. O efeito dos casamentos entre as famílias das localidades vizinhas - e, por vezes, de localidades mais distantes - resultou na constituição de uma teia complexa, unindo, através de laços de parentesco, todas as famílias que ocuparam inicialmente os cursos d'água das cabeceiras do Cantim, do Jardim, do Brejo do Meio e Vereda do Caculé.

**Imagem 14:** Chapada



**Fonte:** Google Earth, 2016

Quando algum membro dessas famílias se refere ao tempo dos antepassados - primeiros moradores dessa região - costumam usar uma expressão muito recorrente neste lugar: *di primeiro*. Essa é uma expressão usada para introduzir um assunto que remete a um tempo passado, que aqui pode ser entendido como o tempo dos pais, dos avós ou mesmo da infância do sujeito. Essa forma de falar não é exclusiva dessa comunidade, já que pode também ser ouvida em outras regiões da Serra Geral. Compreendo essa expressão como uma categoria de tempo local que expressa anterioridade, remotividade, antiguidade, podendo ser compreendida como tempo primeiro e/ou tempo dos primeiros.

“A horta plantava ali num canto, ali... ali pra baixo... tudo de baixo... tudo era pra baixo do rego, porque a gente molhava a horta **di primeiro** era de cuia, de cabaça (risos). Agora, depois do encanamento, plantava a horta aqui pra cima.” (Maria Laudi, Moreira, março de 2017).

O povo **di primeiro**... fazia sua residência, construía e era permanente. Ali nascia e morria ali.” (Adeilson Moreira, março de 2017).

**Di primeiro** a gente tinha sempre duas ou três vacas de leite” (Maria Laudi, Moreira, março de 2017).

**Di primeiro** tinha que pô no animal e vender em Mato Verde. Pra vender hoje uma coisa que plantou, até na porta vende... **Di primeiro** só vendia um saco de farinha em Mato Verde. Aqui não vendia nada... **di primeiro** era muito difícil." (Dona Brás, Moreira, março de 2017).

Panhava a água no pote para fazer o adobe. Porque **di primeiro** tinha era o adobe, não tinha tijolo, não". (Maria Laudi, Moreira, março de 2017).

Susarana já eu ouvi falar, **di primeiro** esses pessoal matava esses bichos tudo, mas hoje mata não." (Maria Laudi, Moreira, março de 2017).

**Di primeiro** o povo parece que não importava com nada, não. O que tivesse tava bom, né?!" (Antônio, Moreira, março de 2017).

**Di primeiro** todo mundo colhia pequi. Agora, o povo não aguenta mais. O lugar que apanha é tabuado, é um lugar que o povo não aceitou plantar o eucalipto." (Maria Laudi, Moreira, março de 2017).

Aqui, **di primeiro**, tinha essas fruta tudo... Meu avô tinha ameixa, pêsego, marmelo, até pimenta do reino tinha. Naquele tempo era fácil de plantar essas coisas, porque tinha muita água". (Maria Laudi, Moreira, março de 2017).

Essa construção temporal é empregada de maneira comparativa, permitindo que os sentidos do presente organizem as memórias do passado. Nesta ordem temporal, o acesso ao passado ajuda a construir a percepção do presente. As pessoas desse lugar, quando falam do passado, não apenas narram as histórias dos antepassados, mas procuram, também, dar novos sentidos à própria história. Tal categoria temporal só pode ser compreendida tendo em vista os dilemas apresentados no tempo presente. As comparações do tempo de hoje em oposição ao tempo primeiro aparecem como que para se referir, também, ao “tempo de abundância da água”. Para Pierre Laborie (2009) a memória propicia um acréscimo de sentido ao passado, pois o indivíduo constrói a narrativa sobre seu passado com ferramentas do presente.

Essa forma de construir as narrativas do passado a partir dos sentidos do presente pode ser encontrada nas narrativas sobre as águas das cabeceiras do Jardim, do Cantim e Brejo do Meio. No tempo da abundância as famílias podiam escolher as fontes de água que queriam acessar. Existiam inúmeras fontes espalhadas nas cabeceiras abaixo da chapada, por onde jorravam nascentes de forma abundante. Eram, no total, cinquenta e seis nascentes perenes distribuídas nas três cabeceiras d'água (Cantim, Brejo do Meio e Jardim). O senhor Antônio



descreve essa fartura de água durante sua infância: “Di primeiro, *no tempo que conheci e fui criado aí, essa região era tomada de água, as cabeceiras era tudo forro de água.*”

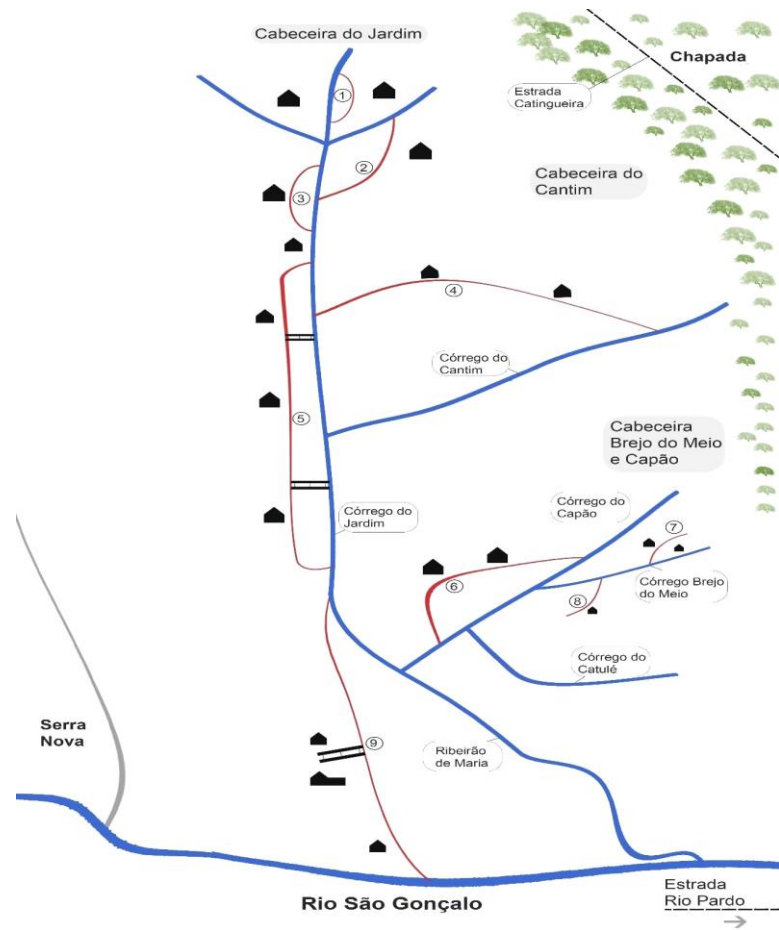
Abaixo da chapada (em terras hoje pertencentes à empresa Gerdau - reflorestadora) formavam-se pequenos ajuntamentos de água de onde escorriam os ribeirões que abasteciam o córrego Moreira: “*A água brotava na beira da chapada assim... nas três cabeceiras a água que brotava era forte para encher o córrego do Moreira até o rio São Gonçalo*”.

O tempo antigo é lembrado pela *fartura de água*. Era tanta água que, nas partes baixas, regiões de brejo, os moradores tinham que fazer valas para drenar as águas que escorriam das nascentes: “*Os brejos que plantava arroz era problema tanta água, que tinha que encavalar, ir lá destocando os brejos*”. O processo de controle das águas no brejo era feito na forma de ralos, devolvendo as águas para os córregos. “*...Tinha que fazer uns ralos pra cair no correjo, para encanar a água, porque senão os brejos era muito molhado e lá só plantava arroz, era tão molhado*”.

No tempo da *fartura de água* as famílias também utilizavam valas/regos para levar a água até os quintais das casas. Cada família retirava dos regos principais uma regra d’água, ou seja, uma porção individual/familiar da água coletiva que vinha através do rego principal. Existiam, também, famílias que escavavam a sua própria vala/regos. “*Eu conheci aqui tudo com rego, ali onde seu Osvaldo morava. Lá em tio Toni passava embaixo do pé de manga. Em tio Laurindo, também*”.

As valas/regos d’água eram batizadas com o nome do morador ou o sobrenome da família a quem pertenciam. “*Tinha o rego que ia para a casa de Dai. A gente falava o rego de seu Veraldino. O rego que mais durou foi do seu Veraldino*”. Além do rego do senhor Veraldino existia, também, o rego do Papagaio, o rego do Jardim, rego do Cantim, rego do Moreira, rego do Seu Zu, rego da Dona Lena e rego do Zé do Egito, conforme demonstra o mapa a seguir, que registra as fontes de água e a forma com que as famílias acessavam as regras d’água.

**Mapa 15: Tempo dos regos**



**Regos:**

- 1 - Rego do Papagaio
- 2 - Rego do Jardim
- 3 - Rego de Gino
- 4 - Rego do Cantim
- 5 - Rego do Moreira
- 6 - Rego de Seu Zú
- 7 - Rego Dona Leca
- 8 - Rego Zé do Egito
- 9 - Rego de Seu Veraldino

**Legenda:**

- |  |         |  |          |
|--|---------|--|----------|
|  | Bicas   |  | Córregos |
|  | Casas   |  | Regos    |
|  | Escola  |  | Serra    |
|  | Cerrado |  | Estradas |

**Fonte:** Dayana Martins, Trabalho de campo, outubro de 2017<sup>16</sup>

A água era usada de forma livre, sem impedimentos. Não existia constrangimento em deixar a água escorrer pelo chão para molhar a chácara ou para qualquer outra atividade que exigia maior tempo de uso da mesma. Ninguém pensava em economizar, armazenar ou reutilizar a água. Também não existia nenhuma regra de uso ou controle coletivo sobre os mananciais: “Antigamente a regra de uso da água era impedir que a água viesse muito nos regos”. Segundo os moradores, a única forma de regulação de usos das águas era estabelecida

<sup>16</sup> Mapa produzido durante a oficina cartográfica realizada na comunidade Moreira

pelo controle da vazão nos regos e não pelo uso das águas em si.

Os regos tinha tanta água, era tão forte de água, que era ruim até para a gente lidar com a água. A hora de cuidar, lavar um vasilha, a água era muita que a gente nem tinha como encostar assim perto da bica... Era problema. Tinha que tá dividindo essa água para não ir muito para um lugar só. (Lia, Moreira, março de 2017).

As bicas eram conectadas aos regos com o objetivo de elevar a água. Uma vez elevada, a água saía da bica fazendo uma pequena cachoeira, facilitando as atividades executadas tradicionalmente pelas mulheres, tais como lavar louças e roupas, retirar água para fazer comida e limpeza da casa. A bica, feita de madeira maciça e recortada na forma de semicírculo, podia ser também utilizada como chuveiro.

A bica era de madeira enorme. O rego vinha aqui... como era de madeira, para ela cair mais altinha para lavar vasilha, fazia um aterrim, aí ela dava alturinha, aí ela ficava caindo, fazendo uma cachoeira debaixo da bica”. “Cada um tinha sua bica de água no quintal. A água sobrava, todo mundo usava para o que queria”. “Aqui, mais pra trás, tinha o lugar do meu avô, aí tinha uma bica. A gente falava: vamos banhar na bica de Zé Augusto. Era uma cachoeira d’água enorme, que formava um buracão assim. (Antônio, Moreira, março de 2017).

Por volta dos anos 1980, um morador local introduziu o processo de decantação da água que era transportada nos regos, tornando mais eficiente o acesso à água pelas famílias. O processo de decantação era realizado através de caixas de cimento construídas nos acessos dos regos. A água entrava na caixa através de um cano, acomodando no fundo da caixa qualquer sujidade ou partículas.

**Foto 16:** Caixas de decantação



**Fonte:** Trabalho de campo, abril de 2017

Em agosto, antes do início do período das chuvas, as famílias se reuniam para limpar os regos principais, em uma atividade denominada como “*limpada do rego*”. Tal atividade era um momento de reunião e trabalho coletivo que envolvia todas as famílias que usufruíam do sistema de distribuição da água. “*Tinha a limpada do rego uma vez por ano, entre agosto e setembro, no incincho das águas. Juntava as famílias que era daquele rego e era uma festa.*”

**Foto 17:** Rego



**Fonte:** Trabalho de campo, abril de 2017.

O dia da limpada era dividido em três momentos: no primeiro, construíam-se os

desvios para esvaziar os regos. Em seguida, limpava-se dentro e em volta das valas, retirando plantas, folhas secas e detritos diversos trazidos pelas primeiras chuvas. No terceiro e último momento desobstruía-se a entrada do rego, possibilitando que a água corresse livremente. Por vezes, no segundo dia, era necessário conter a vazão da água nos regos utilizando pedras. No dia da limpada, as mulheres se juntavam para fazer um almoço coletivo. O mutirão dos regos era um encontro anual, momento de conversa, encontro, trabalho e muita alegria, como lembra uma moradora: “*era uma festa*”.

Os moradores afirmam que existiam também diversas variedades de peixe que transitavam através dos córregos e rios, em quantidades suficientes para alimentação das famílias durante a Páscoa, por exemplo: “*era demais, era os lambarizim vermelho, traíra, tinha bagre... Mãe conta que quando morou aqui pescava traíra, era muita*”. Os peixes subiam o rio São Gonçalo em direção ao córrego Moreira, e atravessavam o córrego até as áreas de veredas. Os moradores afirmam que podiam pescar nos regos com as mãos. Luciene, moradora da comunidade, conta que na semana santa não faltava peixe. Era só sujar a água do rego, colocar as bacias e aguardar encher. “*Quando limpava os regos a gente já colocava os balaios na boca da bica, assim, porque ia chegar muito peixe mesmo, os bagre, traíra, piabinha vermelha.*” (Luciene, Moreira, março de 2017).

As famílias também usavam instrumentos de pesca de origem indígena, como o *Jequié*: uma armadilha feita para a captura de peixe, trançada com um cipó fino e resistente num formato de um cesto comprido que possui uma abertura na entrada e um afunilamento leve, que possibilitava a entrada do peixe, ao mesmo tempo em que impedia sua saída.

**Foto 18:** Instrumento de pesca Jequié



**Fonte:** Trabalho de campo, abril de 2017

Outra armadilha, o *pari*, consistia em fincar postes de madeira no leito de um córrego, formando uma espécie de cerca ou barricada de paus. O objetivo de um *pari* era represar os peixes no leito do córrego, facilitado a sua pesca. Juntamente com o *pari* colocavam, também, uma outra armadilha, o *rabudo*, para atrair os peixes maiores.

**Foto 19:** Instrumento de pesca pari no leito seco



**Fonte:** Trabalho de campo, abril de 2017

Todas essas técnicas de pesca desapareceram, juntamente com a água e os peixes,

restando apenas os vestígios de tais práticas no leito seco do antigo córrego Moreira. Esse córrego era perene até o ano de 2013, conforme a fala de um morador local: “*O córrego corria do mesmo jeito na seca e nas águas, a enchente vinha e ia embora, e voltava ao normal*”. A água que escorria no leito desse córrego é descrita como sendo limpa e alva. As famílias não utilizavam as áreas dos córregos para agricultura, pois as terras eram demasiadamente molhadas. “*Tinha um açude acima da casa de seu Veraldino. Esse açude era tão fundo que ninguém nunca conseguiu ver o fundo dele. Hoje você passa lá e aterrou tudo*”. Desde o ano de 2012 as famílias afirmam que as águas das chuvas não são suficientes para levar a vazão das cabeceiras até o rio São Gonçalo.

### **6.1.2-O processo silencioso de secamento das nascentes**

Na compreensão das famílias locais a introdução do eucalipto nas terras localizadas acima das fontes de águas coletivas da comunidade Moreira desencadeou um longo processo de secamento das águas, que culminou no desaparecimento de uma parte das nascentes. Esse processo, longo e silencioso, durou aproximadamente vinte e seis anos, e é assinalado pelas famílias como a *morte* das nascentes. Tal movimento foi processual e vagaroso, tão lento que, segundo os moradores, foi difícil identificá-lo inicialmente. Foram necessários vinte anos para que as famílias começassem a relacionar os primeiros sinais de diminuição da vazão de água nas nascentes com a monocultura de eucalipto na chapada.

Esse processo longo e silencioso iniciou-se em 1984, quando a área de recarga hídrica que absorvia a água da chuva nas cabeceiras Brejo do Meio, Jardim e Cantim foi completamente desmatada e ocupada por um grande eucaliptal pertencente a uma única empresa de reflorestamento, a Gerdau reflorestadora.

O senhor Antônio, morador desse lugar, lembra que os tratores de esteiras com extensas correntes de ferro varreram toda a chapada no ano de 1984. “*Podia ouvi o barulho da madeira estalando na chapada quando os correntões arrastava as árvores pelos troncos e tudo*”. Em pouco tempo o verde da chapada deu lugar a uma paisagem marrom e devastada, que pode ser observada na imagem<sup>17</sup> abaixo, registrada pelo satélite Landsat quando este passava pela região em dezembro de 1984. Na imagem a seguir destaca-se a extensão da área de desmatamento em relação à cidade de Rio Pardo de Minas. É possível,

---

<sup>17</sup> A direita encontra-se o maciço rochoso da Serra do Espinhaço.

também, visualizar na parte esquerda da imagem o grande maciço rochoso da Serra do Espinhaço somando-se aos altiplanos das chapadas e depressões dos vales desenhados pelos caminhos da água - podendo ser percebidos como um padrão dessa paisagem local.

**Imagem 20:** Chapada desmatada



**Fonte:** Imagem do Google Earth, dezembro de 1984 (editada)

A chapada desmatada que aparece na imagem acima fazia parte do ciclo da água que drenava o sistema de abastecimento das famílias da comunidade de Moreira e, também, de milhares de outras famílias que vivem em comunidades nas encostas dessa grande chapada. As primeiras chuvas que caíram após o desmatamento provocaram o soterramento de nascentes, brejos e leitos dos córregos. O desmatamento, além de ter transformado toda a paisagem, causou prejuízos irreparáveis para os ecossistemas locais. *Veio a enchente e devorou... jogou a terra tudo em cima da mineração da água... foi mingvano a água... di poquim, foi mingvano...* (Senhor Antônio, comunidade Moreira). Ainda no ano de 1984 as famílias tiveram que abrir cacimbas abaixo das áreas de mineração de água, possibilitando o acesso à água – feito, anteriormente, de forma natural a partir das minas.

Aí eles abriram cacimba nas cabeceiras. Essa aí já foi tarde, porque foi depois que já tinha devorado a mineração. A água foi mingvano, foi mingvano, até chegar na situação que a cabeceira de mineração secou e no tempo que não tinha o eucalipto era forte de água”. (Antônio, morador da comunidade Moreira, março de 2017).



A percepção do processo de secamento das nascentes não foi algo imediato, como expressa o senhor Antônio: a água foi *minguando*. Os primeiros sinais de secamento das nascentes só foram percebidos pelas famílias no final da década de 1990. O processo de desaparecimento das nascentes nesse lugar foi progressivo e silencioso. Esse processo também aparece nas falas dos moradores locais numa imagem de sufocamento, representada na fala abaixo através da palavra ‘abafamento’ da água.: *“Foi só plantar o eucalipto que secou as cabeceiras d’água. Aqui tinha um lote de cabeceira que minava água. Foi abafano a água, foi abafano que até cabô tudo. Só tem uma que tá fornecendo à comunidade”*. (Antônio, Moreira, março de 2017).

Alguns moradores perceberam que havia uma transformação em curso quando as nascentes na cabeceira do Cantim – de onde o eucalipto mais se aproximou - já haviam desaparecido. No ano de 2017, quando fiz a primeira visita às famílias da comunidade Moreira, apenas na Cabeceira do Jardim havia água.

As famílias locais foram entendendo, aos poucos, o processo de transformação que vinha se fazendo sentir no “ciclo da água” da comunidade. Um dos primeiros sinais percebidos foi identificado nos brejos, **terras de baixa**. Segundo as famílias, as terras baixas foram perdendo umidade progressivamente após o plantio do eucalipto. As áreas alagadas nos brejos, destinadas ao cultivo de arroz, foram desaparecendo juntamente com as variedades de sementes crioulas - outrora semeadas nesses espaços.

O secamento progressivo das terras de baixa desencadeou um movimento de readaptação de práticas agrícolas tradicionais. Um exemplo dessa readaptação aparece no plantio da cultura da mandioca, que outrora só plantada nas terras altas, os **tabuleiros**, passou a ser cultivada nas terras de baixa. Outro reflexo significativo da ausência de umidade nas terras de baixa aparece na perda de variedades de sementes crioulas de arroz e milho, tradicionalmente cultivadas nas terras úmidas – assim como a cana. Um reflexo desse secamento é percebido no desaparecimento da safra de milho temporão - que as famílias chamam de ‘milho de Santana’, referente à festa de Nossa Senhora de Santana que ocorre no mês de julho (mesmo mês da colheita do milho).

À medida que as nascentes foram secando as famílias priorizaram algumas culturas em detrimento de outras. Por exemplo, o cafezal cultivado nas sombras da árvore ingazeira deixou

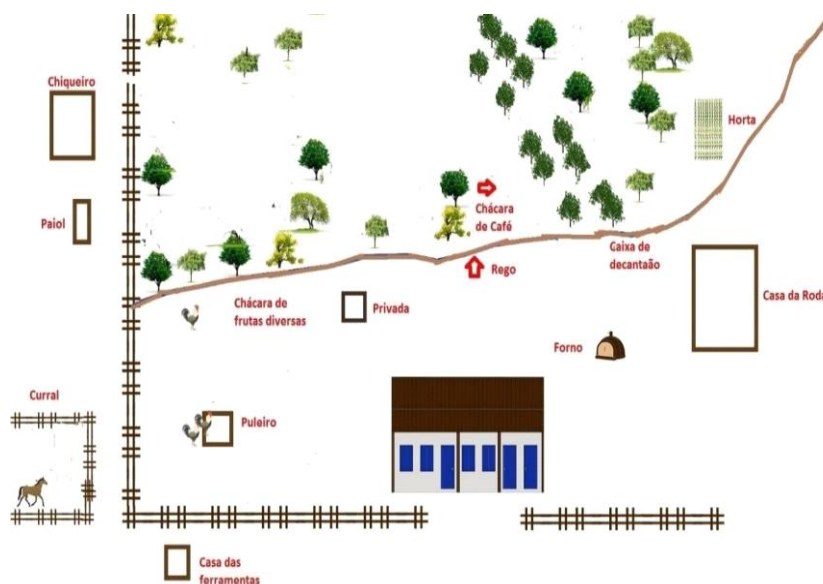
de ser uma prioridade, restando, com o passar do tempo, alguns poucos pés espalhados pela chácara. Grande parte das árvores frutíferas foram morrendo nos períodos de seca, quando a água estava direcionada, principalmente, para o abastecimento doméstico e a produção de goma e farinha. A introdução de novas culturas nas chácaras deixou de ser uma prática. Isso se refletiu automaticamente na função da chácara dentro do arranjo agroalimentar dessas famílias.

A plantação do eucalipto teve efeitos profundos na organização econômica familiar. A renda, que em outro tempo provinha de diversos alimentos produzidos nas chácaras, passou a ser gerada exclusivamente pela produção de farinha e goma. Alguns homens e mulheres passaram a trabalhar durante uma parte do ano com a safra da mandioca em suas propriedades e, em outro período, nas safras de café na região do Triângulo Mineiro. Outra alternativa passou a ser trabalhar, nos períodos de entressafra, em setores ligados à construção civil.

**Diagrama 21:** Representação da diminuição da chácara



## Tempo da água do poço



**Fonte:** Trabalho de campo, comunidade Moreira, julho de 2017

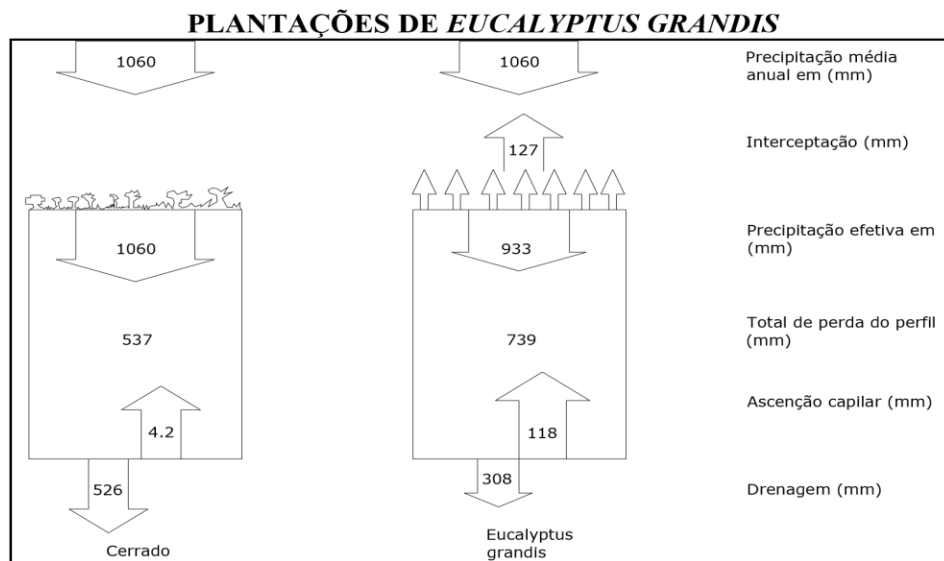
Na percepção das famílias, a caatinga era o lugar dos longos períodos de seca e falta d'água, enquanto os gerais eram o lugar dos rios correntes e das cabeceiras de nascentes abundantes. A falta d'água, outrora inimaginável para estas famílias dos gerais, trouxe o drama da escassez vivido na vizinha caatinga. O secamento de grande parte das nascentes instigou a um imaginário escatológico, fertilizando uma percepção da realidade local em relação à narrativa bíblica dos *'fins dos tempos'*: "...penso que essas securas são os fins dos tempos". (Senhor Antônio, comunidade Moreira).

A introdução da monocultura do eucalipto é compreendida, entre outras coisas, como um desregularizador temporal, pois tempo neste lugar é percebido através do ciclo natural da água. Significou, para as famílias, o fim de um tempo e o início de outro. O novo tempo é marcado pela transformação da paisagem e, também, da forma de viver e fazer neste lugar. O secamento de grande parte das fontes de água e a perda de umidade das terras fizeram com que as famílias reorientassem antigas práticas agrícolas. A introdução da monocultura na chapada, entre outras coisas, gerou efeitos na forma como essas famílias se organizavam economicamente.

Lima (2013) pesquisou o comprometimento da recarga dos aquíferos proporcionados pela introdução dos eucaliptos nas chapadas do Alto Jequitinhonha. Lima (2013) constatou

uma diminuição significativa da recarga nos lençóis freáticos das áreas pesquisadas.

**Diagrama 22:** Recarga do lençol freático em área de eucalipto



O dado do prejuízo hídrico demonstrado na pesquisa de Lima (2013) sinalizou para uma diminuição da drenagem pelo lençol freático e, conseqüentemente, da recarga dos aquíferos, com valores na ordem de 218 mm ao ano.

Os dados de Lima (2013) corroboram com a percepção dos moradores dessa comunidade acerca da percepção de diminuição da vazão do Córrego do Moreira provocada pelo plantio eucalipto nas áreas de recarga hídrica. Segundo dados do Centro de Previsões de Tempo e Estudos Climáticos/ CPTEC a média de chuvas anuais que ocorrem no município de Rio Pardo é de 1000 mm. Conforme demonstra o modelo de Lima (2013) as áreas de cerrado aproveitam 49,6 % para o abastecimento de suas reservas, enquanto áreas de eucalipto só aproveitam 29,1% desse valor. São valores significativos de diminuição da recarga dos lençóis freáticos ao longo de mais de 30 anos de exploração do eucalipto na área de recarga hídrica dos lençol freático. A monocultura vem contribuindo para o desequilíbrio hidrológico regional juntamente com a diminuição dos regimes de chuva.

### 6.1.3-Resistência à ocupação da monocultura do eucalipto na chapada

A resistência contra a monocultura do eucalipto surgiu à medida que as famílias foram

associando o processo de transformação no modo de viver nas cabeceiras à plantação de eucalipto na área de recarga hídrica. *“Até então nós não sabíamos que ia trazer essa consequência. A gente tinha água. Se eles tivessem vindo aqui e falado que o que iam fazer prejudicava as nossas águas, era outra história”*. (Lia, moradora da comunidade Moreira)

Durante a década de 1970 surgiram as primeiras notícias sobre a chegada de empreendimentos ligados à silvicultura para o município de Rio Pardo. Os vereadores locais e empresários da cidade foram atuantes na difusão de informações que sinalizavam os benefícios que a monocultura do eucalipto traria para o município e, conseqüentemente, para as famílias das zonas rurais. A geração de postos de trabalho e o desenvolvimento econômico regional foram os principais argumentos usados nesse contexto. O intuito era convencer as famílias das comunidades rurais com promessas de empregos, amenizando possíveis focos de resistência que poderiam emergir em alguns lugares após a ocupação das áreas de uso coletivo por parte das empresas.

As tentativas de convencimento engendradas pelos agentes políticos e econômicos aparecem nas falas dos moradores da comunidade Moreira. A experiência dessas famílias demonstra que não houve resistência quando as terras de uso coletivo foram ocupadas pela empresa Gerdal. A maioria das famílias locais foi absorvida/envolvida nas primeiras fases do empreendimento, principalmente na fase do desmatamento e atividades ligadas ao carvoejamento.

No início, foi apresentado pra nós que a empresa era a solução, porque vinha trazer o progresso, vinha trazer o emprego e o povo achou que era isso mesmo. Todo mundo se iludiu. Quando cumpadi Antônio fala que nós acordamos tarde, eu acho que é porque a gente não foi percebendo isso que a gente estava perdendo.” (Lia, Moreira, março de 2017).

A absorção significativa de mão de obra local contribuiu para desmobilizar possíveis ações de resistência. Não quero, com essa afirmação, minimizar e nem desconsiderar que focos de resistência não possam ter ocorrido entre algumas pessoas ou grupos, mesmo em locais onde as famílias foram absorvidas nas frentes de trabalho - como já haviam registrado Nogueira (2009) e Brito (2007). No entanto, gostaria de destacar, a partir das experiências observadas neste estudo, que a resistência à ocupação da monocultura do eucalipto não foi algo imediato e não pode ser tratada como uma reação quase que automática e defensiva. A resistência se foi manifestando à medida que as famílias foram vivenciando os efeitos do

empreendimento, associando as consequências negativas da monocultura às transformações nas práticas tradicionais, principalmente aquelas ligadas às atividades agrícolas.

A fase de preparação das terras para a plantação do eucalipto empregou o maior número de moradores locais. Conta o senhor Antônio que ele e outros moradores locais trabalhavam juntando a vegetação nativa em *coivaras* para serem levadas até os fornos de carvão.<sup>29</sup> “*Eu tinha onze anos. Eu montava em cima dessa cacimbona e ia trabalhar, porque naquele tempo o que trouxe pra nós foi que trabalhar era bom, que bom era a gente ter o dinheiro pra ter as coisas. Todos mundo iludiu.*”

As primeiras mudas de eucalipto foram introduzidas no ano de 1985, iniciando, assim, o primeiro ciclo de crescimento do eucaliptal - ciclo este que se estendeu até o ano de 1996. Em 1997 iniciou-se o segundo ciclo, que durou até o ano de 2005. Foi tão somente ao longo desse segundo ciclo que as famílias passaram a associar o secamento das nascentes à plantação de eucalipto na chapada.

Passaram-se vinte e um anos de convívio com a monocultura para que as famílias integrassem, em sua experiência, alguns efeitos da introdução dessa planta no ambiente de chapada. Segundo Lia, presidente da Associação Comunitária local, a convivência com uma estudante de agronomia da Universidade Federal de Viçosa, em 2009 - ano em que a estudante realizava uma vivência entre as famílias dessa comunidade -, foi fundamental para que debatessem coletivamente os efeitos negativos da monocultura.

A estudante realizou oficinas de mapeamento das dificuldades enfrentadas na comunidade, oportunidade em que as famílias puderam, pela primeira vez, debater coletivamente os obstáculos surgidos a partir do secamento de algumas nascentes. Segundo Lia, foi durante as oficinas que começou a ficar mais clara, para as famílias, a relação entre a monocultura de eucalipto e o secamento das nascentes.

No ano de 2010 as famílias se depararam com uma situação de bloqueio de uma de suas estradas. O bloqueio impediu a circulação livre das famílias através do acesso que ligava a comunidade de Moreira às demais localidades vizinhas. A obstrução da estrada foi atribuída inicialmente à empresa Gerdau, fazendo emergir relações de hostilidade entre as famílias e funcionários dessa empresa. A situação canalizou os descontentamentos das famílias, que passaram a reunir-se no salão da associação local para discutir possíveis ações para a reabertura da estrada. Um dos caminhos lavantados foi estabelecer uma relação com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Pardo de Minas. Tal sindicato já atuava como porta-voz e representante dos interesses de comunidades rurais da região em relação aos

interesses e ações das empresas reflorestadoras em ação neste município. O sindicato acionou, dentro de sua rede de parceria, a assessoria jurídica da ONG Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas/CAA, atuante na defesa dos direitos dos Povos e Comunidades Tradicionais.

A partir dos trabalhos de investigação realizados pelos assessores jurídicos da ONG, as famílias entenderam que o bloqueio da estrada foi uma ação de uma outra empresa que intencionava apropriar-se de parte das terras ocupadas pela Gerdau. Segundo as famílias, nem a Gerdau e nem a segunda “suposta empresa” teriam o título da terra ocupada. A prática de grilagem de terras nesta região foi algo muito comum durante a década de 1970. O fato de as duas empresas não terem o título da terra despertou as famílias para iniciarem uma ação de retomada do controle dessa área. O primeiro ato das lideranças da comunidade foi procurar a Promotoria de Justiça do município de Rio Pardo de Minas para denunciar as infrações ambientais cometidas pela empresa Gerdau reflorestadora nos vinte e seis anos de ocupação da chapada.

A aproximação das famílias com o sindicato local e a ONG surtiu muitos efeitos, dentre eles a reelaboração da narrativa sobre a ocupação da chapada pela empresa Gerdau. As lideranças da comunidade passaram a orientar seus discursos na gramática do reconhecimento de seus direitos coletivos com base nos estatutos legais para Povos e Comunidades Tradicionais. Também iniciaram um processo de reconhecimento como Comunidade Tradicional Geraizeira através da Comissão Estadual para Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais do Estado de Minas Gerais. A principal reivindicação das famílias passou a ser o reconhecimento do domínio coletivo de 200 hectares acima das cabeceiras Brejo do Meio, Jardim e Cantim apropriados pela empresa de reflorestamento Gerdau.

A experiência da comunidade Moreira é um exemplo da maneira como têm ocorrido processos de reivindicação territorial de espaços, outrora usados de forma coletiva, que nos anos 1970 e 1980 passaram a ser de domínio de empresas de reflorestamento. A participação e mediação de atores, tais como sindicatos de trabalhadores rurais e ONGs ligadas à defesa do meio ambiente, têm fertilizado a emergência desses processos de retomada territorial.

#### **6.1.4-Partilhas comunitárias**

Quando começamos a observar as experiências de partilha de água entre famílias de comunidades rurais nos damos conta da complexidade existente por trás de cada rede comunitária de transporte de água. Cada experiência revela-se única e traz em si a história de cada grupo e os desafios presentes nos lugares de vida. A experiência contida na construção de cada rede comunitária revela um longo processo de construção coletiva único, singular, presente nesta forma de apropriação coletiva de um recurso hídrico. Na maior parte do tempo, o próprio ato de partilhar a água torna-se um desafio permanente, exigindo dos grupos sociais a capacidade de conviver com a impermanência de suas próprias soluções. Para além disso, desafia-os a enfrentarem problemas sociais causados pelo crescimento populacional e que esbarram, também, nos limites de abastecimento de suas fontes.

Na experiência das famílias da comunidade Moreira nem sempre a água foi compartilhada e transportada em redes comunitárias. Houve um período em que cada família tinha sua própria maneira de acessar a água nas fontes. Na experiência local foi a própria falta de água que exigiu das famílias uma solução coletiva.

Contudo, construir uma rede comunitária requer que as famílias estejam dispostas a envolver-se em trabalho coletivo e, também, que as lideranças tenham muito “*jogo de cintura*” para negociar recurso público com agentes políticos locais. Os materiais para construção das redes, por vezes, não são adquiridos com recursos próprios das famílias devido ao alto custo dos encanamentos.

Os próximos tópicos deste trabalho representam um exercício de observação das práticas de partilha de água entre as famílias desta comunidade, trazendo a percepção dos moradores e, também, o meu próprio olhar sobre o universo social - tão rico - construído nas práticas de partilha de água.

#### **6.1.5-Nem sempre foi partilha**

A distribuição da água do manancial da Cabeceira do Jardim através de redes coletivas de abastecimento é algo relativamente recente na experiência das famílias dessa comunidade. As redes de água comunitária começaram a ser construídas por volta dos anos 2000. As



famílias objetivavam, com a construção das redes comunitárias, organizar a captação de água no manancial da Cabeceira do Jardim, superando os problemas causados pelas várias encanações individuais que levavam a água desse manancial às trinta e seis famílias espalhadas em vários pontos do território dessa comunidade. Além de organizar o transporte, objetivava-se, também, regular o uso indiscriminado propiciado pelas encanações individuais.

Até o ano de 1998, em alguns pontos dessa comunidade, a água ainda era transportada através dos regos d'água. *“O rego foi cabando e a bica já não corria mais. Fomos percebendo aos poucos. O último rego que secou foi o de Zé Augusto, no ano de 1998”*. (Vera, comunidade Moreira). Ainda durante os anos de 1990 o transporte de água através das valas/regos tornou-se pouco eficiente devido ao processo progressivo de secamento das nascentes ocorrido ao longo da década. A forma arcaica de abastecimento de água por meio de valas gerava uma perda d'água significativa durante o seu transporte, causada pela infiltração da água no solo seco. A baixa vazão nas nascentes e o desperdício de água causado ao longo do transporte levou as famílias a abandonarem progressivamente o antigo sistema de transporte, substituindo-o por mangueiras conectadas diretamente à fonte. Ao abandonarem o sistema arcaico de transporte de águas as famílias individualizaram o acesso à água da fonte comunitária.

Quando os regos foram acabando não tinha muita organização na comunidade. Na verdade, nós achamos que era um problema simples para resolver. Fomos tirando encanação individual, colocando as mangueira. Cada um foi pegando suas mangueirinhas e colocando onde tinha água... Foi tarde já. A gente começou colocar as mangueiras, os regos foram ficando fracos e foi cabando. (Lia, Moreira, março de 2017).

A encanação individualizada possibilitou uma solução imediata para superar as deficiências do sistema antigo de transporte. No entanto, essa forma de captação individual, num contexto de diminuição progressiva da oferta de água nas fontes naturais, não poderia funcionar por muito tempo. Na Cabeceira do Jardim, por exemplo, última fonte natural desse contexto, foi instalado um emaranhado de mangueiras captando a água diretamente da nascente. Por toda parte do território havia mangueiras transportando água de forma individual até as casas. Esse tipo de transporte também não ajudava a criar formas de controle coletivo sobre o uso da água do manancial. Portanto, o uso indiscriminado propiciado pelas captações individuais e a baixa vazão de água nas nascentes geraram algumas disputas entre famílias. Uma opção encontrada para superar a falta de água que seguiu durante os períodos de seca

foram as fontes alternativas de água: a captação de água da chuva, cisternas e poços artesianos.

### **6.1.6-Fontes naturais e fontes alternativas**

Atualmente, a fonte natural disponível às famílias provém do manancial da Cabeceira Jardim. Até a década de 1990 as famílias utilizavam apenas a água de fontes naturais. Mas, após o secamento de algumas fontes, as famílias passaram a construir alternativas para acesso à água como forma de amenizar a sua falta nos períodos de pouca chuva. Portanto, a cisterna, o poço artesiano e a água de captação das chuvas tornaram-se fontes alternativas na experiência dessas famílias a partir dos anos 2000. Nem todas as famílias têm acesso à água proveniente de cisternas - apenas as famílias que vivem nos terrenos mais baixos, onde é possível encontrar a água no subsolo. A água do poço artesiano começou a ser utilizada no ano de 2013. Atualmente, todas as famílias dessa comunidade tem acesso à água desse poço, e que é usada de forma complementar com a água da fonte natural da Cabeceira do Jardim. O poço foi furado com recurso público proveniente do projeto “Pró-água”, do governo federal. Além da água do poço, as famílias também tiveram acesso às caixas de água para captação de água da chuva através do projeto Um Milhão de Cisternas – P1MC, também do governo federal.

### **6.1.7-Água e classificação**

Para as famílias locais nenhuma água é igual à outra, portanto, em cada fonte natural ou alternativa existe um tipo único de água. As famílias classificam os diferentes tipos de água levando em conta o local onde a mesma é captada ou a fonte de origem, denominando os diferentes tipos de água da seguinte maneira: a água da nascente, a água da captação de chuva, a água da cisterna, a água do poço artesiano, a água do rio, a água da lagoa e a água da barragem. Além de considerarem os tipos de água pelo local de captação ou origem da fonte, as famílias também classificam a água em três grandes grupos: água fresca, água remexida e água parada. É importante frisar que a maneira como as famílias classificam a água, expondo sua preferência, é sempre relativa, nunca rígida, como comenta Lia, moradora da comunidade Moreira: “a melhor água é a que se tem”.

A água captada próximo às nascentes é considerada a melhor água que uma família pode ter, pois serve para todo tipo de uso (beber, fazer comida, irrigar as plantações, limpar a

casa e processar a mandioca). Essa água, por ser captada junto à fonte, é considerada uma **água fresca**. Na classificação das famílias é a água que possui mais qualidades em relação às demais, e gera mais confiança para as famílias no ato do consumo. A água de nascente, por ser considerada uma água corrente - que nas palavras das famílias ganha um outro sinônimo: “*águas lavadas*” – é sempre considerada melhores em às fonte as *parada*.

A água captada em um leito de rio ou córrego é considerada uma água inferior. Na classificação local recebe o nome de água *remexida*. Uma água é considerada remexida quando a captação é feita em locais nos quais as famílias não têm o controle do espaço, ou seja, em locais onde há acesso de animais e outras atividades que prejudicam a qualidade da água. Portanto, as águas de leito de córregos e rios são agrupadas como águas remexidas. Os diferentes tipos de água acessados pelas famílias não passam por nenhum tipo de tratamento químico. Por essa razão, a única forma de garantir a qualidade da água para essas famílias é tendo o controle dos espaços onde elas são captadas.

A água proveniente de um poço artesiano também é considerada inferior. Geralmente, não é de boa qualidade para beber e fazer comida. As águas de subsolo nesta região são salobras e com alto teor de ferro. As águas retiradas dos poços artesanais são usadas preferencialmente para banhos, limpeza da casa, rega de horta e também para o processamento da mandioca. As famílias as consideram uma água que “*não respira*”, ou seja, que permanece fechada - uma água de baixa qualidade, tão inferior quanto a água do leito de um rio. As águas classificadas como paradas, portanto, são águas de poço artesiano, barragens, lagoas e cisternas.

As águas de captação da chuva são usadas, preferencialmente, para beber e fazer comida. São consideradas águas alvas, cristalinas e puras, mas não tão apreciadas como a água das nascentes, pois se tornam uma água parada se a família a armazena por um longo período. O sabor da água muda, segundo as famílias, quando fica muito tempo parada. A água de captação de chuva, por depender dos ciclos das chuvas, não é fonte alternativa que garanta o uso contínuo das famílias nesta porção do semiárido.

**Quadro 23:** Tipos de água

|                  | Água Fresca                                   | Água Parada                                 | Água Remexida                              |
|------------------|---|---|--|
| Tipos            | Água de nascente                              | Poço, cisterna, barragens                   | Rio e córregos                             |
| Uso preferencial | Beber, comida, processamento da mandioca      | Casas, irrigação, processamento da mandioca | Casa, irrigação, processamento da mandioca |
| Características  | Prata, alvinha, cristalina, pura, água lavada | Clara, água que não respira                 | Amarelada, escura, impura, desconfiada     |

As famílias dão diferentes formas de usos a cada água, tendo sempre em vista a oferta e a capacidade de abastecimento de cada fonte, lembrando que a preferência da melhor água é relativa, pois a melhor água será sempre aquela à que se tem acesso naquele momento.

### **6.1.8-Modalidades de domínios da água**

Na experiência dessas famílias, nem toda fonte natural de água é de apropriação coletiva. Existem, contudo, fontes naturais que são consideradas de domínio privado e fontes naturais consideradas de domínio coletivo.

O que determina uma fonte natural ser considerada de domínio privado e/ou de domínio coletivo tem relação, fundamentalmente, com a capacidade de abastecimento da mesma. As fontes naturais de domínio privado são utilizadas exclusivamente por uma mesma família e seus descendentes diretos, portanto, vamos denominá-las, aqui, de fontes familiares, tendo em vista a maneira como se dá a apropriação dessas fontes de caráter familiar/privada.

As fontes naturais consideradas de domínio coletivo são apropriadas por mais famílias. Geralmente, famílias que vivem nas proximidades da fonte e que possuem relações de parentesco, vizinhança e compadrio. Vamos denominá-las como fontes comunitárias, tendo em vista a maneira como ocorre a apropriação dessas fontes num formato coletivo/comunitário.

As famílias consideram que o volume de água é um fator fundamental para definir a forma de apropriação de uma fonte natural. Se o volume for suficiente para abastecer o maior número de famílias que têm entre si algum nível de relação - seja de parentesco, compadrio e/

ou vizinhança - esta fonte é considerada de domínio comunitário.

As nascentes consideradas privadas, geralmente, têm uma vazão menor em metros cúbicos, sendo consideradas pelas famílias como nascentes “mais fracas” em relação às nascentes de apropriação coletiva. As famílias que possuem fontes naturais privadas têm as nascentes dentro de sua propriedade ou nas proximidades. As nascentes das cabeceiras do Cantim, Brejo do Meio e Vereda do Caculé, até a década de 1990 - período em que essas nascentes secaram -, eram consideradas fontes familiares/privadas.

As fontes alternativas originárias do subsolo são consideradas de domínio familiar ou comunitário. A forma de captação e a origem do investimento determinam o tipo de domínio da fonte alternativa. Por exemplo, na experiência dessas famílias a água captada por meio de cisternas é considerada de domínio familiar. Já a água captada por meio de poço artesiano, diretamente do lençol freático, é considerada de domínio comunitário.

As águas provenientes de armazenamento das chuvas - por exemplo, em barragens e caixas de captação - são consideradas de domínio exclusivamente privado/familiar, ou seja, da família que realiza o armazenamento.

### **6.1.9-Formas de regulação de fontes naturais**

As famílias que dependiam da água proveniente das fontes naturais/privadas Cabeceira do Cantim, Brejo do Meio e Vereda do Caculé foram demandando, a partir da década de 1990, o acesso ao manancial da Cabeceira do Jardim, última fonte natural disponível neste contexto.

Até a década de 1990 a água da Cabeceira do Jardim era de domínio exclusivo das famílias que viviam nos limites dessa cabeceira e que mantinham entre si algum tipo de relação, sendo ela de parentesco, vizinhança e/ou compadrio.

À medida que as famílias das localidades vizinhas do Cantim, Brejo do Meio e Vereda do Caculé foram demandando o acesso à água da Cabeceira do Jardim, tal fonte passou a ser de apropriação comunitária, deixando, portanto, de ser de domínio exclusivamente das famílias que viviam na localidade da Cabeceira do Jardim.

Foi necessário construir uma complexa rede de abastecimento comunitário para levar água dessa fonte às famílias das demais localidades. A formação da rede de abastecimento comunitária demandou muito trabalho coletivo e capacidade de negociação

com políticos locais para aquisição dos materiais. Para além disso, a integração das novas famílias à fonte do Jardim implicou, de forma geral, na criação de regulações sobre a forma de uso da água e ampliou as relações de partilha de água a um nível comunitário, extrapolando, dessa maneira, as partilhas outrora localizadas entre familiares, vizinhos e/ou compadres para um universo social maior.

As formas de regulação do manancial comunitário manifestam-se na forma de controle do processo de apropriação familiar/individual do recurso hídrico coletivo e também na forma como as famílias controlam o espaço físico onde encontra-se a fonte natural coletiva.

As famílias proibem qualquer atividade que não seja a captação de água no espaço onde encontra-se o manancial coletivo. Por exemplo, é expressamente proibido o desmatamento desse espaço, a entrada de animais, a manipulação de sabão para lavagem de roupa e banhos. Qualquer atividade que possa prejudicar a qualidade da água é impedida pelas famílias. É proibido, também, desviar a água ou apropriar-se dela individualmente.

A propriedade da terra onde encontra-se a fonte comunitária pertence a uma família que vive nas terras da Cabeceira do Jardim e que, também, como as demais famílias, utiliza a rede comunitária desse manancial, como demonstra a fala da moradora local: *“A terra onde está a nascente do Jardim é de Laurindo, mas a água é da comunidade”*. (Lia, moradora da comunidade Moreira).

A experiência dessas famílias demonstra que quando uma fonte é de usufruto coletivo o gozo pleno do direito de propriedade sobre os espaços dos mananciais fica suspenso em favor do grupo. De forma ampla, quando um grupo estabelece um domínio coletivo sobre um manancial este domínio não se perde, mesmo em situações em que a propriedade da terra é vendida ou herdada. O direito de uso coletivo de um manancial é, para essas famílias, um direito constituído e se mantém irrevogável em favor do grupo. Em situações em que o novo comprador ou herdeiro desconsidera os pactos coletivos já estabelecidos, surgem os conflitos. Os direitos coletivos estabelecidos através da lei do costume, muitas vezes, chocam-se com a compreensão do direito pleno à propriedade privada, isso quando envolve sujeitos vindos de fora.

Além das regulações que podem ser observadas no controle dos espaços onde encontra-se a fonte natural de água, as famílias também criam formas de regulações sobre o uso da água coletiva. Entre essas famílias há consensos do que é permitido ou não na apropriação do recurso hídrico coletivo. Por exemplo, não se pode fazer o uso da água do

manancial para além das atividades domésticas e a extração da goma e farinha de mandioca. Portanto, é proibido usar água das redes comunitárias para irrigar produções para comercialização. É permitida apenas uma pequena irrigação para o consumo doméstico.

Os regulamentos que incidem sobre a água são instituídos a partir da lei do costume - portanto, não estão inscritos formalmente. Cada usuário sabe o que pode e o que não pode ser feito em relação à água e os espaços onde estão as nascentes. Quando uma família nova sinaliza interesse na partilha da água comunitária é preciso, por parte das famílias estabelecidas, avaliar se integram ou não a nova família à rede coletiva. Em situações em que a nova família é aceita, esta passa a integrar um pacto de convivência comunitário que envolve formas de regulações sobre o uso individual da água. Por isso, é preciso que a nova família seja aceita mediante uma avaliação coletiva que ocorre nos espaços da associação comunitária. As famílias avaliam se quem demanda pela água coletiva tem as características exigidas para se integrar à rede de abastecimento comunitária.

### **6.1.10-Direito e o não direito à água das fontes naturais**

Para uma família ter acesso a uma rede de água comunitária, as demais famílias usuárias dessa rede precisam reconhecer se a família tem ou não direito sobre a água. Observei uma situação em que as famílias usuárias da rede não reconheciam o direito de acesso de uma outra família. Essa situação de **não direito** à água é percebida, de forma mais abrangente, na relação das famílias locais com um senhor que adquiriu uma propriedade no território da Cabeceira do Jardim. O referido proprietário é morador e comerciante na cidade de Rio Pardo de Minas e, no ano de 2001, passou a estabelecer uma relação de vizinhança com as famílias moradoras na Cabeceira do Jardim. Em pouco tempo esse senhor construiu duas barragens no leito do ribeirão da Cabeceira do Jardim. As duas barragens passaram a impedir que a água da chuva corresse através do córrego do Moreira até o rio São Gonçalo, modificando, assim, o ciclo natural das águas neste lugar. A água represada passou a ser utilizada na irrigação de frutas e hortaliças para abastecer o comércio que esse mesmo senhor possui no centro da cidade de Rio Pardo de Minas. A forma como esse senhor se relacionava com a água, a terra e a maneira de interagir nos espaços coletivos gerou estranhamentos por parte das famílias locais, como demonstra a fala de um morador da comunidade Moreira: *“Por exemplo, olha esse rapaz dono das barragens... Não que ele é má pessoa, nada disso, mas ele não interage enquanto comunidade, tem amizade mas não*

*tem coletividade.*” É interessante como a amizade e a coletividade são diferenciadas na fala do morador.

Esse senhor não foi integrado à rede comunitária de água porque as famílias entenderam que ele não juntava os requisitos necessários para adentrar o universo da partilha: não residia na comunidade, não frequentava os espaços coletivos - igreja e associação - e não possuía nenhuma relação de parentesco com os demais moradores. Todos esses fatores somaram-se para que as famílias decidissem que havia uma situação que configurava um **não direito** à água, como afirma Lia, moradora da comunidade: *“Ele não foi criado aqui, é de outra cultura”*. *“Quem vem de fora não consegue interagir”*. (Lia, moradora da comunidade Moreira)

Para adentrar as redes de partilha de água é necessário que as famílias locais reconheçam no demandante algumas capacidades para manter a partilha. Portanto, ser um portador dos valores e costumes comuns, em grande parte transmitidos nas redes de parentesco, vizinhança e compadrio, é requisito fundamental para se ter acesso à rede de água. Para além disso, estar inserido nas dinâmicas comunitárias que acontecem nos espaços coletivos - igreja e associação - é imprescindível para as famílias.

Famílias advindas de outras realidades culturais dificilmente compreendem os códigos locais, pois não são portadoras desse universo cultural que vai muito além de absorver regras de uso. O que permite as experiências da perpetuação das relações de partilha de água tem relação com uma maneira de ser e fazer comum a estas famílias.

### **6.1.11-Os desafios da gestão de uma rede de abastecimento comunitária**

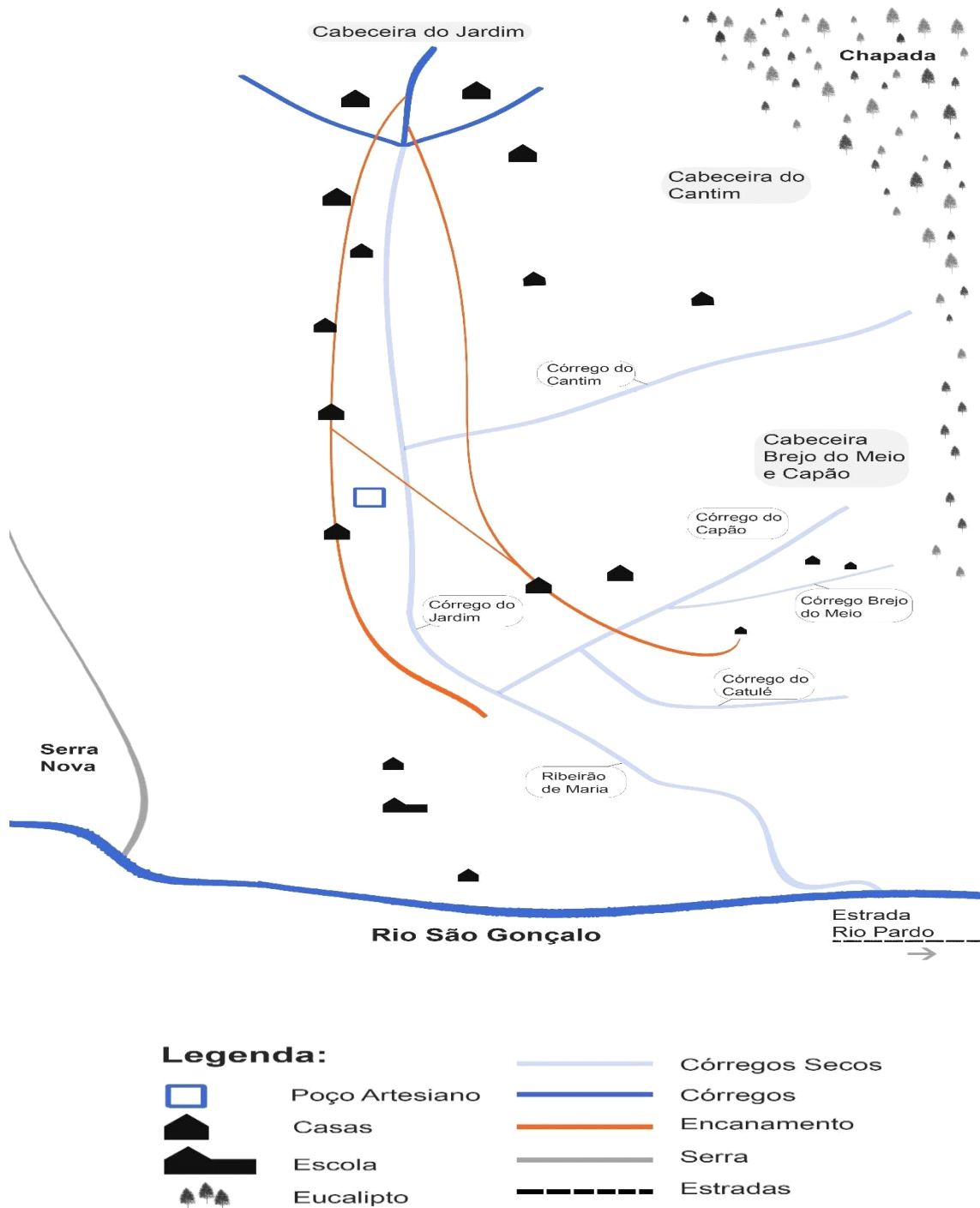
As famílias da comunidade Moreira construíram duas redes de abastecimento comunitário. **A rede de baixo**, com o objetivo de abastecer as famílias da porção baixa da comunidade, e **a rede de cima**, exclusiva para abastecer as famílias da porção alta do território.

O acesso igualitário à água da fonte da Cabeceira do Jardim é um dos principais desafios desse modelo comunitário de abastecimento. A baixa pressão nos encanamentos coletivos compromete, na maior parte do tempo, o acesso de algumas famílias à água, principalmente as famílias que moram em locais onde o terreno é inclinado e querem mais pressão nas encanações para que a água chegue às torneiras das casas. A falta de recurso para ampliação da rede, à medida que novas famílias são integradas, é outro desafio comum dessa



forma de distribuição coletiva de água.

**Mapa 24:** Sistema comunitário de abastecimento



**Fonte:** Dayana Martins (Mapa mental dos sistemas de cabeceira adaptado para meio digital)

A falta de caixas para armazenamento da água é uma das principais razões de queixas por parte das famílias que vivem nas partes mais inclinadas do terreno. Para essas famílias, nem todas as famílias do início da rede fazem uma boa partilha da água quando a usam em ligações diretas. As ligações diretas, nos momentos de picos, impossibilitam o acesso igualitário à água para as famílias das partes altas. Uma alternativa encontrada para gerir o problema da baixa pressão é o ajuste nos horários do consumo, conhecido entre as famílias como “*durmida d’água*”. Essa é uma forma de rotação de consumo utilizada, principalmente, nos períodos de pouca chuva, quando diminui significativamente o volume de água nas nascentes. Algumas famílias passam a ter acesso à água apenas durante a noite, enquanto outras só a acessam durante o dia. Essa alternativa garante uma distribuição mais igualitária. “*A água não é coisa para ficar desperdiçando. O uso é só para o preciso mesmo.*” (Nei, Moreira, março de 2017).

As famílias usam a estrutura da associação comunitárias também para gerir as questões que envolvem a água coletiva. O presidente da associação absorve as demandas e as encaminha aos membros do conselho associativo. Temas diversos, como, por exemplo, reformas das redes, captação de recursos públicos, reclamações de mau uso, entre outros, são tratados pelos conselheiros em conjunto com o presidente.

Existem, também, dois responsáveis permanentes que fazem a manutenção nas duas redes. Um morador da zona baixa, que fica responsável pela rede de distribuição dessa parte do território, e um morador da zona alta, responsável pelas recorrências da porção alta. O custeio do material para manutenção é feito através de doações espontâneas. Quando preciso, é solicitado pelos próprios mantenedores algum recurso em dinheiro ou material. Para trabalhos com o valor mais alto, como horas de trator, por exemplo, as despesas são divididas entre as famílias de forma igual.

**Quadro 25:** Esquema de manutenção

| <b>Colaborador da rede de Baixo (Dilson)</b>                                 | <b>Colaborador da rede de Cima (Valdeci)</b>                                 |
|--|--|
| Atividades de manutenção<br>1) Conserto de canos<br>2) Tirar ar da encanação | Atividades de manutenção<br>1) Conserto de canos<br>2) Tirar ar da encanação |

|  |  |
|--|--|
| 3) Retirada de lodo das encanações     | 3) Retirada de lodo das encanações     |
| 4) Manutenções na barragem de captação | 4) Manutenções na barragem de captação |

O enfiamento direto de situações cotidianas com potencial conflitivo que envolvem água não é uma prática dessas famílias e das lideranças neste lugar. A maior parte das “querelas” se passa indiretamente. Situações que sinalizam alguma fricção entre famílias e vizinhos aparecem na forma de fuxicos e desabafos circunscritos aos espaços íntimos da parte que se sente afetada por ações de um familiar, vizinho ou outro morador. A água é, sem dúvida, a principal razão das queixas. Alguma parte dos reclames é levada às lideranças que, por sua vez, buscam mediar tais situações de forma também não direta. Notei que essa forma de mediação de conflitos aparece não só na experiência dessa comunidade, mas nas demais também. As lideranças usam os espaços coletivos - igreja e associação - para emitir “alertas” de forma genérica, que podem ser absorvidos pelo maior número de pessoas. Os alertas são enriquecidos com históricas bíblicas, usando trações emocionais de personagens religiosos para criar um paralelo com a realidade do local. Nestes momentos são trabalhados temas que orientam a concepção cristã da vida, como ganância, falta de solidariedade, humildade, doação, compaixão, usura, honestidade, retidão, amor, paz, comunhão, fraternidade e tolerância. Os sermões usando passagens e histórias da bíblia atraem a atenção dos envolvidos, cumprindo o que se expressa no ditado popular: “a carapuça serviu”. Pode-se observar que essa forma de reflexão coletiva dos problemas é uma influência do modelo *ver, julgar e agir* das CEBs, reinterpretado nas experiências dessas famílias.

### **6.1.12-A experiência de gestão comunitária do poço artesiano**

No ano de 2007 <sup>18</sup> as famílias da comunidade Moreira foram incluídas no projeto Pró-água, do governo federal, que financiava a abertura de poços artesanais para comunidades rurais em situação de desabastecimento. A execução do projeto levou sete anos, e apenas no ano de 2010 as famílias receberam políticos locais para uma cerimônia de

---

<sup>18</sup> O acesso dessas famílias ao poço artesiano financiado pelo projeto Pró-água será descrito no capítulo Política e Água.

inauguração. No entanto, a cerimônia foi um ato político e muitas informações sobre o funcionamento do poço, daquele momento em diante, ficaram em aberto para as famílias. Após a inauguração do poço as famílias passaram a usar a água de forma livre, não sabendo que, passado um ano, já havia uma dívida na concessionária de energia em nome da associação comunitária.

As famílias se inteiraram da dívida quando a eletricidade já havia sido cortada pela concessionária, por falta de pagamento. A primeira resposta que as famílias construíram para solucionar a questão da água do poço foi organizar uma comissão dentro da estrutura da associação comunitária. O tesoureiro, o vice-tesoureiro e o presidente da associação ficaram responsáveis por construir uma solução para gerir a água do poço. *Começou como uma comissão de organização do poço. Essa comissão decidiu que iria comprar os hidrômetros. Essa mesma comissão se reuniu com o povo e pediu a colaboração para comprar os hidrômetros. Ai, cada pessoa passou a saber quanto custava o hidrômetro e ai passou para o pessoal o valor dos hidrômetros.* Lia, moradora da comunidade Moreira).

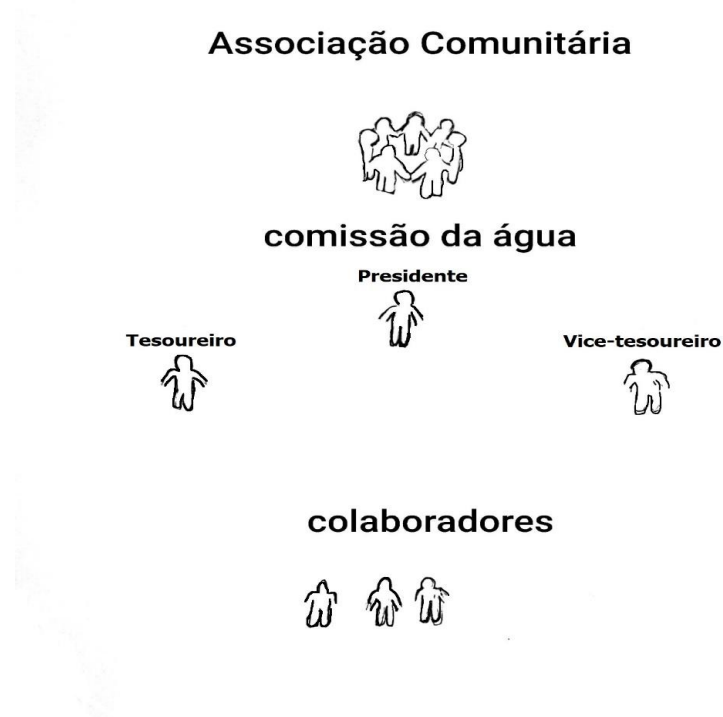
A comissão decidiu que cada família teria de adquirir um hidrômetro. Os hidrômetros possibilitariam medir, em metros cúbicos, o consumo mensal de cada família. Ao final de cada mês uma conta de água poderia ser gerada com o valor referente ao uso familiar. No entanto, a proposta da comissão não era gerar uma cobrança pela água utilizada, mas pela eletricidade consumida para retirar a água do poço.

Durante os meses de março a agosto, período em que não ocorrem chuvas nesta região, o consumo de água aumenta significativamente entre as famílias produtoras de goma e farinha de mandioca. Neste período o consumo de eletricidade para retirada da água do poço aumenta bastante, e é, também, o período em que parte das famílias não conta com o abastecimento da água proveniente das nascentes da Cabeceira do Jardim, devido à baixa pressão nos encanamentos. A água do poço artesiano entre os meses de maio a setembro é a principal fonte de abastecimento comunitário.

Para gerir a água do poço artesiano o presidente e o tesoureiro fazem, mensalmente, uma leitura nos hidrômetros de cada casa da comunidade. Nem o tesoureiro, nem, muito menos, o presidente, recebem por este trabalho. O tesoureiro fica responsável pela leitura da parte baixa da comunidade e o presidente fica responsável de colher a leitura nos hidrômetros das casas da parte alta do território comunitário.

Após a leitura, ambos se reúnem para fazer os cálculos de consumo de cada família e gerar a conta mensal familiar.

**Diagrama 26:** Organograma da gestão da água na associação de Moreira



O cálculo de consumo é feito a partir da subtração do marcador numérico do hidrômetro colhido na leitura do mês anterior com o marcador numérico da leitura do mês atual. Essa subtração gera o valor mensal do consumo de água em metros cúbicos por família.

Depois de extrair o consumo mensal das famílias em metros cúbicos, a comissão calcula o valor mensal do consumo de energia de cada família a cada 1000 litros de água consumidos. As famílias pagam, em média, de R\$ 2,60 a R\$ 3,60 por cada mil litros de água extraídos do poço artesiano.

Essa é a forma que a comunidade construiu para gerir o poço, pois o poço é coletivo e o consumo da energia é de um único relógio para toda comunidade. Ele tira a leitura todo mês de cada hidrômetro e subtrai o valor do consumo em relação ao mês anterior. Por exemplo, fez a leitura do mês de março e o hidrômetro apontava o número 1000, no mês de abril foi registrado 1500, ou seja, o consumo entre março e abril foi de 500. Esse é o valor em litros que a família consumiu no mês.

Primeiro o cálculo é sobre a água, quantos litros que a família gastou. Depois faz uma divisão do valor do consumo da energia, que será pago no final.

Para chegar ao valor do consumo eles dividem o valor da conta de energia em quantos litros d'água que cada um gastou. (Lia, ex-presidente da associação comunitária).

As famílias pagam a conta no dia da reunião mensal ordinária da associação. O vice-tesoureiro, por sua vez, é responsável por receber o valor da conta de cada morador. A comissão não tem caixa reserva, ou seja, todo dinheiro é destinado para pagar a conta de energia mensal. O valor das contas mensal, entre os meses de novembro a março, é de R\$ 5,00 (cinco reais), enquanto que entre os meses de maio a outubro esse valor sobe para R\$ 22,00 (vinte e dois reais) por família.

Para gastos de manutenção da rede as famílias usuárias fazem a divisão das despesas. Os colaboradores auxiliam para a manutenção dessa rede, que é diferente da rede comunitária da fonte da Cabeceira do Jardim. Geralmente, os trabalhos de manutenção ocorrem na bomba de captação de água, que nos períodos de chuva fica mais suscetível a avarias.

De cada nova família integrada ao universo da partilha de água é exigido que comungue dos princípios da boa convivência, das práticas locais e da vida em comunidade de forma geral. Esses são pré-requisitos para adentrar ao sistema de partilha de água comunitário. Quando olhamos essa modalidade de apropriação comunitária de recursos naturais não aparece de imediato o intenso trabalho coletivo que existe por detrás das partilhas de uma fonte de água, seja ela alternativa ou natural. Isso exige das famílias muito recurso e trabalho coletivo para tornar único cada modelo de gestão. Por vezes, só podem ser observados a partir das próprias vivências e desafios que as famílias enfrentam nos seus lugares de vida.

### **6.2.1- COMUNIDADE BAIXA GRANDE**

A ocupação da Comunidade da Baixa Grande é mais recente se comparada com as comunidades Moreira e Sobrado. As famílias Ferreira Martins, Cantuária, Assis e Reis se estabeleceram na Cabeceira da Mata dos Porcos, na várzea do córrego de Baixa Grande e nas proximidades do rio Landim. O senhor Cristino Assis, patriarca da família Assis, antes de se mudar com a família para a Cabeceira da Mata dos Porcos, vivia na Comunidade de Bonfim. A família Ferreira Martins, antes de ocupar a Cabeceira da Mata dos Porcos, vivia na Cabeceira Brejo do Meio, na Comunidade Moreira. Já os primeiros membros da família Reis e Cantuária eram moradores da grande Fazenda Bamburral, que abrangia também as terras onde hoje se encontra a Comunidade de Baixa Grande.

A história das famílias Ferreira Martins, Cantuária, Assis e Reis tem elementos transversais. Tais famílias, vindas de localidades vizinhas, se estabeleceram, através de compra de terra, nas proximidades da Cabeceira Mata dos Porcos e na beira do córrego Baixa Grande e rio Landim, onde hoje se compreende o território da Comunidade de Baixa Grande. Os filhos, netos e bisnetos desses grupos familiares foram se casando entre si, hoje formando laços de parentesco em comum e conectando, através dessas relações, os quatro principais grupos familiares que ocuparam essas terras.

As terras adquiridas pelos quatro grupos familiares foram repartidas em pequenos lotes. Atualmente, cada grupo doméstico tem entre 2 a 4 hectares, incluindo terras de tabuleiro e baixa. O costume no local é que cada grupo doméstico tenha uma porção de terra de baixa e outra de tabuleiro - portanto, as faixas de terra dos grupos domésticos, por vezes, parecem extensos retângulos.

### **6.2.2-Tempo dos regos e das redes comunitárias**

A água era transportada até as casas em valas escavadas a céu aberto. O rego maior transportava a água da Cabeceira da Mata dos Porcos atravessando parte do território até chegar à comunidade vizinha Tatu. As famílias, nesta comunidade, também retiravam a água do rego principal escavando valas menores até os quintais.

O tempo em que a chapada acima da comunidade estava coberta com a vegetação nativa é lembrado pela presença abundante de água. *“Aqui era um farturão de água”. “Era tanta água que tinham que ter cuidado para não molhar demais as chácaras”. “No rego tinha água sobrando, mas apanhávamos no balde, de pouquim em pouquim. Tudo era mais difícil, não conseguíamos apanhar muito”*. As famílias relatam que o volume de água nos rios da região e córregos era muito superior ao que é encontrado hoje. Muitos córregos perenes nesse contexto, como o córrego de Baixa Grande, passaram, após a década de 1990, a ter água somente durante o período de chuva.

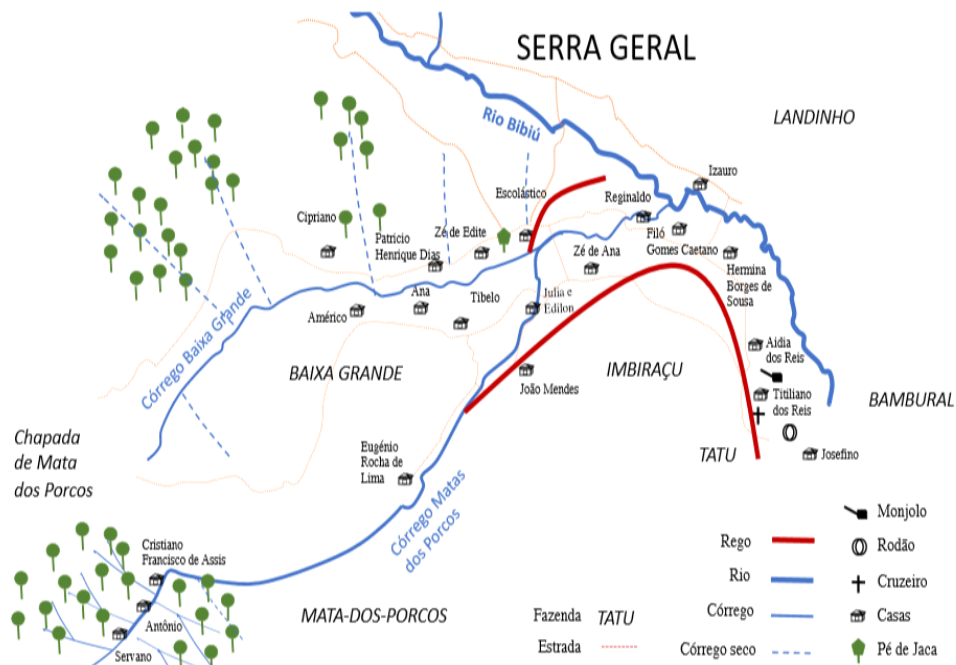
O mapa<sup>19</sup> abaixo representa a forma como a distribuição da água era realizada ainda no tempo dos regos. Nesse contexto havia vinte e três casas espalhadas nas proximidades do rio Bibiú, no córrego de Baixa Grande e córrego da Mata dos Porcos. Podiam ser encontrados

---

<sup>19</sup> Todos os mapas aqui representados foram feitos pelos moradores durante as oficinas cartográficas com o tema água. O objetivo das oficinas foi que os moradores representassem a ocupação humana a partir da relação com os mananciais em dois períodos históricos: o tempo antigo e o tempo atual.

nos regos rodas d'água e monjolos. Havia dois regos principais – um, retirado da cabeceira do manancial da cabeceira, e outro, do manancial do córrego Baixa Grande -, de onde as famílias retiravam a regra d'água.

**Mapa 27:** Tempo dos regos



**Fonte:** Trabalho de campo, agosto de 2018<sup>20</sup>

Até o início da década de 1990 a água era transportada principalmente através dos regos. À medida que novas casas foram sendo construídas em locais onde a água das valas não poderia chegar, as famílias buscaram novas soluções para o transporte da água. Nesse lugar, a primeira forma de canalização foi através das mangueiras pretas.

Segundo as famílias, o volume da água nas nascentes foi diminuindo a cada novo ciclo da plantação do eucalipto. O aumento das famílias, a ocupação do eucalipto na área de recarga e a concentração da chuva em alguns meses do ano contribuíram, em grande medida, para a diminuição da oferta de água no manancial da Cabeceira da Mata dos Porcos e do córrego Baixa Grande.

As famílias afirmam que, no ano de 1993, a vasão da água nas nascentes não era suficiente para ser transportada através das valas nos períodos de seca, devido à diminuição na vasão de água nos regos. Cada grupo familiar se organizou para fazer sua própria

<sup>20</sup> Mapa produzido durante oficina de cartografia realizada na comunidade Baixa Grande.



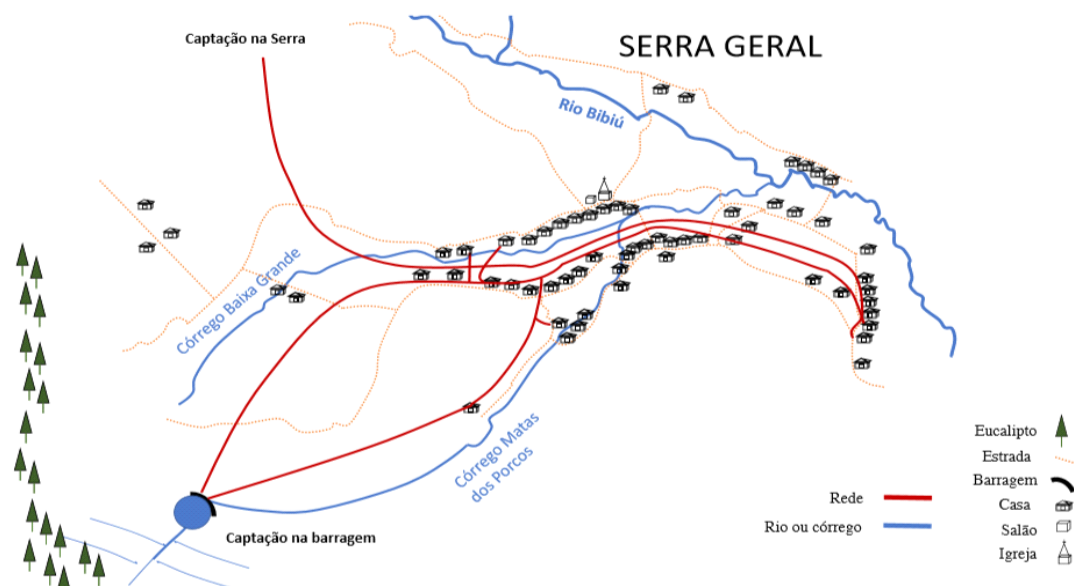
canalização. Por exemplo, os irmãos Ferreira Martins, que viviam nas proximidades da Cabeceira da Mata dos Porcos, se juntaram para fazer seu próprio sistema de abastecimento. Nesse contexto, nem todas as famílias tiveram condições de adquirir material para transportar a água desde as nascentes até as casas. As famílias que não encanaram a água buscavam-na no leito do córrego Mata dos Porcos e no rio.

Algumas famílias que tinham a água já canalizada permitiam que seus vizinhos que não tinham água encanada retirassem uma *dormida d'água*. Tal permissão acontecia no período em que a família não usava a água de sua rede, permitindo aos vizinhos se abastecerem no período da noite. Essa realidade durou até por volta do ano 1997, período em que as famílias conseguiram a primeira rede coletiva de água através de políticos locais.

O mapa a seguir demonstra a forma atual de abastecimento coletivo entre essas famílias. O rio, córregos e redes de abastecimento aparecem em destaque. A localização das casas demonstra um crescimento populacional significativo em relação ao mapa anterior do período dos regos.

Atualmente, as famílias têm acesso a duas fontes de água coletivas, distribuídas em três redes comunitárias. Duas redes saem do manancial da Cabeceira da Mata dos Porcos, sendo uma direcionada para as famílias que vivem nas terras altas e outra para as famílias nas terras da baixa.

**Mapa 28:** Tempo das redes



**Fonte:** Trabalhos de campo, 2017<sup>21</sup>

<sup>21</sup> Mapa produzido durante oficina de cartografia realizada na comunidade Baixa Grande.

O manancial que nasce na Serra Geral/Serra do Espinhaço abastece as sessenta e duas famílias dessa comunidade. Após a seca do ano de 2017, o manancial da Cabeceira Mata dos Porcos foi desligado para as demais famílias, permanecendo sob controle dos nove descendentes da família Ferreira Martins. Algumas famílias da comunidade nunca tiveram acesso ao manancial devido às inclinações em suas propriedades, o que impossibilita o transporte da água apenas por gravidade. Além disso, a baixa qualidade dos canos, as adesões de novas famílias à rede e a pouca capacidade financeira para fazer reformas e melhoramentos na distribuição da água são os principais problemas apresentados no sistema comunitário de abastecimento.

### **6.2.3-Sistema agroalimentar em transformação**

Até a década de 1990 a agricultura praticada pelas famílias estava baseada, essencialmente, em técnicas rudimentares. A enxada e o enxadão, para muitas famílias, eram os únicos instrumentos usados para a preparação da terra. Quem tinha *parea de boi* usava o arado de madeira. As roças iniciavam-se com uma pequena clareira na mata nativa e, com o tempo, novas *estocagens* - retirada das árvores - ampliavam os espaços destinados para cultivos.

Nem todas as famílias conseguiam abrir grandes áreas de cultivo e *estocagem*. Em muitas vezes a família tinha terra, mas produzia apenas em pequenos espaços onde concentrava, de forma conjunta, a plantação de milho, mandioca e feijão. *“O povo plantava era mixaria, negocinho de meia e uma hectarinha. As coisas vai desenvolvendo aos poucos. Depois que inventou trator para tombar terra que melhorou tudo”*.

Até a década de 1990 - quando o trator foi introduzido - a maior parte da agricultura estava concentrada na terra de tabuleiro. As baixas, em grande parte encharcadas/*embrejadas*, eram usadas para a plantação de arroz. Com o tempo, as culturas que ocupavam exclusivamente o tabuleiro, como a mandioca, foram descendo em sentido às baixas.

Tal movimento, do tabuleiro para a baixa, foi resultado da perda de umidade nas terras de baixa após a ocupação do eucalipto nas chapadas. As famílias afirmam que as terras não perderam a umidade de imediato, e que tudo foi um processo longo e gradual. A cada novo ciclo de plantação as terras foram ficando progressivamente mais secas. *“Depois que*

*entrou esse eucalipto aqui no município de Rio Pardo que o gerais virou desse jeito. Muito seco. Virou uma sequidão as terras”.*

Tanto a introdução do trator quanto o processo progressivo de secamento das terras transformaram antigas práticas agrícolas nesse lugar. A década de 1990 pode ser vista como um marco temporal de tal transformação, momento em que as famílias construíram respostas práticas para se adaptarem às condições impostas pelo contexto. O trator possibilitou a abertura de novas áreas de cultivo nos tabuleiros e baixas que eram ocupados, em grande parte, pela vegetação nativa. *“Antigamente, tudo que você tinha que fazer era no braço, não tinha trator, não tinha nada. Tudo era mato. Você tinha que desmatar para plantar. Nem todo mundo aguentava desmatar para plantar.”* Pouco a pouco, a *parea de boi* foi sendo substituída pelo trator.

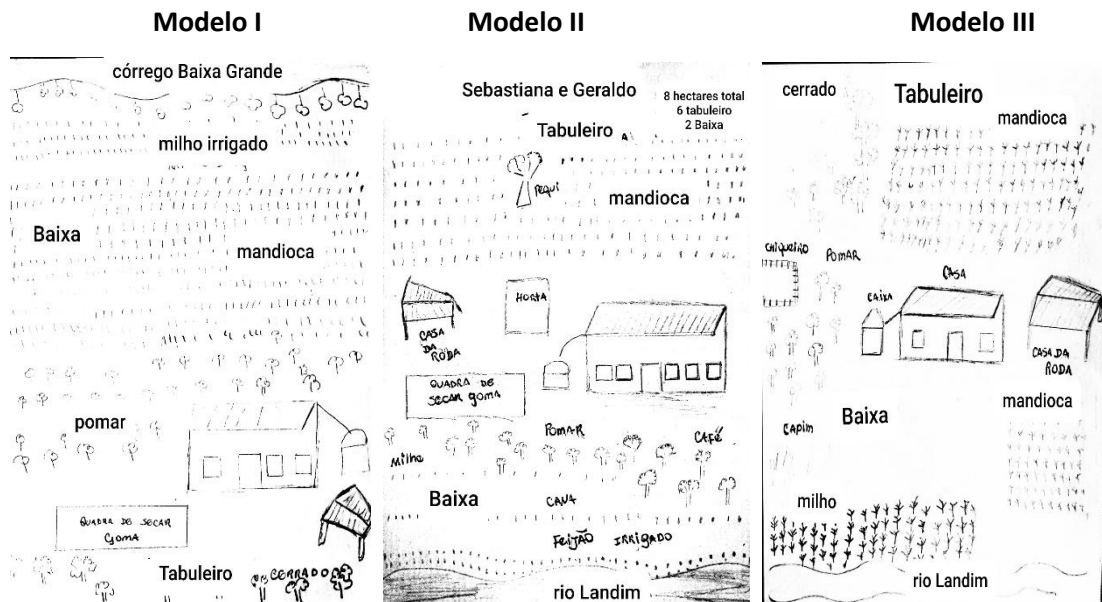
Também, neste contexto, as variedades de sementes crioulas de milho e feijão, semeadas nos tabuleiros e baixas, foram dando espaço à variedade de mandioca C12 - variedade de melhoramento genético. A paisagem do tabuleiro e baixa foi gradualmente sendo ocupada pela cultura intensiva da mandioca. A monocultura da mandioca pode ser vista como uma resposta adaptativa frente à perda de umidade nas terras. Os lugares onde as famílias plantavam arroz, ambientes completamente encharcados, foram desaparecendo e dando lugar à mandioca C12. A maior parte das terras agricultáveis foi ocupada exclusivamente pela mandioca.

A chegada da energia elétrica no ano de 2003 também contribuiu para a expansão das plantações de mandioca, pois uma parte significativa do processo de produção do polvilho e farinha de mandioca foi mecanizada. A mecanização permitiu às famílias ampliarem a produção, tornando o fabrico de goma e farinha a principal atividade econômica dessas famílias. Das 78 famílias pertencentes a essa comunidade, 75 produzem farinha e goma da mandioca. A partir dos anos 2000 as famílias da Comunidade Baixa Grande se tornaram um dos principais produtores de polvilho e farinha do município de Rio Pardo de Minas, distribuindo a produção em cidades da caatinga mineira e em parte da caatinga baiana.

Cada grupo doméstico possui em média 3 hectares de terra agricultável, sendo terras de baixa e tabuleiro. Algumas famílias têm partes do terreno em morro, mas esse é um ambiente praticamente não aproveitado para a agricultura, e geralmente usado para extração de madeira e solta de animais. O milho e feijão são plantados para consumo familiar em pequenas faixas de terra na beira do córrego e rio, sendo a maior parte das terras destinada

à produção de mandioca. A seguir, demonstramos a forma de organização do sistema agrícola.

**Diagrama 29: Sistema agroalimentar**



**Fonte:** Trabalho de campo, agosto de 2018

Nos três modelos apresentados a mandioca aparece ocupando parte significativa das terras. No modelo I a variedade C12 está plantada na parte da baixa e ao fundo da chácara. No Modelo II a mandioca é plantada na transição entre o tabuleiro e a baixa. Já no modelo III a plantação ocupa toda a terra do tabuleiro.

Antes da introdução da variedade C12 as famílias plantavam nos tabuleiros as variedades conhecidas como mata galinha, landim de ouro, barrinha, cacau, amarelinha, serrana, vassourinha, barrinha, cabo verde, landim verde, barrinha pequena, romã branca, espera visita, pão da China e orelha de onça. Eram, ao total, dezesseis variedades de *manaíba* - tolete do caule destinado para plantação -, sendo que cada variedade tinha propriedades diferentes, podendo ser usadas para cozinhar ou para produzir farinha e goma.

As raízes da mandioca eram classificadas entre mansas e bravas, sendo algumas apropriadas para alimentação e outras apenas para produção de goma e farinha. A introdução da semente de melhoramento genético C12 provocou o desaparecimento das variedades tradicionalmente produzidas pelas famílias.

**Tabela 30:** Variedades de mandioca

| Mandioca                | Goma | Farinha | Propriedades  | Sementes               | Terra (solo)   | Características   |
|-------------------------|------|---------|---|------------------------|--|---|
| <i>Mata galinha</i>     | X    | X       | Boa para inchar biscoito  | Antiga                 | Terra forte de baixa produz melhor, com matéria orgânica | Manaíba vermelha, folhas avermelhadas, boa de raiz, boa de goma               |
| <i>Landim de ouro</i>   | X    | X       | Boa para inchar biscoito  | Antiga                 | Terra alta, não qualquer terra                           | Manaíba e folhas cor de ouro  |
| <i>Barrinha</i>         |      | X       | Boa para comer  | Antiga                 | Qualquer terra   | Manaíba branca e folhas esbranquiçadas.                                       |
| <i>Lagoinha</i>         | X    |         | Boa pra inchar biscoitos, não é boa para comer                      | Antiga                 | Terra baixa  | manaíba e folhas esbranquiçadas, pé pequeno.                                  |
| <i>Cacau</i>            |      |         | Boa para comer, deixa a farinha roxa                                | Antiga                 | Terra baixa  | Casca vermelha, madeira e folhas avermelhadas.                                |
| <i>Amarelinha</i>       | X    |         | Comer, razoável para goma, mas que sai amarela                      | Nova                   | Terra baixa  | Goma amarela, raiz amarela, manaíba roxa e folhas verde claro.                |
| <i>Serrana</i>          | X    | X       | Farinha roxa, a goma pode ficar roxa se não tirar toda a entrecasca | Antiga                 | Terra alta   | Casca vermelha e madeira roxa.  |
| <i>Vassourinha</i>      | X    | X       | Não é boa para comer, amarga  | Antiga                 | Qualquer terra   | Raiz branca e manaíba roxa, folhas pequenas.                                  |
| <i>Barrinha</i>         |      |         | Boa para comer, boa para farinha, não é amarga, goma de raiz        | Antiga                 | Qualquer terra   | Raiz com casca preta e entrecasca roxa, pé maior e folhas claras.             |
| <i>C12</i>              |      |         | Boa para guardar, dá muito lodo                                     | Melhorada              | Qualquer terra   | Manaíba roxa, folhas bem verdes e raízes um pouco vermelhas.                  |
| <i>Cabo Verde</i>       | X    | X       |   | Antiga                 | Qualquer terra   | Folha e manaíba verdes.   |
| <i>Landim Verde</i>     | X    | X       | Boa para goma e farinha   | Veio da Landim de ouro | Terra alta   | Olho verde, manaíba vermelha clara, boa de goma.                              |
| <i>Barrinha pequena</i> | X    |         | Boa para comer, dá goma alva, mas não é boa pra inchar biscoito     | Antiga                 | Qualquer terra   | Manaíba e folhas esbranquiçadas, o pé é menor que o da barrinha.              |
| <i>Romã branca</i>      | X    | X       | Pouca raiz, farinha e goma  | Nova                   | Terra baixa  | Folha e manaíba brancas, raiz pequena.  |
| <i>Espera visita</i>    |      |         | Só pra comer  | Antiga                 | Terra baixa  | Rama e manaíba esbranquiçadas, não produz muita raiz, ciclo rápido (6 meses). |
| <i>Pão da China</i>     |      | X       | Comer, a goma é roxa  | Antiga                 | Terra baixa  | Madeira vermelha, folhas verde claro, pé grande.                              |
| <i>Orelha de onça</i>   | X    | X       |   | Antiga                 | Terra alta   | Quase ninguém usa, folhas verde escuras e manaíba avermelhada.                |

|       |
|-------|
| MANSA |
| BRAVA |

**Fonte:** Trabalho de campo, agosto de 2018

A transformação também incidiu na produção nos quintais. O café sombreado, por exemplo, que ocupava um lugar significativo dentro da chácara, foi reduzido a alguns pés. A quantidade e variedade de frutas também diminuíram e a horta perdeu espaço. Tal transformação se deu, em grande medida, pela disponibilidade da água e também pela concentração das atividades da família para a produção da mandioca. Com a produção da

farinha e goma as famílias passaram a gerar mais renda que em outros tempos, passando também a consumir outros tipos de alimentos. Parte dos alimentos deixados de produzir, como o arroz e o café, passou a ser comprada. A chácara, mesmo reduzida de tamanho, permaneceu como lugar da biodiversidade.

#### 6.2.4-Água coletiva, produção e renda

A *casa da roda* é o lugar onde as famílias processam a mandioca. Localiza-se geralmente ao lado das casas em um espaço completamente aberto, apenas coberto por um telhado baixo sustentado por grandes troncos de madeira. O chão - anteriormente de *terra batida* onde assentavam a antiga prensa esculpida na madeira crua do jataí peba retirado na mata da cabeceira - ganhou, nos últimos dez anos, cerâmica branca e maquinário elétrico.

**Foto 31:** Casa da roda mecanizada



**Fonte:** Trabalho de campo, maio de 2017

Também na casa da roda fica o forno de torrar farinha, antigamente feito de pedra fina de mármore retirada na Serra Geral, e a torradeira automática de farinha.

As casas da roda foram adaptadas, a partir do ano de 2003 - período da chegada da

rede elétrica -, para mecanizar parte do processo de produção artesanal. A eletricidade permitiu que as famílias potencializassem algumas etapas da produção da farinha e goma - como, por exemplo, o processo no antigo ralador manual passou a ser feito nos raladores elétricos. A mecanização, em grande parte, foi financiada através de recursos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf.

A eletricidade e os recursos do Pronaf contribuíram, em grande medida, para tornar a farinha e a goma de mandioca a principal fonte de renda dessas famílias. O processo completamente manual dificultava o aumento da produção. A mecanização incidiu, automaticamente, na ampliação da área de cultivo, uma vez que as famílias diminuíram parte significativa do tempo de produção.

Outra mudança aconteceu na forma de comercialização dos produtos. Os antigos tropeiros que faziam o escoamento da produção nos lombos de burros pelos caminhos da Serra do Espinhaço até as feiras livres na caatinga foram substituídos por atravessadores, que passaram a comprar a produção das famílias diretamente nos locais de moradia. *“Hoje você não precisa sair para fora para vender nada. Hoje os compradores vêm até aqui buscar as coisas. Isso melhorou muito”*.

As famílias comercializam, em média, cada saco de 60 quilos de farinha por R\$ 90,00 (noventa reais) e por R\$ 280,00 (duzentos e oitenta reais) o saco de 60 quilos de goma. Algumas famílias chegam a produzir 24 toneladas de goma por safra, mas a média é de 6 toneladas por família. A renda média bruta das famílias é de R\$ 22.000,00 (vinte e dois mil reais) por safra, o que equivale a uma renda mensal bruta de R\$ 1.833,33 (mil oitocentos e trinta e três reais e trinta e três centavos). O maior gasto com o processo de produção da goma e da farinha está concentrado na etapa de preparação da terra, com o pagamento das horas de trator e correção do solo. As famílias não têm gastos com as “sementes” - *manaíbas* -, pois essas são selecionadas e reservadas no momento de colheita para a próxima safra. Não há gastos com mão de obra, pois a maior parte do trabalho é familiar e outra parte ocorre em regime de parceria - *troca dia*. Os gastos desde a plantação ao processamento equivalem, em média, a 7% da renda bruta da safra.

A mandioca é plantada entre os meses de novembro e dezembro. A data do plantio não é fixa e depende do cair das primeiras chuvas. O ciclo da planta é de 18 a 24 meses, nunca mais que 24 meses, pois a raiz começa a perder umidade após esse tempo. Há diferença entre a mandioca amadurecida no tabuleiro e a mandioca produzida na baixa. Essa diferença é causada pelas características do solo presente nos dois ambientes. O solo do tabuleiro é mais

seco e não tão rico em matéria orgânica em relação ao solo presente na baixa, que é mais úmido e rico em matéria orgânica. A raiz produzida no tabuleiro é pequena, fina e molhada, e a produzida na baixa é grande, grossa e enxuta. Quando uma mandioca perde todas as folhas está pronta para ser colhida. Mas essa é uma regra que não se aplica à mandioca produzida no tabuleiro. Nesse ambiente ela nunca perde as folhas, pois não se desenvolve completamente. A manaíba semeada na baixa pode ser arrancada a partir de janeiro, fechando um ciclo de 15 meses. No tabuleiro, a manaíba permanece no mínimo 18 meses, podendo se estender a até 24 meses.

O primeiro procedimento para produção da farinha é a pré-lavagem da raiz. Depois, as famílias começam a raspagem. Essa etapa é uma das mais demoradas. Algumas famílias adquiriram o descascador elétrico, mas o trabalho dessa máquina não é suficiente para deixar a raiz totalmente limpa, necessitando sempre do trabalho manual.

**Foto 32:** Ralador hidráulico com peneira



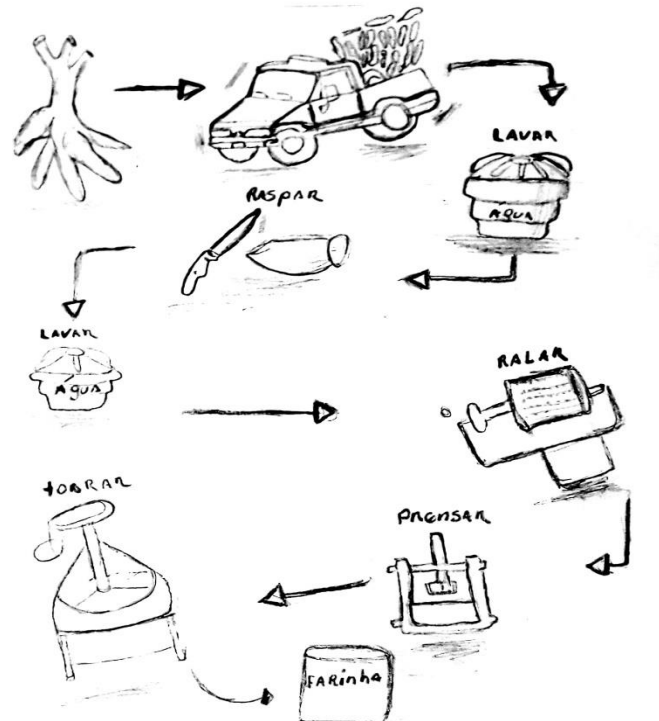
**Fonte:** Dayana Martins

Após a raspagem é feita uma lavagem da raiz em grandes caixas d'água. Em seguida, a raiz é levada para o triturador elétrico. Todas as famílias mecanizaram essa etapa da produção. Depois de ralar, a massa é manejada para a prensa. Nesse processo, a massa perde a água e pode seguir para a torradeira. A torradeira elétrica diminui parte significativa do



trabalho manual, pois as pás elétricas movem toda a massa sem necessitar do trabalho humano.

**Diagrama 33:** Ciclo da farinha

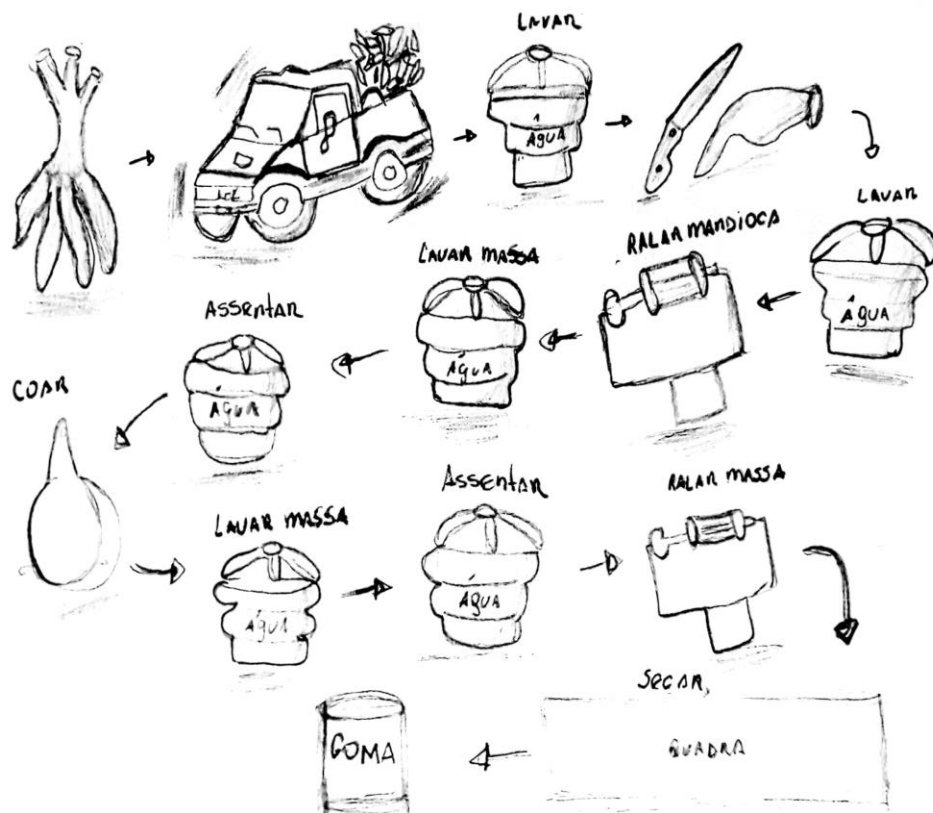


**Fonte:** Trabalho de campo, agosto de 2018

O procedimento da goma é parecido, em algumas etapas, com o da farinha. A colheita da mandioca também é realizada ao nascer do sol. Toda mandioca colhida durante a manhã é preferencialmente processada no mesmo dia. Depois de ser colhida, a mandioca perde umidade e deve ser processada ao longo do dia. Por esse motivo, as famílias realizam uma nova colheita todos os dias. As raízes são pré-lavadas e, em seguida, descascadas e trituradas. A massa passa por uma primeira lavagem em tanques de cimento ou em grandes caixas d'água. Após essa lavagem a massa segue para a etapa que as famílias chamam de *assentagem*. Nessa fase, a massa é diluída em água e passa por um processo de fermentação. Pouco a pouco, a goma separa-se da massa. O próximo passo é quando a massa é coada. A água desse processo é reservada, pois é nela que se encontra a goma diluída. Essa água retorna aos tanques para a segunda etapa de *assentagem*. A massa restante passa por uma segunda lavagem para retirar alguma sobra de goma. A massa final é aproveitada para alimentação dos animais. Após a segunda etapa de *assentagem* a goma está completamente pronta e é retirada da água em grandes blocos brancos, passa pelo ralador e segue para ser estendida ao sol. A goma é

espalhada em uma camada muito fina sobre uma lona preta. A lona é esticada em cima da quadra de cimento que fica, geralmente, em frente das casas. Essa etapa é muito importante, pois depende completamente do tempo. Geralmente, um dia de sol é suficiente para completar todo o processo de secagem. Toda família fica atenta nesse dia, pois qualquer vento forte ou chuva pode prejudicar o resultado final. A goma que não seca bem *enroxa*, tornando-se imprópria para comercialização. A goma completamente seca é arrumada em sacos de 60 quilos, que são empilhados em um espaço seco e arejado para serem comercializados num momento desejado.

**Diagrama 34:** Ciclo da goma



**Fonte:** Trabalho de campo, agosto de 2018

O processo de extração do polvilho da mandioca exige uma quantidade de água significativa em todo o ciclo de produção. São gastos, em média, 167 litros de água para produzir 1 kg de polvilho/goma, e 16 litros de água para cada 1 kg de farinha. O gasto de água no processo do polvilho em relação à extração da farinha é significativamente maior.

Quanto mais manual é o processo de produção, menor é a quantidade de água utilizada. Quanto mais mecanizado, maior o volume de água necessário. No procedimento

exclusivamente manual, a mandioca é lavada em caixas d'água e transportada em baldes. No processo mecanizado, a água é canalizada diretamente no descascador, ralador e tanques.

A produção ocorre entre os meses de maio a agosto. Esse é o período em que não há ocorrências de chuvas. O volume de água nos mananciais é significativamente menor que no período da estação chuvosa. Mas é no período de menor disponibilidade de água que o consumo desse recurso natural aumenta - para subsidiar a produção da farinha e goma de mandioca.

A maior parte das famílias que plantam e processam mandioca possui carros da marca Ford - modelo caminhonete D-20. As D-20s são usadas durante as atividades de colheita e, além disso, são consideradas como uma unidade de grandeza. Cada carroceria cheia de mandioca equivale a 7 sacos de goma e 14 sacos de farinha processada. Esses valores podem variar de acordo com o local onde a mandioca foi plantada. Se a mandioca foi plantada no tabuleiro, uma carroceria cheia produzirá 5 sacos de goma. Se a mandioca provém de terras de baixa, resultará em 7 sacos de goma. Para o processamento da farinha a lógica também segue a mesma grandeza. Se a produção for feita na baixa haverá uma variação de dois sacos em relação à mandioca plantada no tabuleiro.

**Foto 35:** Caminhonete D-20



**Fonte:** Trabalho de campo, agosto de 2018

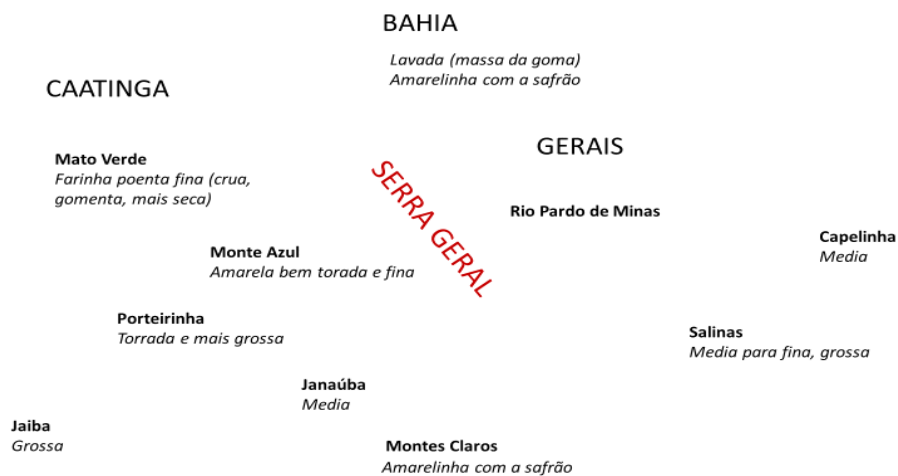
A cada safra as famílias decidem se produzirão farinha ou goma. A decisão é tomada conforme o valor presente no mercado. Em geral, a goma tem mais valor agregado que a farinha. Por outro lado, o trabalho e o tempo de produção são maiores. Além disso, o gasto de

água para o beneficiamento da goma é muito superior ao gasto para beneficiamento da farinha.

A qualidade da água também é outro fator importante para o processamento da farinha e da goma. As famílias preferem usar a água que provém das nascentes, pois é considerada pura. Uma goma lavada com água que contém impurezas pode ter sua coloração final alterada. As águas *mexidas* e águas de rios e córregos onde os animais têm acesso são consideradas impróprias para serem trabalhadas. A água com presença de matéria orgânica atrapalha o resultado - o lodo amarelado, por exemplo, pode ser um problema. A água que sobra do processamento da mandioca é utilizada para molhar a chácara. As cascas da mandioca servem de adubo para as plantas e a massa que sobra da extração da goma é aproveitada para ração dos animais ou para fazer a *farinha lavada*. Essa farinha tem baixo poder nutricional e seu custo é menor que o da farinha normal. É levada para ser comercializada no sertão da Bahia.

A farinha e a mandioca produzidas são comercializadas no Norte de Minas, no Vale do Jequitinhonha e sul da Bahia. As famílias produzem diferentes variedades de farinha, dependendo da região onde esta será comercializada. Por exemplo, a farinha que é vendida para ser comercializada na cidade de Salinas deve ser grossa. Na cidade de Porteirinha, os moradores a preferem mais fina e torrada. Para Monte Azul a farinha de agrado é fina e mais torrada. Para a cidade de Montes Claros é feita com açafão.

**Diagrama 36:** Preferências da farinha por região



**Fonte:** Trabalho de campo, agosto de 2018

### 6.2.5-Trabalho de parceria e trabalho familiar

O trabalho com a mandioca envolve toda a família - pai, mãe e filhos. Algumas das etapas são realizadas exclusivamente por alguns membros da família. As mulheres, por exemplo, são convocadas como apoio nos momentos do plantio e colheita. A preparação da terra é uma tarefa exclusiva dos homens, bem como a manutenção da roça. Durante o processamento da farinha e goma homens e mulheres trabalham juntos. A raspagem da raiz envolve o maior número de pessoas da família, e esse é o momento do qual as crianças e adolescentes participam.

**Foto 37:** Preparo da mandioca



**Fonte:** Trabalho de campo, maio de 2017

O manuseio das máquinas - ralador, prensa, torradeira e descascador - é de responsabilidade dos homens adultos. O trabalho de lavagem da massa é feito por homens e mulheres. A secagem da goma é, preferencialmente, um trabalho feminino. O polvilho deve ser estendido numa camada bem fina e vigiado ao longo do dia para que nenhuma eventualidade - como chuva, vento e animais - prejudique o processo. Enquanto as mulheres fazem as tarefas da casa, também acompanham a secagem do polvilho.

**Foto 38:** Secagem da goma de mandioca



**Fonte:** Trabalho de campo, maio de 2017

Durante o plantio e processamento da mandioca, parentes e vizinhos também integram as tarefas juntamente com o núcleo familiar doméstico. *Troca dia* é como as famílias chamam esse tipo de trabalho, que funciona numa forma de parceria e revezamento entre famílias. Tal revezamento pode acontecer por semana ou por dia. Quando realizado por semana, o participante do *troca dia* receberá o equivalente na forma de trabalho em sua propriedade. Geralmente, o *troca dia* acontece nos períodos de plantio e processamento da mandioca. Esse sistema de trabalho funciona numa forma de parceria entre as famílias, tendo como retribuição a força de trabalho em si.

### **6.2.6-A água em disputa**

A família Assis teve o controle sobre as terras da Cabeceira Mata dos Porcos até por volta da década de 1980, quando o senhor Antônio Assis, herdeiro do primeiro morador, Cristino Assis, vendeu seu direito de posse a um empresário da cidade de Rio Pardo de Minas. Segundo o senhor Antônio, nenhuma família que dependia da água naquele período se interessou em adquirir os 30 hectares referentes à sua posse. “*Eu cansei de oferecer para os de cá, mas na época ninguém deu ligança, era mixairinha. Hoje eu tenho arrependimento, mas eu precisava do dinheiro pra comprar aqui embaixo.*” O empresário que adquiriu a posse do senhor Antônio já possuía uma propriedade de 60 hectares acima dessa cabeceira. Com a aquisição da posse do senhor Antônio, o proprietário alargou sua propriedade até a área onde

estavam os mananciais coletivos. Porém, a compra só foi fechada após as famílias e o empresário, que também era prefeito no contexto, estabelecerem um acordo registrado em cartório, onde o novo proprietário reconhecia o direito das famílias à água.

Após a venda, o plantio de eucalipto, que já existia na propriedade, estendeu-se até a cabeceira, chegando a cerca de 10 metros das nascentes. No ano 2000, o empresário transferiu a referida propriedade para um advogado da cidade de Montes Claros. Segundo moradores locais, o novo comprador desconsiderou o acordo feito com o antigo proprietário e proibiu as famílias de acessarem a área das nascentes.

Além da água, as famílias tinham o costume de usar essa área para retirar madeira. *“Todo mundo da comunidade sabe que aqui é um terreno que a gente sempre utilizou dele”*. Segundo Almir, morador dessa comunidade, o jataí peba e o vermelhão, madeiras usadas para a construção de casas, eram retiradas na mata dessa cabeceira.

Quando precisava de madeira para construir uma casa era aqui que tirava. Porque não tinha isso de comprar. Seu Cristino, o proprietário, não negava isso pra ninguém. Trinta anos para trás. Agora não usa isso mais não. Hoje, vai construir, vai na madeireira e compra. Mas nesse tempo vinha aqui com o machado e cortava a madeira que quisesse. Para construção era jataí peba e vermelhão. Inclusive aquela casa minha é de madeira daqui. O vermelhão é a madeira grande que fazia as partes grandes da construção da casa. A cuminheira, a que sustenta as calha Jataí peba é para fazer porta e janela. Sucupira preta também era usada pra sustentar, essa tá em extinção. As prensas, os cochos, a enxada e enxadão, tudo era de madeira daqui. (Almir, Comunidade da Baixa Grande).

Nessa mata as famílias também buscavam raízes medicinais para fazer as garrafadas de cachaça. As famílias tinham acesso livre à água, madeira e plantas medicinais que só podiam ser encontradas naquele local. A venda das terras transformou a relação das famílias com essa parte do território. Enquanto as terras estiveram sob a propriedade de um morador local a relação manteve-se - situação que foi transformada após a venda.

O segundo proprietário contratou um morador local como funcionário. Tal funcionário era quem transmitia a proibição. A relação de parte das famílias com a família do funcionário, também morador e parente, ficou tensionada nesse contexto. *“O encarregado dele é daqui da comunidade. Ele mandava recado para nós dizendo que se entrasse na propriedade dele ele ia tomar providência. Ele é advogado e tem muita força”*.

Segundo Almir, o novo comprador, quando adquiriu as terras, não tinha noção de que havia famílias que viviam abaixo de sua propriedade e usavam a água das nascentes. *“Ele*

*comprou isso aqui enganado. Ele nem chegou a ver. Foi filmado e foi jogado na internet, e ele viu e gostou. Não sabia que tinha nascente. Que tinha comunidade embaixo. Achava que era só dele. Ele não sabia que a nascente tava aqui e que quem usava eram os moradores que estavam embaixo.”* O novo proprietário também não possui uma escritura do terreno da cabeceira, apenas um documento de compra e venda ainda do tempo do senhor Cristino de Assis.

O fato de o novo proprietário ter contratado um morador local gerou uma divisão entre as famílias. Parte dos moradores estava motivada para a retomada da posse dessa cabeceira, enquanto outra parte não concordava com as ações de disputa. Outro fator que contribuiu para a divisão do grupo foi a ligação de uma nova rede de captação, esta do manancial do rio Landim, captada diretamente na Serra do Espinhaço/Serra Geral. A nova rede permitiu que parte significativa das famílias deixasse de usar o manancial da Cabeceira da Mata dos Porcos, que permaneceu, majoritariamente, sob o domínio dos herdeiros da família Ferreira Martins - uma das que ocuparam a citada cabeceira.

Mesmo com a nova rede, a família Ferreira Martins continuou dependendo do manancial da Cabeceira da Mata dos Porcos. O conflito com o novo proprietário se reaquece quando a família Ferreira Martins toma a iniciativa de construir uma barragem de captação de água abaixo das nascentes, dentro da referida propriedade. A barragem foi financiada com recursos do Departamento Nacional de Combate à Seca/DNOCS.

Inicialmente, a posição do novo proprietário foi de proibição. *“Ele queria barrar para não fazer a barragem. Mas aí a comunidade comunicou que tinha um documento que reconhecia nosso direito da água, do último proprietário”*. A família Ferreira Martins ignorou as ameaças do proprietário e avançou com o projeto da nova barragem de captação com recurso público. *“O proprietário disse, inicialmente, que não fizesse, e depois fez uma proposta que fizesse, mas que não era para entrar mais no terreno dele”*. Nesse contexto chegou a ameaçar as famílias de recorrer à justiça, mas recuou e não houve nenhuma ação.

A família Ferreira Martins afirma que nunca conseguiu um diálogo direto com o novo proprietário, mas apenas recados através de seu funcionário. O fato de o funcionário ser um membro da comunidade e não usar dessa fonte gerou uma relação de hostilidade entre a família Ferreira Martins e a família do funcionário. O fato de a maioria dos moradores ter migrado para a rede da Serra Geral também provocou uma frente de desmobilização em relação a uma possível busca de retomada do controle coletivo do território da fonte da Cabeceira da Mata dos Porcos. A única família que continuou mobilizada para retomar o controle dessa fonte foi



a dos irmãos e netos do patriarca dos Ferreira Martins. O fato de o funcionário também ser membro da comunidade e ter relações de parentesco mútuas com as demais famílias contribuiu para desmobilizar e criar posicionamentos divergentes aos interesses dessa família.

A explicitação da disputa pela água entre a família Ferreira Martins e o novo proprietário dividiu opiniões. Conforme afirma Almir, membro dessa família, *“as pessoas que não usam a água daqui não dá muita importância, mas esse grupo aqui, que usa a água, tá unido e tem uma porcentagem de gente da comunidade que garante a unidade da luta conosco”*.

A seca intensa do ano de 2017 reacendeu as hostilidades entre a família Ferreira Martins e o novo proprietário. O baixo volume de chuva desse período desencadeou o secamento de várias nascentes e afluentes do Rio Pardo. Tal ano é lembrado pelas famílias, no tocante à seca, como um dos piores de que se tem memória. A sensação de "falta d'água" sensibilizou um grupo de moradores da comunidade a criar uma ação de intervenção na Cabeceira da Mata dos Porcos. As famílias, num primeiro momento, debateram quais seriam as possíveis intervenções na área das nascentes. O resultado do debate culminou no acionamento do Instituto Estadual de Florestas/IEF. *“Aí procurei o IEF para nos ajudar... Foi até um programa de secamento de nascente. Marcamos com eles. Veio aqui, olhou e falou que aqui é um paraíso. Não tinha lugar melhor que precisava mais de proteção das nascentes que aqui”*.

Um técnico do IEF compareceu para vistoria da cabeceira e propôs ao grupo construir um projeto de financiamento para aquisição de materiais destinados ao cercamento das nascentes. A proposta do técnico do IEF era de que as famílias interessadas disponibilizassem a mão de obra necessária para realizar o cercamento. O proprietário, que nesse contexto estava informado das intenções do grupo liderado pela família Ferreira Martins, transmitiu ameaças através do funcionário.

Após as ameaças do proprietário, a família Ferreira Martins mobilizou trinta moradores da comunidade para um mutirão de cercamento das nascentes, usando o material enviado pelo Instituto Estadual de Florestas/IEF.

Nós marcamos um dia. Viemos umas trinta pessoas. Chegamos aqui nesta área e achamos que tinha muito olho d'água. Muitos olhinhos d'água, você vai vê alguns deles aí. Aqui não tem como cercar nascente. E esses olhos d'água? Tem que proteger tudo. Se for para cercar, vamos cercar por fora. Onde desce gado, onde tem alguma boca que desce a água. Aí tiramos a ideia de cercar e voltamos na outra nascente lá embaixo e cercou

uma. Lá perto da casa da minha irmã, lá embaixo. (Almir, morador da Comunidade da Baixa Grande)

Não houve engajamento de todos os moradores nessa ação, pois as intenções das famílias que reivindicavam o controle do manancial dividiram opiniões dentro da comunidade. Os trinta homens, moradores que participaram do mutirão de cercamento, concordaram que o material disponibilizado pelo IEF não era suficiente para fazer o trabalho e que a área de afloramento era demasiadamente dispersa.

A ação de cercamento despertou no grupo uma outra solução: cercar a antiga propriedade do senhor Cristino Assis, que foi anexada à referida propriedade do empresário. A tentativa de cerceamento das nascentes se transformou num processo de retomada do controle coletivo da terra onde encontra-se o manancial de Cabeceira da Mata dos Porcos.

Apesar das proibições e ameaças, o proprietário não conseguiu impedir o trânsito dos moradores nas áreas do manancial. O novo proprietário nega as relações históricas que as famílias locais têm com esse espaço, desconsiderando o direito de uso sobre os mananciais. Para além disso, as famílias afirmam que a plantação do eucalipto feita naquela propriedade prejudicou diretamente o manancial. *“Antes do eucalipto era muita água. Aqui na região da Serra Nova não tinha nenhuma cabeceira igual a essa”*.

Nem todas as famílias que vivem na comunidade estão engajadas e sensibilizadas na retomada do controle desse manancial. Algumas famílias apoiam, mas não participam diretamente. Apenas o grupo familiar descendente direto dos primeiros moradores que ocuparam essa cabeceira reivindica mais diretamente o direito de uso coletivo desse manancial. Foi este mesmo grupo que se aproximou do Sindicato dos Trabalhadores Rurais local, que tem auxiliado essas famílias na busca da certificação como comunidade tradicional geraizeira pela Comissão Estadual dos Povos e Comunidades Tradicionais. Tem sido o caminho encontrado por estas famílias para reivindicar direitos coletivos inscritos no decreto Federal nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, e na Lei Estadual nº 21.147, de 14 de janeiro de 2014, que instituiu a Política Estadual para Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.

### **6.2.7-Modelo de gestão das águas**

Nesta comunidade, as famílias possuem duas fontes de uso coletivo: uma proveniente dos mananciais da Serra do Espinhaço/Serra Geral e outra da Cabeceira da Mata dos Porcos.

Atualmente, a principal fonte é a da Serra Geral. Antes de 2010, ano em que esse manancial foi canalizado, as famílias usavam exclusivamente o manancial da Cabeceira da Mata dos Porcos. A partir desse período, a água da serra passou a ser a principal fonte de abastecimento. Grande parte das famílias tem acesso à fonte do manancial da Cabeceira da Mata dos Porcos, mas, a partir de 2017, esse manancial ficou preferencialmente sob o domínio das famílias que vivem nas proximidades desta cabeceira.

O caudal proveniente da serra é suficiente para abastecer as famílias durante todo o ano. Por ser feita nas inclinações dessa serra, através de força gravitacional, a captação tem pressão suficiente para distribuir a água nas porções alta e baixa do território comunitário. A baixa pressão da água nos encanamentos provenientes do manancial da Cabeceira da Mata dos Porcos impedia que as famílias do território alto desta comunidade tivesse acesso à água.

A associação comunitária é responsável pela gerência da rede da Serra e Mata dos Porcos. Assuntos diversos, como manutenção, desperdício, novas adesões, reforma e captação de recursos públicos, são debatidos durante as assembleias gerais.

A manutenção da rede da Cabeceira da Mata dos Porcos é feita de forma espontânea pelas famílias que se abastecem deste manancial. Para a manutenção da rede proveniente da serra, as famílias, através da associação comunitária, criaram um sistema de manutenção rotativo e estabeleceram responsáveis permanentes para a fiscalização e gestão da rede.

Os “delegados da água” têm mandato de dois anos e são responsáveis por fiscalizar e organizar os grupos de manutenção. O sistema de manutenção rotativo funciona por grupos de vizinhança. Portanto, a cada evento que necessite intervenção, um grupo de “operários da rede” é acionado pelos “delegados da água”. A rotação funciona a cada grupo de quatro vizinhos - iniciando na parte baixa da comunidade e terminando na porção alta.

Nós colocou as equipes e começou daqui de baixo. Quando quebra lá, vai uma turminha de quatro. Daí, quando torna a quebrar, vai outra. E vai ser assim por diante, direto. E também aonde tem um cano quebrado fora de lá, nós mesmo vai. Funciona assim. (Cecílio, delegado da água, Comunidade da Baixa Grande).

Os mais idosos são dispensados deste trabalho - no entanto, são eles que custeiam os materiais para a manutenção. Além dos idosos, as mulheres também não participam.

A barragem de captação desse manancial é de difícil acesso. Localizado nas inclinações da serra, em períodos chuvosos, devido à presença de lodo nas pedras, o acesso se torna perigoso até para os mais experientes. Além disso, é nos períodos chuvosos que há mais

ocorrência de entupimentos e quebras de canos, isso devido à própria pressão ocasionada pelo volume de água.

**Diagrama 39:** Organograma da gestão da água na associação de Baixa Grande



**Fonte:** Trabalho de campo, maio de 2017

A canalização do manancial da serra possibilitou às famílias uma oferta suficiente para aumentar, a partir de 2010, a produção da goma e da farinha de mandioca. Tal canalização amenizou a pressão sobre o manancial da Cabeceira da Mata dos Porcos durante os meses de seca. Este já vinha dando sinais de que o caudal não era suficiente para manter um aumento progressivo da produção nos meses de seca. De certa forma, a nova rede amenizou a pressão sobre o manancial da Cabeceira da Mata dos Porcos, mas, por outro lado, desmobilizou parte das famílias na busca pela retomada do controle coletivo do manancial – o que passou, portanto, a ser apenas uma reivindicação restrita ao grupo familiar usuário. Por outro lado, a ligação da serra não significou uma condição de segurança hídrica para as famílias produtoras de goma e farinha, pois tal manancial encontra-se dentro da área da Unidade de Conservação Permanente Parque Estadual Serra Nova, que tem em seu regimento restrições sobre a captação de água dentro de seu território.

### 6.3.1-COMUNIDADE SOBRADO

As sessenta e seis famílias que vivem atualmente na Comunidade do Sobrado são

descendentes dos primeiros moradores que ocuparam as cabeceiras do Caiçara, São Lucas e Nogueira durante o século XIX. O primeiro morador desse lugar era conhecido por Mané Tiago, mas foi seu genro, o senhor Manuel Hermógenes, que permaneceu na memória dessas famílias como uma referência comum, sendo quem dá origem à maior parte das famílias que hoje vivem no território da comunidade.

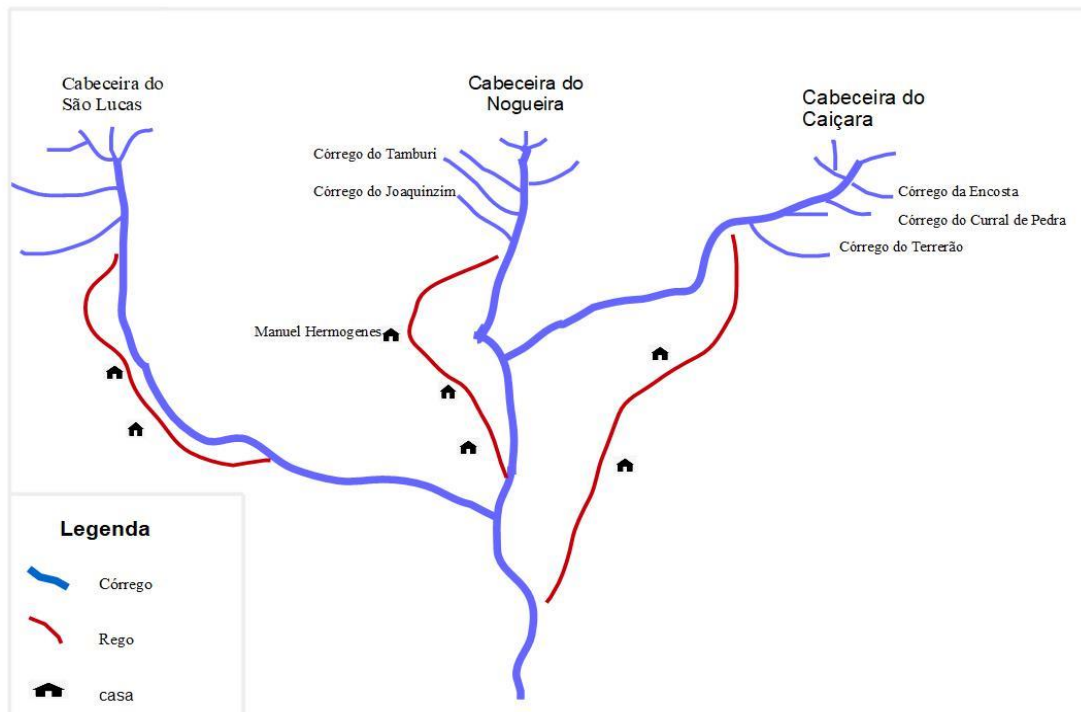
Atualmente, na Cabeceira do São Lucas vive o grupo familiar de sobrenome Bispo Santana, e nas cabeceiras Nogueira e Caiçara estão as famílias Dias, Oliveira, Santos e, também, Santana - todas elas com relações de parentesco entre si.

As primeiras moradias foram erguidas nos tabuleiros, onde a água poderia escorrer através das valas até os quintais das casas. Nesta comunidade, à medida que novas famílias foram se formando, as terras baixas também foram sendo ocupadas para a construção de novas casas. Assim, as novas famílias foram se acomodando em pequenos lotes de terra, atualmente medindo entre 1 a 3 hectares para cada uma delas. Essa forma de ocupação promoveu, ao longo dos anos, um aglomerado de casas construídas, em grande parte, nos quintais das primeiras moradias das terras abaixo das cabeceiras São Lucas, Nogueira e Caiçara.

Nesta comunidade, até a década de 1970 as propriedades familiares não eram cercadas. As divisas eram nas terras altas, feitas por linhas divisórias imaginárias, às vezes referenciadas por uma árvore, um relevo no terreno, mas, principalmente, pelas águas vertentes. As divisas das terras baixas também eram feitas por marcadores naturais, como, por exemplo, um pé de manga, um monte de terra ou o leito de um córrego.

Até os anos 1980, o lugar de moradia de cada família estava referenciado por uma cabeceira d'água, um córrego ou ribeirão. Os familiares Bispo Santana - ocupantes da Cabeceira do São Lucas - referiam-se ao seu lugar como Cabeceira do São Lucas, assim como também o faziam as demais famílias, referenciando suas localidades pela cabeceira mais próxima. Em situações em que a moradia estava mais próxima de um córrego, a referência do lugar de morada passava a ser o córrego.

**Mapa 40:** Tempo dos regos



**Fonte:** Trabalho de campo, agosto de 2018<sup>22</sup>

Como presente nas demais comunidades, a ideia de comunidade como forma de organização coletiva e lugar de moradia foi incorporada pelas famílias durante os anos 1980, a partir da fundação das Comunidades Eclesiais de Base/CEBs. Os grupos familiares que viviam abaixo das cabeceiras circunvizinhas São Lucas, Nogueira e Caiçara incorporaram a ideia de comunidade como forma de organização coletiva e, também, como forma de nominar o lugar de morada. A experiência das comunidades eclesiais demonstra que a fundação de tais comunidades ocorria em lugares onde já havia relações sociais preestabelecidas entre grupos familiares, de vizinhança e compadrio. Essa forma de organização comunitária a partir dos anos 1980 marcou uma nova forma de organização coletiva neste lugar, sendo fundamental para a criação, durante os anos 1990, de experiências associativistas. Os locais em que as associações rurais comunitárias permaneceram ativas foram exatamente onde as comunidades eclesiais se consolidaram.

<sup>22</sup> Mapa produzido durante oficina cartográfica realizada na comunidade Sobrado

### 6.3.2-Mutirões

Entre as famílias da Comunidade do Sobrado o trabalho coletivo/mutirão é um dos elementos principais onde se pode observar as dinâmicas da organização comunitária. Neste lugar os mutirões são realizados tanto para o âmbito comunitário quanto para benefício de uma família em particular. É muito comum realizar mutirões para a construção de novas moradias, principalmente para familiares em situação de união matrimonial. Além de receber a mão de obra para a construção das casas, os noivos também são presenteados com materiais necessários para a edificação. Entre 2015 e 2016 foram construídas treze novas casas com trabalho coletivo, sendo, em grande parte, moradias de novas famílias.

Os mutirões para construção de casas são convocados durante as reuniões da associação, podendo ser solicitados pelo interessado ou por um familiar. Em algumas situações, a casa pode ser totalmente construída com mão de obra coletiva; em outras, apenas em alguns momentos específicos, como, por exemplo, na fase de levantar paredes, colocar cobertura no telhado ou acabamento. A quantidade de mão de obra coletiva destinada à construção das novas moradias depende dos recursos financeiros disponíveis de cada nova família. Se a família tem condições financeiras para financiar algumas partes da construção, os mutirões são feitos apenas nos momentos importantes, que requerem maior número de pessoas - como o levantamento das paredes, as coberturas e os acabamentos.

Além da construção de casas, o trabalho coletivo também ocorre para construção e/ou manutenção dos espaços de interesse coletivo, como o cemitério, a igreja, a sede da associação, a escola e as redes de água comunitárias.

Na construção da igreja o trabalho foi exclusivamente voluntário. A construção tava mais devagar que a associação. Meu irmão e outro conversou com o padre para deixar o dízimo, a porcentagem que tocava para o padre, deixar para a gente construir. Comprar o material até terminar a igreja. O padre concordou e foi feito. 40% que iria passar para a central não passaria, pagaria material. E, assim, a gente terminou todo o trabalho feito por mutirão. (José Sabiá, vice-presidente da associação)

A comunidade também é convocada para mutirões em outras localidades e, até mesmo, em cidades vizinhas, onde possui parentes. A igreja da Comunidade de Teú, a igreja da Comunidade Lavrinha - no município de Mato Verde - e o cemitério da Comunidade Riacho dos Cavalos foram construções realizadas a partir de trabalho coletivo dos

moradores desta comunidade. Os mutirões também podem ser feitos em outras atividades, como, por exemplo, limpeza de uma roça e colheita para determinada família, em situações em que o dono da roça encontra-se impossibilitado de realizar tais atividades.

O trabalho coletivo, por regra, é realizado durante os finais de semana. Porém, em situações de emergência, pode ser convocado durante a semana. Em tais situações, os participantes do mutirão recebem por uma parte dos dias trabalhados. Durante a semana o mutirão funciona num sistema de trabalho misto, somando trabalho voluntário com trabalho remunerado.

Desde sempre a gente trabalhava como mutirão. Por exemplo, temos valeta pra abrir, o trabalho é voluntário, mutirão. Quando nós fizemos o salão, a gente colocou uma regra: quando a pessoa trabalhasse cinco dias, tinha direito de receber três, e doava dois dias. Nós pensamos desse jeito porque estava muito difícil trabalhar a semana toda de graça. Quem pagava esses três dias era a associação. A gente não tinha condições de doar os cinco dias. O salão foi levantado, depois cobriu, deu uma parada e depois retornou nesta mesma condição de trabalho. (José Sabiá, vice-presidente da associação)

Todo trabalho de manutenção das redes de água e barragem acontece, também, na forma de mutirões. Os mutirões destinados à limpeza das barragens são realizados duas vezes por ano, no período que antecede as chuvas e no período posterior às primeiras chuvas. As convocações são feitas na sede da associação, durante as reuniões ordinárias. Os homens são os protagonistas nos trabalhos de construção e as mulheres assumem atividades de organização e cozinha. Cada mutirão é organizado por lista de presença. Em situações em que um homem não pode comparecer sua falta é revertida na forma de uma contribuição em dinheiro.

Entre essas famílias o mutirão é visto como um princípio da vida comunitária e concebido dentro da perspectiva da ajuda mútua que estrutura a vida em comunidade. O mutirão é um dos princípios presentes no comunitarismo das CEBs, que, em grande parte, se estruturou nesta parte dos gerais, pois as famílias já compartilhavam desse princípio de solidariedade e união, vindo a somar e reforçar antigas práticas.

### **6.3.3-Formas de apropriação e domínio sobre os mananciais**

Algumas fontes estão sob o domínio de um mesmo grupo familiar, podendo ter seu



direito transmitido ao longo de várias gerações mesmo após a venda da propriedade. Cada manancial tem convenções de direitos de uso únicos, que só podem ser compreendidos quando observadas a forma de ocupação e a experiência dos grupos familiares em cada lugar.

Na Comunidade do Sobrado, por exemplo, o manancial da Cabeceira do São Lucas está sob o domínio da família Bispo há, pelo menos, quatro gerações. No início do século XX essa família ocupou as terras desta cabeceira, que permanece, até hoje, sob domínio de seus descendentes. O domínio da família Bispo sobre o manancial da Cabeceira do São Lucas é reconhecido pelos grupos familiares circunvizinhos. Por exemplo, a Cabeceira do São Lucas abastece cinco núcleos domésticos do grupo familiar Bispo. Por ser considerada um manancial fraco em relação às demais - Nogueira e Caiçara -, a Cabeceira do São Lucas abastece apenas o grupo familiar próximo. Neste sentido, as famílias circunvizinhas consideram-na como uma fonte privada/familiar.

As cabeceiras do Caiçara e Nogueira são consideradas mais fortes em relação à da família Bispo. Algumas famílias, por viverem nas proximidades das cabeceiras, criam relações de acesso à água de forma mais fácil em relação às famílias que vivem mais distantes. Isso, de algum modo, cria também direitos de uso sobre os mananciais diferenciados. Podemos observar na Cabeceira do Caiçara que as famílias das proximidades possuem sua própria forma de captação e, portanto, não se submetem às regras de uso como as demais famílias que aderem às redes de abastecimento coletivo.

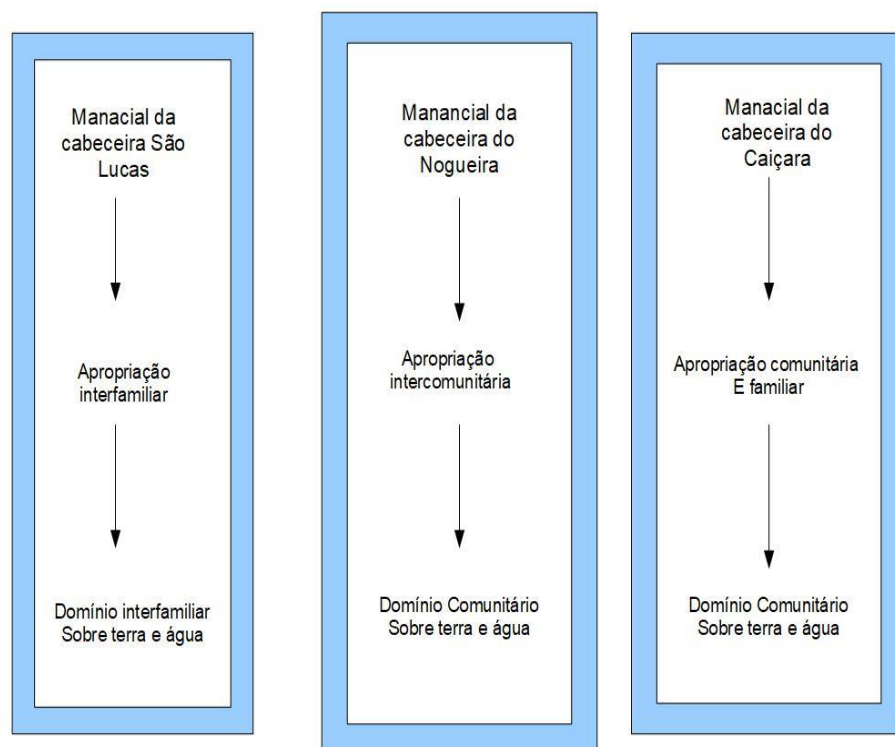
A exemplo do manancial da Cabeceira do Nogueira, as famílias da Comunidade do Sobrado repartem este manancial com outras trinta e duas famílias da Comunidade de Curral Novo - que fica a trinta quilômetros desta cabeceira -, onde vivem alguns familiares de seus moradores. Essa forma de apropriação intercomunitária do manancial de uma cabeceira só foi observada na experiência das famílias da Comunidade do Sobrado.

No ano 2000, as famílias da Comunidade de Curral Novo receberam o direito ao acesso à fonte da Cabeceira do Nogueira, concedido após votação em assembleia da Associação Comunitária do Sobrado. Apesar da concessão de uso, o domínio sobre o manancial pertence às famílias do Sobrado - apenas àquelas que estão vinculadas à associação comunitária, pois os mananciais coletivos são controlados dentro da associação.

A água de um manancial considerado de direito privado/familiar abastece apenas um mesmo grupo familiar, sendo este formado por pais, filhos e netos, que dividem uma mesma propriedade. A água distribuída nas redes comunitária abastece grupos domésticos diversos,

que possuem relações de parentesco ou não, mas, em regra, são membros da associação comunitária. A água partilhada de forma intercomunitária é apropriada por famílias que vivem em outra comunidade e que podem ou não ter relações de parentesco com as famílias da comunidade local.

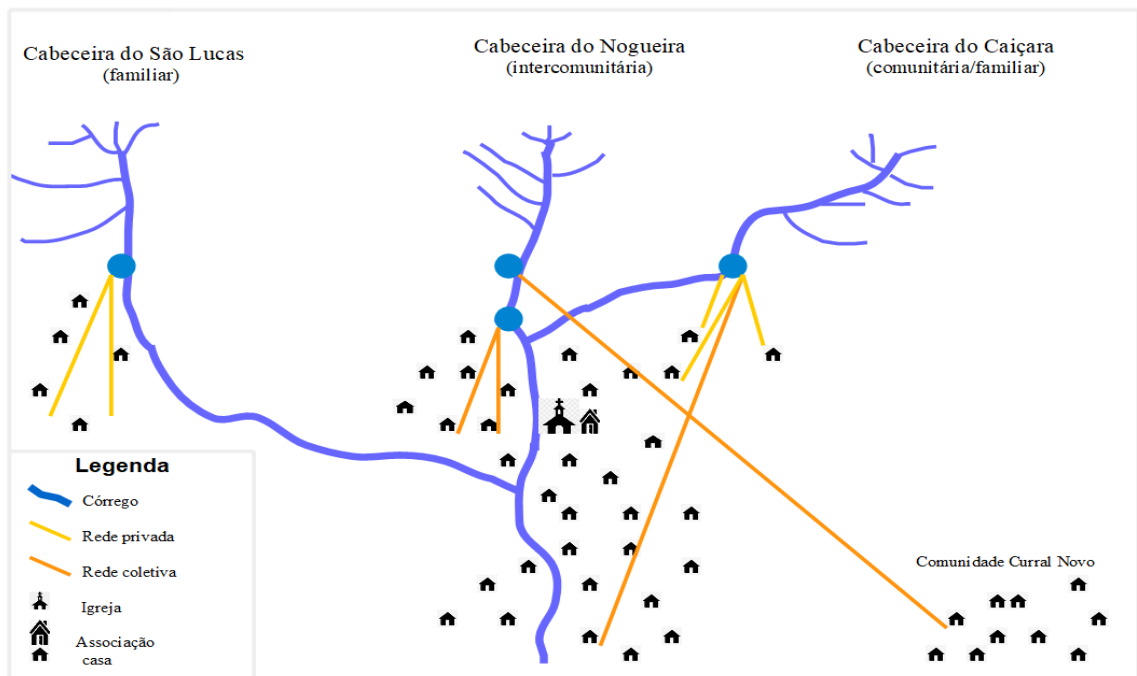
**Diagrama 41:** Formas de apropriações e domínios sobre os mananciais



A Associação Comunitária do Sobrado é quem controla as fontes de água naturais que nascem nas cabeceiras do Nogueira e Caiçara. A terra onde nascem estes mananciais também está sob controle da associação comunitária. As famílias monitoram essa área, não permitindo a entrada de pessoas de fora da comunidade. Apenas os moradores têm acesso ao local, que é considerado pelas famílias como área de reserva comunitária. A associação tem uma motocicleta exclusiva para fazer o monitoramento da propriedade onde se encontram as fontes de água coletivas.

Existem duas redes coletivas na Cabeceira do Nogueira e uma outra rede coletiva na mesma cabeceira que abastece exclusivamente as famílias da Comunidade do Sobrado. As famílias da Comunidade de Curral Novo têm sua própria rede coletiva que transporta a água da Cabeceira do Nogueira até as suas residências.

**Mapa 42:** Redes de abastecimento coletivas e privadas



**Fonte:** Trabalho de campo, agosto de 2018<sup>23</sup>

As fontes coletivas nesta comunidade são perenes, apresentando um volume suficiente para abastecer as famílias locais e ainda repartir com famílias de outra localidade. Assim como não há restrições em Sobrado no tocante ao acesso à água dos mananciais, também não observamos formas de controle sobre o uso da água dos mananciais – diferentemente da situação de restrição presente na Comunidade Moreira. Também em Sobrado as famílias não possuem fontes alternativas de água, como aparece entre as famílias da Comunidade Moreira. A água dos mananciais apresenta-se como a principal e única fonte de abastecimento. Algumas famílias têm acesso às caixas d'água de captação da chuva, mas estas são utilizadas de forma secundária.

#### 6.3.4-A disputa pelo controle das terras de água

Segundo Oliveira (2017), a chapada da Comunidade do Sobrado era de domínio intercomunitário até os anos 1980, sendo, portanto, espaço de convívio entre as famílias das

<sup>23</sup> Mapa produzido durante oficina cartográfica realizada na comunidade Sobrado

comunidades do Sobrado, Curral Novo e Teú. Tal chapada, de uso intercomunitário, foi uma exceção no contexto em que a fronteira da monocultura do eucalipto encontrava-se em expansão neste município. Como informa Oliveira (2017) em seu trabalho de dissertação, as reflorestadoras que se estabeleceram entre a década de 1970 e 1980 no município não se interessaram pelas terras dessa cabeceira. O solo arenoso e as irregularidades presentes no relevo contribuíram para que o eucaliptal não avançasse até a área de recarga hídrica das nascentes que abastecem as famílias da Comunidade do Sobrado. As reflorestadoras ocuparam as chapadas circunvizinhas, plantando o eucaliptal a uma distância de dez quilômetros de onde encontram-se as cabeceiras do Caiçara e Nogueira, como demonstra a imagem abaixo.

**Imagem 43:** Expansão do Eucalipto nas chapadas circunvizinhas



**Fonte:** Imagem Google Earth, 2012

O desinteresse das reflorestadoras permitiu que o cerrado nativo se mantivesse em pé, tornando essa chapada uma das últimas áreas preservadas atualmente neste município. Apesar da fronteira do eucalipto não ter se expandido até as cabeceiras dessa comunidade, Oliveira (2017) demonstra que a terra referente a essa chapada, outrora de domínio intercomunitário, foi alvo de grilagem.

A partir de levantamento cartorial, Oliveira (2017) afirma que, no contexto em que a Lasa - empresa terceirizada pelo Estado de Minas Gerais para medir e legalizar as terras devolutas no município de Rio Pardo de Minas - atuou na região onde localiza-se a

Comunidade do Sobrado, foram registrados em cartório duas matrículas referentes à terra dessa chapada. Ainda segundo Oliveira (2017), os técnicos da Lasa atuaram na comunidade no ano de 1987 realizando trabalhos de agrimensura, sendo que, neste mesmo ano, dois recibos de compra e venda de terra, referentes aos anos de 1925 e 1933, foram registrados em cartório. Oliveira (2017), a partir de sua pesquisa sobre a origem dos recibos apresentados em cartório, afirma que apenas o recibo de compra e venda referente ao ano de 1933 tem posse comprovada, sendo referente à ocupação de um antigo morador da Cabeceira do Caiçara. O segundo recibo, datado de 1925, não tem a posse confirmada pelas famílias locais.

Ainda segundo Oliveira (2017), o registro de terra que origina-se do recibo de compra e venda do direito de posse de um antigo morador da Cabeceira do Caiçara sofreu alterações significativas quanto ao tamanho da área. No recibo de compra e venda original a posse do antigo morador era referente a uma área de 33 hectares, que passaram a ser, no ato do registro, 775 hectares. Quando confrontado o tamanho da área que consta no recibo com a que consta na matrícula do imóvel o valor da alteração é significativo. Oliveira (2017) conclui que existem fortes indícios de ação de grilagem sobre as terras da chapada, onde localizam-se as cabeceiras do Nogueira e Caiçara e que coincidem com o contexto de atuação da empresa Lasa.

No ano de 1996 um novo proprietário adquire a posse do antigo morador da Cabeceira do Caiçara. No entanto, ocupa uma área muito maior do que a referente à posse original, passando a incidir sobre a porção do território onde estavam as fontes coletivas de água. No ano de 2001, esse novo proprietário passa a fazer carvão nativo da vegetação próxima às cabeceiras. Além do desmatamento, a terra era destinada à criação de animais de pequeno e grande porte. Segundo informações das famílias locais, no ano de 2001 foram desmatados 100 hectares de floresta nativa para abertura de pastagem e produção de carvão.

Os moradores abaixo das cabeceiras do Caiçara e Nogueira denunciam que as atividades do novo proprietário afetaram a qualidade da água dos mananciais comunitários. Conforme afirma o presidente da associação, o desmatamento desencadeou um processo de assoreamento das nascentes, afetando o ciclo natural da água e incidindo no abastecimento das famílias das comunidades do Sobrado e Curral Novo.

**Foto 44:** Áreas de nascentes do córrego Caiçara



**Fonte:** Dayana Martins, março, 2014

No ano 2006 os efeitos da ocupação do novo proprietário nos mananciais coletivos levaram as famílias a se organizarem, encaminhando denúncias aos órgãos ambientais competentes.

A pouca água que restou cheirava muito mal, parece que ele fazia para prejudicar nós, colocando os porcos nas áreas de nascentes. Por conta do desmatamento as areias desceram muito e entupiu os canos e as barragens que temos lá em cima. Muitas famílias ficaram aqui embaixo prejudicada, foi isso que fez a gente reunir força e buscar um jeito para tirar ele de lá. Foi tanto tempo nessa luta que teve vez que foi Deus mesmo para dar força e quase acontece coisa pior. (Zé Melo, presidente da Associação do Sobrado, 12/11/2013).

Neste contexto, as famílias fizeram uma série de denúncias, sendo a primeira delas dirigida ao Instituto Mineiro de Gestão de Águas (IGAM) ainda no ano de 2006. Tal ato resultou na instauração do processo administrativo IGAM nº 131/2006.

Em setembro de 2006 a Polícia Florestal atende à primeira ocorrência de crime ambiental na área e aplica uma multa ao novo proprietário pela realização de desmatamento ilegal. Ainda no mês de novembro de 2006 a polícia retorna à área e aplica uma segunda multa pela retomada do desmatamento por parte do novo proprietário. Em seguida, 38 pessoas da comunidade comparecem à delegacia de polícia de Rio Pardo de Minas para uma audiência.

Como resposta à série de denúncias, no ano de 2007 é realizado um laudo técnico na área da fazenda pelo Instituto Estadual de Florestas - IEF, que conclui que houve um intenso processo de desmatamento em áreas de Proteção Permanente.

O Ministério Público também foi acionado e, em dezembro de 2009, conforme consta no Termo de Ajustamento de Conduta - TAC, convocou o senhor Valmir Oliveira Freitas para assinar tal documento com o objetivo principal realizar a recuperação das áreas afetadas pelo desmatamento.

Consta no TAC que o senhor Valmir Oliveira Freitas reconheceu que realizou desmatamentos sem autorização ou licença ambiental na Fazenda Sobrado, reconhecendo também:

Com a retirada da vegetação nos locais descritos, houve contribuição para perda da diversidade biológica; redução da fauna e da flora; redução da diversidade genética das populações de plantas; perda de abrigo, habitat e alimento aos animais; tornou o solo mais vulnerável à erosão, afetando ainda a perda da fertilidade natural do solo; e ainda, afetou o regime hídrico naquela bacia hidrográfica. Além desses fatores, o desmatamento ocorrido contribui, numa esfera global, com a emissão de gases que ocasionam o efeito estufa; a elevação de temperatura no planeta que desencadeia uma série de catástrofes ambientais que podem afetar a vida humana, como: elevação do nível do mar, tempestades, invernos mais rigorosos e secas prolongadas que, por sua vez, podem facilitar a ocorrência de incêndios florestais e, assim, acelerar toda uma alteração na superfície do planeta. (MINISTÉRIO PÚBLICO DE MINAS GERAIS, TAC 09/01/2009).

Nesse sentido, comprometeu-se:

- a) Realizar o isolamento da faixa ciliar do leito do córrego, que é no mínimo de 30 (trinta) metros, a partir do leito maior sazonal;
- b) Isolar as nascentes presentes na Fazenda Sobrado, deixando um raio de 50 (cinquenta) metros de vegetação, formando uma faixa ciliar;
- c) Deixar apenas um acesso do gado ao leito do córrego, de forma que o impacto causado ali seja menor possível, ou buscar outorga para uso de águas do córrego e a partir daí construir um tanque para dessedentação dos bovinos;
- d) Apresentar um Projeto de Recuperação de Áreas Degradadas - PRAD ao Instituto Estadual de Floresta, nos moldes estabelecidos pela legislação ambiental;
- e) Após aprovado o PRAD pelo órgão competente, executar o referido projeto e recuperar as áreas degradadas dentro do prazo a ser fixado no Projeto de Recuperação de Áreas Degradadas - PRAD;
- f) Averbar à margem da inscrição de matrícula do imóvel (Fazenda Sobrado), no registro de imóveis competente, a área destinada à

reserva legal, como determina o art. 16, § 8.º, da Lei n.º 4.771/65. (MINISTÉRIO PÚBLICO DE MINAS GERAIS, TAC, 09/01/2009).

Por fim, o TAC celebrado estabeleceu que o descumprimento das obrigações assumidas pelo compromissário implicaria a imposição de multa diária no valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais), corrigida pelo índice oficial em vigor, a ser revertida em favor do Fundo Especial do Ministério Público - FUNEMP.

Mas foi a atuação do Executivo municipal que fez com que o novo proprietário desistisse da ocupação das cabeceiras do Nogueira e Caiçara. Segundo as famílias, foram longas as tentativas de negociação entre o poder executivo local, o proprietário e representantes da comunidade. Tal negociação resultou num acordo celebrado no ano de 2010, que tinha como objetivo solucionar o conflito existente. Foi acordada a transferência de uma área pertencente ao município de Rio Pardo de Minas, localizada na Fazenda Embaúba II/Brejinho II, para Valmir Oliveira Freitas, Jasmira dos Santos e Cláudio Ferreira do Nascimento. Em troca, haveria a desocupação da área da Fazenda Caiçara e Nogueira para implantação de uma Unidade de Conservação Ambiental Municipal.

Conforme Martins (2014), a área oferecida pela prefeitura a Valmir Oliveira Freitas, Jasmira dos Santos e Cláudio Ferreira do Nascimento foi doada pelo governo do Estado de Minas Gerais no ano 2008, através de decreto datado de 31 de janeiro de 2008, que transfere ao município de Rio Pardo um terreno rural, situado na Fazenda Embaúba II/Brejinho II. Esta área, segundo o decreto, seria destinada à construção e implantação de um centro de formação e educação ambiental.

O prefeito que celebrou o acordo, além de cometer um ato ilegal desviando a doação de um terreno público para interesse particular, não cumpriu o acordo de mediar, junto aos órgãos competentes, a implantação de uma Unidade de Conservação Ambiental Municipal. As famílias, depois de uma longa espera, autodeclararam a reserva comunitária nas cabeceiras do Nogueira e Caiçara, fechando o acesso da antiga fazenda e fixando placas de indicação.



**Foto 45:** Autodemarkação da Reserva Comunitária



**Fonte:** Dayana Martins, janeiro, 2014

### **6.3.5-Lei Municipal**

No ano de 2010, o movimento de retomada organizado pela associação dos moradores recuperou o domínio coletivo sobre a terra das cabeceiras do Nogueira e Caiçara. Os dez anos que se passaram foram marcados pela busca do reconhecimento legal sobre a posse coletiva de tais cabeceiras. A busca por enquadramentos legais fez com que famílias optassem por caminhos distintos, como a criação de uma reserva ambiental e a idealização de um projeto de Lei municipal.

Como a primeira tentativa (criação da unidade de conservação municipal) não se concretizou, as famílias concordaram em assumir os riscos do caminho indicado pela rede de apoio formada por técnicos do sindicato dos trabalhadores rurais local, da ONG Centro de Agricultura Alternativa e de professores universitários. Tal caminho indicado tinha, como parte, a criação de um projeto de Lei municipal e, também, a condução de um processo de autodeclaração como comunidade tradicional Geraizeira.

Silveira (2014), em seu trabalho de dissertação, descreve a experiência dessas famílias na construção desse mecanismo legal, e Oliveira (2017), o trânsito desse projeto dentro do espaço legislativo e executivo municipal, destacando a performance negociativa

das lideranças comunitárias frente ao lobby das empresas de silvicultura e à resistência de políticos locais.

A opção das famílias em se construir um projeto de Lei em que pudesse constar as especificidades presentes nas formas de uso coletivo de seu território, para além disso serviria, também, para transcender as dificuldades presentes nos mecanismos de regularização fundiária disponíveis no ordenamento legal brasileiro, acionados por grupos sociais<sup>24</sup> como uma forma de resguardar direitos de uso coletivo. Uma vez transformado em lei municipal, mesmo não tendo poderes de regulamentação fundiária, poderia se tornar um instrumento de reivindicação junto aos órgãos responsáveis por tal regularização, e também, um mecanismo de denúncia e defesa junto ao Ministério Público e poder judiciário.

Concomitantemente à construção do projeto de Lei municipal as famílias iniciaram um processo de autodefinição como Comunidade Tradicional Geraizeira, passando, assim, a reivindicar os direitos para os Povos e Comunidades Tradicionais, e requerendo, mais tarde, junto à Comissão Estadual para o Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Minas Gerais, a certificação de comunidade tradicional geraizeira.

Nos primeiros artigos da versão do projeto de Lei enviado à Câmara dos Vereadores constava o reconhecimento da identidade e territorialidade dessas famílias. Segundo Oliveira (2016), durante o trânsito no Legislativo o projeto sofreu vetos no artigo 5º, na parte que tratava sobre o processo de regularização fundiária. Portanto, nas partes que citavam a possibilidade de desapropriação o Legislativo incidiu vetos no texto original, conforme citação abaixo:

§ 3º do Art. 5º - A regularização fundiária do território, tradicionalmente ocupado pela Comunidade Tradicional Geraizeira de Sobrado, localizado em áreas privadas de propriedade de pessoas físicas ou jurídicas não tradicionais, dar-se-á mediante a desapropriação para fins de interesse social, da ação em pagamento ou permuta junto aos respectivos proprietários.

---

<sup>24</sup> As Reservas Extrativistas (RESEX), de uso sustentável, são um exemplo desses mecanismos que, por conta das condicionantes de manejo impostas, muitas vezes, impossibilitam a autogestão do espaço por esses grupos sociais. Outro exemplo encontramos nos assentamentos agroextrativistas que, em muitos casos, não representam os anseios da coletividade que reivindica, nem muito menos as opções dentro do formato das Unidades de Conservação/UCs têm sido uma opção viável, resultando em muitas experiências de conflitos de interesse e instabilidade nas formas de domínio coletivo sobre a terra e recursos naturais fundamentais para a sobrevivência do grupo.

§ 4º do Art. 5º - Quando necessário e por decisão da comunidade, as áreas particulares que constituem as unidades produtivas familiares tradicionais, incluídas nos limites dos territórios tradicionalmente ocupados pela comunidade tradicional geraizeira de Sobrado também deverão ser desapropriadas para fins de interesse social, de acordo com o que dispõe a lei. (Texto original do projeto de Lei da Comunidade Sobrado. OLIVEIRA, 2017, p. 112).

O Legislativo encaminhou o projeto de lei<sup>25</sup> para o Executivo, que sancionou a Lei com veto parcial, alegando motivo de usurpação de competência e inconstitucionalidade. Segundo Oliveira (2017), todos os artigos que mencionavam o ordenamento territorial e o uso do espaço onde ficavam assegurados os direitos individuais e coletivos foram vetados.

Após negociações entre lideranças da comunidade e prefeito foram revistos alguns dos vetos. Assim, foi aprovada a lei 1.629, de 10 de abril de 2015<sup>26</sup>, que dispõe sobre o Reconhecimento da Comunidade Tradicional Geraizeira de Sobrado e a Proteção do seu Território e seu Modo de Vida, tidos como patrimônio cultural material e imaterial sujeito a salvaguarda, proteção e promoção do mesmo.

A vitória para as famílias foi parcial, pois alguns dos artigos vetados do projeto original permaneceram, principalmente os que faziam menções ao processo de reordenamento fundiário. Em nossa interpretação, o caminho legal de construção do projeto de Lei tinha como objetivo a criação de fatos legais para gerar efeitos legais, possibilitando que tal projeto, uma vez transformado em lei, servisse como um instrumento legal de reivindicação, denúncia e diálogo com o poder público. Na conclusão de Oliveira (2017), tal projeto se tornaria um instrumento de luta territorial e diálogo, permitindo às famílias continuarem na busca do reconhecimento legal do domínio coletivo sobre parte de seu território tradicional.

### **6.3.6-Quem tem direito à água?**

Quando perguntamos às famílias quem tem o direito à água, as respostas sempre indicam que esse recurso natural é um direito de todos, sendo muito recorrente ouvir frases como: “a água é um direito de todos”, “não se nega água”, “a água foi dada por Deus aos

---

<sup>25</sup> Em anexo o projeto de Lei.

<sup>26</sup> Lei em anexo.

seus filhos, por isso ela pertence a todos”. A ideia de acesso universal se sustenta tendo em vista a concepção da água como um dom. A gratuidade também aparece como uma condição do acesso, reforçada, em grande medida, pela própria compreensão da água como uma dádiva. A universalidade e a gratuidade são princípios éticos/morais que aparecem associados a concepções de apropriação desse recurso natural. No entanto, embora percebamos que a gratuidade se confirma, a universalidade apresenta-se relativa, uma vez que em cada manancial existem formas de regulações, concepções de direitos e domínios diferenciados.

Portanto, a pergunta “quem tem direito à água” revela apenas as orientações ético-morais. Mas quando perguntarmos “quem tem direito à pena d’água”, inserimos isso no universo da prática - onde podemos perceber como, neste lugar, as relações de direito e não direito à água são construídas.

Como já dissemos, a “pena d’água” é a concessão de uma fonte comunitária para um núcleo doméstico; portanto, cada núcleo doméstico que está ligado à rede comunitária é porque teve direito a uma “pena d’água”.

Tal concessão nesta comunidade é feita mediante solicitação da família interessada ao conselho comunitário da associação dos moradores locais. A pena d’água, uma vez concedida, dá às famílias o acesso à água da rede comunitária. Nesta comunidade, uma família só tem acesso à água das cabeceiras se tiver reconhecido seu direito a uma “pena d’água”. Portanto, não se pode retirar de forma individual a água das cabeceiras. As cabeceiras do Caiçara e Nogueira estão sob controle da associação dos moradores locais, sendo considerado um ato de infração se uma família tenta se apropriar da água fora das redes coletivas. No entanto, como demonstra o mapa das redes, algumas famílias que vivem mais próximas das cabeceiras têm encanações individuais. Isso acontece principalmente na Cabeceira do Nogueira. Há um entendimento de que essas famílias têm relações de direito de usos diferenciadas em relação às demais, pela proximidade da fonte.

Ter relações de parentesco nesta comunidade é um dos critérios para concessão de uma pena d’água, como afirma uma moradora local: “A prioridade é quem tem raiz no Sobrado. São pessoas que conhecem a história, têm raiz e são presentes na comunidade”. (Joelice, moradora da Comunidade do Sobrado). Para além das relações de parentesco, é preciso que o solicitante participe da vida coletiva - associação comunitária e igreja. A participação nos mutirões coletivos também é um dos critérios que demonstram um vínculo coletivo. E, além disso, é preciso comprovar que o interessado tenha o “espírito

comunitário”, critério fundamental para manutenção das relações de partilha.

Um exemplo de **não direito** aparece em uma situação relatada pelo vice-presidente da associação comunitária. O senhor José Sabiá, vice-presidente da associação, relata que seu sobrinho teve um pedido de pena d’água negado pelo concelho comunitário. O indeferimento do pedido se deu pela natureza do projeto de ocupação pretendido pelo solicitante. O interessado pretendia acessar a rede comunitária para criar um sistema de irrigação na terra de herança do seu pai. Esta propriedade seria destinada à produção de coco irrigado para comercialização. O Conselho respondeu, indeferindo o pedido. O exemplo narrado pelo senhor José Sabiá demonstra que apenas a relação de parentesco, em si, e a posse de uma propriedade dentro do território comunitário não garantem o acesso à fonte de água coletiva. Neste caso, as concessões acontecem levando em consideração o modo de vida do solicitante. As famílias se apropriam do espaço e geram renda de forma muito semelhante. Quando o solicitante está fora do modo padrão, é considerado inapto para integrar as redes de partilha de água. Percebe-se a água como um elemento estruturante da vida neste lugar, sendo também uma das principais razões de queixas e conflitos internos. A integração de um novo usuário é sempre criteriosa, pois as famílias tentam selar pelo equilíbrio nas práticas de partilha, garantindo, assim, um bom funcionamento da rede coletiva. O mau uso da rede pode gerar grandes constrangimentos na vida das famílias - por isso há tantos critérios para se conceder uma nova pena d’água.

Nos últimos dez anos, com o aumento significativo da venda de terras de herança, as famílias passaram a vivenciar um crescimento na demanda por acesso às fontes coletivas. Até a década de 1990, as terras neste lugar não estavam disponíveis no mercado de terras local, como afirma uma moradora: *“As terras aqui não eram vendida, até então era doação. A terra era doada pela família e permanecia assim”*. ( Lici, moradora da Comunidade do Sobrado).

A partir dos anos 2000 o mercado de terras local aqueceu. Um hectare, que no ano de 1996 valia R\$ 1.600,00 (mil e seiscentos reais), passou a ser vendido por R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) em 2010. Várias famílias viram a venda das terras como uma oportunidade. O efeito disso foi a chegada de novas famílias no território. Outro efeito direto foi visto no aumento das demandas pelo acesso à água das fontes comunitárias. Em 2014, a associação dos moradores locais se viu na situação de rever os critérios de concessão de novos acessos à rede coletiva. A saída encontrada pelos conselheiros foi analisar, caso a caso, as solicitações das pessoas que adquiriram as terras de herança. Uma resposta tem sido

reconhecer o direito às fontes coletivas, concedendo, dessa maneira, uma pena d'água a cada um dos herdeiros.

Por exemplo, o morador que teve 10 filhos e repartiu a herança, cada filho tem direito à água. Mas precisa ser da comunidade, ser membro associado. Essa família tem direito à água. Tem direito à pena d'água, mas se lotear o terreno não tem direito à água, pois nem a própria nascente vai dar conta de abastecer. (José Sabiá, vice-presidente da associação).

No entanto, as demandas pelas fontes coletivas se multiplicaram. Alguns herdeiros transformaram seus pedaços de terra em loteamentos. O chacreamento é um fenômeno recente neste lugar. As pessoas da cidade de Rio Pardo veem nesta comunidade uma oportunidade de segunda habitação, pela proximidade da cidade e pela abundância de água.

Os valores do sossego, a organização da comunidade, a disponibilidade de água e a proximidade da cidade tornam a comunidade um atrativo. Um exemplo para você ver: um hectare hoje vale 15 mil reais. Em 2006, esse mesmo hectare era vendido por 1.400 reais. Olha como isso mudou! Se por um lado pra nós isso é bom, porque a terra valorizou, por outro é ruim, porque traz gente de fora. Os filhos têm direito de vender sua gleba, mas quem fica aqui é que sofre. (José Sabiá, vice-presidente da associação).

O chacreamento tem sido visto por algumas famílias como uma oportunidade, enquanto outras enxergam neste uma ameaça. O fato é que o chacreamento tem provocado um crescimento populacional muito rápido. A saída encontrada para enfrentar os desafios do chacreamento tem sido criar regras formais sobre o acesso e direito às fontes de água coletivas.

Tá entrando gente para o território de fora e gera um problema. É gente com outros costumes. Gente com outra cultura. Até a gente adaptar com isso é difícil. Tá sendo invadido, tá misturando com gente de fora. Agora, por conta do próprio valor da comunidade, da nossa organização, tá valorizando a terra e tá comercializando. O povo quer aglomerar dentro desse território, é algo preocupante. (José Sabiá, vice-presidente da associação).

O conselho comunitário tem debatido um conjunto de regras. Uma delas, já instituída, é a “Lei de Adesão”, que, segundo um dos membros do conselho comunitário, cria uma taxa para o novo usuário que aderir à rede coletiva. As novas adesões à rede de

famílias recém-formadas, geralmente constituídas por pessoas já residentes na comunidade ou filhos de moradores, adentram numa regra especial, considerando uma taxa mais baixa em relação à situação de pessoas de fora da comunidade.

Se você comprou uma gleba de terra dentro do território e é um desses filhos de morador daqui, você tem direito à água e vai pagar hoje conforme uma lei que já tá feita, já. Você paga 200 por essa rede que você **não ajudou** a construir. Você pode pagar 20 vezes de 10 reais. Isso é para os moradores da comunidade. (José Sabiá, vice-presidente da associação).

O novo usuário (ou a família) precisa se enquadrar na lei de direito à água, como já descrito: participação comunitária e uma ocupação do território compatível com o modo de vida local. Portanto, a taxa da adesão só se aplica aos novos proprietários que são aceitos dentro desses critérios. O valor das novas adesões é usado para manutenção da própria rede.

Os novos proprietários que têm chegado através do loteamento não têm sido aceitos na rede de abastecimento coletiva, pois não se enquadram nas regras estabelecidas sobre o direito à água. Segundo o vice-presidente, alguns desses novos proprietários têm oferecido valores mais altos que a taxa de adesão atual, mas para o conselho comunitário tais propostas não são interessantes, pois essa forma de ocupação através dos chacreamentos cria uma pressão sobre o uso da água. *“Tem gente que não é associada que tá disposta a pagar um valor bem alto pela adesão à rede, mas isso não é vantagem pra nós, não. Se a gente permitir a gente perde o controle da água. Isso nós temos que pensar melhor como fazer”* (José Sabiá, vice-presidente e morador da comunidade do Sobrado).

“A Lei de Adesão” do novo usuário, segundo o presidente, é, também, uma forma de reconhecimento do valor do trabalho coletivo despendido na construção desse sistema coletivo de distribuição, além do histórico de luta pela defesa da água.

### **6.3.7-Modelo comunitário de gestão das águas**

Conhecemos realidades comunitárias em que a principal demanda das famílias era a privatização dos sistemas de abastecimento comunitários. As dificuldades de se construir uma gestão permanente, encontrando soluções para os dilemas apresentados das partilhas dos recursos hídricos, são algumas das razões que fazem as famílias solicitarem a presença da administração das concessionárias de abastecimento.

À medida que a população comunitária cresce, o trabalho voluntário que mantém a manutenção e gestão do sistema de abastecimento comunitário funcionando vai se tornando um problema. Na Comunidade do Sobrado, podemos perceber uma situação em que o trabalho voluntário já não pode responder às demandas de um sistema de abastecimento complexo. Portanto, quanto mais a comunidade cresce, mais desafiadora é a permanência de um modelo de gestão e manutenção exclusivamente voluntário. O volume de trabalho que demanda o acompanhamento das redes coletivas é demasiado intenso para manter tal sistema de forma voluntária.

Também observamos que o trabalho de fiscalização da rede, quando feito sob o regime de trabalho voluntário, na maior parte das vezes tem poucos resultados. Os fiscais, que também são moradores, não se sentem à vontade para fiscalizar um parente ou vizinho - portanto, a fiscalização nestes sistemas comunitários só existe como uma regra, pois, na prática, toda forma de controle se passa de forma indireta.

Para além disso, as dificuldades de se construir uma distribuição igualitária nas redes de abastecimento é uma das principais deficiências desses sistemas de abastecimento. Criar soluções para o problema da baixa pressão nos encanamentos e conseguir punir o mau uso da rede são desafios permanentes que desafiam as lideranças comunitárias em busca de soluções.

Nesta comunidade, diferente das experiências das comunidades Baixa Grande e Moreira, observamos uma série de soluções construídas para superar alguns desses problemas frequentes nas redes de abastecimento comunitária percebidas em campo.

Na Comunidade do Sobrado foi criado um conselho dentro da associação, responsável apenas pelas demandas das redes e formado pelo presidente da associação e três diretores. Um dos trabalhos do conselho tem sido construir um novo modelo de gestão dos recursos hídricos.

A substituição do modelo de trabalho voluntário para um modelo de trabalho remunerado tem sido planejada como uma solução. O volume de trabalho gerado na manutenção e também a pouca capacidade de fiscalização exercida nas respostas voluntárias foram as principais razões para este conselho optar pela resposta de um trabalho remunerado.

A ideia de uma pessoa contratada traria, na concepção dos conselheiros, uma sensação de legitimidade para a fiscalização, saindo do problema do personalismo exercido no trabalho voluntário. O revisor da água, como denominam o cargo a ser ocupado, tem o



papel de fiscalizar, fazer manutenção e gestão da rede. O conselho executivo da associação aprovou a contratação desse funcionário num trabalho de três dias na semana, com uma remuneração de R\$ 468,60 (quatrocentos e sessenta e oito reais e sessenta centavos) – o equivalente a um rateio de R\$ 7,10 (sete reais e dez centavos) por família.

A criação de uma cota de água diária para abastecer as 66 famílias da Comunidade do Sobrado e as 32 famílias da Comunidade do Curral Novo foi uma resposta criada para superar o problema da distribuição igualitária na rede de abastecimento. Tal cota é determinada pela própria capacidade de abastecimento do manancial, sofrendo uma variação durante os períodos de seca.

Além disso, para as famílias produtoras de goma e farinha de mandioca, a cota diária é diferente das demais famílias não produtoras. Para as famílias produtoras, a cota diária ficou estabelecida em 10.000 (dez mil litros) durante a temporada de produção, e para as demais famílias a cota equivale a 1.000 (mil) litros por dia.

Os tiradores de polvilho, que gastam 10 mil litros de água por dia. Essas pessoas têm que ter uma cota de água mais que a minha, por exemplo, porque elas sobrevivem disso. O restante gasta no nosso cálculo 1000 litros de água por dia. Nós vamos gastar 86 mil litros d'água por dia. Olha o tanto de água. Então, se colocar 10.000 litros por dia que cada família que tira goma gasta, somado com os 1000 mil litros diários das 81 famílias, fecha num valor de 136 mil litros diários. E a gente acredita que gasta mais. A gente tá falando de um uso da casa e da atividade de goma. A gente não está colocando um gasto para outras atividades.

Se a gente tiver duas caixas de 100 mil litros de água, nosso cálculo é que sairá 136 mil litros durante o dia. O que não sabemos hoje é o que vai entrar. Não temos o cálculo de água que vai cair. Nossa intenção é colocar um hidrômetro em cada casa. Assim, poderemos fazer uma cota de água. Nós queremos saber, com a água caindo diretamente nas caixas, qual será a cota diária, se dá para esticar mais de 1000 litros por dia. (José Sabiá, vice-presidente da associação).

O projeto da implantação do novo sistema de gestão do conselho é manter a gratuidade da água dentro da cota estabelecida. A implantação de hidrômetros permitirá a efetivação desse controle. As famílias que extrapolarem as cotas pagarão pelo consumo extra.

A ideia é que a conta é gratuita, mas se passar da cota mensal será cobrada a água. A ideia é pagar um real por cada mil litro d'água gasto.

Se a pessoa gastar mais de 10.000 litros a pessoa vai pagar mais que uma pessoa que gastou 1000. Eu acredito que vai funcionar muito bem com as caixas, a distribuição e com o relógio do consumo. (José Sabiá, vice-

presidente da associação).

Outro objetivo do conselho é oferecer, a longo prazo, uma água tratada, implantando um sistema de bombas dosadoras de cloro nas caixas de armazenamento central da água. Todas essas mudanças na forma de gestão têm sido decididas dentro do conselho comunitário e algumas já foram votadas em plenário - como o revisor remunerado e a taxaço das novas adesões à rede comunitária.

**Diagrama 46:** Organograma da gestão comunitária do Sobrado

Associação Comunitária



Conselho Comunitário



Funcionário da rede comunitária



A experiência de gestão dos mananciais na Comunidade do Sobrado demonstra que, à medida que a comunidade cresce, o modelo voluntário de gestão e manutenção da rede se torna um problema. As famílias buscam no modelo de gestão privada das concessionárias de abastecimento algumas soluções, mas as reinterpretam dentro das concepções morais/éticas, mantendo a gratuidade como um princípio basilar nas formas de apropriação coletiva. Os hidrômetros, como resposta, são usados numa perspectiva de controle do consumo, propriamente uma busca de taxaço, como fazem no modelo das concessionárias. Além do hidrômetro, a fiscalização é pensada como solução para superar o desperdício e controlar o mau uso na rede. As cotas diferenciadas para os produtores de goma e farinha

demonstram uma resposta direcionada para a proteção das famílias que geram renda a partir dessa produção anual e que usam a água coletiva como principal fonte de abastecimento. A busca de soluções para os problemas nas redes de abastecimento coletivas demonstra um esforço para manter, sob o domínio comunitário, o controle dos mananciais - mas tal controle exige das famílias uma capacidade de criar soluções e respostas a nível coletivo.

## **CAPÍTULO VII ÁGUA E MEDIAÇÃO**

Neste capítulo, nosso objetivo é demonstrar, a partir das experiências observadas em campo, de que maneira diferentes atores atuam mediando o acesso de famílias rurais aos recursos hídricos - refletindo, portanto, de forma conjunta, a maneira com a qual organizações civis, atores políticos e empresários atuam gerindo recursos públicos direcionados ao acesso à água para comunidades rurais. Nesta parte do trabalho, tendo já situado a perspectiva local de territorialidade, os conflitos e os sistemas de gestão comunitários presentes nos primeiros capítulos desta tese, procuro demonstrar as relações estabelecidas entre comunidades e “o universo da política”, a partir dos atores diretamente envolvidos com as ações de Estado. Procuro refletir, também, a respeito da forma como o Estado emerge nestas experiências e como os atores, cada um à sua maneira, agem resignificando as ações e formas de mediação no acesso a recursos hídricos para populações rurais.

### **7.1-Mediação de agentes políticos: “água da rede”**

Nesta parte do trabalho, abordarei a participação do Estado como financiador das redes de abastecimento de água comunitárias. Para compreender essa presença, ou melhor, essa ação de Estado, foi preciso investigar a origem dos recursos públicos investidos na construção das redes comunitárias de abastecimento de água.

Mas, antes de aprofundar nas experiências comunitárias, trazemos nossa concepção de Estado apoiada na reflexão sociológica de Bourdieu. Esse autor percebe o Estado como uma instituição que reivindica o monopólio da violência física e simbólica legítima no âmbito de um território - mas, contrariando a visão de Hobbes e Locke, atribui ao Estado a função de promotor do bem comum. Inspirado em reflexões de Durkheim, Bourdieu busca pensar o Estado como fundamento moral e lógico partilhado com a sociedade, assim como em categorias de percepções e consenções, acentuando sua legitimidade mais numa crença em sua autoridade do que na coersão física em si.

Influenciado pela tradição marxista, Bourdieu reflete o Estado como pressuposto da função coercitiva em favor dos interesses das classes. Neste sentido, o Estado é entendido, também, como um espaço de disputas de interesses. Em outras palavras, o Estado é um

espaço onde diferentes atores atuam, disputando um metapoder. “*As lutas em torno do Estado, as lutas para se apropriar do metapoder que o Estado detém travam-se também no Estado... Vou reexplicar isso muito depressa. O Estado é um espaço... onde protagonistas terão armas de Estado, instrumento de Estado.*” (Pierre Bourdieu, Sobre O Estado, p. 477, 2014.)

Nos espaços comunitários observamos a presença do Estado como uma *ação de Estado*, onde diferentes atores atuam construindo e significando essa ação à sua maneira - disputando, nas palavras de Bourdieu, “os instrumentos de Estado”, enquanto acolhem e gerem, por exemplo, as demandas por recursos hídricos das famílias rurais. Esses atores - geralmente, organizações civis, políticos diversos e empresários - agem mediando o acesso dessas famílias a recursos públicos investidos no acesso à água.

Todas as redes de abastecimento comunitárias provêm de recursos públicos. Podemos afirmar que essa é uma realidade em todo o semiárido norte-mineiro. No entanto, não encontramos nenhuma informação dentro do sistema burocrático que nos oriente sobre de que forma os recursos do orçamento público podem ser aplicados para a criação de redes comunitárias de abastecimento para famílias rurais. Mesmo diante de tal fato, observamos uma presença maciça de dinheiro público investido para construção dessas redes. Apesar de não existir um procedimento legal que descreva como o investimento público pode ser aplicado para famílias rurais, perguntamos: de que maneira o investimento público chega a essas famílias?

As experiências comunitárias acompanhadas neste estudo demonstram que o acesso aos recursos públicos não numa ação planejada de governo, com base na garantia da água como um direito universal, mas numa ação de Estado protagonizada por atores políticos: deputados, vereadores, prefeitos e funcionários públicos.

As experiências demonstram, também, que recursos públicos são acessados numa lógica em que esses atores políticos acompanham ‘demanda a demanda’, numa frente de articulação política em rede, permitindo a estes movimentarem recursos públicos oriundos do orçamento da União e dos Estados. Essa forma de mediação, em nossa interpretação, sinaliza um modo de operar político, muito mais que uma ação de garantia de direitos e/ou uma política pública de acesso ao saneamento básico com bases em garantia de um direito universal para famílias rurais.

Nesta parte do trabalho, descrevemos o percurso dos recursos públicos dentro da estrutura de Estado até chegarem aos espaços comunitários, demonstrando como essa ação

de Estado acontece na prática e quais são os atores nela envolvidos.

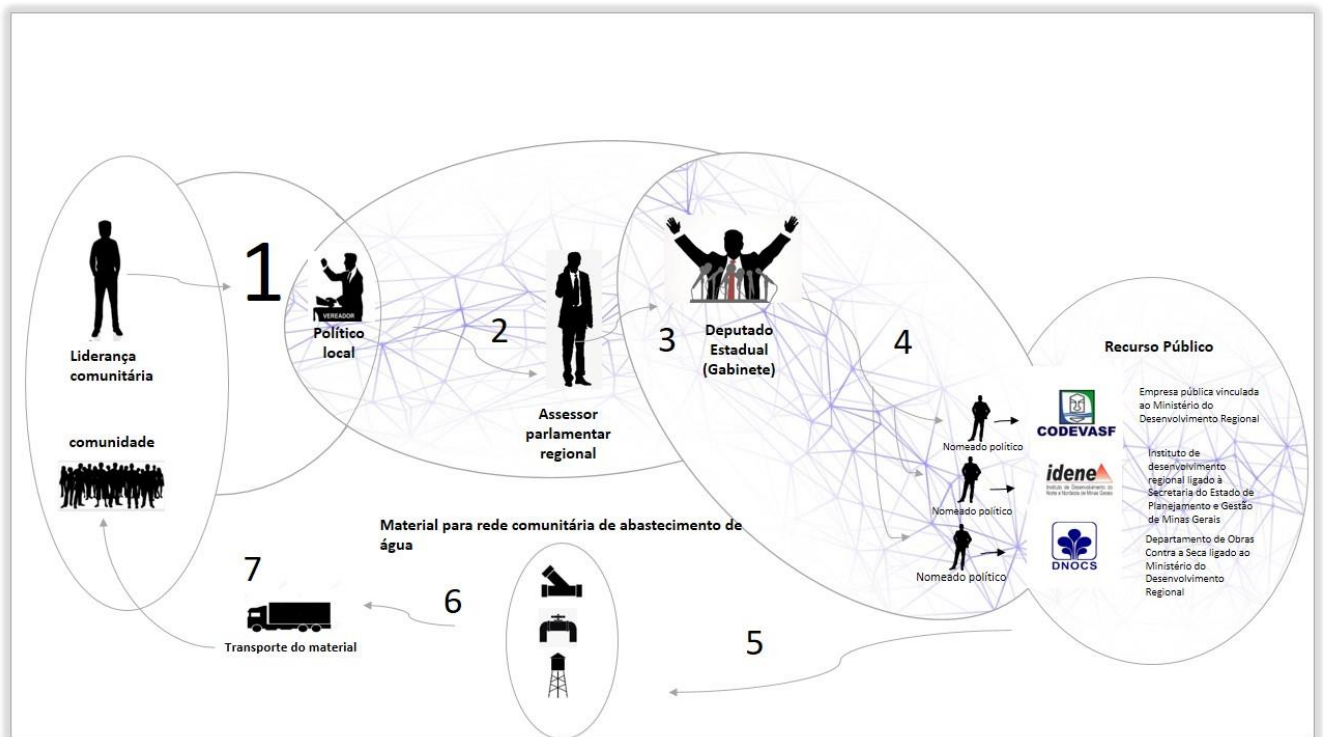
A maior parte dos recursos públicos aplicados para formação das redes de captação de água chega às comunidades na forma de materiais (encanamentos e caixas d'água). Esses recursos públicos estão alocados em autarquias: Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF), Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) e Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais (IDENE). Essas autarquias têm seus recursos financeiros provenientes do orçamento do Ministério do Desenvolvimento Regional e Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão de Minas Gerais.

As experiências acompanhadas neste estudo sinalizam que atores políticos manejam os recursos públicos dessas instituições, incorporando o papel de mediadores entre as comunidades rurais e tais recursos. A prática desses agentes políticos locais (vereadores, candidatos a vereadores, prefeitos e candidatos a prefeito) demonstra que seus desempenhos dentro das redes é cumprir a função de captadores de demandas das famílias rurais – por sua vez, encaminhando, as demandas locais dessas famílias para agentes políticos atuantes na esfera do Estado e da União. Os deputados estaduais e federais, nesse sentido, através de sua equipe de assessores, desempenham seu papel dentro da rede controlando, direta e indiretamente, os recursos alocados dentro de instituições públicas que atendem ao setor rural.

Os deputados atuam em duas frentes: numa primeira, quando aprovam o orçamento público dessas instituições, e numa segunda, através da atuação de secretários e superintendentes indicados para a ocupação de cargos de direção dentro dessas instituições.

No quadro I, demonstramos como recursos aplicados nas construções das redes de abastecimento comunitárias chegam às famílias. Neste exemplo, lideranças comunitárias expõem suas demandas a políticos locais. Atuando em rede, esses políticos locais encaminham tais demandas à equipe de assessores regionais de deputados federais e estaduais. Estes últimos atuam controlando e direcionando os recursos das instituições públicas através da ação de seus nomeados políticos (secretários e superintendentes). Neste esquema, os recursos públicos são acessados na forma de materiais, encanamentos e caixas d'água.

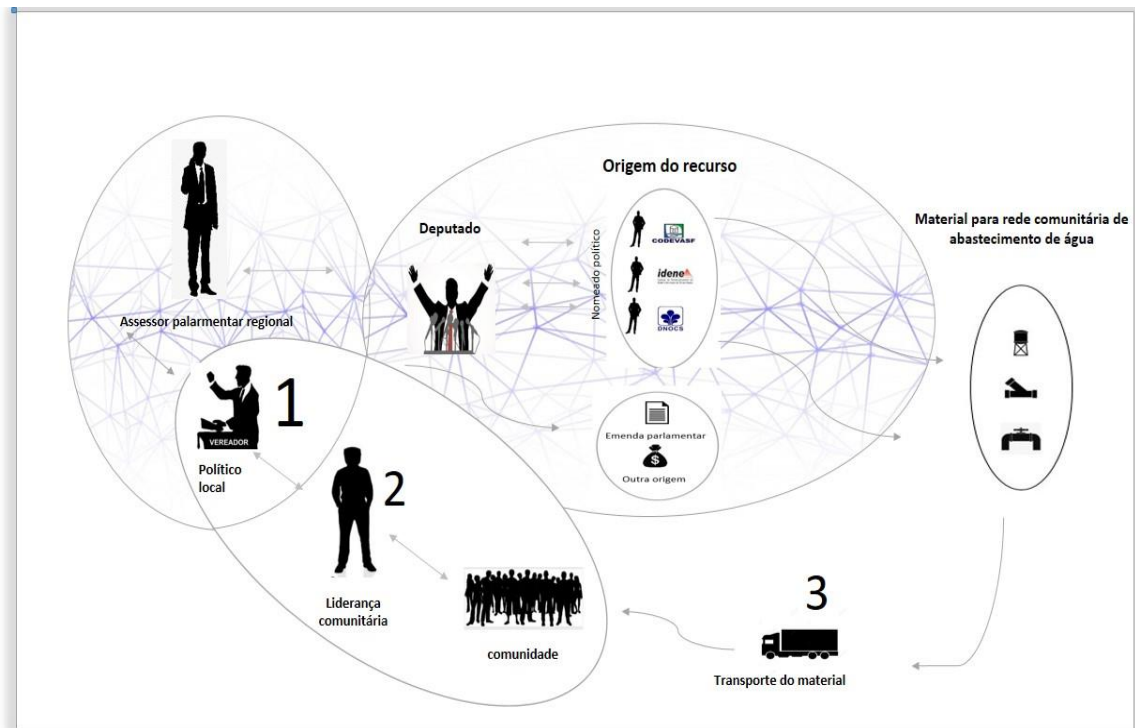
**Diagrama 47:** Esquema I: financiamento das redes



As famílias rurais são, também, um polo ativo quando se relacionam com os atores da rede política, já que participam, ora sendo acionadas, ora acionando a rede, manifestando suas demandas. No quadro II, ilustramos uma segunda situação em que os recursos alocados em instituições públicas são acessados pelas famílias rurais. Nesse quadro, demonstramos que, em contextos que precedem períodos eleitorais, a tendência é que o fluxo de recursos dentro da rede aumente, muitas vezes sendo oferecidos pelos próprios atores políticos às famílias locais.

Ainda no quadro II, demonstramos que os recursos aplicados para a construção das redes comunitárias de abastecimento de água podem, também, ter outras origens, como, por exemplo, de emendas parlamentares. Quando não originam-se de autarquias, esses recursos são pleiteados através de projetos enviados aos deputados, podendo ser, por exemplo, de proposição do poder executivo local. Em outras situações, agentes políticos do executivo local trabalham em conjunto com agentes políticos do legislativo local, direcionando recursos recebidos através de emenda parlamentar para comunidades rurais escolhidas por estes.

**Diagrama 48:** Esquema II: financiamento das redes



Os deputados atuantes nestas redes políticas são os mesmos que financiam as campanhas desses atores do legislativo e executivo municipais. São, também, os mesmos para os quais os vereadores trabalham em contexto eleitoral. Os quadros I e II demonstram a maneira que a maior parte das redes de abastecimento de água comunitárias tem sido construída nestes locais.

Ao longo de vinte anos, apenas na Comunidade do Sobrado, as famílias acionaram os recursos da rede política em cinco situações, tanto para a construção da rede quanto para as ampliações necessárias. Entre as famílias da Comunidade de Baixa Grande observamos, também, nesse mesmo intervalo temporal, quatro situações em que as redes de abastecimento foram financiadas com recursos públicos gerenciados por atores políticos locais. Observamos a mesma situação na Comunidade Moreira.

A baixa qualidade do material e o crescimento de novas famílias são as razões que exigem reformas periódicas nas redes comunitárias. Isso também faz com que as famílias recorram aos recursos públicos gerenciados e geridos dentro da rede política.

Para além disso, nas falas das lideranças comunitárias, as palavras “doações”, “ajuda”, “força” e a expressão “atendeu nosso pedido” aparecem como forma de significar o acesso aos recursos públicos. Os atores políticos aparecem mais que um entendimento de



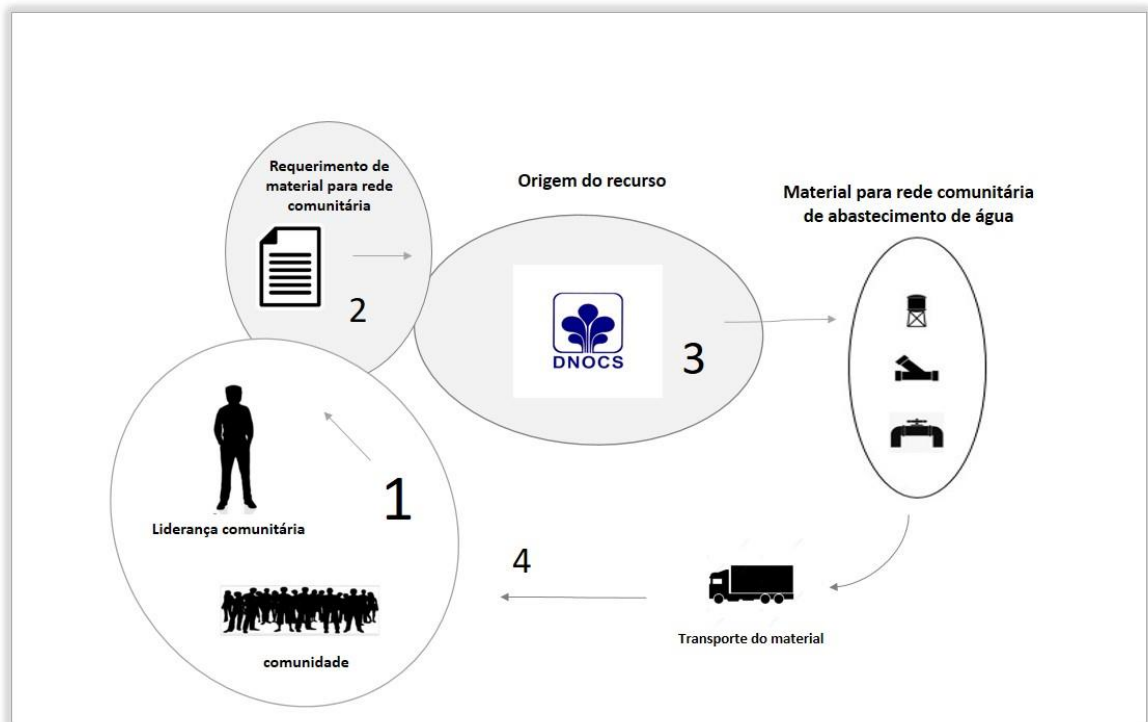
direito e de bem público. As lideranças comunitárias compreendem a relação com os políticos locais como uma relação de contrapartida, sendo efetivada em períodos eleitorais, como aparece na fala a seguir:

O deputado Gil Pereira tem assessores dentro do Dnocs. Sei que isso é uma fonte de voto dele. Só daqui da comunidade ele vai levar 117 votos. Mas ele é merecedor. Eu mesmo fui lá duas vezes (no Dnocs). Não fui humilhado, me trataram com respeito. Eu fiz o ofício e foi analisado. Depois, contemplado. Nada demais ele levar essa recompensa da gente. Falar o nome dele aqui na comunidade, também. Ele tem uma pessoa dentro do Dnocs e esse cara acata toda demanda do Gil. Ele tem aqui um vereador também, o Jucelino, que leva as demandas daqui. (Zé Sabiá, Comunidade do Sobrado).

*“Às vezes isso é um jogo de cintura, porque temos mais de um vereador próximo da comunidade”.* Quando a comunidade se compromete com mais de um agente político, como aparece na fala de uma liderança comunitária, os votos são repartidos entre as famílias. *“É mesmo assim: as redes dependem dos políticos e os políticos dependem dessa aproximação com as comunidades”* (Moises, agente sindical e morador da Comunidade do Sobrado).

No quadro III demonstramos uma situação em que o acesso a recursos públicos dentro das autarquias não acontece dentro da rede política. Os materiais podem ser acessados diretamente via procedimento burocrático dentro da instituição.

**Diagrama 49:** Esquema III: financiamento das redes



O exemplo na imagem anterior foi observado na Comunidade do Sobrado. Conforme relato de uma liderança desta comunidade:

Até hoje aqui ninguém tinha conseguido 6.000 metros de cano da forma que eu consegui. Tá ali debaixo do pé de pau! Eu consegui com uma pequena parcela de participação de um vereador. Pequena, porque ele me ajudou com a documentação. O que ele fez foi redigir o ofício com todos os nomes dos moradores e CPF. A demanda foi pela grande necessidade de retificação de rede de água. Aí constamos no projeto que a rede que nós temos era de canos de 30, 60, 50 mm, e que a rede foi construída para 35 famílias e agora são 86, fora as 17 famílias que vivem lá em cima. A Câmara me auxiliou fazendo o ofício. E aí eu levei toda a documentação solicitando ao DNOCS. Eu coloquei também duas caixas de 5.000 litros, sem muita necessidade, mas eu coloquei. Mas aí eu fui contemplado. Como não tínhamos costume de fazer isso aí, fomos colocando pra ver se dava certo. (Zé Sabiá, da Comunidade do Sobrado).

Durante a etapa de trabalho de campo realizada no ano de 2018, observamos uma cena que se repetia em várias localidades rurais da região da Serra Geral: milhares de canos encostados à sombra de árvores. Esta imagem recorrente nos fez questionar a natureza de tal fenômeno. No entanto, foi durante uma entrevista com um técnico do Sindicato dos

Trabalhadores Rurais de Rio Pardo de Minas que compreendemos a natureza de tal situação. Segundo o técnico sindical, no período que antecedeu as eleições de 2018, caminhões carregados com milhares de canos chegaram às comunidades rurais da região do Alto Rio Pardo. De acordo com ele, houve situações diversas, como, por exemplo, casos de famílias que não tinham nem mesmo fontes de água e que receberam tais canos; em outras situações, famílias receberam o material sem saber do que se tratava. O técnico sindical ainda descreve:

Tem um deputado aí que o apelido dele ficou conhecido por aqui como 'Zé dos Canos'. Ele é até do Norte de Minas e foi eleito como deputado federal pelo Partido dos Trabalhadores/PT em 2018. Ele já havia sido deputado estadual duas vezes. Ele ficou apelidado assim porque enviou canos demais para as comunidades rurais. Aqui em Rio Pardo mesmo foi muitos caminhões de cano que chegaram através dele. E ele conseguiu uma tática interessante: ele entrou dentro do IDENE e depois no DNOCS. No DNOCS ele arrumava cano, caixa d'água e poço artesiano, e no IDENE, canos, barraginha, caixa d'água e tudo relacionado com água. Na verdade ele não entrou, ele colocou um secretário lá. É esse cara que atende, entendeu? E tem outros que fazem por emenda parlamentar, que é o que mais saiu também em 2018. Eles compram os canos e é um negócio fácil e barato de fazer. E acabam ganhando muitos votos com isso. (Técnico do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Pardo de Minas).

As experiências acompanhadas neste estudo demonstram que as redes de abastecimento comunitárias não sendo construídas com os recursos públicos manejados dentro da rede política. No entanto, todo trabalho de construção é oriundo de mão de obra de trabalhos coletivos, os mutirões, organizados pelos próprios moradores locais. Dessa forma, o acesso a recursos hídricos, quando de redes comunitárias, é possível nesta articulação: recursos públicos mais trabalho coletivo. Sem acesso a tratamento da água, as famílias priorizam a água proveniente de nascentes em lugares “quase intocados”, onde não é permitido manejo humano e acesso animal. Como não há saneamento básico, a única garantia de acesso a uma água limpa, na percepção dessas famílias, é mantendo um controle sobre os espaços de captação - as nascentes. Esse é outro aspecto importante que envolve grande parte dos conflitos pela permanência de controle coletivo e manejo desses mananciais, como já demonstramos no capítulo anterior.

Quando as famílias estabelecem uma relação com atores políticos locais, elas criam laços de parceria. Portanto, não se entende as relações dessas famílias com os políticos como troca de favores e/ou uma relação de coodependência, mas ao contrário, como um elo de solidariedade e parceria atrelados ao exercício e obrigações do poder público, na perspectiva

das famílias. A cooperação é, para essas famílias, uma estratégia de sobrevivência e está presente em toda forma de organização coletiva, como, por exemplo, no sistema de trabalho de parceria, ‘troca-dia’ e nos mutirões. A cooperação é um elemento global que organiza a vida das famílias geraizeiras. Não excluimos que nas relações estabelecidas com o mundo da política ela também não possa ser vista.

## **7.2-Mediação do poder executivo municipal: “água do pipa”**

Nesta parte do texto descrevemos a maneira como os atores políticos do poder executivo municipal respondem às demandas por água de famílias rurais. Esses atores atuam respondendo a situações de restrição extremas de água. Como afirmamos no tópico anterior, os atores do executivo participam, também, dentro da rede política, captando recursos públicos para aquisição de canos, caixas d’água, barragens e poços artesianos. Entretanto, observamos que as ações do executivo local, em sua maior parte, concentram-se em respostas emergenciais. É sobre essa forma de atuar, mediando o acesso de famílias rurais à água, presente, principalmente, em períodos de seca, que abordamos a atuação de atores políticos do poder executivo municipal.

As ações do poder executivo municipal, portanto, concentram-se numa estratégia de reabastecimento emergencial. Tal reabastecimento acontece através do transporte de água em caminhões, notadamente em contextos em que os municípios decretam ‘Estado de Calamidade Pública’. O decreto de ‘Estado de Calamidade Pública’ possibilita um fluxo de recurso dos Estados e União para estes municípios cujo falta d’água apresenta-se como problema estrutural e cíclico.

Grande parte dos recursos captados em estados emergenciais e calamidade pública serve para o pagamento de serviços de transporte de água. Os ciclos de desabastecimento de água nestes municípios fez surgir um ramo de negócio especializado no transporte de água. Frotas de caminhões são terceirizadas e pagas com dinheiro público.

Segundo Zé Sabiá, liderança da Comunidade do Sobrado, no município de Rio Pardo de Minas, o gasto destinado aos serviços de um caminhão-pipa terceirizado durante um mês era suficiente para investir em ações de efeito a longo prazo, como, por exemplo, a construção de pequenas barragens de captação nas comunidades. *“Nós já fizemos um cálculo que o gasto que a prefeitura tem com caminhões-pipa por mês é o dobro que se ela pagasse esse recurso para pequenas barragens para as comunidades”.* (Zé Sabiá, liderança da

Comunidade do Sobrado).

O negócio por trás dos caminhões-pipa é altamente lucrativo, sendo, em grande parte, dirigido por empresários locais. A resposta do executivo local demonstra a forma com que atores políticos vão construindo ações de Estado no que se refere ao acesso a recursos hídricos para comunidades rurais. Atuando numa frente de mediação, esses atores políticos criam ações que não garantem o acesso à água como um direito, e nem como uma resposta permanente.

### **7.3-Mediação do governo federal: “água do poço”**

A partir da execução do programa Proágua, do governo federal, no município de Rio Pardo de Minas, descrevemos a experiência de acesso à água de famílias rurais. Observando a forma de ação do governo federal através do pacto federativo como um modelo de atuação, podemos identificar como instituições públicas e atores políticos participam mediando o acesso de famílias rurais à água.

Durante nossa pesquisa de campo, pudemos observar a experiência de execução do Proágua no município de Rio Pardo de Minas, mais especificamente a experiência da Comunidade Moreira. Portanto, nesta parte do trabalho descrevemos as ações do Proágua, trazendo a perspectiva das famílias beneficiadas e, também, de atores do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Pardo de Minas.

Segundo informações da Agência Nacional de Água, o Programa Nacional de Desenvolvimento dos Recursos Hídricos - PROÁGUA Nacional é um programa do governo brasileiro financiado por meio de empréstimo pelo Banco Mundial. O objetivo principal do programa é atuar melhorando a qualidade de vida de populações residentes em regiões que apresentam baixos índices de desenvolvimento humano. O programa busca atuar numa frente de ação, implementando infraestrutura hídrica às populações vulneráveis.

O objetivo geral do PROÁGUA Nacional é contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população, especialmente nas regiões menos desenvolvidas do País, mediante planejamento e gestão dos recursos hídricos simultaneamente com a expansão e otimização da infra-estrutura hídrica, de forma a garantir a oferta sustentável de água em quantidade e

qualidade adequadas aos usos múltiplos. (Agência Nacional de Águas - ANA)<sup>27</sup>.

Ainda segundo informações da ANA, o PROÁGUA Nacional foi executado no período de 2007 a 2009 e contou com recursos de US\$ 72,5 milhões. No que diz respeito às ações de gestão de recursos hídricos, foram investidos cerca de R\$ 65,3 milhões, com foco nos seguintes temas: planejamento de recursos; fortalecimento institucional e capacitação; sistema de informações; redes hidrometeorológicas; cobrança pelo uso da água; e águas subterrâneas.

A Agência Nacional das Águas (ANA), para execução do Programa Proágua, firmou convênio com o governo de Minas Gerais por meio do Instituto Mineiro de Gestão das Águas/IGAM, destinando R\$ 26 milhões para atender a quatro municípios da região Norte de Minas Gerais. O objetivo era promover a implantação de sistemas de abastecimento de água tratada nas sedes e localidades rurais dos quatro municípios selecionados, totalizando 63 comunidades rurais beneficiadas com as ações do programa.

Para o município de Rio Pardo foram destinados 6 milhões, do total de 26 milhões investidos. Segundo Moisés, técnico do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, quem acompanhou a execução desse projeto, o Proágua, tinha possibilidade de atuar em várias frentes - uma delas, construindo estruturas de captação de água de superfície, através de pequenos barramentos. No entanto, o projeto aplicado no município de Rio Pardo de Minas priorizou a captação de água do subsolo, como demonstra sua entrevista abaixo.

O projeto era captação de água em pequenos barramentos. Agora eu falo, eles não fizeram nenhuma. Porque era mais caro. Pegar uma captação superficial e fazer uma miniestação de tratamento é mais caro. O que eles fizeram foi poço. É só colocar uma bomba dosadora de cloro e pronto. Na unidade de captação superficial você precisa fazer tratamento mais apurado. Unidade de Tratamento simplificada. Quer dizer, olha o que eles precisavam colocar: adutora de água limpa, unidade elevatória, unidade de tratamento simplificada, adutora de água tratada. (Técnico do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município de Rio Pardo de Minas).

---

<sup>27</sup> <http://www2.ana.gov.br/Paginas/projetos/Proagua.aspx>, acessado em 01 de dezembro de 2020.

Os recursos do Programa Proágua para o município de Rio Pardo de Minas foram direcionados para vinte e uma comunidades da zona rural. Cada comunidade beneficiada teria acesso à água tratada do subsolo. Cada poço aberto exigia também outros investimentos. Portanto, foram destinados recursos para a construção de redes de abastecimento comunitárias com o objetivo de transportar a água do subsolo. Cada poço teria um investimento de tratamento da água, implementando uma bomba dosadora de cloro em cada sistema de captação. Além disso, as famílias receberiam hidrômetros em cada unidade familiar. *“O sistema é sempre assim. É um poço artesiano na baixa, uma caixa no alto, uma rede principal do poço para a caixa e, dessa caixa deriva para as famílias. Foram vinte e um poços só nesse programa.”* (Técnico do Sindicato dos Trabalhadores Rurais).

O critério de seleção das comunidades ficou a cargo de agentes políticos locais. Conforme informação de Lia, presidente da associação dos moradores da Moreira, sua comunidade foi selecionada devido à proximidade das famílias locais com o secretário de Agricultura empossado naquele período.

Ainda segundo Lia, o projeto Proágua iniciou sua atividade na comunidade no ano de 2007 - no entanto, decorreram sete anos até que as famílias pudessem acessar a água do poço. A empresa terceirizada que atuou nesta comunidade abriu o poço artesiano, construiu parte da rede comunitária e abandonou o projeto sem finalizar parte da obra. Através de mediação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, as famílias desta comunidade e outras, também beneficiadas pelo Proágua, iniciaram um movimento de reivindicação para finalização do projeto.

Segundo Moisés - técnico do Sindicato dos Trabalhadores Rurais que mediou, junto aos órgãos responsáveis pelo Proágua, a demanda pela finalização do projeto reivindicada pelas comunidades beneficiadas -, todas as vinte e uma comunidades apresentavam algum problema na execução do projeto. Como demonstra abaixo a fala desse técnico,

Todas as vinte e uma comunidades tiveram os poços furados. Mas quando fomos ver nem todas tinham bombas e redes de água. E aí fizemos uma reunião com todas essas comunidades. Por exemplo, em Santana falta a bomba dosadora de cloro e o hidrômetro. Lá tem muito conflito entre as famílias pelo uso dessa água, porque as famílias não estão dando conta da administração coletiva e a falta do hidrômetro agrava a situação. Na comunidade de Água Boa, devido à presença de ferro na água, isso a torna imprópria para consumo. Este já foi até desligado. Então, não está funcionando. Na Comunidade de Bonfim foi ligado e desligado, não está funcionando, e em outras comunidades estão funcionando por conta

própria, mas a obra ficou pelas metades. (Técnico do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Pardo de Minas).

Segundo Moisés, o sindicato acionou todas as instituições públicas envolvidas na execução do Proágua: o Instituto Mineiro de Gestão das Águas/IGAM, a Companhia de Saneamento de Minas Gerais/COPASA e o poder executivo local. No entanto, não obtiveram nenhum parecer sobre a finalização do Proágua junto aos órgãos responsáveis pela obra. No entanto, Moisés afirma que as reivindicações das famílias e do sindicato fizeram com que o poder executivo local assumisse a responsabilidade e entregasse a obra às famílias, mesmo sem sua finalização. Portanto, no ano de 2010, o prefeito inaugurou a obra nas vinte e uma comunidades, assumindo, diante dos órgãos executores, a responsabilidade da entrega do Proágua neste município.

Lia, presidente da associação anteriormente mencionada, afirma que nesta comunidade o Proágua deixou parte da rede comunitária por fazer - a bomba dosadora de cloro e os hidrômetros não foram instalados. As famílias assumiram o restante da obra, arcando com os custos. No entanto, além de assumirem a finalização da obra do Proágua, essas famílias afirmam que a dívida gerada na companhia de eletricidade, em nome da associação, pelo uso do poço durante um ano, é mais um dos efeitos da má gestão e descaso das instituições executoras do programa. Lia ainda afirma que nunca houve, por parte das empresas executoras do Proágua, para com as famílias, um diálogo que esclarecesse como funcionaria o uso da água do poço, nem mesmo foram informadas se haveria despesas de eletricidade. Durante um ano, o uso da água do poço aconteceu de forma livre, quando, posteriormente, os moradores foram surpreendidos com uma cobrança de dívida para com a companhia de eletricidade. A não conclusão do projeto e a dívida mobilizaram as famílias a construir um modelo de gestão coletiva da água do poço.

Segundo Moisés, técnico do sindicato, além de Moreira, outras comunidades geraram dívidas na companhia de eletricidade, o que levou, em algumas situações, à desativação dos poços. Um dos motivos das desativações dos poços deve-se à pouca capacidade das famílias gerirem, de forma coletiva, o uso da água. Projetos como o Proágua exigem das famílias uma capacidade de organização, colaboração e diálogo que, em muitos lugares, não existe. Quando as famílias não conseguem construir formas eficientes de gestão da água, os poços tornam-se motivo de conflitos, levando, na maior parte dos casos, ao desligamento dos poços - não por falta da água, mas pela pouca capacidade de diálogo e



acordo entre as famílias. Esse é um problema frequente entre algumas das comunidades beneficiadas pelo Proágua no município de Rio Pardo.

A experiência do Proágua neste município tem demonstrado falhas na execução do projeto. O Proágua Minas passou por uma auditoria. Na visão dos auditores, conforme relata o técnico do sindicato - que obteve acesso ao relatório -, grande parte do recurso da obra foi aplicado na primeira fase do projeto, na fase em que empresas de consultorias atuaram. Outra dificuldade apontada pelos auditores é a quantidade das empresas terceirizadas que atuaram na fase de execução da obra.

Na época, o governo federal culpava o governo estadual e o prefeito estava sendo pressionado pelas comunidades. Então, o sindicato entrou, propondo reuniões na COPASA e com a prefeitura para entender o problema da execução e da demora na entrega da obra. Juntamos com o prefeito e decidimos entregar para as comunidades o que estava feito. Em 2005 teve as primeiras audiências públicas e em 2007 começou a fazer. Em 2008 ficou parado e a partir de 2013 a prefeitura assume o risco, juntamente com as comunidades. O que entendemos era que não ia terminar a obra mesmo, porque o governo estadual do PSDB perdeu, e não enviou o relatório para o governo federal, e eles gastaram muito dinheiro com as etapas preliminares, como educação ambiental e consultoria, por exemplo. Essas palestras de educação ambiental custavam 1 milhão de reais. Os auditores falaram que foi muito dinheiro no vento. Gastaram muito dinheiro nessas etapas e no momento de fazer mesmo, o projeto ficou incompleto. E eram muitas empresas. Cada uma fazia uma coisa: uma pra perfurar os poços, outra para fazer as caixas, uma para fazer a encanação, outra para montar os quaros... e cada empresa dessa pegava uma bolada. Quem geria era o IGAM. E aí o governo federal era do PT e, em Minas, do PSDB. Um quer fiscalizar bem, para um não fazer política com o dinheiro dele. Outro quer aproveitar bem e fazer dinheiro. Essas construções de interesse eleitoreiro acabaram prejudicando. E aí fizemos, assumiram os poços sem ele ser entregue. E o governo do Estado nunca enviou o relatório para o governo federal e nós assumimos. Eles queriam passar o Proágua para a Copanor (empresa de saneamento local). A Copanor é uma subsidiária da Copasa que assumiria a gestão desses poços, mas isso não aconteceu. (Técnico do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Pardo de Minas).

Programas como o Proágua demonstram que grande parte das respostas do governo federal concentram-se no fortalecimento do pacto federativo, proporcionando a interação de organizações públicas, atores políticos e empresas na construção de projetos de acesso à água para comunidades rurais. Mas, por outro lado, demonstram também dificuldades presentes nas interações desses atores e na execução de projetos dessa natureza,

principalmente no tocante à construção de uma ação transparente e interativa com o público beneficiado.

Além do Proágua, observamos, durante o período em campo, ações do programa ‘Água para Todos’, que só realizou a fase de mobilização das comunidades, não chegando a ser executado. Tanto o programa ‘Proágua’ quanto o ‘Água para Todos’ tinham como meta o acesso à água de subsolo - numa região onde as áreas de recarga hídrica dos aquíferos estão ocupadas pela monocultura de eucalipto. A água do subsolo, que em primeiro momento pode se apresentar como uma solução, também pode, a longo prazo, tornar-se um problema estrutural. Para além disso, as parcerias público-privadas têm demonstrado dificuldade na concretização das obras, que em muitas das vezes ficam comprometidas pela atuação de empresas terceirizadas e, também, pelo interesse de agentes políticos.

#### **7.4-Mediação de Organizações Civas: “água da chuva”**

Nesta parte apresento de que maneira o Sindicato dos Trabalhadores Rurais atua quando há demandas que envolvem recursos hídricos nas comunidades rurais. Podemos dizer que essa instituição atua de três maneiras diferentes, respondendo e acionando as comunidades. Portanto, o sindicato aparece como animador e mediador de conflitos que envolvem água - na maior parte, os que relacionam-se com empresas de reflorestamento de eucalipto; numa outra frente, atua construindo respostas de assessoria técnica em parceria com a ONG Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas Gerais; e, também, como executor de projetos juntamente com a Articulação do Semiárido/ASA, atuando em parceria com o governo federal na execução dos projetos ‘Um Milhão de Cisternas/P1MC’ e ‘Uma Terra e Duas Águas/P1+2’.

##### **7.4.1-Como mobilizador e mediador de conflitos que envolvem recursos hídricos**

A maior parte dos conflitos que envolvem recursos hídricos está relacionada às disputas de interesses entre comunidades rurais e reflorestadoras de eucalipto. O sindicato tem se destacado como um mobilizador e parceiro das comunidades na defesa dos interesses das famílias atingidas pela monocultura. Essa instituição aparece ora como apoiadora, ora

como mobilizadora. Conforme descrevemos no capítulo II, as reflorestadoras, a partir dos anos 1970, ocuparam as áreas de recarga hídrica - terras de chapada - neste município. Nos últimos trinta anos muitos dos mananciais que dependiam dessas áreas de recarga desapareceram. A resposta do Sindicato de Trabalhadores Rurais tem sido apoiar as lutas territoriais das comunidades afetadas pela monocultura, levantando uma pauta de reivindicação dos direitos territoriais das comunidades geraizeiras. Em conjunto com a ONG Centro de Agricultura Alternativa, oferece assessoria jurídica às famílias.

#### **7.4.2-Como assessor técnico**

As respostas de assessoria técnica também acontecem em parceria com a ONG Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas Gerais/CAA. As orientações dirigem-se na forma de manejo dos mananciais e, também, em interface com o manejo do sistema agrícola. O foco das assessorias, no que diz respeito aos recursos hídricos, incide na preservação das cabeceiras d'água, além de mobilizar as famílias à defesa do território das águas através da reocupação das áreas de recargas hídricas.

Nós estamos trabalhando com as comunidades demonstrando que a água de cabeceira é a água que nós precisamos ter sob nosso controle. Porque ela nós estamos vendo como está. Essas comunidades já estão mais conscientes: Baixa Grande com a Cabeceira de Mata dos Porcos, Moreira com as Cabeceiras de Cantim e Jardim, Bonito com as cabeceiras, Água Boa com as eredas de Santana, São Gonçalo, Raiz, Vereda Funda, e aqui uma iniciativa do Estado que nós apoiamos que foi a proteção das cabeceiras do Rio Pardo e São Gonçalo com as cabeceiras da Serra. A Serra tem muitas cabeceiras. (Técnico do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Pardo de Minas).

O sindicato, através de palestras e cursos, estimula as famílias a optarem pelo sistema de infiltração de água, construindo pequenos barreamentos de água nos tabuleiros. Segundo o técnico, isso ajuda a estimular a infiltração, prejudicada, em grande parte, pela ocupação do eucalipto nas chapadas. *“Porque a maioria das pessoas acham que a água tá num ponto e vai lá e pega. Pensa que ela tá na mina, que tá no rio, tá na torneira, tá no poço... acham que é só ir lá e apanhar. Mas ela não está no ponto de captação. Ela tá no sistema. Ela é o sistema. E um sistema equilibrado garante água e um sistema desequilibrado não garante*

*água.*” (Técnico do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Pardo de Minas).

Os técnicos também trabalham desincentivando a abertura de poços artesianos, estimulando as famílias na opção que fortaleça o reabastecimento dos lençóis freáticos e não a exaustão dessas reservas de água subterrâneas. A abertura de poços não só pode levar à exaustão do lençol como também prejudica a própria agricultura nos brejos, quando rebaixa o volume dos lençóis, como afirma o técnico. Portanto, a recuperação das nascentes tem reflexo não apenas no processo de abastecimento de água, mas na própria agricultura de brejo, que, em alguns lugares, praticamente desapareceu após a ocupação da monocultura nas chapadas.

O que temos também proposto é plantar água pra colher nascente. Segurar as águas das cabeceiras. É o lema nosso. E as comunidades pegaram mesmo. Como planta a água? Fazer pequenos barramentos de água, barraginhas nas cabeceiras, para a água infiltrar, minar nas nascentes, sair nos brejos, nos poços. Então, os caras captaram a ideia. (Técnico do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Pardo de Minas).

Portanto, a construção de pequenos barramentos, segundo o técnico, recria condições de umidade nas terras baixas: “*Se vc ver a cor do brejo você vê a água pura. Um bom brejo é um brejo que tem a chapada preservada. Quando seca o brejo é sinal que a comunidade já não tem água nas nascentes. Um brejo bom é um brejo que tem as chapadas conservadas.*” Para o técnico, que atua estimulando as famílias no tocante à recuperação das práticas tradicionais do sistema produtivo local, só é possível fazê-lo também em conjunto com a recuperação dos recursos hídricos presentes nos sistemas de cabeceira dependentes dos ambientes de chapada.

No entendimento desse técnico, as ações do sindicato têm contribuído para que as famílias tenham as nascentes como primeira opção de abastecimento de água - gerando, em alguns lugares, um movimento de retomada dos territórios de recarga hídrica ocupados pelas reflorestadoras de eucalipto. As orientações dessa organização desestimulam a abertura de poços artesianos em lugares onde as famílias ainda têm acesso aos mananciais.

Segundo esse técnico, as reservas de água do subsolo, nessa região, apresentam algumas especificidades. Na presença do escudo cristalino, o tipo de rocha presente na Serra do Espinhaço, só é possível armazenar água onde há aberturas, fendas nas rochas. Além do grande teor de ferro presente nas águas, os reservatórios do subsolo são muito escassos se

comparados com a região da caatinga, onde há maior quantidade de reservatórios subterrâneos. Fora isso, a ocupação do eucalipto nas áreas de recarga hídrica desacelera o processo de recarga dos lençóis freáticos. O consumo de água do subsolo pode apresentar-se como uma solução imediata, mas, sem reposição do lençol, é pouco provável que essa solução possa se apresentar por um longo prazo.

Igual Moreira, tem as cabeceiras Mato do Cantim e Jardim. E o poço tá bem embaixo e a agricultura tá aqui em cima, e aí eles descobriram que mais importante que a água do poço é as águas das nascentes. Como Sobrado descobriu, como as outras estão descobrindo. A água do poço é finita, é limitada e pode acabar, e só vai ter mais se garantir que filtra mais. Várias comunidades estão tomando essa consciência a partir de nossas orientações. (Técnico do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Pardo de Minas).

### **7.4.3-Como executor de projetos através do pacto entre Estado e sociedade civil**

O sindicato atua também como executor de projetos financiados pelo governo federal e executados através de uma parceria entre Estado e organização civil. Essa atuação foi possível através da parceria estabelecida entre o governo federal e a Articulação Social do Semiárido/ASA. A experiência do projeto ‘Um Milhão de Cisternas/P1MC’ teve início durante o último mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso, finalizando durante o governo da presidenta Dilma Rousseff. Possibilitou às organizações civis como ONGs e sindicatos de trabalhadores rurais atuarem como executores de projetos, mediando as demandas por recursos hídricos de populações rurais.

O programa P1MC tem o objetivo de mediar o acesso à água de famílias rurais, trabalhando na construção de alternativas para armazenamento de água da chuva. As famílias beneficiadas recebem uma caixa d’água de 16.000 (dezesseis mil) litros. Construído ao lado das moradias, o modelo de captação executado pelo P1MC usa as calhas das casas para auxiliarem no armazenamento da água. As caixas são construídas de placa de cimento com formato cilíndrico, permanecendo semienterradas. Essa água, geralmente utilizada para o abastecimento doméstico, possibilita às famílias uma alternativa de abastecimento.

A proposta da ASA era construir um modelo de acesso à água para famílias rurais que rompesse com a atuação de políticos no semiárido. Portanto, uma das ideias da ASA era

que as famílias locais fossem contratadas como prestadoras de serviço, saindo do elo com as empreiteiras. Além disso, a proposta priorizava o comércio local.

A proposta incluía as famílias beneficiadas como construtoras e, também, a comunidade era envolvida nos trabalhos de mutirões. Cada família beneficiada teria que participar de um curso de gerenciamento de recursos hídricos. Neste curso, foram abordados assuntos como cidadania, gestão de recursos hídricos, preservação dos mananciais e convivência com o semiárido.

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais, apenas no município de Rio Pardo de Minas, geriu R\$ 3 milhões de reais do P1MC. Na Comunidade do Sobrado, 35 famílias receberam os reservatórios, e na Comunidade Moreira, 36 famílias foram beneficiadas. Segundo José Sabiá, liderança da Comunidade do Sobrado, alguns moradores, no contexto da execução do P1MC, chegaram a receber R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos) reais por mês pelo trabalho de pedreiro. Ainda segundo essa liderança, a resposta da parceira do sindicato com a ASA é muito mais eficiente do que as respostas do executivo municipal:

Enquanto a prefeitura gasta os recursos com caminhão-pipa todo ano, a resposta do sindicato é mais permanente. O valor gasto em cada caixa aqui é o que a prefeitura paga em um mês para um caminhão-pipa. A resposta da prefeitura causa uma relação de dependência, enquanto que a resposta que os sindicatos rurais oferecem é mais permanente. ( Zé Sabiá, liderança da Comunidade Sobrado).

Um dos focos da ASA era devolver autonomia hídrica às famílias, fazendo frente ao negócio criado em volta da água no semiárido, incluindo a atuação de prefeitos, com medidas emergenciais que se renovavam a cada novo ciclo de desabastecimento. Neste aspecto, a parceria entre o governo e a ASA trouxe uma nova abordagem na forma de respostas a recursos hídricos. Outra característica dos projetos executados nessa parceria entre o setor público e a sociedade civil é a proposta dos projetos da ASA (P1MC e P2+1), onde o foco é a água de captação da chuva - enquanto que os projetos da parceria público/privada, que atuaram nesta região nos últimos anos (como o Proágua e Água Para Todos), tinha como alvo a água do subsolo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo de trezentos anos, a ocupação humana na região da Serra Geral se deu nas proximidades de pequenos córregos onde grupos familiares e, mais tarde, grupos comunitários, se constituíram, manejando faixas de terra de tabuleiro e baixa e partilhando pequenas fontes de água. Neste lugar, abaixo das cabeceiras, tais famílias estruturaram uma forma de viver possibilitada, fundamentalmente, pela presença do sistema natural de água das cabeceiras. A história da ocupação humana demonstra que os primeiros aglomerados urbanos foram constituídos, também, nas proximidades de importantes cursos d'água. No período recente, mais especificamente nos últimos cem anos, surgiram em todo mundo grandes metrópolis e, juntamente com elas, os grandes sistemas de abastecimento urbanos. Tal surgimento foi possível, em grande medida, pelos avanços no campo da engenharia, que permitiram a construção de represas de grande porte ao longo dos cursos dos rios.

A formação da região metropolitana de São Paulo é um exemplo do fenômeno vertiginoso de crescimento urbano do último século. A grande São Paulo possui o sétimo maior sistema de abastecimento de água do mundo, que atende a aproximadamente 21,5 milhões de consumidores espalhados por 39 municípios - fora os setores da indústria e agricultura. Para atender tamanha população são captadas as águas de vários mananciais de superfície e também de reservas do subsolo. Nesta metrópole, os mananciais de superfície, para responderem à grande demanda por água, integram sete sistemas de represamento: Sistema Cantareira, Sistema Guarapiranga, Sistema Alto Cotia, Sistema Alto Tietê, Sistema Rio Claro, Sistema Rio Grande e Sistema São Lourenço. O Sistema Cantareira, o maior dos sete, abastece cerca de 6,5 milhões de pessoas residentes nas zonas Leste e Oeste da capital, bem como nos municípios de Franco da Rocha, Francisco Morato, Caieiras, Osasco, Carapicuíba e São Caetano do Sul - além de parte dos municípios de Guarulhos, Barueri, Taboão da Serra e Santo André<sup>28</sup>. No ano de 2014, o colapso do Sistema Cantareira ocupou o noticiário nacional. Sob intensas críticas, a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo/Sabesp investiu 80 milhões de reais<sup>29</sup> em uma obra emergencial para captar a reversa técnica ou volume morto<sup>30</sup> da água das reservas do Cantareira. Especialistas

---

<sup>28</sup> Informações disponíveis em <https://www.nivelaguasaopaulo.com/cantareira>. Acesso em 04/02/2021.

<sup>29</sup> Informações disponíveis em <http://site.sabesp.com.br/site/Default.aspx>. Acesso em 04/02/2021.

<sup>30</sup> Nome que se dá à reserva de água mais profunda de uma represa, que fica abaixo dos canos de captação. É também chamada de “reserva técnica” uma margem de segurança para deixar o reservatório equilibrado, sob

apontaram o baixo volume das chuvas, a falta de planejamento e a má gestão dos recursos hídricos como as razões que levaram ao desabastecimento de milhões de pessoas residentes nesta região metropolitana. Além da falta de planejamento, investimento e má gestão, a Sabesp também foi criticada por ocultar informações sobre a progressiva descida dos níveis da água do Sistema Cantareira no período que antecedeu ao longo ciclo de racionamento, que durou aproximadamente 542 dias. Para os especialistas, a crise deflagrada em 2014 e que surpreendeu os consumidores da grande São Paulo já era prevista pela companhia. O ano de 2014 revelou a vulnerabilidade do sétimo maior sistema de abastecimento urbano em cenários de restrição de chuvas. A experiência de gestão da Sabesp demonstrou que a política de apropriação dos recursos hídricos está pautada na exaustão dos mananciais - vista no exemplo aqui narrado, quando a companhia passou a captar o volume morto de tal sistema, ameaçando a própria capacidade de recuperação do ecossistema hídrico. Tal experiência também sinaliza que, em contextos de estresse hídrico, a forma de distribuição dos recursos revela assimetrias já existentes no processo de apropriação desse bem natural, intensificando e tensificando relações e disputas por apropriação. Por outro lado, as respostas mais especializadas das companhias de abastecimento têm sido a de buscar por água limpa cada vez mais distante e/ou cada vez mais profundas. O mais alarmante é que os mananciais, de longe e de perto, estão ameaçados pela própria forma de viver nos grandes centros urbanos - de perto, quando os corpos dos rios são usados para escoamento do esgoto tratado e não tratado; e, de longe, para onde a fronteira agrícola avança, contaminando os lençóis freáticos e se apropriando dos mananciais para a produção de alimentos direcionados para abastecer, principalmente, os mercados desses grandes centros urbanos. O consumidor, por outro lado, exige das companhias respostas eficientes nos serviços prestados de distribuição, armazenamento e captação da água, mas sem levar em conta que a água não está dentro das unidades de tratamento das companhias, mas em um complexo sistema produtor de água, em que a própria dinâmica urbana é sua principal ameaça.

Na cidade, o comportamento de apropriação da água está orientado numa relação de abundância e infinitude dos mananciais. Tal cultura de abundância é reflexo da própria implantação das redes públicas de abastecimento urbano e dos sistemas de gestão das companhias de abastecimento, que transformaram a água tratada em uma mercadoria, criando e estabelecendo uma relação entre consumidor e fornecedor. Antes desse modelo

---

o ponto de vista da diluição de poluentes e da recomposição do ecossistema.



de abastecimento a água, mesmo não tratada, era canalizada e gerida, muitas vezes, pelos próprios moradores de uma região. Desde o final do século XX a água vem se transformando num recurso escasso para consumo urbano, e disputado nos espaços rurais pela irrigação, turismo, consumo humano, hidrelétricas e mineradoras. Tornou-se, assim, um elemento altamente disputado e limitador dentro do modelo de desenvolvimento capitalista (GALIZONI, 2013).

A crise no Sistema Cantareira contribuiu para se refletir, em nível micro - entre grupos comunitários -, de que maneira os mesmos se organizam em cenários de estresse hídrico e fora deles, regulando e gerindo seus recursos hídricos. Esta etnografia revela como experiências de apropriação, gestão e distribuição de recursos hídricos vão sendo construídas diante de uma ação prática entre os grupos comunitários da Serra Geral. Ademais, revela de que maneira tais grupos constroem respostas sofisticadas para desafios complexos, indicando que entre grupos ditos 'tradicionais' existem sistemas inovadores do ponto de vista da gestão de recursos hídricos e que podem ajudar a refletir o sistema de gestão privado e público das cidades - além de apontarem direções para a construção de modelos de gestão mais sustentáveis.

Entre as famílias que fazem parte desta pesquisa a água é compreendida como um 'dom', uma dádiva, e sua apropriação envolve relações e construções coletivas complexas. Neste trabalho, demonstradas tais construções, é observada a busca de soluções para problemas gerados pela própria apropriação coletiva desse bem natural. A forma de relacionamento dessas famílias com seus mananciais não se restringe a uma relação de consumo, mas, mais do que isso, revela vínculos, relação de direitos e gestão compartilhada. Quando famílias se apropriam de um manancial elas não só passam a partilhar um recurso natural: elas estabelecem pactos de convivência que envolvem direitos e deveres sobre a apropriação da água. As concepções de direito estão atreladas ao sistema de parentesco, compadrio e vizinhança, mas, principalmente, a uma compatibilidade com o modo viver neste lugar. As formas de controle e regulação estão presentes, principalmente, em lugares onde a demanda pela água é maior que a oferta, mas aparecem, também, em lugares em que a oferta é maior que a demanda. Neste último caso podemos perceber que o controle da água apresenta-se como uma forma de controle do próprio território, impedindo, desta maneira, a entrada de pessoas de fora do grupo através da compra de terras, pois sem água se torna impossível permanecer no local.

A luta territorial se expressam, principalmente, na defesa dos sistemas produtores de água - em que as cabeceiras e as chapadas são uma parte essencial. A experiência dessas famílias demonstra que o controle sobre os espaços que compõem o sistema produtor de água é uma forma, também, de manter o controle coletivo sobre a qualidade da água. Em lugares onde não existe nenhuma forma de tratamento a vigilância coletiva é a forma mais eficiente de se garantir uma água potável. Observamos, também, que essa vigilância sobre as terras de mananciais suspende direitos de propriedade, mesmo em situações em que a terra pertence aos próprios grupos familiares. Isso revela modalidades de apropriação coletiva sobre terras de águas inscritas no direito consuetudinário local. Portanto, a luta territorial neste lugar expressa-se na retomada do controle e da posse dos espaços produtores de água. Demostramos, também, que a noção de ameaça e a própria noção de grupo, bem como o seu fortalecimento, foram sendo construídas e significadas na própria experiência com a monocultura do eucalipto - compreendidas numa “tomada de consciência”, em que identidades coletivas são acionadas como instrumento de acesso a direitos para os grupos tidos como culturalmente diferenciados.

A introdução da monocultura de eucalipto, que incidiu sobre antigos espaços coletivos refletindo na forma de viver neste lugar, é descrita neste trabalho quando apresentamos os modos de adaptação do sistema alimentar. O exemplo mais significativo aparece na intensificação da produção da mandioca, que se deu, em grande parte, como um reflexo do secamento das terras de baixa e tabuleiro após a introdução da silvicultura nas áreas de recarga hídrica. Há de se considerar que a compreensão de transformação do espaço aparece, também, numa interpretação de *cambio* climático, demonstrada nesta tese no capítulo II, quando descrevemos o que entendemos por sabedoria meteorológica geraizeira - apresentada numa profunda busca de antever os fenômenos naturais da chuva, onde as noções de *cambio* climático aparecem narradas a partir da observação da mudança do comportamento dos animais e plantas. Ademais, tal percepção de *cambio* aparece, também, na alteração dos ciclos de plantio previstos no tradicional calendário agrícola local, em que as festividades dos santos populares eram importantes marcadores temporais. As percepções sobre transformações climáticas nos levam a pensar numa antropologia dos *cambios* climáticos, que, em grande parte, interessa-nos o aprofundamento em outros trabalhos.

Os sistemas de gestão comunitários revelam que essas famílias inspiram-se nos modelos de gestão privada/pública das companhias de abastecimento como demonstrado,

por exemplo, na introdução de hidrômetros utilizados para medir o consumo familiar. No entanto, a contagem do consumo é ressignificada, tendo em vista uma compreensão de gratuidade absoluta da água. O controle do consumo é usado para gerir despesas de eletricidade, como aparece no exemplo da Comunidade Moreira, e para fazer uma média de uso da água por família, mantendo um equilíbrio entre demanda e oferta em relação aos mananciais, como ocorre na Comunidade Sobrado. Também observamos uma tentativa de introduzir a fiscalização nas redes, mas, em todos os exemplos, tal fiscalização não acontece na prática, pois essas famílias buscam não enfrentar de forma direta questões ligadas ao mau uso da rede de abastecimento. A estratégia de enfrentamento aparece, por parte das lideranças, em chamadas de atenção em reuniões de grupo, em que são usados personagens bíblicos como referência, contextualizando as passagens bíblicas a situações cotidianas do grupo.

As redes são geridas dentro das associações comunitárias e a manutenção é feita a partir do trabalho coletivo - apenas na Comunidade Sobrado observamos a implantação de um serviço remunerado de manutenção das redes. No capítulo VI descrevemos de que maneira o Estado - entendido como uma ação - aparece como um financiador dessas redes de abastecimento comunitário, mas também, de que maneira o Estado aparece, em outras ações, como promotor do acesso a recursos hídricos para essas populações rurais. Assim, destacamos que as ações do Estado - que se apresentam na forma de execução de projetos como o Proágua e o Água para Todos, frutos da parceria público/privada - demonstram dificuldades na conclusão desses projetos e no diálogo com as populações beneficiadas. As ações do Estado, frutos da ação de políticos locais - que atuam em rede -, revelam efeitos práticos no acesso à água e se expressam mais satisfatórios em relação aos interesses desses grupos. Tal observação nos faz refletir sobre as ações do Estado personalista e não personalista e seus resultados. As parcerias públicas com o terceiro setor, como observamos nas ações da colaboração entre sindicato e ASA, demonstram que a aproximação dos grupos locais trazem grandes ganhos e aprendizados e imprimem novas experiências na construção de políticas de acesso à água - que é um bem essencial não apenas para a composição bioquímica e meio de vida para uma variada gama de espécies dos reinos animal e vegetal, mas também como componente de importância inestimável no tocante à representação de valores socioculturais que asseguram a manutenção da vida e da organização comunitária.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACSELRAD, H (Org.). **Conflitos Ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume- Dumará, 2004.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de; ALMEIDA, Emanuel Farias Junior de (orgs.). **Nova Cartografia Social da Amazônia**. Povos e comunidades tradicionais. Manaus: PNCSAUFAM, 2013.

\_\_\_\_\_. **Terras de preto, terras de santo, terras de índio: uso comum e conflito**. In HEBETTE, J. E CASTRO, E. (orgs) Na trilha dos grandes projetos. Belém: NAEA/UFPA, 1989.

ALMEIDA, Mauro. **Narrativas agrárias e a morte do campesinato**. Ruris, v.1, n.2, Campinas, 2007.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas**. Reflexões sobre a Origem e a Difusão do Nacionalismo, 1ª edição, São Paulo, Companhia das Letras, 2008.

ÂNGELIS, Newton de. Efemérides Rio Pardenses. Rio Pardo de Minas, v. 1-4, 1998.

ARAÚJO, E. C. **Nas margens do São Francisco: sócio-dinâmicas ambientais, expropriação territorial e afirmação étnica do Quilombo da Lapinha e dos Vazanteiros do Pau de Léguas**. (Dissertação de Mestrado, 252 folhas), Montes Claros, 2009.

BARTH, Fredrik. **Introduction (in Ethnic Groups and Boundaries)**; artigo em The Anthropology of Ethnicity, H. Vermeulen & C. Govers, 1994)

\_\_\_\_\_. **Cosmologies in the Making: A Generative Approach to Cultural Variation in Inner New Guinea**. Cambridge University Press.

BOURDIEU, P. Sobre o poder simbólico. **O Poder Simbólico**, Rio de Janeiro: Bertrand, Brasil. 2001.

\_\_\_\_\_. **Sobre o Estado: Cursos no Collège de France**. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

BRAUDEL, Fernand. **Civilização Material, Economia e Capitalismo, Séculos XV-XVIII**. 3 Volumes, São Paulo, Martins Fontes, 1995

BRITTO, Isabel Cristina Barbosa de. **Comunidade, Território e Complexo Florestal Industrial: o caso de Vereda Funda. Norte de Minas Gerais**. (Dissertação de Mestrado, 157 fls.) Montes Claros: Universidade Estadual de Montes Claros – Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Social, 2006.

CAMPOS, Raquel; DAHER, Andrea. **A antropologia da natureza de Philippe Descola. Topoi (Rio J.)** [online]. 2013, vol.14, n.27, pp.495-517. ISSN 2237-101X, [disponível: http://dx.doi.org/10.1590/2237-101X014027013](http://dx.doi.org/10.1590/2237-101X014027013)

CÂNDIDO, Antônio. **Os Parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida**, 11ª Edição. Rio de Janeiro, Ouro sobre Azul, 2010.

CARVALHO, Igor Simoni Homem. **Campesinato e biodiversidade no Cerrado: um estudo sobre o Assentamento Americana (Grão Mogol-MG) à luz da Agroecologia**. Tese (Doutorado), Unicamp, 2013.

CHAVES, Edneila Rodrigues. **O sertão de Rio Pardo: sociedade, cultura material e justiça nas Minas oitocentistas**. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004.

\_\_\_\_\_. **Hierarquias sociais na Câmara Municipal em Rio Pardo (Minas Gerais, 1833-1872)**. Tese (Doutorado em História). Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.

CORREIA, João Roberto. **Pedologia e Conhecimento Local: Proposta Metodológica de Interlocução Entre Saberes Construídos por Pedólogos e Agricultores em Área de Cerrado em Rio Pardo de Minas, MG**. Tese de doutorado em agronomia, Instituto de Agronomia/UFRJ, Seropédica, RJ, 2005.

COSGROVE, D. **A geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas**. In: Corrêa, R. L e ROSENDAHL, Z. (Orgs.). Paisagem, tempo e cultura. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 1998. P. 92-122.

COSTA, João Batista de Almeida. **Do tempo da fartura dos crioulos ao tempo de penúria dos morenos: a identidade através de um Ito em Brejo dos Crioulos (MG)**. Dissertação de Mestrado. Brasília: Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social /UnB. 1999.

COSTA FILHO, Aderval. **Os Gurutubanos**: territorialização, produção e sociabilidade em um quilombo do centro norte-mineiro. Tese de Doutorado em Antropologia. Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

COTRIM, Dário Teixeira. **Ensaio Histórico do Distrito de Serra Nova**: município de Rio Pardo de Minas. Montes Claros: A Penna Editora e Gráfica, 2000.

DANOWSKI, Déborah, & VIVEIRO DE CASTRO, Eduardo. **Há Mundo Por Vir?** Ensaio Sobre Medos e os Fins. Instituto Socioambiental, 2. Ed. Florianopolis, 2017.

DELGADO, Guilherme Costa. **Capital Financeiro e Agricultura**. São Paulo, Campinas: Ícone/Unicamp, 1985.

DESCOLA, Philippe. “**Societies of Nature and the Nature of Society**” in Kuper, A. (ed.) *Conceptualizing Society* (Londres: Routledge), 1992.

DAYRELL, Carlos Alberto. **Geraizeiros y Biodiversidad en el Norte de Minas Gerais**: la contribución de la agroecología e de la etnoecología em los estudios de los agroecosistemas. Dissertação de Mestrado, Espanha: Universidad Internacional de Andalucía, 1998.

Diegues, A.C. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo, Hucitec/NUPAUB/USP, 2001.

\_\_\_\_\_, A.C. **Povos e mares**. São Paulo, NUPAUB/USP, 1995.

ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador**. Vol. II: Formação do Estado e Civilização. Tradução de Ruy Jungmann. 1ª edição, 1993.

ESCOBAR, Arturo. “**Actores, redes e novos produtores de conhecimento**: os movimentos sócias e a transição paradigmática nas ciências”. In: DE SOUSA SANTOS, B. (Org) *Conhecimento Prudente para uma Vida Decente*. Um Discurso sobre as ciências revisado, p.639-666. São Paulo: Cortez Editora, 2004.

Evans-Pritchard, E. E. *Os Nuers*. São Paulo, Editora Perspectiva, 1978.

FORMAN, Shepard. **Camponeses, sua participação no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

FREI BETTO. **O que é Comunidade Eclesial de Base**. 2a edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

FREYRE, Gilberto. **Novo Mundo nos Trópicos**. São Paulo: Editora Nacional; Editora da USP, 1971.

\_\_\_\_\_. **Casa Grande e Senzala**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1978.

GALIZONI, F. M. **Águas da vida – população rural, cultura e água em Minas Gerais**. Tese (doutorado em Ciências Sociais). IFCH/Unicamp, Campinas, 2005.

\_\_\_\_\_. GALIZONI, F. M. (org). **Lavradores, águas e lavouras**. Estudo de gestão camponesa de recursos hídricos no Alto Jequitinhonha. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

GEERTZ, Clifford. **Uma descrição densa: Por uma Teoria Interpretativa da Cultura**. In: A Interpretação das Culturas. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1989.

CLIFFORD, James. **‘Sobre a Autoridade Etnográfica’**. In: A Experiência Etnográfica: antropologia e literatura no século XX. Rio de Janeiro: UFRJ, 1998.

GUEDES, André Dumans. **Lutas por terras e lutas por território nas Ciências Sociais Brasileiras: fronteiras, conflitos e movimentos**. In: Cartografia Social Terra Território. Rio de Janeiro. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional. (Coleção Território, ambiente e conflitos sociais; n.3), 2013.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 15ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1982.

KRISCHKE, Paulo e MAINWARING, Scott. **A Igreja nas bases em tempo de transição**. Porto Alegre: L&PM e Cedec. Outros, 1986.

LABORIE, Pierre. **“Memória e opinião”**. In: AZEVEDO, Cecília; ROLLEMNERG, Denise; BICALHO, Maria Fernanda; KNAUS, Paulo; QUADRAT, Samantha (Orgs.). Cultura política, memória e historiografia. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

LEAL, Vitor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**. São Paulo: Alfa-Omega, 1986.

LIMA, W. P. **Impacto ambiental do eucalipto**. São Paulo: Edusp, 1996.

\_\_\_\_\_, **Secas e s’águas: alterações na dinâmica da água no alto Jequitinhonha**. In: GALIZONI, F. M. (org). Lavradores, águas e lavouras. Estudo de gestão camponesa de recursos hídricos no Alto Jequitinhonha. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

LINSLEY, R.K; FRANZINI, J.B. **Engenharia de recursos hídricos**. Mc Graw-Hill do

Brasil, 798p. 1978.

LITTLE, Paul. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil:** por uma antropologia da territorialidade. In: Simpósio Natureza e Sociedade: desafios epistemológicos e metodológicos para a antropologia. XXIII Reunião Brasileira de Antropologia, Gramado, jun. 2002.

LISBOA, A. Octacilíada: **Uma odisseia do norte de Minas.** Belo Horizonte. Editora Cannã, 1992.

LOWI, Michel. **A Guerra dos deuses.** Religião e política na América Latina. Petrópolis: Vozes, 1996.

LOVELOCK, James. **A vingança de Gaia.** Rio de Janeiro: Editora Intrínseca, 2006.

MAUSS, Marcel. **Ensaio de sociologia.** Editora Perspectiva, São Paulo, 2001

MARTINEZ-ALIER, J. **Justiça Ambiental (local global).** In: CAVALCANTI, C. (Org.). Meio Ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas. Cortez: São Paulo, 1999. P. 215-231.

MARTINS, José de Souza (Org.). **Introdução crítica à sociologia rural.** 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1986. 224 p. (Coleção Estudos Rurais).

\_\_\_\_\_. **A Militarização Da Questão Agrária no Brasil.** Editora Vozes, Petrópolis, RJ, 1984.

\_\_\_\_\_. **Reforma Agrária:** o impossível diálogo. 1.ed. 1.reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

\_\_\_\_\_. Os camponeses e a política no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1983.

MARCUS, George E. **Ethnography through Thick & Thin.** Princeton, Princeton University Press. 1998.

MELLO E SOUZA, Laura de. **Desclassificados do ouro.** A Pobreza Mineira no século XVIII. Rio de Janeiro: Grall, 1982.

MONTEIRO, F. T. **Os(as) apanhadores(as) de flores e o Parque Nacional das Sempre Vivas (MG):** travessias e contradições ambientais. Dissertação (Mestrado), UFMG, Belo Horizonte. 2011.

NEVES, Antonino da Silva. **Chorographia do município do Rio Pardo.** Belo Horizonte:



Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1908.

NOGUEIRA, Mônica Celeida Rabelo. **Gerais a dentro e a fora: identidade e territorialidade entre Geraizeiros do Norte de Minas Gerais.** (Tese de Doutorado. 233 fls). Brasília: OLIVEIRA, João Pacheco de. Uma etnologia dos "índios misturados"? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. *Mana* [online]. vol.4, n.1, pp.47-77, 1998.

\_\_\_\_\_, J. (Org.). **Indigenismo e Territorialização: Poderes, rotinas e saberes coloniais no Brasil contemporâneo.** 1a. ed. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, v. 2000. 311 pgs, 1998.

OLIVEIRA, Cláudia Luz. **Vazanteiros do Rio São Francisco: um estudo sobre populações tradicionais e territorialidade no Norte de Minas Gerais.** Belo Horizonte: Dissertação de Mestrado. UFMG, 2005.

OTT, Carlos. **Pré-história da Bahia.** Salvador: Publicações da Universidade da Bahia, 1958.

PARAJULI, P. **Ecological Ethnicity in the Making: Developmentalist Hegemonies and Emergent Identities in India.** *Identities*, Vol. 3(1-2), p.1-10, 1996.

POLANYI, K. **A grande transformação – as origens da nossa época.** Rio de Janeiro, Editora Campus Ltda, 1980.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **As Minas e os Gerais – Breve ensaio Sobre desenvolvimento e sustentabilidade a partir da Geografia do Norte de Minas.** In DAYRELL, C.A; LUZ, C. (Orgs.). *Cerrado e Desenvolvimento: Tradição e Atualidade.* Montes Claros: CAA-NM/REDE CERRADO, 2000.

POZO, Osmar Vicente Chéves. **Regime de Propriedade e Recursos Naturais: A Tragédia da Privatização dos Recursos Comuns no Norte de Minas.** Rio de Janeiro: ICHSCPDA /UFRRJ, Tese de Doutorado, 2002.

PRADO JR. Caio. **Formação do Brasil contemporâneo.** São Paulo, SP: editora Brasiliense. 22ª edição, 1992.

RODRIGUES, Leila Ribeiro. **Cursos D' água, Cursos da Vida: Comunidades Tradicionais e a Relação com a Água".** Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Social) - Universidade Estadual de Montes Claros, 2013.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **O campesinato brasileiro: ensaio sobre civilização e**

grupos rústicos no Brasil. Ed. Vozes, 1973.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção** São Paulo: Hucitec, 1999.

SAHLINS, Marshall. **Como pensam os nativos**. São Paulo: Edusp. 2001.

SIGAUD, Lygia. **Direito e gestão de injustiças**. In Antropologia Social comunicações PPGSA, n.4. Rio de Janeiro: Museu Nacional/UFRJ, 1994.

SILVEIRA, Dayana Martins. **Comunidades Tradicionais do Norte de Minas: estratégias de luta e acesso a direitos territoriais**. (Dissertação de Mestrado, 151 folhas), Montes Claros. Universidade Estadual de Montes Claros – Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Social, 2015.

\_\_\_\_\_. **Judicialização da Reforma Agrária no Norte de Minas Gerais**. Montes Claros, 88f. Monografia apresentada ao Departamento de Ciências Sociais e Política da Universidade Estadual de Montes Claros para obtenção do grau de bacharel em Ciências Sociais, 2010.

SILVA, C. E. M. **Os Cerrados e a sustentabilidade: territorialidades em tensão**- Tese de Doutorado Departamento de Geografia, Programa de Pós-Graduação em ordenamento Territorial e ambiental. Niterói: UFF, 2006.

SPIVAK, Gayatri. **Pode o subalterno falar ?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

STAVENHAGEN, Rodolfo, Etnodesenvolvimento: uma dimensão ignorada no pensamento desenvolvimentista. Anuário Antropológico, 84, p. 11-44, 1985.

TEIXEIRA, W. A., & de Lemos Filho, J. P. **A flórua rupestre do Pico de Itabirito, Minas Gerais, Brasil**: lista das plantas vasculares, 2013.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa (I): árvore da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

TURNER, Victor.[1974]. **Dramas, Campos e Metáforas: Ação simbólica na sociedade humana** . Rio de Janeiro: EdUFF, 2008 Programa de pós-graduação em Antropologia Social, 2009.

NOVAES, Regina. **De corpo e alma. Catolicismo, classes sociais e conflitos no campo**. Rio de Janeiro: Graphia, 1997.

OLIVEIRA, Moisés Dias. **Auto-definição identitária e territorial entre os geraizeiros do Norte de Minas: O caso da Comunidade de Sobrado.** (Dissertação de Mestrado), Brasília: Centro de Desenvolvimento Sustentável / UnB, 2017.

## ANEXOS I

O projeto de Lei aprovado na reunião da associação da Comunidade Sobrado no do dia trinta de março de 2014:

### **Dispõe sobre o reconhecimento das Comunidades Tradicionais Geraizeiras e a proteção dos seus Territórios e seus modos de vida, tidos como patrimônio cultural material e imaterial sujeito a salvaguarda, proteção e promoção.**

O Prefeito de Rio Pardo de Minas,

O Povo de Rio Pardo de Minas, através de Iniciativa Popular e por seus representantes, decretou e eu, em seu nome, sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º.** Ficam reconhecidos e declarados de relevante interesse social, cultural e ambiental, nos termos dos artigos 215 e 216 da Constituição Federal, do Decreto 6.040 de 7/2/2007 e da Lei Estadual nº. 21.147/2014, as Comunidades Tradicionais Geraizeiras, seus territórios e modos de vida, com o objetivo de garantir as condições necessárias à reprodução cultural, social e econômica dessas comunidades e a preservação dos recursos ambientais imprescindíveis ao seu bem-estar;

**Art. 2º.** Para os fins desta lei compreende-se por:**I** – Comunidades Tradicionais Geraizeiras: os grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, ocupam e utilizam territórios e recursos naturais das chapadas, veredas, tabuleiros, brejo, carrasco, capão ou qualquer outro ecossistema do cerrado, como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição;

**II** – Territórios Tradicionalmente Ocupados: os espaços necessários à reprodução cultural, social e econômica das comunidades tradicionais geraizeiras, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária, observando-se, no que diz respeito aos povos indígenas e quilombolas, respectivamente, o que dispõem o art. 231 e o art. 68 do Ato das Disposições Transitórias da Constituição da República, combinados às regulamentações pertinentes;

**III** – Desenvolvimento Sustentável: a melhoria permanente da qualidade de vida e das potencialidades humanas, mediante a utilização planejada dos recursos naturais e econômico-sociais, de modo a garantir-se sua transmissão, aprimorados, às gerações futuras.

**Art. 3º.** Compete ao Poder Público, com a participação das comunidades tradicionais geraizeiras, elaborar e executar programas e ações que visem:

**I** – reconhecer, respeitar e valorizar a identidade social, cultural, econômica e ambiental das Comunidades Tradicionais Geraizeiras;

**II** – preservar e promover os direitos à identidade própria, à cultura particular, à memória histórica e ao exercício de práticas comunitárias, para o pleno exercício da cidadania, da liberdade e da individualidade;

**III** – proteger e valorizar os direitos da Comunidades Tradicionais Geraizeiras sobre seus conhecimentos, práticas e usos, assegurando-se a justa e equitativa repartição dos benefícios deles derivados;

**IV** – melhorar a qualidade de vida dos membros dessas comunidades, ampliando-se as possibilidades de sustentabilidade para as gerações presentes e futuras;

- V** – garantir às Comunidades Tradicionais Geraizeiras o uso de seus territórios e dos recursos de que tradicionalmente se utilizam, por meio de sua posse efetiva, propriedade e/ou cumprimento da função social da propriedade, mediante regularização e titulação das terras, assegurando-se o livre acesso aos recursos naturais necessários à sua reprodução física, cultural, social e econômica;
- VI** – assegurar às Comunidades Tradicionais Geraizeiras a permanência em seu território e o pleno exercício de seus direitos individuais e coletivos, sobretudo nas situações de conflito ou ameaça à sua integridade, bem como a defesa dos direitos afetados direta ou indiretamente, seja especificamente por projetos, obras e empreendimentos, seja genericamente pela reprodução das relações de produção dominantes na sociedade;
- VII** – garantir que empresas ou pessoas físicas responsáveis por projetos, obras e empreendimentos compensem ou indenizem as Comunidades Tradicionais Geraizeiras pelos prejuízos causados ao seu território e seus modos de vida e reparem os danos físicos, culturais, ambientais ou socioeconômicos causados;
- VIII** – assegurar a implantação dos sistemas de infraestrutura e de acesso, além dos serviços e equipamentos públicos adequados às realidades e às demandas socioeconômicas e culturais das Comunidades Tradicionais Geraizeiras;
- IX** – promover ações de sustentabilidade socioeconômica e produtiva, incentivando-se o desenvolvimento de tecnologias adequadas, respeitando-se práticas, saberes e formas de organização social das Comunidades Tradicionais Geraizeiras e assegurando-se o seu acesso aos recursos naturais existentes no seu território e nos ecossistemas e bioma cerrado;
- X** – promover o acesso das Comunidades Tradicionais Geraizeiras às políticas públicas e a participação de seus representantes nas instâncias de deliberação, fiscalização e controle social das ações governamentais, especialmente no que se refere a projetos que envolvam seus direitos e interesses ou que os afetem, direta ou indiretamente;
- XI** – garantir às Comunidades Tradicionais Geraizeiras o acesso a serviços de saúde de qualidade e apropriados às suas características socioculturais, necessidades e demandas, incorporando-se, nos casos adequados, às concepções e práticas da medicina tradicional e fitoterápica;
- XII** – prover a segurança alimentar e nutricional como direito universal dos indivíduos e famílias que integrem as Comunidades Tradicionais Geraizeiras, garantindo-lhes acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, de forma compatível com outras necessidades essenciais, baseada em práticas sustentáveis e promotoras de saúde, articulando-a e integrando-a no Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e ao Sistema Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de Minas Gerais;
- XIII** – incentivar as formas tradicionais de educação, articulando-as com políticas pedagógicas avançadas, e intensificar processos dialógicos como contribuição ao desenvolvimento próprio das Comunidades Tradicionais Geraizeiras, garantindo-se sua participação nos processos de ensino formais e informais;
- XIV** – estimular a permanência dos jovens das Comunidades Tradicionais Geraizeiras em seu território, por meio de ações que promovam a sustentabilidade socioeconômica e produtiva e outros incentivos que visem reduzir a migração sazonal ou definitiva;
- XV** – implementar e fortalecer projetos que valorizem a importância histórica e a liderança étnico-social desempenhada pelas mulheres pertencentes às Comunidades Tradicionais Geraizeiras, assegurando-se a sua participação em instâncias de interlocução com órgãos governamentais;
- XVI** – promover a educação sobre a importância dos direitos humanos, sociais, culturais, ambientais e econômicos das Comunidades Tradicionais Geraizeiras, de modo a revigorar o comprometimento com a vivência e as práticas coletivas;
- XVII** – apoiar os processos de constituição de organizações pelas Comunidades Tradicionais Geraizeiras e incentivar ações de associativismo e cooperativismo, respeitando-se suas formas tradicionais de organização social e de representação;
- XVIII** – garantir às Comunidades Tradicionais Geraizeiras, por meio de suas organizações representativas e de apoio, o acesso a verbas públicas e a condições facilitadas para a gestão desses recursos financeiros;
- XIX** - Instituir o programa de Agente Comunitário Socioambiental nas Comunidades Tradicionais

Geraizeiras, primando pela mediação de conflitos e conservação das nascentes, veredas, brejos, cabeceiras e chapadas, por usos tradicionais de ecossistemas, bioma e recursos naturais, garantindo equidade e justiça socioambiental;

**XX** - Promover a redução do desmatamento, queimadas, recomposição florística com espécies nativas, bem como identificar áreas mais sensíveis do ponto de vista ambiental no sentido de recuperar as áreas necessárias à reprodução social, cultural e econômica das comunidades tradicionais geraizeiras;

**Art. 4º.** Caberá à Secretaria Municipal de Cultura expedir, a partir de manifestação comunitária, a Certidão de Autorreconhecimento das comunidades Tradicionais Geraizeiras reconhecendo-a, formalmente, para efeitos desta lei e congêneres.

**Art. 5º.** Além do autorreconhecimento formal das comunidades Tradicionais Geraizeiras, o Município deverá, contando com o apoio do Estado e União, para fins de regularização fundiária, identificar os territórios por elas tradicionalmente ocupados, localizados em áreas públicas e/ou privadas.

§ 1º. A regularização fundiária dos territórios tradicionalmente ocupados pelas Comunidades Tradicionais Geraizeiras, considerados de interesse social, objetiva o cumprimento da função social da propriedade, a garantia das condições necessárias à reprodução cultural, social e econômica dessas comunidades, e a preservação dos recursos ambientais imprescindíveis ao seu bem-estar.

§ 2º. A discriminação dos territórios de que trata o caput deste artigo ocorrerá conforme os limites definidos com a participação das comunidades beneficiárias e respeitará as peculiaridades locais, dos ciclos naturais e a organização local das práticas produtivas.

§ 3º. A regularização fundiária dos territórios tradicionalmente ocupados pelas Comunidades Tradicionais Geraizeiras localizados em áreas privadas dar-se-á mediante a desapropriação para fins de interesse social, dação em pagamento ou permuta junto aos respectivos proprietários.

§ 4º. Os títulos outorgados na regularização fundiária observarão os seguintes requisitos:

- a) gratuidade;
- b) inalienabilidade;
- c) de caráter coletivo, respeitando-se usos ou apropriações individuais/familiares;
- c) prazo indeterminado, beneficiando gerações futuras;
- d) extinção, no caso de descumprimento das finalidades de uso e preservação do território tradicionalmente ocupado.

§ 5º. Em sendo constatado que o Território Tradicional Geraizeiro, ou parte dele, incide sobre terras devolutas ou de propriedade do Estado de Minas Gerais, ou ainda em terras da União, o Poder Executivo, por seu órgão competente, oficiará o órgão responsável pela regularização fundiária para que proceda à discriminação e titulação da referida área em favor daquela Comunidade tradicional.

§ 6º. A partir do interesse manifesto da Comunidade (manifestação majoritária dos seus membros), e sem ferir princípios de autogestão, fica autorizado ao Estado ou à União, instituir unidades de conservação de uso sustentável, abrangendo as terras ora regularizadas por esta Lei, sejam como reservas extrativistas, reserva de desenvolvimento sustentável, assentamentos agroextrativistas ou qualquer outra figura jurídico-formal de competência do Estado ou da União, visando à integralização de toda a dimensão das terras tradicionalmente ocupadas a favor das Comunidades Tradicionais Geraizeiras;

§ 7º. É vedado ao Poder Público, autorizar, sob qualquer forma, a implementação de empreendimentos de qualquer natureza que ponham em risco a integridade dos Territórios Tradicionais das Comunidades Geraizeiras ou que acarretem na perda de autonomia da comunidade na gestão dos espaços necessários à sua reprodução física e cultural, sendo obrigatória a sua intervenção acautelatória, administrativa ou judicial, no sentido de salvaguardar, proteger e promover os seus interesses.

§ 8º. A implantação de monoculturas florestais exóticas no entorno das Comunidades Tradicionais

Geraizeiras deverá guardar uma distância mínima de dois quilômetros dos limites do seu território, nos termos do artigo 200 da Lei Orgânica Municipal.

**Art. 6º.** Considerando a notoriedade e o caráter tradicional de ocupação, bem como ser esta área imprescindível à preservação das nascentes e tributários do rio Pardo e para dar cumprimento a esta Lei, como ato inaugural, ficam reconhecidos e declarados de relevante interesse social, cultural e ambiental, o Território e a Comunidade Geraizeira Sobrado, com área atual de dois mil, novecentos e noventa e três hectares, dois ares e vinte e nove centiares, com limites físicos e confrontações indicados no memorial descritivo e Croqui constantes no Anexo I.

**§ 1º.** A parcela do Território Geraizeiro da Comunidade Sobrado, denominado Fazenda Nogueira – Caiçara, com área de mil, cento e vinte e oito hectares, oitenta e sete ares e três centiares, com limites físicos e confrontações indicados no memorial descritivo e Croqui constantes do Anexo II, constitui espaço de uso coletivo acessível aos membros da comunidade, destinado, exclusivamente, a prática de atividades extrativistas, sendo vedadas práticas que comprometam a integridade das nascentes e de outros atributos essenciais do ecossistema ali existente.

**Art. 7º -** As Comunidades Tradicionais Geraizeiras, através de seus órgãos representativos e com a colaboração de instituições parceiras, farão a gestão dos seus territórios, através da formulação, desenvolvimento, monitoramento e avaliação de políticas, projetos e ações que garantam a sua sustentabilidade, a defesa de seu patrimônio territorial, cultural e natural e o funcionamento da infraestrutura e dos empreendimentos necessários para viabilizarem o modo e a qualidade de vida de seus membros.

**Art. 8º.** Serão realizados fóruns municipais bianuais, com ampla participação de representantes das Comunidades Tradicionais Geraizeiras, dos órgãos públicos em suas três esferas e entidades da sociedade civil para debater o conteúdo desta Lei e elaborar o conjunto de ações e medidas adequadas à sua implementação.

**Art. 9º.** Competirá à Comissão Municipal de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Tradicionais Geraizeiras, instância paritária e deliberativa a ser instituída e regulamentada pelo Poder Executivo, a implementação e a coordenação das ações previstas nesta Lei.

**Art. 10.** As despesas decorrentes desta Lei serão incluídas no Plano Plurianual, Diretrizes Orçamentárias, Orçamentos Anuais deste Município e outros Fundos.

**Art. 11 -** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

## Anexo II (retirado do anexo da dissertação de Oliveira, 2017)



Prefeitura Municipal de Rio Pardo de Minas  
Estado de Minas Gerais

### LEI MUNICIPAL N.º 1.629, DE 10 DE ABRIL DE 2015

*Dispõe sobre o reconhecimento da Comunidade Tradicional Geraizeira de Sobrado e a proteção do seu território e seu modo de vida, tidos como patrimônio cultural material e imaterial sujeito à salvaguarda, proteção e promoção.*

O Povo do Município de Rio Pardo de Minas, Estado de Minas Gerais, por seus representantes na Câmara Municipal aprova e eu, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica reconhecido e declarado de relevante interesse social, cultural e ambiental, nos termos dos artigos 215 e 216 da Constituição Federal, do Decreto n.º 6.040 de 07/02/2007 e das Leis estaduais n.ºs 21.147/2014, 21.146/2014 e 21.156/2014 a Comunidade Tradicional Geraizeira de Sobrado, seu território e modo de vida, com o objetivo de garantir as condições necessárias à reprodução cultural, social e econômica dessa comunidade e a preservação dos recursos ambientais imprescindíveis ao seu bem-estar.

**Art. 2º** Para os fins desta lei compreende-se por:

I – Comunidade Tradicional Geraizeira de Sobrado: um grupo culturalmente diferenciado e que se reconhece como tal, que possui forma própria de organização social, ocupa e utiliza território e recursos naturais das chapadas, veredas ou mesmo grotas, como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas geradas e transmitidas pela tradição;

II – Território Tradicionalmente Ocupado: os espaços necessários à reprodução cultural, social e econômica da comunidade tradicional geraizeira, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária, observando-se no que diz respeito aos povos indígenas e quilombolas, respectivamente, o que dispõem o art.

Rua Tácito de Freitas Cesta, 846 - Bairro: Cidade Alta



231 e o art. 68 do Ato das Disposições Transitórias da Constituição da República, combinados às regulamentações pertinentes;

III – Desenvolvimento Sustentável: a melhoria permanente da qualidade de vida e das potencialidades humanas, mediante a utilização planejada dos recursos naturais e econômico-sociais, de modo a garantir-se sua transmissão, aprimorados às gerações futuras.

**Art. 3º** Compete ao Poder Público, com a participação da Comunidade Tradicional Geraizeira de Sobrado, elaborar e executar programas e ações que visem:

I – reconhecer, respeitar e valorizar a identidade social, cultural, econômica e ambiental da Comunidade Tradicional Geraizeira de Sobrado;

II – preservar e promover os direitos à identidade própria, a cultura particular, a memória histórica e ao exercício de práticas comunitárias para o pleno exercício da cidadania, da liberdade e da individualidade;

III – proteger e valorizar os direitos da Comunidade Tradicional Geraizeira de Sobrado sobre seus conhecimentos, práticas e usos, assegurando-se a justa e equitativa repartição dos benefícios deles derivados;

IV – melhorar a qualidade de vida dos membros dessa comunidade, ampliando-se as possibilidades de sustentabilidade para as gerações presentes e futuras;

V – promover à Comunidade Tradicional Geraizeira de Sobrado o uso de seu território e dos recursos de que tradicionalmente se utilizam, por meio de sua posse efetiva, propriedade e/ou cumprimento da função social da propriedade, mediante regularização e titulação das terras, assegurando-se o livre acesso aos recursos naturais necessários à sua reprodução física, cultural, social e econômica;

VI – trabalhar pela permanência da Comunidade Tradicional Geraizeira de Sobrado em seu território e o pleno exercício de seus direitos individuais e coletivos, sobretudo nas situações de conflito ou ameaça à sua integridade, bem como a defesa dos direitos afetados direta ou indiretamente, seja especificamente por projetos, obras e empreendimentos, seja genericamente pela reprodução das relações de produção dominantes na sociedade;

VII – assegurar a implantação dos sistemas de infraestrutura e de acesso, além dos serviços e equipamentos públicos adequados às realidades e às demandas socioeconômicas e culturais da Comunidade Tradicional Geraizeira de Sobrado;

Rua Tácito de Freitas Costa, 846 - Bairro: Cidade Alta

VIII – promover ações de sustentabilidade socioeconômica e produtiva, incentivando-se o desenvolvimento de tecnologias adequadas, respeitando-se práticas, saberes e formas de organização social da Comunidade Tradicional Gerazeira de Sobrado e assegurando-se o seu acesso aos recursos naturais existentes no seu território e nos ecossistemas e bioma cerrado;

IX – promover o acesso da Comunidade Tradicional Gerazeira de Sobrado às políticas públicas e a participação de seus representantes nas instâncias de deliberação, fiscalização e controle social das ações governamentais, especialmente no que se refere a projetos que envolvam seus direitos e interesses ou que os afetem, direta ou indiretamente;

X – garantir à Comunidade Tradicional Gerazeira de Sobrado o acesso a serviços de saúde de qualidade e apropriados as suas características socioculturais, necessidades e demandas, incorporando-se nos casos adequados, as concepções e práticas da medicina tradicional e fitoterápica;

XI – promover a segurança alimentar e nutricional como direito universal dos indivíduos e famílias que integrem as Comunidades Tradicionais Gerazeiras, garantindo-lhes acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, de forma compatível com outras necessidades essenciais, baseada em práticas sustentáveis e promotoras de saúde, articulando-a e integrando-a no Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e ao Sistema Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de Minas Gerais;

XII – incentivar as formas tradicionais de educação, articulando-as com políticas pedagógicas avançadas e intensificar processos dialógicos como contribuição ao desenvolvimento próprio da Comunidade Tradicional Gerazeira de Sobrado, garantindo-se sua participação nos processos de ensino formais e informais;

XIII – estimular a permanência dos jovens da Comunidade Tradicional Gerazeira de Sobrado em seu território, por meio de ações que promovem a sustentabilidade socioeconômica e produtiva e outros incentivos que visem reduzir a migração sazonal ou definitiva;

XIV – implementar e fortalecer projetos que valorizem a importância histórica e a liderança étnico-social desempenhada pelas mulheres pertencentes à Comunidade Tradicional Gerazeira de Sobrado, assegurando-se a sua participação em instâncias de interlocução com órgãos governamentais;

XV – promover a educação sobre a importância dos direitos humanos, sociais, culturais, ambientais e econômicos da Comunidade Tradicional Gerazeira de Sobrado, de modo a revigorar o comprometimento com a vivência e as práticas coletivas;

Rua Tácito de Freitas Costa, 846 - Bairro: Cidade Alta



XVI – apoiar os processos de constituição de organizações pela Comunidade Tradicional Geraizeira de Sobrado e incentivar ações de associativismo e cooperativismo, respeitando-se suas formas tradicionais de organização social e de representação;

XVII – viabilizar à Comunidade Tradicional Geraizeira de Sobrado, por meio de suas organizações representativas e de apoio, o acesso a verbas públicas e a condições facilitadas para a gestão desses recursos financeiros;

**Art. 4º** Caberá ao Setor de Cultura expedir, a partir de manifestação comunitária, a Certidão de autorreconhecimento da Comunidade Tradicional Geraizeira de Sobrado reconhecendo-a, formalmente, pra efeitos desta lei e congêneres.

**Art. 5º** Além do autorreconhecimento formal da Comunidade Tradicional Geraizeira de Sobrado, o Município deverá, podendo contar com o apoio do Estado e da União, para fins de regularização fundiária, identificar o território por ela tradicionalmente ocupado, localizado em áreas públicas e/ ou privadas.

§ 1º A regularização fundiária do território tradicionalmente ocupado pela Comunidade Tradicional Geraizeira de Sobrado, considerado de interesse social, objetiva o cumprimento da função social da propriedade, a garantia das condições necessárias à reprodução cultural, social e econômica dessa comunidade, e a preservação dos recursos ambientais imprescindíveis ao seu bem-estar.

§ 2º A discriminação do território de que trata o *caput* deste artigo ocorrerá conforme os limites definidos com a participação dos moradores da Comunidade de Sobrado e respeitará as peculiaridades locais, dos ciclos naturais e a organização local das práticas produtivas.

§ 3º Em sendo constatado que o Território Tradicional Geraizeiro do Sobrado, ou parte dele, incide sobre terras devolutas ou de propriedade do Estado de Minas Gerais, ou ainda em terras da União, o Poder Executivo, por seu órgão competente, envidará esforços junto ao ente responsável pela regularização fundiária para que proceda à discriminação e titulação da referida área em favor daquela Comunidade Tradicional Geraizeira do Sobrado.

§ 4º É vedado ao Poder Público Municipal autorizar a implementação de empreendimentos que ponham em risco a integridade do Território Tradicional da Comunidade Geraizeira de Sobrado.

§ 5º A implantação de monoculturas florestais exóticas no entorno da Comunidade Tradicional Geraizeira de Sobrado deverá guardar uma distância mínima de dois quilômetros dos limites do seu território, nos termos do artigo 200 da Lei Orgânica Municipal.

  
Rua Tácito de Freitas Costa, 846 - Bairro: Cidade Alta

**Art. 6º** Considerando a notoriedade e o caráter tradicional de ocupação, bem como ser esta área imprescindível à preservação das nascentes e tributários do Rio Pardo e para dar cumprimento a esta Lei, ficam reconhecidos e declarados de relevante interesse social, cultural e ambiental, o Território e a Comunidade Geraizeira de Sobrado, com área atual de dois mil, novecentos e três hectares, dois ares e vinte e nove centiares, com limites físicos e confrontações indicados no memorial descritivo e Croqui constates no Anexo I.

**Art. 7º** A Comunidade Geraizeira de Sobrado, através de seus órgãos representativos e com a colocação de instituições parceiras, farão a gestão dos seus territórios, através da formulação, desenvolvimento, monitoramento e avaliação de políticas, projetos e ações que garantam a sua sustentabilidade, a defesa de seu patrimônio territorial, cultural e natural e o funcionamento da infra-estrutura e dos empreendimentos necessários para viabilizarem o modo e a qualidade de vida de seus membros.

**Art. 8º** Serão realizados fóruns municipais anuais, com participação dos moradores da Comunidade Tradicional Geraizeira de Sobrado, dos órgãos públicos em suas três esferas e entidades da sociedade civil para debater o conteúdo desta Lei e elaborar o conjunto de ações e medidas adequadas a sua implementação.

**Art. 9º** Competirá à Comissão Municipal de Desenvolvimento Sustentável da Comunidade Tradicional Geraizeira de Sobrado, instância paritária e deliberativa a ser instituída e regulamentada pelo Poder Executivo, a implementação e coordenação das ações previstas nesta Lei.

**Art. 10.** As eventuais despesas decorrentes desta Lei serão incluídas no Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Orçamentos Anuais deste Município.

**Art. 11.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, notadamente a Lei Municipal n.º 1.620, 26 de novembro de 2014.

Rio Pardo de Minas – MG, 10 de Abril de 2015.

  
**JOVELINO PINHEIRO COSTA**  
Prefeito Municipal

Rua Tácito de Freitas Costa, 846 - Bairro: Cidade Alta

Publicado em: 10/04/15 no  
quadro de avisos desta Prefeitura  
Municipal, conf. Art. 107 da Lei  
Orgânica Municipal

